

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA – UESB
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA: LINGUAGEM E SOCIEDADE – PPGMLS**

JONATAN DOS SANTOS SILVA

**“À SOMBRA DA JUREMA PRETA”:
MEMÓRIAS E RESISTÊNCIA NOS QUILOMBOS RIBEIRÃO DOS PANELEIROS E
LAGOA DE MELQUÍADES E AMÂNCIO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA
CONQUISTA-BA**

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
MARÇO DE 2023**

JONATAN DOS SANTOS SILVA

**“À SOMBRA DA JUREMA PRETA”:
MEMÓRIAS E RESISTÊNCIA NOS QUILOMBOS RIBEIRÃO DOS PANELEIROS E
LAGOA DE MELQUÍADES E AMÂNCIO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA
CONQUISTA-BA**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade - PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória.

Linha de Pesquisa: Memória, Cultura e Educação

Orientador: Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta

**VITÓRIA DA CONQUISTA - BA
MARÇO DE 2023**

S586s

Silva, Jonatan dos Santos.

“À sombra da Jurema Preta”: memórias e resistência nos Quilombos Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio no município de Vitória da Conquista - BA. / Jonatan dos Santos Silva, 2023.

259f.

Orientador (a): Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta.

Tese (doutorado) – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2023. Inclui referência F. 244 – 259.

1. Quilombo – Memória - Resistência. 2. Vitória da Conquista – Comunidades quilombola. 3. Lugares de memória. I. Marta, Felipe Eduardo Ferreira. II. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. III. T.

CDD: 305.80960

Catálogo na fonte: **Juliana Teixeira de Assunção – CRB 5/1890**

UESB – Campus Vitória da Conquista – BA

Título em inglês: “In the shadow of Jurema Preta”: Memories and resistance in the quilombos Ribeirão dos Paneleiros and Lagoa de Melquíades e Amâncio in the municipality of Vitória da Conquista-Ba

Palavras-chave em inglês (Keywords): Memory. Resistance. Quilombo. Vitória da Conquista.

Área de Concentração: Multidisciplinaridade da Memória

Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade

Banca examinadora: Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta (Presidente-Orientador); Profa. Dra. João Diógenes Ferreira dos Santos (Membro Interno); Profa. Dr. Cláudio Eduardo Felix dos Santos (Membro Interno); Prof. Dr. Luís Vitor Castro Júnior (Membro Externo); Prof. Dr. Josivaldo Pires de Oliveira (Membro Externo)

Data da defesa: 28 de março de 2023

Programa de Pós-Graduação: Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade.

FOLHA DE APROVAÇÃO

JONATAN DOS SANTOS SILVA

“À SOMBRA DA JUREMA PRETA”: MEMÓRIAS E RESISTÊNCIA NOS QUILOMBOS RIBEIRÃO DOS PANELEIROS E LAGOA DE MELQUIADES E AMÂNCIO NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade – PPGMLS, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do título de Doutor em Memória: Linguagem e Sociedade

Local e Data da defesa: Vitória da Conquista/BA, 28 de março de 2023.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta -
Presidente
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. João Diógenes Ferreira dos Santos
Instituição: UESB/UEFS

Ass.: 

Prof. Dr. Claudio Eduardo Félix dos Santos
Instituição: UESB

Ass.: 

Prof. Dr. Luis Vitor Castro Júnior
Instituição: UFBA

Ass.: 

Prof. Dr. Josivaldo Pires de Oliveira
Instituição: UNEB

Ass.: 

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus familiares, amigos, professores e ao povo de Ribeirão dos Paneiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio.

AGRADECIMENTOS

Sinto-me no centro da encruzilhada pelo fato de ter que redigir, em poucos espaços, os agradecimentos às espiritualidades, ancestralidades e pessoas as quais entrecruzamos caminhos, contribuíram para o andamento e finalização desta etapa. Tentarei agregá-los ao “reencontro” com a “Jurema Preta” como ciclo de gratidão infinita.

Inicialmente, sou grato à CAPES e à UESB por continuarem firmes perante os constantes ataques do “desgoverno Bolsonaro” (2019-2022) às políticas públicas, e sobretudo, às produções científicas nas/das Universidades Públicas do país, especificamente ao PPGMLS, por reunir tantos intelectuais em prol de um objetivo: extrair de dentro de nós, a seiva elaborada para nutrir nossas escolhas entre o caminho da perseverança e do sucesso. Em vista disso, a seiva bruta que originou cada debate teórico enraizado ao longo deste estudo foi vascularizada por meio das contribuições de cada professora doutora e professor doutor, em especial, Edvânia, Lívia, Maria da Conceição, Edson e Ruy Medeiros e todos os funcionários que me auxiliaram e sempre me recepcionaram tão bem.

Sobretudo, ao Prof. Dr. Felipe Eduardo Ferreira Marta, cujos primeiros contatos com esta instituição, coincidiram com os últimos semestres da minha graduação. Posteriormente, permanecemos conectados como orientador e orientando durante o mestrado e, neste momento, no doutorado. Portanto, contribuiu para que esta imensa árvore, figurada em mim, expandisse os seus galhos em direção ao intocável infinito.

Agradeço imensamente aos Professores Doutores, membros dessa banca examinadora: João Diógenes Ferreira dos Santos, Cláudio Félix dos Santos, Josivaldo Pires de Oliveira e Luís Vitor Castro Júnior, pois se colocaram à serviço desta etapa tão importante da minha formação, ao fazerem uma leitura atenta e cuidadosa, mesmo que o texto se apresentou extenso, perante solidariedade de concluí-lo em um curto período de tempo.

Este amor fraterno ainda é estendido até o colo das Mestras Viviane Sales Oliveira, tia do meu primeiro sobrinho e Isabele Pires, minha orientadora durante a graduação e agora colega de trabalho, por fazerem materializar os sonhos que sonhamos juntos quando mentalizamos cada passo a ser dado. Serei sempre grato a vocês por me acompanhar e orientar diante os altos e baixos, no ato de pesquisar e perceber as realidades.

Um dos frutos desprendidos da grande árvore do saber que se colocou à disposição e cura psicológica, foi o Prof. Dr. Anderson Machado. Atravessamos o período pandêmico mais fortes e mais sábios perante as adversidades colocadas no cotidiano para além do espaço escolar. Agradeço por ajudar a me tornar mais resistente, como os cactos e os “capricas”!

A gratidão pela existência da desta outra doutora Fabiana Moura, que sempre me faz recordar memórias da diáspora e me fortalecer como homem negro em movimento, nestas interfaces poéticas a partir das nossas conversas pretas, sendo lugares de desprendimento de tensões e convites às superações frente aos desafios impostos pelo racismo institucional.

Sem esquecer de congratular este momento às duas parceiras da madrugada de estudos, resenhas, distração e muitas risadas: Mércia Rodrigues, Nathania Malta e Cecy. Ambas abriram as portas da casa delas e me entregaram as chaves, que até o momento não as devolvi por me sentir integrante das suas vidas, assim como integram a minha.

À Priscila Lins e a seus filhos, em especial Eduardo Lins, pelo afeto e por apoiarem intensamente minhas ideias durante meus delírios filosóficos. Pensadores e acadêmicos que contribuíram significativamente no meu constante processo de transcrições reflexões a respeito das entrevistas.

Se houvesse uma linha temporal de acesso ao passado, não deixaria de agradecer à amiga, doutoranda, Renne da Glória Andrade. Por presenciar, neste momento, ter acreditado em cada palavra dita quando me recebeu como professor efetivo, em 2011, na função de diretora pedagógica no CPM, pertencente à Rede Estadual de Ensino em Vitória da Conquista-BA.

Os cafés filosóficos ficaram sob a responsabilidade dos amigos e parceiros do PPGMLS, os quais seguraram nas mãos uns dos outros para compartilharem as angústias e seguirem rumo aos quiosques nos intervalos das aulas: Luziet, Leila, José Cláudio, Marilza, Lilian, Nádia, Priscila Correia, Renata, Thiago, Naila e Wemerson. Hoje sei que melhor do que café, somente o suco de capim santo, pois ele revigorou nossos diálogos sobre os mitos e ritos naquelas tardes em que fomos contemplados com aulas presenciais, em 2019. Também agradeço aos colegas que ingressaram antes da gente, Amanda e Janderson, e aqueles que chegaram após o advento do contexto pandêmico: Raick, Thaís, Lucas, Ana Maria, Jadilson, Juca, Ricardo, Nivalda e Luisa.

Ao Movimento Cultural Consciência Negra sou grato por fazer fluir em mim o desejo de continuar lutando mediante as adversidades, jogando o jogo da vida como necessidade de sobrevivência, ao dançarmos com ela para mantermos viva, as manifestações culturais que entremeiam as práticas corporais de matrizes africanas, em especial a Capoeira, representada pelos Mestres Pantera e Ferrugem.

Por motivos especiais, deixei para agradecer protagonistas deste estudo ao final, pois se não fosse a força motriz de cada um, não teríamos reencontrado a “Jurema Preta” que habita em cada um de nós, colocando-nos em movimento cíclico em torno da árvore ancestral nos ensinar a resistir e lutar em prol da preservação da memória dos ancestrais: Juliana Oliveira, D.

Maria Elza, Gilvandro Oliveira, Tiago França, Josemberg Mendes, Sr. Damião, Sr. Joaquim Jermano da Silva.

À equipe que me acolheu no Arquivo da Catedral Metropolitana de Vitória da Conquista, assim como aos funcionários e toda equipe do Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista-BA, especialmente à pessoa de Jailson.

À Milana, Marta, Elaine, Karla e Claudionara, representantes da direção e coordenação pedagógica do Colégio da Polícia Militar – Eraldo Tinoco de Vitória da Conquista-BA, por colaborar no processo de flexibilização e adaptação durante o período em que retornei da licença para Pós-graduação rumo à sala de aula, neste vínculo que mantenho há 12 anos com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia – SEC.

Ao Departamento de Saúde-DS1, à Área e ao Colegiado do curso de Licenciatura em Educação Física da UESB por proporcionar, nestes últimos 2 meses, uma licença parcial para finalização desta fase de doutoramento, neste mais novo vínculo empregatício como Professor Assistente desta Instituição de Ensino Superior.

Finalizarei citando aqueles que implantaram a semente no mundo e confiaram à terra o propósito de fazer brotar todas as possíveis formas de (re) existência a partir da minha presença entre ambos: Maria de Lourdes dos Santos Silva e João Lapa dos Santos Silva. Sem eles, não conseguiria conduzir a seiva bruta do amor que percorre, conectado e incondicionalmente, em nós. Amor que se estende aos meus irmãos Joanne Santos Silva e Jefferson dos Santos Silva, junto aos meus sobrinhos Bismaque Sales Oliveira Filho e Pedro Henrique Farias dos Santos. Sempre retornarei a esta árvore genealógica!

[...] Não tem mais. Porém já existiu. O canto de roda. Existiu também o culto a uma planta chamada Jurema, Jurema preta. Porque essa Jurema preta tanto serve para você tomar chá, tanto serve para você tomar banho e curar algumas doenças. Era um culto sagrado. Tinha os cantos e era saudando os espíritos sagrados, que era a parte africana e na parte indígena. A parte indígena adentrava as matas e colhia a essência através da natureza. Os africanos tinham sua parte de iniciação e seus processos para ser filho da casa. E cultuavam. É tanto que lá na comunidade tinha um lugar que eles diziam que era um portal aberto embaixo de um pé de cajá, uma árvore centenária, que se fazia trabalhos africanos. E a outra parte, minha avó não ia porque era da parte dos botocudos, ela não ia porque ela fazia os trabalhos dela e escutava vozes em orientações, segundo ela. Ela não sabia ler nem escrever, aí ela entrava num processo de transe e pedia alguém para escrever tudo que se tinha que fazer. Aí, quando a pessoa escrevia, ela ia para as matas, escutava as vozes e voltava, e a pessoa fazendo a parte escrita. E ali, tinha os cantos, que segundo ela, esses cantos vinham de outro campo. Aí, ela falava a forma que deveria cantar, porque era saudando as forças maiores.

RESUMO

Uma das memórias acessadas nas comunidades tradicionais quilombolas potencializa a árvore “Jurema Preta” ao se mostrar frondosa e resistente nos territórios do município de Vitória da Conquista. Partindo dela, operamos a analogia da sua forma de existir enquanto metáfora, para analisar, a partir da oralidade os processos de resistência constituídos no interior das comunidades quilombolas Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio, frente aos enquadramentos de memória geridos historicamente no núcleo urbano do município de Vitória da Conquista. Desta forma, nossa principal hipótese foi a de que os quilombolas resistem ao processo de gestão de enquadramento de memória construída e mantida na sede do município de Vitória da Conquista-BA, em que os colocam de fora do projeto de constituição de benefícios, ao manterem o método de exclusão e apagamento. Surgiu ainda o seguinte problema: Quais memórias de resistências estão sendo constituídas no interior dos quilombos Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio para denunciarem as ações de enquadramentos de memória geridas, historicamente, na sede do município de Vitória da Conquista-BA? Como perspectiva metodológica, utilizamos técnicas de observação participante aliadas e combinadas com uma pesquisa de campo, em que adotamos a metodologia da História Oral, ambas desenvolvidas nos referidos quilombos. Teve como etapas da coleta de dados: entrevistas, análise de plataformas digitais, imagens, documentos oficiais e não oficiais, advindos do arquivo pessoal dos entrevistados e do Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista. Nossas observações se deram durante o acompanhamento do cotidiano e do modo de vida dessas comunidades quilombolas, em que os dados foram tratados analiticamente através da formalidade e informalidade de conversas geradas por meio de entrevistas individuais. O período de realização da pesquisa de campo se deu entre os anos de 2019 a 2021. Parte desse período, foi acometido pela pandemia do Covid-19 em março de 2020, onde redimensionamos as formas de acessarmos as memórias orais dos quilombos, ao acessarmos os canais do youtube, “*PROLER*” e “*Teia dos povos*” para analisarmos as entrevistas de líderes quilombolas, concedidas a estes canais durante o período de isolamento social. As demais entrevistas com os líderes e pessoas mais velhas dos quilombos já tinham sido realizadas anteriormente a esta fase de impedimento. Levando em consideração que a memória e a resistência são as principais categorias enfatizadas durante a fase de estudos exploratórios, utilizamos autores como Alessandro Portelli (1997), Michael Pollak (1989), Paul Ricoeur (2007), Silvio Almeida (2019), Achile Mbembe (2018). A tese que defendo é a de que existem memórias de resistência constituídas no interior dos quilombos Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio que apresentam uma outra Vitória da Conquista, as quais não integram as memórias enquadradas historicamente no núcleo urbano do seu município. Os resultados apresentados mostram que as memórias de dois quilombos que lutam e resistem, constantemente, contra o processo de invisibilização, ao mostrarem que os impactos da extensão deste projeto se encontram em curso. A memória gerida pela sede do município, portanto, se atrela à necessidade de sobrevivência, ao manterem seus modos de vida a despeito de tudo que a cidade oferece, ao potencializar a inexistência dos conflitos e continuar negando e/ou desconhecendo os povos quilombolas como parte de sua totalidade.

Palavras-chave: Memória; Resistência; Quilombo; Vitória da Conquista.

ABSTRACT

The access to memories within traditional quilombola communities enhances the "Jurema Preta" tree, as it demonstrates lushness and resilience in the territories of Vitória da Conquista municipality. Based on this, we use the analogy of its existence as a metaphor to analyze, through oral accounts, the processes of resistance within the quilombola communities of Ribeirão dos Paneleiros, Lagoa de Melquíades, and Amâncio, in response to the historically managed memory frameworks in the urban core of Vitória da Conquista. Therefore, our main hypothesis was that the quilombolas resist the process of framing memory constructed and maintained at the municipality's headquarters, which excludes them from the project of constituting benefits by perpetuating exclusion and deletion. The following problem emerged: What memories of resistance are being formed within the quilombos Ribeirão dos Paneleiros, Lagoa de Melquíades, and Amâncio to denounce the historically managed memory actions at the municipality's headquarters in Vitória da Conquista, Bahia? As a methodological perspective, we employed participant observation techniques combined with field research, adopting Oral History as our methodology, both developed within the aforementioned quilombos. The data collection involved interviews, analysis of digital platforms, images, official and unofficial documents sourced from the interviewees' personal archives and the Municipal Public Archive of Vitória da Conquista. Our observations were conducted during the daily life and way of living of these quilombola communities, and the data was analytically treated through formal and informal conversations generated by individual interviews. The field research took place between 2019 and 2021. A portion of this period was affected by the COVID-19 pandemic in March 2020, we adjusted our approach to accessing the oral memories of the quilombos by utilizing YouTube channels such as "PROLER" and "Teia dos povos" to analyze interviews with quilombola leaders conducted during the period of social isolation. The remaining interviews with leaders and elders of the quilombos had been conducted prior to this restrictive phase. Considering that memory and resistance are the main emphasized categories during the exploratory phase of the study, we drew on authors such as Alessandro Portelli (1997), Michael Pollak (1989), Paul Ricoeur (2007), Silvio Almeida (2019), and Achille Mbembe (2018). The thesis I defend is that there are memories of resistance formed within the quilombos Ribeirão dos Paneleiros, Lagoa de Melquíades, and Amâncio, which present an alternative Vitória da Conquista, which do not integrate the historically framed memories in the urban core of the municipality. The presented results show that the memories of these two quilombos, which constantly fight and resist against the process of invisibility, demonstrate that the impacts of this project are still ongoing. The memory managed by the municipality's headquarters thus becomes linked to the need for survival, as the quilombos maintain their way of life despite everything the city offers, intensifying the erasure of conflicts and continuing to deny and/or disregard quilombola people as part of their entirety.

Keywords: Memory; Resistance; Quilombo; Vitória da Conquista.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADCT	Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
AIE	Aparelho Ideológico do Estado
ANPUH	Associação Nacional de História
CDA	Coordenação de Desenvolvimento Agrário
CEAS	Centro de Educação Ambiental
CEAV	Centro de Atendimento a Vítimas de Crimes
CONAMA	Conselho Nacional do Meio Ambiente
CONAQ	Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas
DOU	Diário Oficial da União
EPSJV	Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio
FCP	Fundação Cultural Palmares
FEUSP	Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo
FIB	Festival de Inverno Bahia
FNB	Frente Negra Brasileira
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
GEPRAXIS	Grupo de Estudos Práxis Educacional
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE -	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatístico
ICP	Inquérito Civil Público
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INMET	Instituto Nacional de Meteorologia do Brasil
ISA	Instituto Socioambiental
J.K	Juscelino Kubistchek
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MIP	Manejo de Integrado de Pragas
MPF	Ministério Público Federal
PMVC	Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista-BA
PNPCT	Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais

PPMLS	Programa de Pós-Graduação Memória: Linguagem e Sociedade
PROLER	Programa Nacional de Incentivo à Leitura
PUC-SP	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
RTID	Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
SDR	Secretaria de Desenvolvimento Rural
SERIN	Secretaria de Relações Institucionais
SMED	Secretaria Municipal de Educação
UESB	Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1:	Mapa do Sertão da Ressaca, no século XIX	50
Figura 2:	Mapa – Lista dos bairros de Vitória da Conquista	56
Figura 3:	Mapa do valor do solo em m2 (metro quadrado), em Vitória da Conquista.....	58
Figura 4:	Mapa de Rendimentos Médio do Domicílio em Vitória da Conquista, 2010	59
Figura 5:	Mostra mês da Pátria: um novo [o velho] olhar para o 7 de setembro	77
Figura 6:	Lugares turísticos da cidade de Vitória da Conquista	79
Figura 7:	Anteprojeto de divisão subdistrital do Município de Vitória da Conquista	80
Figura 8:	Documento sobre a Vila de Inhobim	82
Figura 9:	Monumento ao Índio – Vitória da Conquista	86
Figura 10:	Monumento Jaci dos Santos Flores	89
Figura 11:	Monumento ao Príncipe Maximiliano	91
Figura 12:	Kuêk, indígena da etnia Botocudo, ao lado do Príncipe Maximiliano	92
Figura 13:	Artigo – Derrubando estátuas, fazendo história – Revista Época	95
Figura 14:	Monumento em homenagem a Borba Gato em São Paulo	96
Figura 15:	Relatório Técnico do IBAMA às Comunidades Quilombolas Ribeirão dos Paneleiros, Batalha e Lagoa do Arroz	112
Figura 16:	Panorama de Vitória da Conquista na década de 1930	119
Figura 17:	Rua Grande, Vitória da Conquista, 1937	120
Figura 18:	Livro de “Marca de fogo” do final do século XIX e início do século XX	125
Figura 19:	Trabalho coletivo e agricultura familiar	133
Figura 20:	Frente à casa do Sr. Joaquim na Comunidade quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio	147
Figura 21:	O Sr. Damião Arifa e o Sr. Joaquim: Lideranças mais antigas da comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio	155
Figura 22:	Cartaz de divulgação da Pré-jornada de Agroecologia	160
Figura 23:	Utensílios produzidos pelas mulheres do Ribeirão dos Paneleiros	164
Figura 24:	Exposição Amanajé: “Aniversário de Vitória da Conquista”	170
Figura 25:	O Cristo Imboré	172
Figura 26:	Entalhamento do busto gigante de Zumbi dos Palmares	175

Figura 27:	Desfile dos principais ‘Pontos turísticos’ - Dia da Independência do Brasil comemorado em Vitória da Conquista	176
Figura 28:	Obra: “Eles pensam que nos mataram”: entre memórias de sacrifício/crucificação de resistência e consciência	177
Figura 29:	Visão Panorâmica do cemitério do Lamarão	188
Figura 30:	Túmulo de Melquíades Jermano da Silva, falecido em 06 de novembro de 1935	189
Figura 31:	“Logotipo” utilizado no Seminário: “Não comemos papel, nem carvão”, Vitória da Conquista	198
Figura 32:	Marcha em denúncia da monocultura de eucalipto na Avenida Regis Pacheco e Praça 9 de Novembro, respectivamente - Centro da cidade de Vitória da Conquista	200
Figura 33:	Comunidade quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio	201
Figura 34:	Localização de plantios de eucalipto na região sudoeste e municípios com Leis de Iniciativa Popular	206
Figura 35:	Termo de Autuação da Coordenadoria Jurídica da Procuradoria da República da Bahia	214
Figura 36:	Trecho do documento que denuncia os conflitos da comunidade na Ouvidoria da Defensoria Pública através da Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade Remanescente de Quilombo do Ribeirão dos Paneleiros e Batalha	216
Figura 37:	Comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares até 2013.....	219
Figura 38:	Apelação Cível anexada ao Processo Judicial eletrônico – Pje ao INCRA	221
Figura 39:	Slogan da “Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade Remanescente de Quilombo do Ribeirão do Panelheiro e Batalha”	229

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	16
2 A GESTÃO E ENQUADRAMENTO DE MEMÓRIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA	466
2.1 “Moderna e civilizada”: como Vitória da Conquista se apresenta ao mundo... ..	47
2.2 [...] Memórias históricas enquadradas: Esta história que foi criada é uma fantasia.....	64
4	
2.3 [...] De mãos dadas pela cidade: Enquadramento e lugares de memória.....	75
3 OS ENFRENTAMENTOS CONTINUAM [...]: MEMÓRIAS-DENÚNCIAS DOS QUILOMBOS RIBEIRÃO DOS PANELEIROS E LAGOA DE MELQUÍADES E AMÂNCIO	1022
3.1 O Ribeirão dos Paneleiros e a memória-denúncia como decantação de conflitos..	1055
3.2 A Lagoa de Melquíades e Amâncio e a memória-denúncia dos enfrentamentos ...	1144
3.2.1 A Lagoa de Melquíades e Amâncio e a memória-denúncia de conflitos étnico-raciais	1377
4 REENCONTRANDO COM JUREMA PRETA: MEMÓRIAS ANCESTRAIS DOS QUILOMBOS RIBEIRÃO DOS PANELEIROS E LAGOA DE MELQUÍADES E AMÂNCIO	1455
4.1 A Jurema Preta e a ancestralidade em Lagoa de Melquíades e Amâncio	1477
4.2 A Jurema preta e a ancestralidade no Ribeirão dos Paneleiros.....	1644
4.3 Ancestralidade quilombola: o reconhecimento e a formação identitária.....	1799
4.4 “[...] um grande cemitério a céu aberto”: as contradições da insígnia “Suiça baiana”	1866
5 APRENDENDO COM A “JUREMA PRETA”: MEMÓRIAS DE AÇÕES DOS QUILOMBOS RIBEIRÃO DOS PANELEIROS E LAGOA DE MELQUÍADES E AMÂNCIO	195
5.1 Os conflitos socioambientais em Lagoa de Melquíades e Amâncio	197
5.2 Memória-ação na Comunidade Ribeirão dos Paneleiros.....	2144
5.3 É preciso que haja ações coletivas.....	2333
6 CONCLUSÃO.....	2355
REFERÊNCIAS	2455

1 INTRODUÇÃO

Ser quilombola nos territórios que circundam o município

É ter a certeza de ter vivido as cantigas entoadas no canto e compartilhadas nos círculos em torno da fogueira;
 É sentir-se encantado pelos contos e pelo tempo em que o pisar na terra toma o corpo após a passagem para o novo;
 É acordar embainhado com a sagrada força da Jurema ao cair sobre os corpos sagrados e curados pela natureza;
 É iniciar novos ciclos, saudar os espíritos ancestrais desde sua essência indígena até a africana, feito matéria e carne;
 É ser filho da casa, sendo parte do culto ao portal para o retorno, compondo a infinitude e vigorante energia das matas e águas;
 É caminhar no tempo regido pelo ciclo da centenária cajazeira, ouvindo o grito ensurdecedor dos caboclos que por aqui passaram;
 É seguir orientações, vindas a partir do transe “aquilombamento”, das rodas de samba, do alvorecer da entoada, cantada no reisado;
 É situarmos distantes do que escolhemos para lembrar e esquecer, assim como fazem o lápis e o papel, ao rabiscarem memórias apagáveis. (Autorial, 2022).

O tom poético contido nas minhas reflexões¹ acima emergiu a partir dos relatos de Gilvandro Oliveira² na epígrafe que inicia este estudo e da constante tentativa de compreendermos o que é ser quilombola em Vitória da Conquista-Bahia, na visão de quem vive diariamente os dilemas recorrentes na luta pela existência. Assim, a poesia supracitada é uma das formas de agradecimento e retribuição ao presente que recebemos desse entrevistado, ao se referir às tradições e à religiosidade advindas da presença dos povos indígenas e negros, que compõem as temáticas que envolvem suas obras de arte, em uma das comunidades que esta pesquisa irá trazer como referência.

Início trazendo também as palavras da professora Katia Rubio³ contidas em seu memorial para justificar quão frondosa é a experiência florescida, tanto na sua trajetória de vida, quanto na genealogia das suas produções acadêmicas. Ambas ganham sentido quando foram escritas e organizadas em sua narrativa biográfica a partir da organicidade e dinâmica de uma árvore:

¹ A partir do referencial teórico delimitado para esta investigação, usaremos a primeira pessoa do singular sempre que nos referirmos à trajetória acadêmica e pessoal deste que vos escreveu; entretanto, ao tratarmos de resultados obtidos a partir das orientações, nos referimos na primeira pessoa do plural, a fim de demarcarmos o trabalho conjunto entre orientando e orientador.

² Formado em História, conhecido na cidade através dos trabalhos que exerce como escultor. Esse entrevistado, da Comunidade Ribeirão dos Paneleiros, tornou-se especial devido à sua preocupação em “passar o recado”, entendendo que os seus saberes ocupam os espaços e tempos em nossas voltas.

³ Professora associada da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – USP; bacharel em Jornalismo pela Faculdade Cásper Líbero (1983), graduada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, (1995). Mestre em Educação Física pela USP (1998) e Doutora em Educação pela USP (2001).

[...] Começa como semente, que de alguma forma, encontrou solo fértil para germinar. Com mais ou menos adversidade se estrutura como um caule que, com o passar dos anos, amplia seu diâmetro em função dos muitos invernos que lhe fazem cair as folhas, restituídas pela força da primavera. Com o tempo seus galhos se expandem, demonstrando a força de sua estrutura inicial. Em não havendo acidente ou intenção os brotos gerados dos galhos formarão a copa que anunciará, para si, o tempo de sua existência, e para o mundo, o tempo do universo. O trajeto dos galhos pode ser natural, alcançando o espaço e ultrapassando limites da propriedade em que estão fincadas suas raízes. E aí reside a beleza dessa imagem. Muitas vezes, o proprietário da terra onde está a árvore não usufrui dos frutos produzidos, uma vez que a expansão dos galhos a fez avançar fronteiras produzindo em outras terras. Há momentos, porém, que uma poda é necessária para que se ganhe força, ou não se invada outras propriedades. Inicialmente chocante, esse processo parece deformar uma trajetória anunciada, entretanto, com paciência, novos galhos brotarão em outras direções seguindo o rumo de uma produção promissora. Há seu tempo, virão as flores que anunciam os frutos. Nem sempre uma grande florada resulta em bons frutos. Por falta de nutrientes ou por intempéries, as flores caem antes do tempo ou os frutos vingam miúdos, desnutridos. Esses indícios apontam para a necessidade de cuidado. É preciso observar o que falta à terra, a grande responsável pelo sucesso da colheita. Feito esse trabalho, respeitada a passagem das estações, os frutos virão. E dele serão alimentados humanos e animais, que num ciclo virtuoso, levarão as sementes para serem plantadas em outras terras. (RUBIO, 2019, p. 12).

Ao ler a analogia que a autora faz da sua vida junto ao ciclo de uma grande árvore, comecei a refletir sobre a importância da “Jurema preta” nos quilombos de Vitória da Conquista e as memórias que se entrelaçaram nestes estudos, ao trazerem sentido e significado no meu percurso enquanto estudante e pesquisador. A memória foi se tornando o solo sob o qual a árvore das minhas experiências foi crescendo frondosamente, ao oferecer caminhos de acesso à realidade apagada dentro de um discurso enquadrado como oficial, que ensurdeceu a escuta dos “vencidos” e “conquistados”, coadjuvantes do roteiro da dramaturgia da história de um município chamado Vitória da Conquista.

Dediquei maior parte da minha vida no consumo da cultura em Vitória da Conquista. Venho de uma família de artistas (capoeiristas, cantores, dançarinos, instrumentistas e percussionista) onde me tornei homem negro, capoeirista, Professor de Educação Física da Rede Estadual de Ensino do Estado da Bahia, filho de uma técnica administrativa e um mecânico de automóveis, que me incentivaram a terminar o ensino fundamental, médio e superior. Sem perder de vista os ensinamentos advindos das minhas vivências nos Movimentos sociais, sobretudo a Capoeira que vivenciei, no coletivo social, a necropolítica⁴ como

⁴ Este fenômeno é descrito por Joseph-Aquile Mbembe, cientista político e filósofo camaronês, o qual se utiliza do conceito de biopoder do pesquisador e filósofo Michael Foucault. Para esse autor, o papel político do Estado tem se apropriado da morte como justificativa do extermínio de grupos sociais através da inacessibilidade às políticas públicas de saúde, educação, segurança pública, desenvolvimento social e seguridade. (MBEMBE, 2018).

dispositivo de poder de um Estado, em meio a um contexto de pandemia da Covid-19⁵, em que estive em fase de recuperação, após ter adquirido essa doença. Assim como o enfrentamento de uma cirurgia de ruptura do tendão de aquiles do pé direito. Foi nesse momento de reclusão e total introspecção que me deparei com a necessidade de escrever e analisar os dados já coletados nas comunidades. Dessa forma, ainda que quisessem nos matar, parafraseando a pensadora Conceição Evaristo⁶, permanecemos vivos.

Essa experiência foi levada como objeto de pesquisa durante o mestrado que iniciei em 2016, que, em seguida, fez nascer os brotos para o desenvolvimento deste estudo em 2019, agregando os temas de pesquisas relacionadas à denúncia social. Isso fez com que eu me aproximasse do Professor orientador Felipe Eduardo Ferreira Marta. A princípio, no sentido de questioná-lo como “mais um sulista” que estaria trazendo questões colonizadoras para a UESB. Após ele ter rompido com o preconceito que criei sobre as suas perspectivas de trabalho, ao trazer a denúncia como temática a ser trabalhada no âmbito da pesquisa, decidi escolhê-lo como orientador. Essa parceria contribuiu significativamente para que, atualmente, eu tivesse produções de conhecimento para que eu ocupasse o cargo efetivo de docente na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Mesma Instituição de Ensino Superior na qual cursei a graduação, mestrado e, agora, doutoramento; retornando como Professor Assistente no Departamento de Saúde (DS1), no curso de Licenciatura em Educação Física, Campus de Jequié-BA.

Eu seria mais um desenvolvendo uma tese neste lugar coletivo de ocupação do espaço no município de Vitória da Conquista? A escrita desta tese vai germinando o aparecimento dos relatos de pessoas e análise de variadas fontes, entrecruzadas⁷ com documentos oficiais, historiografia e pesquisas científicas. As histórias e narrativas vão enraizando o protagonismo dos líderes e membros das comunidades quilombolas Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio. Dessa maneira, a “Jurema Preta” como simbologia da esperança a qual

⁵ A Covid-19 se disseminou pelo mundo descontroladamente, declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, como uma pandemia. Consequentemente, aumentaram os casos de síndrome respiratória aguda grave pelo coronavírus (SarsCoV-2), sendo letal, principalmente nas populações, comunidades e grupos vulneráveis. (ARAGÃO *et al.*, 2022).

⁶ A mineira Maria da Conceição Evaristo de Brito, mulher negra e doutora em letras-literatura comparada pela Universidade Federal Fluminense, é docente universitária e pesquisadora literata no movimento pós-modernista no Brasil. Ex-professora da rede pública fluminense, foi homenageada em 2019 com o Prêmio Jabuti, o qual foi vencedora em 2015. Seus escritos partem do lugar de vivência de mulheres negras e as desigualdades raciais e de gênero, que se transformam em denúncias às opressões e resgate às ancestralidades frente ao epistemicídio, processo no qual Boaventura de Sousa Santos explica a invisibilização das contribuições culturais e sociais oriundas de outras referências constituídas geograficamente em territórios do Sul Global.

⁷ A história da África influenciou as humanidades no sentido de pensar o objeto de investigação a partir de uma variedade de fontes e de cruzamento entre elas. A África foi um grande desafio para a comunidade científica, pois ela quebra modelos epistemológicos nas ciências humanas. (KI-ZERBO, 2010).

as comunidades recorrem às suas ancestralidades é o ponto de partida para se autoafirmarem na sociedade e reivindicarem seus direitos perante o centro decisório que parte do núcleo urbano. Entretanto, este estudo contribui no sentido de apontar o significado dessa resistência, na medida em que elas se organizam perante os problemas reais e iguais: disputas de terra, acesso à financiamento para agricultura familiar, matéria-prima para a produção de subsistência, entre outros.

Este trabalho tratou de fazer uma análise, a partir da oralidade, dos processos de resistência constituídos no interior das comunidades quilombolas Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio, frente aos enquadramentos de memória geridos historicamente no núcleo urbano do município de Vitória da Conquista. Essa temática contemporânea nos fez ativar memórias que remeteram à legitimação do presente, conectando-nos a esses dois territórios tradicionais, examinando um município que se apresenta para o mundo por meio de, pelo menos, dois enquadramentos. Um que associa a memória oficial, posta no projeto colonizador, e outra, nas simbologias mantidas na construção de uma memória social do homem sertanejo. Ambos os enquadramentos mantiveram as comunidades tradicionais de fora dos seus projetos, que não reconhecem a presença das memórias de resistências dos povos originários e quilombolas, na busca pelos seus direitos ao território, assim como alternativas econômicas e socioculturais.

A origem desta pesquisa remonta a um passado mais distante e tão próximo, vivificado nos reencontros do presente e na continuidade de lutas que unificam e cristalizam memórias a serem carregadas por décadas. Pois há trinta anos, o desdobramento que tenho sobre a memória da cidade de Vitória da Conquista estava presente nos meus primeiros cadernos de atividades escolares. Especificamente, durante os primeiros contatos com os conhecimentos sobre sua história, desde quando eu tinha 7 anos.

A partir das análises desse passado, do qual fazia parte, pude me reencontrar com o tempo em suas singularidades, em que a história vivida por mim se confrontou com aquelas que foram pesquisadas e narradas no presente. Assim, era comum ouvir a professora pedir para abrimos os nossos livros e fazer a leitura de histórias sobre os feitos heroicos dos vencedores, em detrimento da derrota dos povos originários. A história era narrada pela professora, na medida em que íamos nos tornando parte dela como “vitoriosos”. Permitindo, assim, que sua interpretação fosse unilateral, ao entender que a história oficial contada oferecia condição⁸ e possibilidade, em sua trajetória, de confirmação dos atributos e legitimidade das desigualdades.

⁸ O termo “condição” é usado nesta pesquisa para se referir a experiências difusas, modos ou estilos de viver e sobreviver. Esse conceito é defendido por Bosí (1992) em sua produção sobre a **Dialética da colonização**, onde o

O processo avaliativo dessas aulas era acompanhado da distribuição de papéis entre os alunos, a serem interpretados a partir de personagens lendários, como aqueles previstos nas “estórias” contadas pelo “folclore” brasileiro. Era o início do segundo semestre letivo, período de um mês de férias após o encerramento do primeiro, separados pelo recesso das festas juninas. Esse projeto me causou estranheza desde aquela época, já que toda vez em que me convocavam para corporificar o papel do “saci-pererê”, sentia-me constrangido e frustrado. Foi ali que percebi também o significado que o “folclore” trouxe enquanto ritual de disputas, configuradas entre os alunos da escola e entre outras escolas da cidade, que ficavam acirradas nos desfiles de 7 de setembro e, posteriormente, nos jogos escolares do município. Essa postura pedagógica, de acordo com Ernesta Zamboni (1999), em seus estudos sobre representações e linguagens no ensino de história, reforça ainda mais os estereótipos, além de apresentar de forma equivocada os povos indígenas.

Entre os alunos, havia uma comparação, pois as crianças negras tinham seus papéis atribuídos à sua cor e, supostamente, à sua classe social. Enquanto as poucas crianças não negras, que ingressaram naquele ambiente da escola pública, eram colocadas em lugares de destaque, assumindo os “melhores” papéis na escala de privilégios a serem distribuídos. Lembro das vezes em que carregamos nos braços as cadeiras que os “privilegiados” se sentavam, vestidos de “príncipes” para serem “idolatrados” em todo o espaço escolar. Aquele lugar sempre era desejado pelos demais que carregavam a representação da corte europeia. Tínhamos a certeza de que a quantidade de melanina inerente às nossas peles excedia pelos poros. Consequentemente, nos retiravam de qualquer possibilidade de performar, como em África, nosso reinado digno de nobreza dos quais nossos povos ancestrais foram expropriados, quando foram retirados à força do continente africano. Assim, passei a compreender o porquê os demais colegas não negros recebiam mais atenção, elogios e carinhos das professoras não negras.

Após essas primeiras percepções, eu sempre tentava ocupar lugares que pudessem causar outro efeito de sentido durante as atividades avaliativas previstas nas referidas datas comemorativas. A mentalidade retrógrada e racista que se tinha sobre o negro no Brasil mantinha as práxis pedagógicas pautadas na seletividade e exclusão. Os lugares eram marcados nos papéis de subalternidade das crianças negras, vistos no compromisso das professoras não negras em homenagear a memória nacional do “folclore” no mês de agosto, além dos dias 19

autor afirma que a condição “traz em si as múltiplas formas concretas da existência interpessoal e subjetiva, a memória e o sonho, as marcas do cotidiano no coração e na mente, o modo de nascer, de comer, de morar, de dormir, de amar, de chorar, de rezar, de cantar, de morrer e ser sepultado” (BOSI, 1992, p. 27).

de abril e 13 de maio. Caso tivesse ocorrido homenagens a personalidades negras, talvez minhas expectativas de recordar os fatos menos lastimáveis teriam sido um encontro com minha própria terapia de superação das dores e marcas que o racismo institucional proporcionou em minha trajetória.

Os lugares de privilégios estavam guardados exclusivamente para os sujeitos predestinados a ocupá-los, de acordo com os estereótipos pré-estabelecidos pela cultura eurocêntrica, que sistematizou os conhecimentos advindos do continente africano. Isso ofuscava a possibilidade de existência da criança negra nesse campo de invisibilidade, reproduzida na escola a partir do olhar no qual a sede do município mantinha em relação à presença do negro em outros contextos da cidade. A lógica do “eu-alienado” foi descrita por Fanon (2008)⁹, em que ele vai relatar que há uma tentativa constante em amar o mundo branco. Mas na mesma intensidade que a gente ama e descortina esse lugar, seguimos em direção ao lugar do ódio criativo. Assim, todo amor que a escola me direcionava a viver a opressão advinda da supremacia branca¹⁰, na própria escola se transformava em ódio àquele momento, devido à percepção do quanto esses momentos destituíram minha humanidade perante os outros, em favor da reprodução dos privilégios.

Essa disparidade simbólica novamente colocava em xeque a história da constituição do núcleo urbano do município que era vivenciada em minha escola. Havia outras possibilidades de pensar essa história, não só do ponto de vista do colonizador, mas também dos “verdadeiros donos” das terras. Logo, fiz o assunto se tornar uma questão discutida entre os meus familiares. Até que minha avó, Maria Sena, *in memoriam*, sempre falava sobre lembranças que tinha da sua mãe, ao dizer que a memorável “foi pega no mato”¹¹, histórias parecidas com a personagem “Belonísia” e “Donana” na narrativa contada em **Torto Arado**, de Itamar Vieira Júnior (2019). Estas personagens, vista a partir do cotidiano de mulheres pretas e pobres, vivem a opressão e

⁹ Esse filósofo francês, nascido na ilha de Martinica em 1925, discutiu em suas obras as subjetividades do modo em que o racismo opera. Apesar das suas pesquisas terem sido condenadas pela cátedra francesa, tornaram-se referências nos estudos pós-coloniais, especialmente na compreensão dos efeitos do racismo na *psiquê* humana, já que considera o racismo estrutural uma ameaça à humanidade.

¹⁰ É a operacionalização do racismo em que pessoas brancas são superiores a pessoas de outras raças, em que essas pessoas sempre atribuirão privilégios em favor das suas existências, seja politicamente, economicamente e socialmente. As pesquisas de Laila Saad (2020) analisam criticamente a branquitude e como esta supremacia exerce poder nas vidas de pessoas pretas pelo fato de não reconhecerem os seus privilégios.

¹¹ Esse processo colonizador é discutido por Bosi (1992) ao se tratar das obras de Gilberto Freyre e de Sérgio Buarque de Holanda. Destacam, respectivamente, **Casa grande e Senzala** e **Raízes do Brasil**, trazendo a ideia de que os senhores de engenho e bandeirantes adotaram costumes dos povos indígenas e africanos para incorporar e apropriar dos bens materiais e culturais. Além disso, toma para si “a força do seu braço (dos povos originários), o corpo de suas mulheres, as suas receitas bem-sucedidas de plantar e cozer e, por extensão, os seus expedientes rústicos, logo indispensáveis, de sobrevivência” (BOSI, 1992, p. 28).

violência oriunda do contexto patriarcal, do mesmo modo em que elas tentam constituir estratégias para continuarem resistentes às inúmeras violências.

A lembrança da minha avó fazia alusão aos meus ancestrais e ao lugar em que eles nasceram e viveram no município de Lafaiete Coutinho-BA, que posteriormente migrou para Vitória da Conquista. Daí a importância de citar uma das falas desse autor mencionado acima, durante uma entrevista cedida às autoras Natália Souza Noro e Marta Aparecida Garcia Gonçalves (2022), em que ele afirma que anda “com os pés dos que vieram antes, dos meus antepassados e assim será”. (NORO; GONÇALVES, 2022, p. 542).

Essa memória de minha avó me fez lembrar o **Torto Arado**, quando uma das protagonistas tem a língua cortada. Isso fez com que eu refletisse sobre como se deu o processo de silenciamento que foi se constituindo na memória social das cidades que integram a Região Sudoeste da Bahia, a partir do ponto de referência histórico e étnico-social. Esse ciclo também me remeteu ao percurso metodológico do pesquisador Alex Haley (2021), ao desenvolver seus estudos focados na **Genealogia da História negra** dos seus antepassados através da História oral,¹² até traçar o trajeto de volta à sua ancestralidade, que havia sido dispersada e aniquilada durante a diáspora africana.

A filósofa e feminista negra, Djamila Ribeiro (2019), resgatou em sua obra a importância das narrativas advindas dos povos negros e reivindicou os lugares de fala silenciados por narrativas contadas a partir do europeu, hegemônico e vencedor. Dando grau de importância à releitura da história sobre a escravidão no Brasil, “contada [agora] por nossas perspectivas e, não somente pela perspectiva de quem venceu” (RIBEIRO, 2019, p. 85). A própria história oficial da “história do Brasil” trouxe pistas para se colocar em movimento, questões em torno da “vitória” dos “brancos” em detrimento do silenciamento¹³ dos que sofreram a derrota, para garantir a reprodução de uma narrativa “gloriosa”. Isso justifica a origem do próprio nome atual do município de Vitória da Conquista, pois até antes de adentrar

¹² Essa pesquisa foi traduzida pela Professora e Mestra Alice Faria, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobre a **História negra, História Oral e Genealogia**, a partir da trajetória de pesquisa do Alex Haley. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/1201/106106106264>. Acesso: 14 de ago. 2021.

¹³ A obra de Jaques Derrida intitulada **O perdão, a verdade, a reconciliação: qual gênero?**, diferentemente de Paul Ricoeur, a primazia da ideia do “corpo nacional” sobre o imperativo de verdade e justiça na França do pós-guerra, ajudando na compreensão da memória do resistente (herói) e na compreensão de como se deu o silenciamento presente na memória dos sobreviventes (vítimas) do holocausto, pois o que perdurou, na memória oficial na França, foi o silenciamento frente ao colaboracionismo, deportação e extermínio em massa, prevalecendo, entre as vítimas, o desejo de silenciar o passado como estratégia de sobrevivência. Posteriormente, pesquisadores como o historiador Henry Rousso (1990), reconhecido no meio científico como um dos analistas mais renomados do fenômeno memorial na França pós-guerra, trouxeram a ideia do “direito de esquecer” ao se tratar das memórias das vítimas do holocausto.

no Ensino Médio, eu acreditava que os povos “dizimados” na batalha entre brancos e indígenas tinham sido esses os principais vilões. Neste sentido, os estudos de Santos (2007) apontam que

[...] Apesar de alguns estudos realizados nas últimas décadas desmistificarem o episódio da batalha que dizimou os índios da região, conforme propaga o imaginário popular conquistense, até hoje, a imagem do massacre mítico é recorrente na cidade, alimentada pelas escolas, pelos jornais e pelas crônicas, entre outros. (SANTOS, 2007, p. 132).

Nesse caso, a escola nos ensinou que a “vitória dos heróis” nacionais fez emergir a memória oficial a partir da homenagem ao nome do município de Vitória da Conquista, que, segundo o autor citado acima, faz alusão à morte, à escravidão e à destruição. Dessa maneira, as comunidades trazem a memória de resistência exitosa de contraposição a essa ideia da vitória do conquistador, as quais vão persistindo e gerando frutos de êxitos às pessoas que insistem em suas existências cotidianas.

A memória desse período escolar também me fez “descortinar”¹⁴ o pensamento hegemônico de como as nossas experiências são ditadas e narradas na perspectiva da história dominante. Os antigos professores permaneceram em minha memória como autores do processo de escolarização, que reproduziam essas narrativas e conseqüentemente afetam os nossos lugares de fala, já que nossos lugares de escuta ficaram comprometidos pela atuação pedagógica de se manterem fiéis ao silenciamento. Dessa forma, o Ensino Médio proporcionou que essas “cortinas” se abrissem, quando comecei a dialogar com um dos colegas de turma, Gilvandro Oliveira. Pois suas memórias reivindicativas dos seus ancestrais criaram um elo junto ao presente em meus relatos sobre a minha história de vida. Isso causou uma maior aproximação com ele, assim como a necessidade de ouvi-lo e acompanhá-lo em alguns embates que ele travou contra o processo de exclusão do quilombo onde reside e frente aos seus direitos.

Tudo isso em prol de desvelar relações tensas que predominaram entre povos tradicionais e a sede do município de Vitória da Conquista. Inicialmente, pensamos na ideia de que possivelmente as narrativas pudessem ser construídas a partir da apreciação da “Jurema” enquanto árvore da resistência, que nos proporciona ampliar nossas lentes por diferentes ângulos. Com essa visão, foi possível perceber o processo de urbanização do município de Vitória da Conquista, marcado pelos privilégios raciais conferidas dentre as melhores condições

¹⁴ Esse processo de “descortinamento” prossegue neste trabalho a cada novo diálogo que ocorreu durante minha aproximação com os diferentes grupos sociais, servindo como marco de memória quando recorro da escrita desta narrativa me colocando como escritor negro. De fato, estaria fadado a cometer um equívoco se eu caminhasse na lógica de assumir qualquer neutralidade acadêmica perante as ambigüidades. Por isso, é preciso continuar buscando a ocupação desses lugares que me foram negados quando criança na escola pública.

de possibilidade econômica na disputa de moradias no contexto urbano, ao situar-se no centro do sudoeste baiano que, segundo Ferraz (2001, p. 21), tornou-se “palco de uma dinâmica urbana repleta de contradições e conflitos”, por estar situada em um “entroncamento rodoviário” cortado pela BR 116, as BA 262 e BA 415, ligando o Norte ao Sul do país e, a partir disso, se desenvolvendo economicamente.

Fazendo alusão ao universo mítico registrado nos escritos de Lévi Strauss (1978), tomamos a seiva da “Jurema” como “seiva bruta” que emerge das raízes da ancestralidade. É preciso considerar que estamos prestes a iniciar um processo de elaboração da “seiva elaborada”, substância vital que percorrerá pelas vias ascendentes, deste estudo, conduzido pela relevância social do grande apelo dos quilombos de registrar suas memórias não registradas na história oficial da localidade, para serem ouvidos a partir de outros lócus. Todavia, seiva conduzida, na maioria das vezes, para os sistemas metabólicos das pesquisas quantitativas, que negam o processo de visibilidade das narrativas de memórias e oralidades. Entretanto, os saberes encontrados entre os povos tradicionais no município em questão compõem os relatos de histórias de vida das pessoas que vivem nos territórios quilombolas, já que “a oralidade é uma atitude diante a realidade e não uma ausência de uma habilidade” (VANSINA, 1982, p. 140).

A oralidade é utilizada para garantir a visibilidade e possibilitar a resistência dos grupos sociais inferiorizados. Quando a privilegiamos, estamos inevitavelmente ressaltando “a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à memória oficial”. É com base nessa concepção de Pollak (1989, p. 4) que compreendemos o papel exercido pela memória dos quilombolas da cidade, que sendo subterrâneas, “prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise” (POLLAK, 1989, p. 4).

Essa problematização da memória vista no tempo presente e em relação aos acontecimentos históricos é trazida neste trabalho a partir das contribuições do Michael Pollack. Assim, a visão científica de perceber os fatos sociais como “coisas” (tradições, formas arquitetônicas, músicas, danças, personagens, biografias, relações e histórias de vida), representa uma perspectiva de percepção da memória, tanto materializada nas coisas, quanto de forma imaterial (memória coletiva gera coesão social), considerados por Michael Pollak (1989, p. 1) como “indicadores empíricos da memória coletiva de um grupo”.

Estaríamos contribuindo para o apagamento dos povos tradicionais, se caso assumíssemos a postura de pensar esses grupos sociais como incapazes de escreverem e narrarem suas contestações às formas que têm lutado e resistido perante as tentativas de

epistemicídio. Por outro lado, a habilidade da escrita ainda era insuficiente para superar a potência na qual a palavra dita representa nas comunidades tradicionais. De acordo com Ramon Grosfoguel (2016), a ciência, como produção da modernidade/colonialidade, retoma o pensamento cartesiano para legitimar o genocídio epistêmico e os egocentrismos nos lemas “Extermino, logo existo”; “Conquisto, logo existo; Cogito, logo existo”; no intuito de nos apresentar os conhecimentos do mundo moderno e colonial, enquanto bases ineditistas e negar a existência de outros (negros e indígenas).

O pensador malinês, Amadou Hampaté Bâ (2010), reforça a importância das histórias contadas nas comunidades populares e enfatiza a transmissão dos saberes, comparando-a ao “sopro” e ao hálito que chega no tempo presente por meio das tradições. Nesse sentido, a palavra traz um significado primordial na materialização da comunicação, e ganha, para os tradicionalistas domas, um caráter sagrado e moral, por tornar-se um “conhecimento total”. Assim, se não houvesse África, não haveria sistematização da Filosofia da tradição europeia.

Os quilombos são conceitualmente caracterizados pela participação ativa dos sujeitos que os constituem, na interação com outros grupos. São atuantes através das memórias de lideranças consideradas “mais velhas”, pautando-se na preservação de suas identidades étnicas. Elas adquirem conotações diferentes das abordagens isolacionistas sobre as definições tradicionais de “quilombo”. Assim como a do enunciado feito pela monarquia de Portugal, em 1740, quando respondeu ao Conselho Ultramarino que esses grupos se definem como “toda habitação de negros fugidos, que passam de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele” (TURATTI, 2003, p. 6).

Os quilombos vivenciam, de acordo com Silvio Almeida (2019)¹⁵, as consequências do demarcador da diferença de identidade negra e quilombola, advindas historicamente do racismo estrutural. Para esse autor, as estratégias racistas são reproduzidas nas esferas políticas, sociais e econômicas, através de dispositivos de poder estruturados para discriminar pessoas ou grupos de forma sistemática. Sendo assim, diversas barreiras impedem que políticas públicas alcancem os territórios tradicionais, afetando diretamente à saúde, à educação e aos direitos relacionados à regularização fundiária dos territórios, já que se encontram em situação de riscos perante conflitos e tensões, aumentadas nos últimos tempos. Segundo os estudos de Aragão *et al.* (2022), a crise no contexto atual de pandemia da Covid-19 intensificou o número de mortes,

¹⁵ Nascido em São Paulo em 1976, é advogado, filósofo, Professor universitário e ocupa, atualmente, a cadeira de ministro dos Direitos Humanos e Cidadania do Brasil, em 2023. Sendo uma das maiores referências das questões raciais na contemporaneidade.

principalmente da população que se encontrou mais vulnerável perante as condições materiais de enfrentamento.

Segundo Germano e Couto (2022), os corpos pretos, pobres, indígenas e quilombolas fizeram parte do projeto genocida do Estado. Em contrapartida, esses autores destacam o dever do Estado brasileiro de assegurar políticas públicas para esses povos, assim como os direitos básicos para incentivar a redução de desigualdades estruturais que afetam diretamente essas populações atingidas. Essa população, de acordo com o Relatório final de transição de governo, foi a que mais sofreu retrocessos, devido à negação de direitos ultrajados na atual história do país.

Dados estatísticos, contidos nos resultados de automonitoramento quilombola, em parceria com a Plataforma Observatório da Covid-19, nos Quilombos da Articulação das Comunidades Negras e Rurais Quilombolas (CONAQ)¹⁶, junto com o Instituto Socioambiental (ISA), foram reunidos a partir de 28 de maio de 2020 através da iniciativa dessas organizações quilombolas para denunciar a invisibilidade na pandemia. Assim como demonstram os históricos, nos quais esses espaços não estão sendo oficialmente monitorados e atendidos, de acordo com as suas demandas.¹⁷ O Relatório de transição de governo, citado acima, ainda constata o desmonte em relação à Agenda Social Quilombola, descumprimento de determinações judiciais da ADPF 742 (Quilombolas e Pandemia) e desmantelamento dos “esforços de articulação intersetorial das agendas para Povos e Comunidades Tradicionais e Matriz Africana e Terreiros e dos Povos Ciganos” (Relatório final da transição de governo, 2023).

Em decorrência disso, a pandemia foi associada a uma “insuficiência” de civilização, de domínio dos corpos nas grandes cidades. No caso da Covid-19, mostrou o quão impotente somos perante as difíceis tentativas de convencimento social a respeito da importância do isolamento. Percebemos nesse contexto, um processo de racionalização se comparada a outras pandemias mundiais, cujos corpos que configuram a população de classes pobres estavam

¹⁶ “A CONAQ é uma organização de âmbito nacional, sem fins lucrativos que representa a grande maioria dos (as) quilombolas do Brasil. Da CONAQ participam representantes das comunidades quilombolas de 23 estados da federação. Os objetivos da CONAQ é lutar pela garantia de uso coletivo do território, pela implantação de projetos de desenvolvimento sustentável, pela implementação de políticas públicas levando em consideração a organização das comunidades de quilombo; por educação de qualidade e coerente com o modo de viver nos quilombos; o protagonismo e autonomia das mulheres quilombolas; pela permanência do (a) jovem no quilombo e acima de tudo pelo uso comum do Território, dos recursos naturais e pela em harmonia com o meio ambiente”. Disponível em: <http://conaq.org.br/nossa-historia/> Acesso em: 22 jun. 2021.

¹⁷ Esta Plataforma colaborou com a imprensa nacional e internacional disponíveis nas redes seguintes: Brasil de Fato; Agência Brasil; Instituto Socioambiental; Isto é e Jornal Cruzeiro do Sul.

fadados à morte, especificamente os que detinham uma maior quantidade de melanina em suas peles ou aqueles que residem distantes dos núcleos urbanos.

Assim, a plataforma é sustentada por dados enviados por lideranças quilombolas pertencentes à CONAQ no país, que encaminham os números de casos confirmados e de óbitos, projetados em mapas e gráficos, como mostrado pelo Informativo Desigualdades Raciais e Covid-19. De acordo com a CONAQ, no ano de 2020, os registros de casos confirmados e óbitos apontam o crescimento entre o mês de abril até dezembro de 2020, especificamente no platô entre o mês de junho e julho.

Essas desigualdades raciais também foram encontradas durante as pesquisas que realizei¹⁸ em 2018, ao analisar os conflitos e tensões na cidade advindos do processo de disseminação da prática corporal de um grupo tradicional de legado africano no Brasil. A partir delas, constatei que a memória dessa prática corporal, em Vitória da Conquista, foi permeada por conflitos provocados pelas disputas e adversidades, tanto de cunho socioeconômico, quanto étnico-racial na relação entre negros e brancos, ensejada pelos enfrentamentos políticos durante a ocupação dos espaços urbanos. A Capoeira no Brasil foi vista como um dano moral na sociedade do século XIX e XX, e embora já tivesse sido liberada na segunda metade desse último século citado, sua proibição ainda era instituída enquanto verdade que transitava pelas ruas no cabresto dos coronéis, onde havia perseguições aos seus praticantes. Mesmo que o município de Vitória da Conquista aparentasse um contexto mais rural e negro, o sistema se mostrou hostil e resistente a essas práticas.

Essas disparidades têm sido discutidas entre os movimentos sociais da cidade, no sentido de buscarem reparação social. Os quilombos acionam as tradições a tal ponto de considerar esses estudos emergentes como tema de justiça reparatória em meio às injustiças históricas as quais dizimaram a sociedade, a exemplo de temas como genocídio, tortura, limpeza étnica (higienismo¹⁹). Em consonância com a importância desse debate, Mattos (2016) destaca a memória como possibilidade de recordar dos crimes coletivos, nos quais apontam outras dimensões de se pensar a escravidão no “Novo Mundo”, que vão além de abordar apenas as temáticas relacionadas à diáspora, racismo e identidade.

¹⁸ Dissertação defendida em 18 de fevereiro de 2018 pelo Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade-PPGMLS, da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Disponível em: <http://www2.uesb.br/ppg/ppgmls/wp-content/uploads/2019/03/Disserta%C3%A7%C3%A3o-de-Jonatan-dos-Santos-Silva.pdf>

¹⁹ O higienismo serviu como base para fortalecimento enquanto dispositivo de poder sob os corpos de pessoas pertencentes a grupos excluídos da rede de poder nacional (SOUSA, 2012). Esta forma incisiva tinha o objetivo de limpar as cidades ao retirarem o povo preto e pobre dos grandes centros urbanos e evitarem a proliferação de doenças por meio de pandemias, como aconteceu no Rio de Janeiro em pleno século XIX.

As discrepâncias que aparecem nas relações entre o núcleo urbanizado do município e os quilombos que as compõem também se mostram nos enfrentamentos étnico-raciais que aparecem nos estudos de Moreira (2019). Os quais esta pesquisa corrobora, no sentido de compreendermos sobre a memória da escravidão e o processo de constituição e formação identitária de grupos quilombolas. Sobretudo, o entendimento de como se deram as formações de comunidades tradicionais negras no Brasil. Em virtude disso, esse distanciamento se vincula à ideia de marginalização dos povos afro-diaspóricos, os quais resistiram ao sistema escravocrata no período colonial e pós-abolicionista²⁰. Para esse autor, a fragmentação da memória social construída com vista na palavra “quilombo”, ora o define a partir da lógica colonial de resistir a opressão no cativo, e ora como grupo de pessoas que descenderam do povo negro escravizado. Sobretudo que não tiveram nenhuma política de inclusão social após a abolição da escravatura, como pontuou Abdias Nascimento (1980), na obra “Quilombismo”²¹.

Apesar de terem sido incorporadas conotações diferentes ao longo da história, a definição de “quilombo” foi desde as concepções isolacionistas de comunidade até aquelas que se formaram no âmbito do silenciamento ainda no final do século XIX. Por meio do processo de luta, com a promulgação da Constituição Federal de 1988, as leis foram retomadas para atender essa discussão através do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT). Uma vez que diz: “Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir os títulos respectivos”, visto que esse processo depende diretamente da certificação da Fundação Cultural Palmares (FCP)²² e a titulação e demarcação pelo INCRA. Entretanto, apesar da C.F. trazer

²⁰ O autor citado acima, ainda reforça em seus estudos sobre a fragmentação da memória social construída com vista na palavra “quilombo”. Ora o define a partir da lógica colonial de resistir a opressão no cativo, e ora como grupo de pessoas que descenderam do povo negro escravizado, sobretudo que não tiveram nenhuma política de inclusão social após a abolição da escravatura. Em contrapartida, as políticas de inclusão das comunidades nas propostas sistematizadas pela cidade continuam sendo o cerne dos debates que vão de encontro a continuação deste processo de marginalização após o período escravocrata.

²¹ Após a abolição formal a 13 de maio de 1888, o africano escravizado adquiriu o *status* legal de “cidadão”; paradoxalmente, no mesmo instante ele se tornou o negro indesejável, agredido por todos os lados, excluído da sociedade, marginalizado no mercado de trabalho, destituído da própria existência humana. Se a escravidão significou crime hediondo contra cerca de 300 milhões de africanos, a maneira com os africanos foram “emancipados” em nosso país não ficou atrás com prática de genocídio cruel. Na verdade aboliram qualquer responsabilidade dos senhores para com a massa escrava; uma perfeita transação realizada por brancos, pelos brancos e para o benefício dos brancos (NASCIMENTO, 2019, p. 87).

²² Em meados da década de 1990 a FCP, publicou a definição de quilombo em meio ao contexto histórico daquele período, o qual buscava mapear e regularizar as comunidades. Dessa maneira, conceituou quilombo como “sítios historicamente ocupados por negros que tenham resíduos arqueológicos de sua presença, inclusive as áreas ocupadas ainda hoje por seus descendentes, com conteúdos etnográficos e culturais.” (Isto é, 20/06/90, p. 34. *apud* ARRUTI, 2006, p. 83). Posteriormente, em 1995, o antropólogo da Associação Brasileira de Antropologia — ABA —, João Pacheco de Oliveira, ressignifica a conceituação dos remanescentes de comunidades de quilombos, afirmando que “não podem ser definidas em termos biológicos ou raciais, mas como criações sociais, que se

novos significados para a conjuntura atual, a história dos remanescentes quilombolas no Brasil continuou invisibilizada, devido ao texto evocar a igualdade constitucional e não fazer menção à “identidade histórica”, nessa tentativa de resgate da dívida histórica do Estado brasileiro²³ (O'DWYER, 2002).

A realidade atual dos quilombolas apresenta a contínua luta pelos direitos aos seus territórios, conforme estão assegurados pela C.F., de 1988. Em meio ao universo de 6 mil quilombos no Brasil, apenas 246 títulos foram expedidos no intuito de beneficiar 357 quilombos. Essas estatísticas, apontadas pela CONAQ e Terras de Direitos (2018), revelam situações adversas e conflituosas referentes à expropriação e violência ocorridas contra as famílias quilombolas das diversas comunidades tradicionais no Brasil. (SOUZA, 2021).

A importância de se aquilombar em meio às contradições vistas no Brasil e as lutas pela garantia de terras e do território apareceram como reflexos das experiências de educação dos territórios quilombolas, respectivamente, como se apresenta nas pesquisas de Souza (2016) e Silva (2012). Para eles, apropriar-se dos sentidos e usos da memória quilombola envolve a preservação do ato de plantar, produzir e vivenciar as manifestações culturais, as celebrações, os lugares sagrados e as memórias ancestrais, associadas à luta pelo reconhecimento e direitos historicamente pautados no modo de vida coletivo.

Entretanto, no processo de reconhecimento de que existem discursos que reforçam a cristalização de narrativas de poder, em favor da defesa de discursos hegemônicos²⁴ de nação, aparecem como tentativas de visibilizar histórias não escritas pela memória oficial no processo de conscientização do passado refletido a partir dos grupos subalternos. Em consonância com essa afirmação, Cicalo²⁵ (2016) afirma que o Brasil ainda continua atrasado em comparação

assentam na posse e no usufruto em comum de um dado território e na preservação e reelaboração de um patrimônio cultural e de identidade própria”. (OLIVEIRA, 1997, p. 84, grifos do autor).

²³ Neste ponto, é importante ressaltar que as lutas do povo negro tinham ganhado espaço a partir da fundação da FNB (Frente Negra Brasileira) em 1931 em São Paulo – SP. Este movimento também surgiu com base nas organizações feitas pelas associações da década de 1920, no intuito do povo negro se constituir enquanto partido político, já que o Governo Vargas não deu conta incluir o povo negro em seus programas. De acordo com Pedro Paulo Barbosa citado por Domingues (2005, p. 82), “os negros não foram convidados para participar de nada. Daí a ideia de se organizar uma Frente Negra Brasileira”. [...] A proposta era formar uma frente (ou coalizão) política que unificasse todos os negros do país em uma única organização”. Entretanto, a estrutura racista da época impediu que estas reivindicações ganhassem força e representatividade nestes espaços de “aquilombamento”.

²⁴ Este termo é utilizado nos estudos de Antonio Gramsci enquanto categoria, conceito filosófico e político para retratar os contrastes advindos das relações antagônicas entre as classes. Entretanto, não é objetivo deste estudo aprofundar estes debates, pois entendemos que este debate amplia para outros contextos de disputas, as quais constituem as relações sociais e ideológicas, merecendo maiores discussões teóricas e epistemológicas.

²⁵ André Cicalo é integrante do King's College de Londres, atuando no Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense. Estudioso da área de memória da escravidão e patrimônio cultural. Seus trabalhos também são supervisionados pela Professora doutora Hebe Mattos, os quais publicam o livro **História Oral e Comunidade: reparações e culturas negras**, em 2016.

com outros países latino-americanos “na tarefa de identificar seus lugares da memória escrava” (CICALO *apud* MATTOS, 2016, p. 50).

Observar os grupos afastados e cerceados dos privilégios da sede do município de Vitória da Conquista usufrui por compor a maior parte do território urbanizado, o que fez desta pesquisa um importante instrumento de base para reivindicação, para que esses espaços sejam revisitados como integrantes do espaço urbanizado, enquanto direito e pertencimento. Visto que a memória social construída acerca dos “não lugares” sequer inclui os povos tradicionais quilombolas no âmbito quando operaciolizaram seus projetos de modernização e civilização durante reestruturação do espaço urbano. Esse “não lugar”, visto a partir da perspectiva antropológica da “supermodernidade”, de acordo com Marc Augé (2012), configura-se na ausência de um lugar circunscrito e específico, definido como identitário, relacional e histórico.

As narrativas desta pesquisa, longe de serem caracterizadas como gênero literário “realismo mágico”²⁶, saem em combate ao epistemicídio dos povos originários, à medida que a expressão “à sombra da Jurema Preta”, utilizada no título, evoca uma resistência à história de Vitória da Conquista ao trazer elementos contra-hegemônicos nas referências contextuais dos quilombos pertencentes a Vitória da Conquista, especificamente o Ribeirão dos Paneleiros e a Lagoa de Melquíades e Amâncio. Dessa maneira, a gestão de memória, referida neste estudo, trata-se da gestão pública engendrada na sede do município de Vitória da Conquista, já que essas comunidades são vítimas das políticas de memória geridas nessa localidade.

A partir do século XIX, ambos os quilombos referidos recorreram à “Jurema Preta” para resistirem aos conflitos e tensões imersos nos valores empreendidos em uma sociedade hierárquica e preconceituosa, oriunda de histórias locais arrendadas nos projetos históricos hegemônicos em permanentes atualizações. Por esse motivo, esse processo abrigou uma série de transformações no cotidiano desses territórios. Assim como ocorreu por muito tempo com os povos originários e tradicionais no Brasil, os quais foram expropriados dos seus direitos e injustiçados historicamente pela falta de reconhecimento.

Esses espaços são mantidos por memórias traduzidas por meio das suas narrativas vistas “de baixo”, que trouxeram as histórias de vida dos “excluídos” por meio de memórias silenciadas e entoadas nas vozes dos que resistiram durante suas vivências, na condição de serem responsáveis por preservarem as tradições do legado africano. Vozes silenciadas por

²⁶ O realismo mágico ou realismo fantástico é uma vertente literária que se caracteriza, no plano da linguagem, pela constante utilização de símbolos e de metáforas e, no plano temático, pela ocorrência de enredos em que coisas mágicas e mirabolantes acontecem com os personagens.

muito tempo, cujas memórias revelaram possibilidades de leitura sobre o quanto o sistema as forçou a estarem esquecidas e/ou afastadas da sede do município.

Desse modo, os quilombos de Vitória da Conquista reúnem memórias vividas por cada ancestral negro e afro-indígena²⁷ em seu processo de sobrevivência. Não foi dada a essas comunidades a condição de se tornarem protagonistas nas disputas por território. Inferimos que isso se mostra como um ponto chave para a compreensão do processo que levou a exclusão da população oriunda dessas comunidades, juntamente com sua tradição de legado africano e indígena pouco conhecida e reconhecida pela memória oficial da cidade. Se somos seres sociais que vivemos entremeados nas relações proporcionadas pela convivência em grupos, não podemos desconsiderar a força das relações institucionais. Por mais que a realidade apresentada em uma comunidade apresente uma versão da história, e, por isso, nunca tiveram a oportunidade de serem publicizadas. Apesar de outros grupos terem enfrentado conflitos em relação ao estabelecimento em seus territórios, a dinâmica desencadeada em cada um diverge em suas especificidades. Em outras palavras, analisamos constantemente sobre o que é ser quilombola em Vitória da Conquista.

De acordo com Kaspreski (2020), as grandes cidades contribuem para o apagamento, silenciamento e negação da história dos povos quilombolas, seja pela anulação dos direitos, ou pela propagação de ideologias e preconceitos, para que essas populações deixem de existir. Assim como aconteceu no extremo sul da Bahia, situação percebida no quilombo de Helvécia, entre os anos 2000-2018. Como é possível analisar nos resultados do trabalho de Moreira (2019) e também em outro território em que uma parte da pesquisa desse autor foi realizada: no quilombo Velame, lugar onde as pesquisas de Silvano da Conceição (2020) foram desenvolvidas.

Essas pesquisas nos ajudaram a compreender que Vitória da Conquista apresenta uma especificidade pouco comum na Bahia: o encontro de dois grupos excluídos, constituídos de territórios indígenas e quilombolas. Ambos enfrentam os desafios de se colocarem neste não lugar perante as constantes tentativas de se estabelecerem como grupos pertencentes ao município de Vitória da Conquista. Por se tratarem de quilombos com matrizes africanas em seu processo organizacional, marcados pelo agrupamento de pessoas que sobreviveram ao sistema escravagista, tiveram que traçar estratégias de sobrevivência para lutar contra as constantes tentativas de ignorá-los perante seus direitos, perante os privilégios percebidos na sede.

²⁷ Falaremos mais sobre esse assunto adiante.

Para restituir a humanidade expropriada desses grupos, partimos do pressuposto de que é necessário discutir sobre o fio condutor desta pesquisa. Traçado a partir do debate sobre as contradições e a realidade enfrentada por dois quilombos em Vitória da Conquista, no processo de reparação da lógica que sustenta o racismo institucionalizado (que se opera via coletivo, para afetar a população negra no acesso à economia, à educação, à saúde, à moradia- Nascimento ([1976] 2016)), relacionado à formação das cidades, que alija esses territórios de estabelecerem relações com a sede do município e com os seus direitos sociais, salvaguardados na estrutura histórica legitimada, a partir dos lugares de memória e da memória social. A dualidade entre a sede do município e os quilombos se apresenta em dois polos distantes. De um lado, o processo de legitimação de uma memória enquadrada, na qual a cidade de Vitória da Conquista se mostra para o restante do mundo. De outro, o processo engendrado nas resistências dos quilombos em suas originalidades, que trazem em suas formas de vida, debates sobre as suas características e especificidades, desinteressadas perante as imposições da sede.

Dessa maneira, com o intuito de compreendermos, a partir da oralidade, os processos de resistência constituídos no interior das comunidades quilombolas Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio, perante os enquadramentos de memória geridos no núcleo urbano do município de Vitória da Conquista, surgiu o seguinte problema: Quais memórias de resistências estão sendo constituídas no interior dos quilombos Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio para denunciarem as ações de enquadramentos de memória geridas, historicamente, na sede do município de Vitória da Conquista-Bahia?

Assim sendo, elaboramos a hipótese de que os quilombolas resistem ao processo de gestão de enquadramento de memória construída e mantida na sede do município de Vitória da Conquista, em que os colocam de fora do projeto de constituição de benefícios, engendrando o método de exclusão e apagamento. Logo, essas ações estão ancoradas em situações tensas e conflituosas. Já que partimos da premissa de que a população quilombola foi impedida de receber melhores condições de uso e ocupação do território em relação aos seus direitos garantidos pela C.F., que abrangem processos de cunho social, econômico, cultural, étnico-racial e fundiário, permeados pelas relações sociais de resistência à sociedade hegemônica e dominante.

Além disso, é possível afirmarmos, inicialmente, que os quilombos estiveram impossibilitados de “integrarem” suas memórias orais às narrativas históricas constituídas pela cidade, registrando mais derrotas, comparadas à quantidade de vitórias que obtiveram, ao se mostrarem resistentes perante a luta em favor das suas existências. Em virtude desse pressuposto, o objetivo central deste estudo constitui-se em analisar, a partir da oralidade, os

processos de resistência constituídos no interior das comunidades quilombolas Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio, frente aos enquadramentos de memória geridos historicamente no núcleo urbano do município de Vitória da Conquista.

Além disso, buscamos como objetivos específicos: Verificar as formas de gestão de memória no núcleo do município de Vitória da Conquista, em relação ao processo de enquadramento de memória que se ancora em sua história oficial; Descrever os aspectos de “memória-denúncia” das comunidades Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio fora do protagonismo do projeto de modernização da cidade, ao se apresentarem na lógica de ser e pertencer a outro projeto de enquadramento; Identificar as memórias ancestrais das comunidades e como elas as utilizam no âmbito de legitimarem suas existências e as suas identidades quilombolas a serem transformadas em ações concretas; Discutir sobre as memórias de ações específicas de cada comunidade: Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio, reconhecendo o dever de memória enquanto ação concreta de resolução das problemáticas emergidas a partir das suas resistências.

As narrativas foram encorpando o cerne da “Jurema Preta”, conforme eram tecidas nossas premissas, através dos relatos do tempo presente, para seguirmos rumo ao passado, configurando caminho inverso feito pela historiografia tradicional. Dessa maneira, apesar de ter sido o nosso ponto de partida, a memória não foi exclusividade pura nesta pesquisa, por entrecruzar com as fontes históricas, compromissadas com versões do passado durante a constituição das narrativas. Isso porque, na relação memória e história, a memória surge como matéria-prima para a escrita. Portanto, os relatos dos entrevistados abriram caminhos de possibilidade de análise destes conflitos a partir do entrecruzamento das narrativas com os dados científicos obtidos ao longo desta pesquisa.

Como perspectiva metodológica, utilizamos técnicas de observação participante aliadas e combinadas com uma pesquisa de campo, em que adotamos a metodologia da História Oral, todas desenvolvidas nos referidos quilombos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa de cunho exploratório, em relação aos seus objetivos (GIL, 2008). Para Minayo (2001), esse tipo de pesquisa atenta para os significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, aprofundando-se nas relações, nos processos e nos fenômenos impossíveis de serem operacionalizados a partir de variáveis (MINAYO, 2001).

Este estudo de campo, visto a partir do olhar da investigação social, com base nos estudos de Gil (2008), valeu-se de técnicas observacionais aliadas e combinadas com a metodologia da História oral, que teve como etapas da coleta de dados: entrevistas, observação e a busca de documentos oficiais. Os dados foram tratados analiticamente através da

formalidade de conversas geradas por meio de entrevistas individuais. As análises foram feitas qualitativamente, levando em consideração a importância dos resultados como contributo para os interesses emancipatórios dos grupos comunitários envolvidos.

Os quilombos, como objeto de estudo desta pesquisa, foram acessados, a partir da metodologia de História oral, no intuito de estreitar diálogos entre as pessoas e as fontes escritas, bem como documentação encontrada a partir dos relatos dos entrevistados. Isso proporcionou às fontes documentais relativizar o peso dado aos relatos (MEIHY, 2002). Esse método se caracteriza como uma maneira de fazer ciência, por valorizar a razão como saber intelectual e sensível. Permite ao pesquisador e ao entrevistado acessarem a subjetividade tanto para narrar, interpretar e se apropriarem daquilo que foi narrado, ouvido e sentido no campo da pesquisa, quanto para a compreensão da subjetividade como elemento revelador da objetividade, como afirma Alessandro Portelli (2001). Dessa forma, a análise dos relatos foi feita à luz dos apontamentos desse autor, o qual considera os relatos orais “um documento do presente, compartilhados em sua responsabilidade tanto pelo depoente quanto pelo pesquisador” (PORTELLI, 1997, p. 25).

Nesse sentido, entendemos a história oral como arte da escuta que parte da perspectiva dialógica ocorrida entre historiador e narrador. Nossas fontes orais foram utilizadas como eixo para a constituição de questões vinculadas à memória. Portelli (2016) nos ajudou compreender melhor a história oral como processo de constituição das fontes orais, quando ele afirmou que elas “não existiriam sob a forma em que existem sem a presença, o estímulo e o papel ativo do historiador na entrevista feita em campo” (2016, p. 10). Assim, coincidir fatos com os quais esperávamos que os nossos narradores contassem foi o primeiro equívoco que percebemos em metodologias que contemplam apenas aquilo que se espera do entrevistado no campo de pesquisa.

Como etapas da coleta de dados, a pesquisa contou com: entrevistas, análise de plataformas digitais, imagens, documentos oficiais e não oficiais, advindos do arquivo pessoal dos entrevistados e do Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, análise de documentos do IPHAN e o Relatório Técnico do IBAMA. Nossas observações se deram durante o acompanhamento do cotidiano e do modo de vida dessas comunidades quilombolas, em que os dados foram tratados analiticamente através da formalidade e informalidade de conversas geradas por meio de entrevistas individuais. O período de realização da pesquisa de campo se deu entre os anos de 2019 e 2021. Parte desse período foi acometido pela pandemia da Covid-19 em março de 2020, em que tivemos de adotar diferentes estratégias de “malabarismo”, necessárias no processo de enfrentamento durante o período pandêmico. Visto

que apareceram várias dificuldades para se ter acesso aos entrevistados do estudo, o que porventura requer originalidade e criatividade no trato e busca pelos documentos orais e escritos.

Para a elaboração deste trabalho, realizamos pesquisas bibliográficas em artigos científicos, livros, teses, dissertações, que abordam discussões relativas aos quilombos, principalmente em Vitória da Conquista. Além disso, mobilizamos leituras específicas, a partir das contribuições das aulas presenciais no Programa de Pós-graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, sobre os estudos da memória enquanto campo multidisciplinar e um fenômeno multimodal. As aulas remotas, durante o período pandêmico, também contribuíram na constituição da metodologia deste estudo, como as que acompanhei no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (FEUSP), através da disciplina Memória e Narrativas Biográficas, ministrada pela Professora Katia Rubio, durante o primeiro semestre letivo de 2021, na qual participei na condição de aluno especial. Desse modo, os conhecimentos adquiridos nesses espaços acadêmicos me ensinaram possibilidades de escutas a serem percebidas durante os relatos de histórias de vida presentes nos quilombos, além de terem proporcionado fontes diversas, como fio condutor deste estudo.

A entrevista, enquanto técnica de coleta de dados, ficou em primeiro plano, pois esse instrumento é uma das razões pelas quais mantemos a história oral na metodologia desta pesquisa. Para que as análises fossem possíveis, mobilizamos alguns autores do campo das ciências sociais que tratam das teorias da memória, como Maurice Halbwachs (2006), Michael Pollack (1989), Paul Ricouer (2007), Pierre Nora (1993). Assim como teóricos que contribuíram para o desenvolvimento da metodologia de História oral: Alessandro Portelli (1997), José Carlos Meihy (2002), Hebe Mattos (2016), Lucilia de Almeida Neves Delgado, Janaina P. Amado Baptista de Figueiredo e Marieta de Moraes Ferreira (2006). Dessa forma, a memória e a história oral foram meios os quais utilizamos para trazer essas discussões. As memórias contidas nas entrevistas possibilitaram acessar esses conhecimentos que, na maioria das vezes, ainda se encontram fora do debate instituído na cidade.

Obtivemos, assim, contribuições a partir do mapeamento das produções acerca da memória dos grupos que compõem os quadros sociais da memória, oriundas das ideias de Maurice Halbwachs, presentes nas obras **Quadro sociais de memória** e **A memória coletiva**. O debate da história oral, neste estudo, aproxima-se do tema dever de memória, de acordo com as produções do francês Paul Ricouer (2007), o qual consiste na síntese de sua discussão sobre a memória, a reapropriação do passado histórico, a partir de uma memória construída pela história, na maioria das vezes, ferida por ela.

O diálogo feito com os entrevistados abriu possibilidades de lançar perguntas que emergiram da necessidade daquele contexto. A memória do quilombo sobre como mantinha as relações com a sede do município de Vitória da Conquista desencadeou o principal interesse que nos fez deslocar ao território quilombola, enquanto complexo de pertencimento. Dessa maneira, essas relações ampliaram discussões intensas pertinentes ao trabalho, meios de produção, disputas de território, silenciamento, escravidão etc.

Em virtude disso, Meihy (2002, p. 52) argumentou que “enquanto a narrativa da memória não se consubstancia em um documento escrito, ela é mutável e sofre variações que vão dar ênfase e entonação a silêncios e disfarces”. Essa metodologia, vista como instrumento de coleta de dados e técnica de produção de documentos históricos, permitiu a utilização de equipamentos de áudio e vídeo com os entrevistados. Esses recursos são importantes porque podem revelar aquilo que fica nas entrelinhas, fazendo o pesquisador olhar uma parte do todo, relevante para a comunicação (PORTELLI, 1997). O diário de campo foi utilizado para descrever os momentos que os equipamentos de audiovisual não conseguem registrar. Analisamos também documentos encontrados no Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista (APMVC), no Arquivo da Catedral Metropolitana da cidade, assim como iconografias encontradas nesses espaços, nos ciberespaços e/ou registradas pelo próprio pesquisador, no momento em que visitou as comunidades ou transitou pela cidade de Vitória da Conquista em busca desses registros.

Com isso, redimensionamos as formas de acessarmos as memórias orais dos quilombos, através dos canais do *youtube*, “PROLER” e “Teia dos povos”, para analisarmos as entrevistas de líderes quilombolas, concedidas a esses canais durante o período de isolamento social. Para as entrevistas, foram escolhidas lideranças quilombolas, tanto as “mais antigas” quanto as recentes, todas elas compondo o mesmo patamar de importância hierárquica para esse pressuposto epistemológico. De acordo com Hampaté Bâ (2010), os “mais antigos” ou “mais velhos”, nas tradições africanas, representam a iniciação na prática do conhecimento. São eles que detêm os saberes, por serem os “livros” da experiência milenar africana, guardiões da memória, pois “quando morre um ancião, africano, se perde uma biblioteca” (HAMPATÉ BÂ, 2010, p. 167).

Devido ao período pandêmico e às imposições de isolamento social foi possível acessar outras formas de buscas de fontes. Sendo uma delas a utilização das “*lives*” realizadas remotamente com o auxílio das redes sociais, com a promoção de eventos e ações sociais pensando na atual situação em que os povos tradicionais se encontravam no período de pandemia. Dessa forma, foram utilizadas como fontes de pesquisas: um evento virtual

promovido pelo canal “Teia dos Povos”, na plataforma digital *Youtube*²⁸, oportunidade em que participamos da entrevista pelo recurso do *chat* do canal, em que o mediador da mesa transmitia aos entrevistados, que respondiam conforme as temáticas desenvolvidas no debate.

O referido evento teve por objetivo aproximar os debates entre as diversas experiências de povos tradicionais da Região Sudoeste da Bahia, entre os participantes estavam os quilombos analisados nesta pesquisa. O resultado desse diálogo nos deixou deslumbrados, devido estarem geograficamente distantes e tão próximos do ponto de vista da apresentação das suas realidades. O encontro de Juliana Oliveira, liderança do Ribeirão dos Paneleiros, com o próprio Tiago França selou os possíveis diálogos transformados em um emaranhado de vozes ativas permeadas de relatos referentes às suas experiências.

A promoção desse evento conectou diálogos que anteriormente eram pouco visibilizados na cidade, como a ação desenvolvida pelo canal PROLER/UESB, de Vitória da Conquista,²⁹ realizado no dia 21 de maio de 2021³⁰ – ao participar da XIX Semana Nacional dos Museus, com o museu literário Profa. Amélia Barreto. Constituindo, assim, como a segunda *live* utilizada como fonte. Esse evento teve por objeto a discussão sobre patrimônio e saber local nos tempos de pandemia e a crise econômica que assola os países nesse período em que a pesquisa foi realizada. Nesse sentido, a Profa. Karine Porto convidou a Profa. Graziela Novato e a pesquisadora Renata Oliveira para conversarem com Juliana Oliveira e a sua mãe, Dona Maria Elza, e debaterem sobre o processo de visibilidade dos povos tradicionais afro-indígenas, especificamente o quilombo Ribeirão dos Paneleiros. Mais uma vez, nossa participação e interação se deu, também, através do *chat* disponibilizado pelas organizadoras, que foram sintetizando os temas e inserindo-os no diálogo com as entrevistadas³¹ por meio de comentários publicizados ao vivo.

A transcrição dessa entrevista foi autorizada tanto pelas promotoras do evento, quanto pelas convidadas, as quais cederam informações em que acrescentaram no processo de entendimento e análise envolvendo a memória e a história. Essas narrativas puderam ser

²⁸ Evento “Um Planalto da Conquista Preto e Indígena”; 25 de agosto de 2020. Canal Diálogos com os Povos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vLfqq2IGkBg> Acesso em: 17 jul. 2021.

²⁹ **O Programa Nacional de Incentivo à Leitura – Proler** tem por missão promover a valorização da leitura e contribuir com o aumento do número de leitores no Brasil. Foi institucionalizado no dia 13 de maio de 1992 pelo decreto número assinado pelo presidente Fernando Collor de Mello. É constituído por 62 comitês instalados em todo o Brasil. Os comitês procuram atuar como articuladores de políticas públicas locais de promoção da leitura, formando parcerias com secretarias de governo da cultura e da educação; sistemas estaduais de bibliotecas; além de empreender relações individuais com escolas, bibliotecas e projetos sociais de leitura em espaços não convencionais”. Disponível em: http://www2.uesb.br/proler/?page_id=33 Acesso: 02 de abr. de 2021.

³⁰ Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CPJ-FKdH-RS/?utm_medium=copy_link Acesso: 02 de abr. de 2021.

³¹Fonte: Canal Instagran. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CPJ-FKdH-S/?utm_medium=copy_link

relatadas, por exemplo, através de Dona Maria Elza, (55 anos), e demais líderes, os quais carregam memórias que contrapõem o que a história oficial deixou registrada na cidade.

Em conversa com Gilvandro Oliveira, na tarde de sábado do dia 29 de maio de 2021, tive a oportunidade de entrar em contato com Juliana Oliveira por meio de telefone e, em seguida, chegar até o Ribeirão dos Paneleiros. Recepcionado com muita atenção pelas duas, conheci os trabalhos de Dona Maria Elza com as panelas de cerâmica feitas manualmente, assim como sua trajetória de vida para sustentar economicamente sua família por meio do trabalho vinculado ao comércio da cidade de Vitória da Conquista e manter a memória do grupo através da transmissão dos saberes advindos dos seus ancestrais.

Esse encontro presencial foi registrado, por meio do diário de campo, em que anotamos os principais pontos discutidos por elas durante as conversas que atravessaram as suas memórias. Como medida de biossegurança, utilizamos procedimentos técnicos, conforme orientações protocolares das autoridades sanitárias, entre eles: o uso de máscaras descartáveis (pesquisador e entrevistadas), distanciamento seguro, uso de álcool gel. A conversa ocorreu em lugares abertos, ainda que houvesse receio da nossa parte, devido ao coronavírus SARS-CoV-2, os entrevistados mantiveram suas colaborações seguindo os protocolos de isolamento. Essas normas de isolamento social fizeram com que entrássemos em contato com os líderes via aplicativo de celular e *google meet*, no intuito de estreitarmos o diálogo e de ter acesso às informações necessárias para a escrita deste estudo.

Dessa forma, foram entrevistadas lideranças de Lagoa de Melquíades e Amâncio e Ribeirão dos Paneleiros-Batalha. No entanto, para chegarmos até essas pessoas, detentoras dos saberes sobre as vivências do passado da comunidade, vistas como as principais responsáveis por cuidarem e conduzirem as novas gerações aos conhecimentos transmitidos pelos mais velhos. Conforme afirmou Vansina (1982), ao falar sobre a importância da transmissão do testemunho verbal entre gerações distintas. As impressões dessas pessoas sobre o mundo, transmitidas pelas narrativas orais, caracterizaram um compartilhamento de histórias, uma doação. Por isso, temos uma grande responsabilidade moral com essas memórias que nos foram compartilhadas.

As contribuições delas nos mostraram que nem todas as fontes orais de um grupo se encontravam entre as pessoas mais velhas, ao levarmos em consideração que as experiências vividas pelos mais jovens demonstraram que têm muitos relatos a serem contados. Assim, as conversas sobre as responsabilidades atribuídas à função de lideranças comunitárias favorecem um ambiente que nos proporcionaram contribuições pertinentes na busca de elementos

individuais e coletivos que abrangiam a historicidade da comunidade. Esses “memoriosos”³² mantêm as relações geracionais com os quilombos pesquisados, que foram os fiadores responsáveis pela nossa entrada nas comunidades: Gilvandro Oliveira e Juliana Oliveira (ambos de Ribeirão dos Paneleiros), Tiago Quilombola e Josemberg Mendes (ambos de Lagoa de Melquíades e Amâncio).

Esta última está localizada a 60 km da sede de Vitória da Conquista. Possui aproximadamente 700 habitantes, entre eles, o Sr. Joaquim Jermano da Silva, 97 anos, e o Sr. Damião Arifa dos Santos, 76 anos, que trazem memórias de conflitos e tensões vividos por eles desde a caracterização da cidade como “Vila da Conquista”, assim como fazem uma crítica epistemológica, na perspectiva da história dos vencedores. Eles vão de encontro ao conjunto de discursos que idealiza Vitória da Conquista tal qual é conhecida atualmente. A comunidade ainda se encontra no processo de constituição de sua historicidade, apesar dos mais jovens guardarem a memória transmitida pelos mais antigos. Isso se deve ao fato de não terem registrado, por escrito, os ensinamentos transmitidos pelos mais velhos por meio da oralidade.

A Sra. Dalvina Jermano representava uma dessas memórias vivas, deixando de ser há pouco mais de um ano, após construir seu legado de liderança e contadora de histórias. Todavia, os saberes continuam sendo perpetuados através de seu neto, Tiago França (30 anos), que se tornou um líder quilombola, deixando marcas em nossas jornadas de pesquisa.

Tiago França trouxe possibilidades de aproximar memórias do distanciamento e barreiras vivenciadas entre o quilombo e a cidade, perante sua força de vontade ao tentar se estabelecer na cidade, no intuito de garantir meios de subsistência e sustentabilidade para complementar a renda de sua família que se encontra em Lagoa de Melquíades e Amâncio. Ele nos acompanhou até os locais de entrevistas realizadas com os senhores Damião e Joaquim. A primeira, realizada na Associação dos Moradores com o primeiro entrevistado citado, e a segunda, na própria casa do segundo entrevistado.

Essa liderança que nos acompanhou exerce seu papel de líder desde mais jovem, o qual foi estabelecido coletivamente devido à sua capacidade crítica de se colocar frente às responsabilidades burocráticas e de articulação, ao preservar os relatos de memória dos seus ascendentes, conciliando memórias coletivas do passado vinculadas ao quilombo. Responsável,

³² Este termo é citado por Delgado (2003) ao descrever o ato de relembrar como sendo algo ativado pelas relações sociais para constituir referências desprendidas dos marcos datados. Dessa forma, as comunidades relacionam épocas como referência para atrelarem às relações com a natureza, com as tradições etc., diferentemente do que acontece durante as formas de vivências urbanas, as quais são controladas pelo tempo fragmentado pelas atividades impostas pela cidade como resultado do processo de urbanização.

ainda, por relatar memórias coletivas que tratam desde o mito de fundação até suas vivências atuais.

Em conversa com Josemberg Mendes, outra liderança de Lagoa de Melquíades e Amâncio, verificamos que o quilombo recebeu alguns pesquisadores para executarem projetos de pesquisa no ano de 2011. Os resultados desses estudos nos ajudaram na compreensão dos elementos historiográficos que enriqueceram o debate a respeito da terra para os quilombolas, enquanto um construto social e histórico. Porém, outros dados coletados, como entrevistas transcritas pelos pesquisadores, foram arquivados na Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Assim, procuramos as possibilidades remotas de resgatar esse material coletado por funcionários efetivos da prefeitura, que realizaram entrevistas com pessoas que ainda estavam vivas.

Esses arquivos continham falas sobre suas contribuições no quilombo em relação às suas histórias e mito de fundação. Infelizmente, todo o material de áudio e vídeo que os quilombolas já tinham cedido, por meio da confiança dada a esses pesquisadores, não foi devolvido. Posteriormente, tentamos entrar em contato com os supostos pesquisadores e não obtivemos sucesso. Isso porque não houve retorno ao quilombo, após o término das suas pesquisas, sendo a insatisfação das pessoas um ponto que elas têm em comum, já que cedem espaços e abrem as portas para os pesquisadores.

Outras tentativas de resgate desses materiais sobre a memória do quilombo foram feitas, quando entramos em contato com um dos pesquisadores contratados por uma empresa terceirizada da Fundação Palmares, vinda de Minas Gerais, em 2008. Após explicarmos os objetivos da nossa pesquisa, o pesquisador nos relatou que os documentos referentes às vivências do quilombo não foram repassados para a Fundação, já que esta não executou o pagamento das despesas dos antropólogos e analistas em todo o estado na época. Ao confirmar o fato, Josemberg Mendes nos disse que isso “foi um problema que atinge todo território brasileiro”³³. Isso se confirma, quando se percebe no Relatório final da transição de governo do ano de 2023, a “tentativa de destruição da Fundação Cultural Palmares por meio de medidas administrativas e manobras discursivas que visavam a ruptura do órgão com sua própria missão institucional”³⁴.

³³ Entrevista de Josemberg Mendes concedida a Jonatan dos Santos Silva na comunidade quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio, em 04 de out. 2020.

³⁴ A Portaria FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES n. 57/2022, na edição 64 do Diário Oficial da União (DOU), de 04 de abril de 2022, burocratizou o processo de reconhecimento das comunidades quilombolas, sem ter tido qualquer possibilidade de escuta em relação aos impactos.

Em vista disso, todo o material coletado por essas empresas ficou retido com as pessoas contratadas por elas, em que ficaram impossibilitadas de publicarem os dados, ao mesmo tempo que tiveram prejuízos por não terem sido pagas pelo trabalho ao qual foram designadas. Quando solicitamos o envio do material para a associação dos moradores da Lagoa de Melquíades e Amâncio, o técnico nos explicou sobre a inviabilidade e das ameaças por meio de processos judiciais feitas pela própria Fundação, caso esse material fosse divulgado para outros fins. Daí, decidimos seguir com o material que já tínhamos previsto para ser analisado nesta pesquisa e atender aos anseios da comunidade, desde 2019, quando iniciamos a pesquisa de campo.

Ao solicitarmos documentos à associação dos moradores, a busca deles foi feita pelos moradores através do líder Tiago França, que anunciou nossa chegada no quilombo e se prontificou a nos acompanhar. Essa movimentação fez com que eles despertassem o interesse individual e coletivo de construir uma árvore genealógica das famílias que se constituíram por meio desse “inventário” e, concomitantemente, mapearem seus parentescos situados na própria comunidade, envolvidos no processo histórico do grupo.

O mito de fundação dessa comunidade nos conectou com fatos do passado que se ligaram com realidades de lugares distintos, que se aproximaram através dos pontos em comum em relação ao processo escravagista. Nesse caso, trouxemos os estudos de André Cicalo sobre o processo escravagista e o tráfico de crianças nas zonas portuárias do Rio de Janeiro, em meados do século XIX. Esse pesquisador e antropólogo italiano discutiu ainda sobre o sentido de comunidade como espaço social constituído pelas relações politicamente construídas pelas minorias, sendo estas, formadas por familiares e vizinhanças. Segundo o autor, ambas carregam memórias do passado e acionam as coesões e conflitos (CICALO, 2016)³⁵.

Em vista disso, a reconstituição da memória historiográfica desta comunidade aborda características semelhantes ao que André Cicalo registrou sobre memória pública da escravidão no Rio de Janeiro, comparada ao enquadramento de memória em Vitória da Conquista. Essa conexão nos permitiu pensar nos períodos sacralizados pela história e nos conflitos advindos do passado, permanentes no presente pela memória dos indivíduos que compartilham, coletivamente, os fatos recordados oralmente ao se reconhecerem enquanto grupo.

O nosso encontro com os quilombolas nos possibilitou entrecruzar suas falas com referências bibliográficas do campo da memória e das Ciências Sociais. Como ocorreu durante as contribuições de Alessandro Portelli (2016), quando descreveu sobre a metodologia da História oral, ao falar que embora uma entrevista ocorra individualmente, outras pessoas do

³⁵ Essa complexidade é exibida em filmes de pesquisas feitas pelo próprio André Cicalo: **A memória do esquecimento** (2008); e **Outras Áfricas** (2016).

entorno do entrevistado são envolvidas ou tocadas (PORTELLI, 2016). Dessa maneira, os entrevistados recorriam ao auxílio dos seus familiares para confirmarem fatos ocorridos que tinham sido discutidos anteriormente entre os pares, ou para que pudessem lembrar de certas vivências marcantes nas quais estiveram juntos em certo período. Com isso, depois do líder comunitário entrar em contato com os seus parentes, tivemos acesso a certidões de nascimento e casamento³⁶ de pessoas dessa comunidade, as quais possibilitaram refletir sobre a árvore genealógica que compõe a ancestralidade das famílias atuais.

Outra contribuição importante na pesquisa de campo ocorreu durante as aulas da disciplina “Memória e direito”, ofertada no segundo semestre do curso de doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade, no ano de 2019, em que tivemos a oportunidade de apresentar o projeto que encabeçou este trabalho. Foi nesse espaço que o professor dessa disciplina, Ruy Medeiros, fez intervenções pertinentes enquanto memorialista conhecido tradicionalmente na cidade de Vitória da Conquista pelas suas produções acadêmicas e atuação no campo jurídico. Essas intervenções foram gravadas, com o seu consentimento, e passaram a compor a base de dados utilizada nesta pesquisa.

O entendimento de ser “memorialista”, neste estudo, está atrelado ao que Medeiros (2013) define em seus estudos como historiador local. Para ele, esse sujeito faz história local por meio da historiografia e é reconhecida por não apresentar a cientificidade estabelecida pela ciência historicizada, prevista na constituição das narrativas locais. Acrescenta ainda que o historiador local faz história “por gosto”. Para Medeiros (2013), esse gosto se refere à “vontade de escrever história [...] em suas raízes profundas [...] [tendo] o senso igualmente de fazer história, a compreensão das coisas antigas e dos homens de ontem e de antigamente [...] não saberiam alcançar as mesmas ressonâncias que encontram entre o historiador profissional.” (Id., p. 30).

As contribuições do professor Ruy Medeiros, inerentes ao projeto naquele momento, nos conduziram a buscar relatos orais de memórias do contexto histórico dos conflitos ocorridos na relação entre a sede do município e os quilombos. Especificamente, o quilombo de São Domingos, reforçando ainda mais as ideias previstas nas hipóteses deste estudo. Infelizmente, não foi possível continuar as pesquisas sobre o quilombo supracitado devido ao contexto pandêmico, já que isso nos impossibilitou de obtermos os primeiros contatos com as lideranças e pessoas envolvidas no processo de preservação das memórias nesse território.

³⁶ Esses documentos se mostraram importantes na medida que percebemos que foram ganhando sentido e significado quando entrelaçaram com a oralidade. Eles trouxeram uma tonalidade de legitimidade na qual a memória foi fortalecida pelos relatos orais relacionados ao mito de fundação da comunidade.

Os relatos orais, obtidos através dos entrevistados desta pesquisa, apontaram caminhos para a construção de uma história que ainda não está sistematizada entre as narrativas escritas acerca da história local. Portelli (1997) se refere aos relatos orais como documentos do presente sob a responsabilidade do entrevistado e do entrevistador, sendo um presente compartilhado. Para ele, as narrativas coletadas estabelecem as condições prioritárias ao que os entrevistados desejam falar, ao invés de se valorizar o que a pesquisa se propõe previamente a fazer. Esse procedimento favorece a construção das memórias em um contexto partilhado por todos os envolvidos nesse processo de urbanização que aconteceu na cidade de Vitória da Conquista.

Um dos momentos marcantes das nossas entrevistas ocorreu quando Tiago França propôs analisar conosco a entrevista realizada com o Sr. Joaquim. Com isso, tivemos a oportunidade de gravar os comentários durante as análises referentes às temáticas que predominaram nas falas desse senhor. Esse método serviu como suporte para relocalar os temas circunscritos no diálogo, que de fato contribuíram para melhor compreensão das subjetividades e na produção das narrativas.

Assim, no momento das entrevistas, ainda apresentamos o Termo de consentimento livre e esclarecido e a Autorização de uso de imagem e depoimentos, de acordo com a Resolução 466 de 2012, que regulamenta pesquisa em seres humanos. Esclarecendo sobre a possibilidade de revelação voluntária de suas identidades, bem como sobre a importância de serem entrevistados, os quais foram devidamente autorizados e assinados pelos participantes.

Desse modo, sistematizamos o texto em cinco seções. A primeira sendo a introdução, referida acima, em que tratamos da apresentação inicial. A segunda, intitulada **A gestão e o enquadramento de memória em Vitória da Conquista**, tem como objetivo compreender as formas de gestão de memória no núcleo do município de Vitória da Conquista em relação ao processo de enquadramento de memória que se ancora em sua história oficial. Analisaremos o enquadramento de memória e da história da constituição do núcleo central de Vitória da Conquista, por meio de homenagens e comemorações dos feitos históricos à memória nacional dos colonizadores, para gerir fronteiras entre grupos étnicos que se colocam distantes desse enquadramento.

Metodologicamente, utilizamos a observação participante, observações analíticas, leitura de plataformas digitais, imagens fotografadas do espaço urbano, fontes históricas de pesquisadores locais, assim como lugares e discursos que legitimam a memória oficial. Foi feito um estudo exploratório em livros, teses e dissertações, os lugares negados aos povos quilombola, para traçarmos os contrastes apresentados no enquadramento constituído na cidade, sendo um deles na apresentação da insígnia “Suíça baiana” e “Sertão baiano”.

O objetivo da terceira seção, intitulada **Os enfrentamentos continuam[...]: memórias-denúncias dos quilombos Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio**, é descrever os aspectos de “memória-denúncia” das comunidades Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio fora do protagonismo do projeto de modernização da cidade, ao se apresentarem na lógica de ser e pertencer a outro projeto de enquadramento. Inferimos que isso é um ponto chave para a compreensão das formas de denúncia que perduraram no quilombo Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio, por isso aparecem fora desse enviesamento dado aos enquadramentos discutidos na seção anterior.

Os quilombos não são prioridade no processo de constituição da memória coletiva em Vitória da Conquista, sendo o reflexo de um método que se enquadra ao projeto de modernização no núcleo do município. Por isso, abordaremos como as memórias contidas no interior dos quilombos denunciam uma Vitória da Conquista estereotipada historicamente e legitimada na memória oficial, a qual invisibiliza suas comunidades quilombolas que não tiveram acesso à resolução dos seus problemas, tais quais: a produção e escoamento, enfrentamento dos moradores diante da exploração do trabalho, demarcação e direitos à terra, desmatamento, diminuição do território quilombola, conflitos socioambientais e o racismo estrutural e ambiental, entre outros. Mobilizamos relatos orais de lideranças e moradores mais antigos, análise documental, além de estudos exploratórios, sobre a memória, de pesquisadores locais e outros conhecidos mundialmente, a partir de discussões sobre enfrentamentos ao racismo. Finalizamos, a partir da importância da luta e dos desafios que o processo de enfrentamento coloca aos quilombos frente à centralização do núcleo do município de Vitória da Conquista.

A quarta seção, intitulada **Reencontrando com Jurema Preta: memórias ancestrais dos quilombos Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio**, tem como objetivo identificar as memórias ancestrais dos quilombos Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio e como elas são materializadas no âmbito de legitimarem suas existências e suas identidades quilombolas a serem transformadas em ações concretas. A memória ancestral se mostra frondosa, a ponto de recobrir todos que se encontram embaixo dela, como acontece na metáfora “à sombra da Jurema Preta” que intitula esta tese. As árvores alocam e protegem, com os seus galhos e folhas, as agressões ao corpo quando exposto ao sol.

Assim, a sombra da Jurema incide nos quilombos para que reconheçam suas identidades e remontem suas ancestralidades em meio ao processo de resistência frente aos problemas específicos e em comum a serem resolvidos. A ancestralidade dos quilombos nos evoca a conhecer os seus mitos e origens, passíveis de serem entrecruzados a partir de processos

histórico-sociais ocorridos no Brasil para legitimá-los como quilombolas. Portanto, a narrativa desta seção foi construída com a ajuda de pesquisas em plataformas eletrônicas, análise de documentos e estudos exploratórios de cunho bibliográfico, além de acionarmos as memórias dos entrevistados de ambos os quilombos. Essa formação identitária potencializa seus feitos e os impulsiona a continuarem lutando pelos seus direitos coletivamente.

A quinta seção, intitulada **Aprendendo com a “Jurema Preta”**: memórias de ações dos quilombos **Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio**, objetiva discutir sobre as memórias de ações específicas de cada comunidade, reconhecendo o dever de memória enquanto ação concreta de resolução das problemáticas emergidas a partir das suas resistências. Para isso, mostramos que a ancestralidade foi a fonte para que as comunidades colocassem em prática as ações em resposta às denúncias.

O aquilombamento, no interior delas e entre elas, fez com que os quilombolas agissem em favor da coletividade do grupo perante os conflitos apresentados pela presença da eucaliptocultura e as reivindicações que mobilizaram, frente ao poder público, em razão dos desastres ambientais seguidos de ameaças dos fazendeiros. Com isso, é imprescindível as mobilizações coletivas de sustentabilidade, no intuito de superarem as dificuldades e fortalecerem a luta em favor da regulamentação fundiária e contra o cercamento dessas comunidades. O reflexo dessas lutas mobiliza as ações contra a necropolítica operada no método de gestão que se preocupa apenas com o núcleo urbano. Portanto, mostraremos nesta seção o dever de memória como resistência dos quilombolas em tentarem obter suas vitórias, através de ações deliberadas coletivamente na sede do município de Vitória da Conquista, em prol dos seus direitos quilombolas.

Assim, trouxemos nas considerações finais algumas contribuições nas quais esta pesquisa nos proporcionou recapitular os conceitos de memória-denúncia, memória-ancestral e memória ação, entremeados na constituição das seções que antecedem esta última.

2 A GESTÃO E ENQUADRAMENTO DE MEMÓRIA EM VITÓRIA DA CONQUISTA

O processo de gestão de memória implica uma construção de um enquadramento de memória. Para compreendê-lo, é preciso partirmos, ao longo desta seção, da definição conceitual trazida por Michael Pollak (1989), a partir do teórico Henry Rousso, o qual delimita o enquadramento de memória como uma ação de determinados grupos agindo em função da defesa de fronteiras as quais possuem em comum. Esse sentimento comunal define pontos de referências entre eles e fortalece a ideia de pertencimento no grupo. Ao mesmo tempo em que essas fronteiras sociais são mantidas, também podem ser modificadas. Assim, a memória e a história do município de Vitória da Conquista são reenquadradas, de acordo com a maneira que a gestão conduz a memória social no seu processo de constituição. Pois entendemos que toda memória social não é instituída a partir de uma lei que, tradicionalmente, coloca o presente como produto imutável do passado.

Não é muito difícil circular pela cidade e perceber como se deu a construção da memória dos espaços públicos – ruas, praças, monumentos, nome de escolas, avenidas – através da promoção das ações de gestão para tornar visível a apresentação dos símbolos nacionais que elegem os colonizadores como os principais protagonistas dos lugares de memória. Apesar de não ser uma característica exclusiva de Vitória da Conquista, a princípio, vamos mostrar como o núcleo urbano legitima os fatos narrados, com base na história dominante, colocando os heróis nos pedestais e contribuindo para tornar a memória oficial inquestionável. Assim como apresentar a maneira na qual as cristalizações de memória se apresentam de forma contrária às especificidades históricas e culturais das diversas comunidades tradicionais existentes.

Perceber a estrutura arquitetônica de Vitória da Conquista também implica a análise do enquadramento de memória e da história da constituição do núcleo central desta cidade, em relação às homenagens e comemorações dos feitos históricos, ao abordarem questões centradas no protagonismo do “vencedor”, inerente à batalha travada entre “os vencedores” contra os povos originários. Nesse caso, as homenagens que se apresentam na cidade se atrelam à memória nacional dos colonizadores e apaga, conseqüentemente, a história dos grupos minoritários que prevalecem neste território.

Nesta seção, trataremos de discutir sobre como Vitória da Conquista enquadra, possivelmente, em pelo menos duas memórias sociais, para gerir fronteiras entre grupos étnicos que se colocam distantes desse pertencimento da cidade. Para isso, utilizamos, inicialmente, das análises feitas a partir de observações presenciais e leitura de plataformas digitais, imagens fotografadas que trataram do espaço urbano, assim como fontes históricas de pesquisadores da

cidade e de como os lugares e discursos constituíram a memória oficial. Fizemos, ainda, um levantamento de livros, teses e dissertações sobre disputas, direito aos lugares negados, aos povos tratados neste estudo para que, em seguida, pudéssemos fazer o contraste em relação ao enquadramento de memória que se tem constituído na cidade.

Tal debate, portanto, buscou o aprofundamento sobre as contradições oriundas da necessidade de mostrar o espaço urbano, associado à ideia de “Suíça baiana”, mesmo situado, geograficamente, no “Sertão baiano”. Para darmos continuidade a esse debate, recorreremos também ao conceito de lugar de memória, com ênfase nos estudos de Pierre Nora, que nos trouxe a chave para compreender a memória constituída em lugares que legitimam a história oficial por meio de narrativas memorialistas em diversos locais públicos. Assim, dialogamos com autores locais, entre eles: Isnara Ivo (2004), Ruy Medeiros (2019), Belarmino Souza (2013), Santos e Almeida (2009), Renata Oliveira (2012; 2020), João Diógenes Santos (2007), e outros. Além desses, Pedro Abib (2020), Costa (2008), Pachá e Krause (2020). Para a discussão sobre memória, Michael Pollak (1989), Portelli (1997), Eric Hobsbawm (2008).

Apresentaremos também o enquadramento de memória, a partir da perspectiva colonial, que contribuiu decisoriamente nesse processo de cristalização dos monumentos. Já que a ânsia de constituir uma cidade atualizada, legitima novos monumentos em novos espaços situados próximos às avenidas mais valorizadas estruturalmente pela presença de condomínios, shoppings, estrutura de lazer. Ou seja, espaços onde as classes média e alta da cidade transitam e habitam. A cidade vai se definindo, a partir da estrutura desses novos espaços, e fazendo esquecer outros lugares que reportam a ideia de marginalização, pois abrigam povos que constituem a imagem de uma Vitória da Conquista não permitida a pertencer à memória social atual. Abordaremos, contudo, a forma em que a cidade é moldada pelos antagonismos da formação dos traçados urbanos.

2.1 “Moderna e civilizada”: como Vitória da Conquista se apresenta ao mundo...

[...] Conquista tesouro imenso;
O mais belo da Bahia,
Que primor, que louçania
Tem mais brilho aqui o sol;
Conquista terra das rosas,
De florestas seculares,
Tem mais amor em seus lares,
Que luzes no arrebol³⁷.

³⁷ Texto referente ao refrão do Hino da cidade de Vitória da Conquista. Composição: Euclides Dantas / Maestro Francisco Vasconcelos. Disponível em: <https://www.lettras.mus.br/hinos-de-cidades/564260/> Acesso 26 de set. de 2021.

O trecho do Hino de Vitória da Conquista, apresentado na epígrafe acima, nos ajudou a pensar como a memória sobre a cidade é construída no processo de “enquadramento de memória” no imaginário social, uma forma de manter o referencial do passado e as disputas em torno da memória. Pollak (1989) nos ajudou a refletir, a partir do conceito de enquadramento de memória, sobre o fato de um indivíduo ser natural de Vitória da Conquista, há uma tentativa manter a memória do grupo de pessoas naturalizadas neste espaço social coerentes com o imaginário trazido pelo hino, como abordaremos nos subtópicos seguintes.

Além do hino da cidade disseminar a ideia de ser “tesouro” e de ser “terra das rosas”, a cidade veicula sua apresentação de demasiadas maneiras: nas redes sociais, na mídia local e nas estruturas arquitetônicas. Assim, para acessarmos essas memórias utilizamos os descritores “Vitória da Conquista” na base de dados da plataforma de pesquisa digital “Google”. Foi facilmente possível encontrar a apresentação da cidade de Vitória da Conquista, no atual cenário de descrições padronizadas, que se referiram ao “cartão postal” para atrair consumidores do setor turístico e situá-la positivamente no contexto estadual e nacional.

Nessa lógica, as primeiras informações sobre como Vitória da Conquista enquadra sua existência perante o mundo estão em destaque nos dados do IBGE³⁸, que expressaram o quantitativo de 343.643 pessoas, confirmando a cidade como “terceira maior do estado”, ficando “atrás” da capital e de Feira de Santana, e como a quinta maior cidade desenvolvida urbanamente na Região Nordeste. Além disso, destaca-se o crescimento do PIB, por ser o sexto maior do estado, com mais de 7 bilhões em 2018³⁹.

Essa ideia de desenvolvimento predomina nos discursos escritos sobre a cidade, devido ao fato de Vitória da Conquista se situar distante da capital baiana e de não ser beneficiada com os “privilégios” que a cidade de Feira de Santana possui por estar a 100 km de distância de Salvador e ter ocupado o *ranking* de segunda cidade mais populosa do estado. Assim, esse discurso emanou uma disputa acerca de aproximações e distanciamentos geográficos da capital para legitimar a ideia do quanto a cidade se desenvolveu de forma independente. Na maioria das vezes, avessa, politicamente, ao que a capital apresentou como modelo a ser seguido pelas demais cidades baianas.

O título de terceira maior cidade do estado é acompanhado pelo rótulo de cidade civilizada e moderna, em meio ao “sertão baiano”, comparadas às outras cidades do interior do

³⁸ Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/vitoria-da-conquista/historico> Acesso 29 de set. de 2021.

³⁹ Produto Interno Bruto dos Municípios – 2010 a 2018: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Consultado em 23 de setembro de 2021.

estado. É referendada como uma “Joia”, como se percebe nas letras deflagradas do hino da cidade⁴⁰, apresentado na epígrafe acima. No processo de regionalização, localizada no Sudoeste e capital desta região, por atender a demanda econômica e comercial de oitenta municípios que circundam seu espaço geográfico, incluindo dezesseis municípios do norte do estado de Minas Gerais. Assim, permanecem as disputas de memória vigentes no discurso que aponta privilégios de estar no “sertão” e estar próxima ao “não sertão” (mar/litoral), quando a apresentação da cidade vem acompanhada pela informação a respeito da distância e altitude até o litoral mais próximo: 923 m e 270 km, respectivamente.

A palavra “sertão” era usada em Portugal para se referir ao processo de interiorização ainda no século XVI. Durante o período colonial, o termo era constantemente utilizado para se tratar dos lugares onde havia fazendas agrícolas na Região Nordeste. Assim, os estudos de Fadel David Antonio Filho (2011) mostraram que esse termo foi utilizado pelos colonizadores para designar o não lugar distante da costa ou do litoral, presentes na Carta de Pero Vaz de Caminha e no diário de viagem de Vasco da Gama, escrito em 1498⁴¹.

Para situar historicamente a cidade, os escritores mostraram o início dela a partir da fundação do Arraial da Conquista, em 1783, pelo sertanista João Gonçalves da Costa. Vindo da cidade de Chaves, em Portugal, quando ainda tinha dezesseis anos de idade, período em que a Coroa portuguesa era regida pelo reinado de D. José I e Dona Maria I, durante a conquista das terras do Oeste da Costa da Bahia. Essa “conquista” estava relacionada com a corrida em busca do ouro situado no “sertão”. João Gonçalves já havia carregado a bandeira colonial ao lado de João da Silva Guimarães no processo de interiorização dos territórios, iniciado em 1752, a mando da Corte, no intuito de ampliar o processo de urbanização entre o interior e a região litorânea (IVO, 2004). É sobre esse enquadramento de memória, fincado no projeto colonizador, que abordaremos posteriormente sobre gestão e lugares de memória na cidade.

O contexto do século XIX já é apresentado como período no qual o Arraial passou a ser denominado Imperial Vila da Vitória e, desvinculado do município de Caetité, elevou-se à categoria de cidade com o nome de Conquista, em 1891. O recorte histórico temporal ainda destaca o processo de emancipação do município, em 1943, passando a ser oficialmente registrado como Vitória da Conquista, de acordo com a Lei Estadual N.º 141.

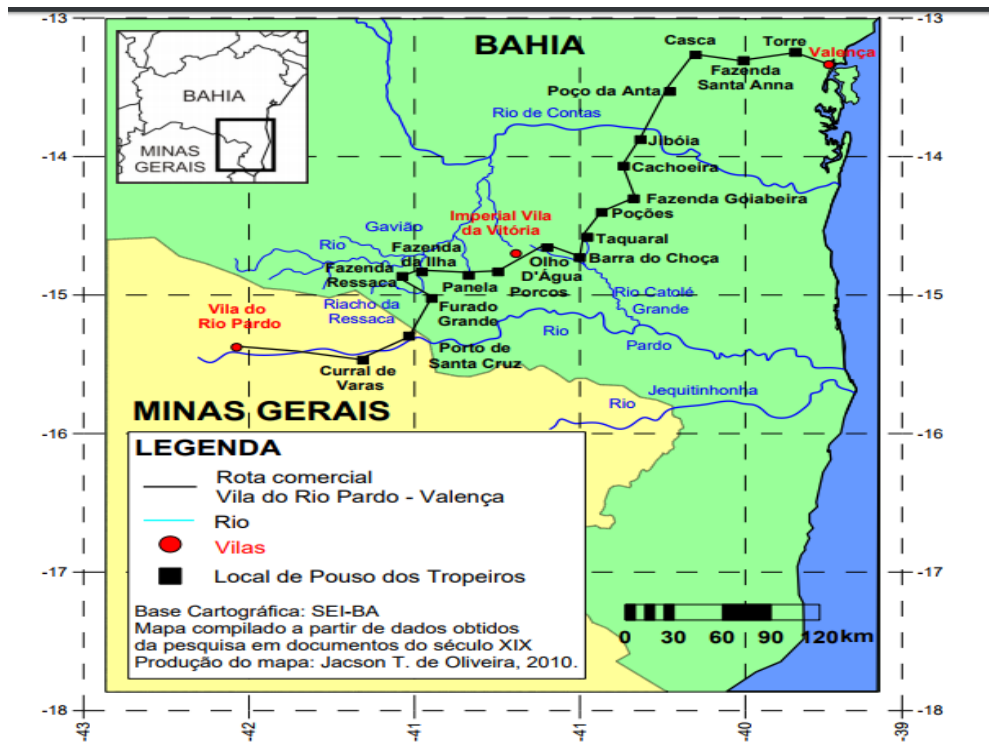
⁴⁰ Disponível em: <https://www.letras.mus.br/hinos-de-cidades/564260/> Acesso em: 26 set. 2021.

⁴¹ Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_11.pdf Acesso em: 26 set. 2011.

Em contrapartida, o imaginário social na cidade de Vitória da Conquista sustenta a ideia de o espaço urbano estar localizado no sertão e fazer intermédio com outras regiões, ao se colocar como centro deste intercâmbio ao “naturalizar” o uso da insígnia “Suíça baiana”. Esse enviesamento apareceu quando utilizamos como descritores “comunidade quilombola”, “Vitória da Conquista”, “Povos originários”, os quais utilizamos para compreender como a cidade está sendo apresentada via canais de acessos fáceis, acessados por qualquer pessoa.

Em meio a essa redoma de buscas, apareceram descrições dos povos indígenas, Mongoiós, Camacãs, Ymborés e Pataxós, apresentados nessas plataformas como ex-habitantes espalhados pelo território de Vitória da Conquista. Locais registrados pelos memorialistas da cidade como Sertão da Ressaca.

Figura 1: Mapa do Sertão da Ressaca, no século XIX



Fonte: Oliveira (2012).

Percebemos então que, geograficamente, houve tentativas de demonstrar a importância da territorialidade onde a cidade se situa, ao destacarem a importância de científicos aprofundados por pesquisadores e ou memorialistas de Vitória da Conquista. Entre esses, a obra do Memorialista Ruy Medeiros (2019), enfatizando o termo “Ressaca”. Segundo esse autor, o termo referido é utilizado pela geografia popular para caracterizar uma funda baía de mato baixo circundada por serra, a qual está situada entre os Rios Pardo e das Contas. O próprio autor se refere ao Sertão da Ressaca para situá-lo no Planalto da Conquista, ao compor um vago refluxo

ao desenhar o semicírculo da ressaca, só que não no mar, sendo uma ressaca de chão. Dessa maneira, o *site* oficial da PMVC⁴² apresenta o termo Sertão da Ressaca a partir de um breve histórico sobre a cidade como sendo um nome derivado, tanto do fenômeno de invasão das águas dos rios sobre o sertão, semelhante ao fenômeno marinho, como da palavra ressaca, que corresponde à mesma referência apresentada por Medeiros (2019).

De acordo com estudos de cronistas e historiadores locais, como Guimarães (2001), algumas características dos povos originários, no intuito de diferenciá-los entre si e destituí-los do processo de apropriação das suas próprias terras. Suas narrativas relataram passagens pelo território da atual cidade de Vitória da Conquista, como as do Príncipe Maximiliano, que registrou suas impressões em formato de carta, discutida posteriormente neste estudo.

Esses enquadramentos de memórias coloniais, muitas vezes, são mantidos na atualidade para reafirmar o mito do Banquete da morte, ocorrido no território. Constrói-se a imagem do homem branco como salvador e protetor do Arraial, em que os povos indígenas foram vistos como assassinos e perturbadores da “paz coletiva”. Essa forma dominante de narrar as histórias da cidade ainda coloca os povos originários em disputas entre si. Percebemos que tal narrativa apontou um dos grupos étnicos como sendo aliados dos colonizadores, quando a narrativa histórica demonstra que os indígenas travaram uma “batalha” em favor dos seus próprios opressores. Dessa maneira, encontramos, em uma dezena de *sites*, redes sociais, narrativas utilizadas até como fontes de conhecimentos a serem acessados por quem pretende realizar provas de seleções e concursos no próprio município. Essa disseminação desse tipo de enquadramento de memória reproduz a história contada a partir do colonizador. Entre os trechos finais de uma das narrativas, trazidas pelo *site* oficial da PMVC, sobre a história de Vitória da Conquista associada aos povos originários, destacou-se que:

[...] os Mongoyó, sempre valentes guerreiros, continuavam a sofrer e não esqueciam as derrotas passadas perante os colonizadores e preparavam vinganças, mesmo depois de firmar acordo de paz. Passaram então a usar de um artifício para emboscar e matar os colonizadores estabelecidos no povoado. A estratégia consistia em convidar os colonizadores a conhecerem pássaros e animais selvagens nas matas próximas à atual Igreja Matriz, provavelmente as matas do Poço Escuro, atualmente uma reserva florestal. Ao embrenhar na mata o índio então com ajuda de outros, já dentro da mata emboscava e matava o homem branco, desaparecendo com o corpo. Isto de modo sucessivo, até que um colono, após luta corporal, conseguiu fugir e avisar às autoridades estabelecidas e demais colonos qual foi o destino de tantos homens desaparecidos. Do mesmo modo se estabeleceu uma vingança por parte dos colonos contra tamanha ousadia. Foram então os índios

⁴² Disponível em: www.pmvc.ba.gov.br Acesso em: 03 out. 2021.

chamados a participar de uma festa e quando se entregavam à alegria foram cercados de todos os lados e quase todos mortos. Depois disto os índios embrenharam-se nas matas e o arraial conseguiu repouso e segurança. Este episódio passou a se chamar de o "banquete da morte"⁴³.

A narrativa mitológica, apresentada nas fontes apontadas na nota acima, destaca a história de uma cidade que não reflete e nem se conecta com o passado apresentado pelo discurso dominante, reproduzido pelas redes sociais, ao se tratar da história de Vitória da Conquista. O colonizador é sempre visto como “bonzinho” e herói, ao reestabelecer a paz tão almejada por uma população que precisa de um “salvador” para garantir civilidade.

As narrativas alimentadas nessas fontes ainda se contradizem ao deixarem uma lacuna imensa na cronologia histórica na tentativa de construir a imagem de uma cidade sob o signo da modernidade, percebida como civilizada e desenvolvida. Dessa forma, a economia da cidade foi apresentada como pano de fundo para destacar o período entre as décadas de 1960 e 1970, a partir da sustentabilidade através da pecuária extensiva e da chegada do comércio. Além de citar a abertura das estradas Rio-Bahia (BR 116) e BA (Ilhéus – Bom Jesus da Lapa) para acentuar a possibilidade de integrar-se com outras regiões do estado e do país

A lacuna temporal abre uma brecha de mais de 70 anos, ao saltarem diretamente para os meados da década de 1970, as narrativas enfatizam a economia local e da região via cultura cafeeira perante o cenário nacional. Em seguida, mostram os anos 80 como referência do período em que a educação, a saúde, o comércio e o polo industrial obtiveram maiores resultados para a cidade. Além disso, ressaltam a expansão da economia gerada nas indústrias para justificar tal desenvolvimento ocorrido durante a década de 1990, dados também confirmados nos estudos de Cruz (2015).

De tal modo, é nesse mesmo período que os empresários potencializaram as produções de suas microindústrias com o objetivo de “gerar trabalho e renda”. Essa linha temporal, também destacada nas pesquisas em *websites*, como sendo um período em que a educação superior chegou à cidade através das universidades públicas e privadas. Assim como enfatizam a construção civil e o aperfeiçoamento dos serviços de hospitais e clínicas, capazes de atender toda a macrorregião. (AMORIM; MEIRA; WINTER, 2014). Além disso, incluem em seu

⁴³ Disponíveis em: <https://www.televit.com.br/blog/noticias/os-indios-e-colonizadores-em-vitoria-da-conquista> ; <https://imoveis.news/vitoria-da-conquista-relacao-indios-e-colonizadores/>; <https://blogdoredacao.com.br/vitoria-da-conquista-180-anos/>; <https://www.imagensdobrasil.com.br/2019/08/vitoria-da-conquista-bahia.html>; <https://www.pmvc.ba.gov.br/semad/estrutura/edital/uploads/CP%20%20004-2013.pdf>; <https://wjportela.com/2010/03/27/vitoria-da-conquista-bahia-brasil/>; <https://books.google.com.br/books>; https://www.wikizero.com/pt/Vit%C3%B3ria_da_Conquista ; <https://www.web4business.com.br/sites/desenvolvimento-web-brusque-em-vitoria-da-conquista/>.

projeto de visibilização dos elementos de modernidade urbana, as redes de hotéis, os comerciantes atacadistas, os profissionais liberais, os migrantes e a população flutuante, no intuito de atestar os índices econômicos e sociais do *ranking* do IDH⁴⁴ desde o final do século XX. Por esses e outros motivos, a cidade se mostra, neste sentido, referência no âmbito social. Onde predomina a ideia de um enquadramento de memória em Vitória da Conquista, traçado com base na ideia de a cidade possuir um núcleo urbano progressista e evoluído.

Dessa maneira, percebemos que a cidade mantém, pelo menos, dois enquadramentos de memória, sendo que o segundo sustenta a “memória sertaneja”, situada distante da lógica da primeira, a qual condiz com a memória e história contadas a partir das ações dos colonizadores. Esse segundo enquadramento parte da mobilização de um viés intelectualizado, a partir dos pesquisadores da UESB na cidade. Entre eles, os escritos memorialistas do Professor Rui Herman de Araújo Medeiros e a mobilização política e científica feita por meio dos estudos do Professor Belarmino de Jesus Souza (2013), o qual intitula sua tese de doutorado de **Uma polis sertaneja: trajetória histórica, historiografia e disputas antecedentes**. Ambos militavam politicamente “com participação ativa nas lutas oposicionistas de Vitória da Conquista”. (SOUZA, 2013, p. 152).

Souza (2013) analisa os aspectos da vida política em Vitória da Conquista entre os anos de 1962 e 1992. Desse modo, pesquisas como as dos autores citados emergiram a partir de disputas territoriais e políticas que predominaram no cenário conflituoso com a cidade de Salvador. De acordo com esse pesquisador, o cenário de oposição à capital se iniciou desde o período da Ditadura Militar, “sendo um marco na afirmação da cidade enquanto um centro oposicionista, de resistência à Ditadura e aos seus representantes no Estado da Bahia”. (SOUZA, 2013, p. 161). O apogeu do marco histórico desse conflito foi a prisão do ex-prefeito, José Pedral Sampaio, e de outras pessoas que se colocaram contrárias. Segundo Souza (2013, p. 118), o comando da VI Região Militar, sediado em Salvador, alegou que eles atuavam politicamente, conforme práticas do governo deposto e “organizações de esquerda”.

Conforme a baliza cronológica, apontada pelos estudos de Souza (2013), a cidade de Vitória da Conquista necessitava enquadrar, na memória local, naquele momento histórico, um modelo de projeto que se contraditasse ao que era imposto pelo governo regido pela capital baiana a partir dos colonizadores. O viés sertanejo, defendido pela intelectualidade conquistense, mostrou que a cidade obteve a autonomia de se constituir enquanto tal. Por isso, consideramos que foi nesse período que o núcleo do centro urbano passou a exaltar símbolos e

⁴⁴ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede e compara os países pelo nível de desenvolvimento humano, classificando-os em três categorias: desenvolvidos; em desenvolvimento; e subdesenvolvido.

signos para reforçar essa independência. Assim, era importante a disseminação da memória de ser “sertanejo” do sudoeste baiano.

Apesar da tese do professor Belarmino Souza (2013) trazer as origens indígenas da cidade, essa questão não centraliza como objeto do seu estudo, pois o mesmo apresenta disputas de memórias de cunho político ao demonstrar o mito de Vitória da Conquista como “cidade democrática”. Deste modo, esta insígnia também representava a tomada de posicionamento de uma disputa contra a memória colonialista hegemônica que se enquadrava como oficial, dirigida pela história que exaltava a passagem dos europeus pelo município. Por isso, essa “narrativa sertaneja”, de memória emergente, apesar de não reconhecer a presença dos povos quilombolas e indígenas no território municipal, é significativa no sentido abordar as contradições existentes a presença das famílias conquistenses, em suas frações de classes, e o “viés intelectual universitário” e abrir espaço para crítica e estudos em outros campos e temáticas⁴⁵.

As pesquisas sobre as formas de apresentação da cidade ao mundo mostraram também o fato de a geografia do município ter se tornado um dos assuntos principais, apresentados na mídia nacional, devido à cidade possuir um clima tropical de altitude. Essas informações contribuíram para que a memória social legitime uma cidade que tem, em sua estrutura climática, atributos que podem ser comparados à Suíça, pelo fato de possuir um clima típico de planaltos e serras localizados no Sudoeste e Nordeste do Brasil. Em vista disso, essa memória cristalizada nas características específicas do clima de regiões semelhantes ao de Vitória da Conquista justifica os discursos em ser reconhecida em seu âmbito midiático como “Suíça baiana”. Essa insígnia é disseminada em anúncios sobre os registros de temperaturas abaixo de 10°C, durante o inverno, e 17° C em outras estações do ano, conforme o INMET⁴⁶.

Para além da associação do dito “apelido” às condições climáticas da cidade, a terminologia “Suíça baiana” foi discutida na dissertação de mestrado de Thaís Lopes (2021), na qual a socióloga descreveu os aspectos socioculturais do processo de constituição estética das festas e o projeto turístico da cidade de Vitória da Conquista. Segundo a autora, esse projeto sustenta as ideias que mantêm o imaginário das pessoas do núcleo urbano de se identificarem

⁴⁵ Esta discussão também abre possibilidade de refletirmos sobre a contradição existente no fato da Igreja católica, por meio do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), nos anos 70 e 80 com a teologia da libertação como fundamento, ter contribuído no processo inicial de organização nacional e locais dos povos indígenas. Hoje esses povos têm sua autonomia, apesar das contradições, obstáculos e problemas variados. (SILVA, 2005).

⁴⁶ “O Instituto Nacional de Meteorologia do Brasil (INMET) é um órgão federal da administração direta do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), criado em 1909 com a missão de prover informações meteorológicas através de monitoramento, análise e previsão do tempo e clima, concorrendo com processos de pesquisa aplicada para prover informações adequadas em situações diversas, como no caso de desastres naturais como inundações e secas extremas que afetam, limitam ou interferem nas atividades cotidianas da sociedade brasileira”. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Instituto_Nacional_de_Meteorologia Acesso em: 27 set. 2021.

como integrantes de uma “Suíça baiana” ou “cidade do fetiche”. A autora ainda completa o raciocínio afirmando que além de associarem ao frio típico dos países europeus, o embranquecimento, a pompa e o *glamour*, as festas têm contribuído para balizar as relações sociais pautadas no *status* e na pretensão de evidenciar a cidade,

[...] a partir do destaque de características, tais como: altitude, clima frio, gastronomia, lugar de jovens. Temos, assim, a ideia de uma “Suíça baiana” propondo uma diferenciação. Não se trata de um termo neutro, carrega toda uma carga simbólica para elitização do marketing de uma cidade, visto que associa ao país Europeu conhecido pelo seu *glamour*, desenvolvimento econômico e frio. (LOPES, 2021, p. 84).

Essa relação de construção da memória local, vista no núcleo urbano, também se manifesta através do grau de importância que a cidade oferece, durante a apresentação do turismo de forma “panfletária”, que se “aquece” recorrentemente a partir do incentivo dos empresários da cidade em promoverem o consumismo do entretenimento no interior da Bahia para incorporar a mesma lógica da indústria cultural encontrada na capital. Assim, o Festival de Inverno Bahia (FIB) se tornou um instrumento de expansão da indústria cultural, uma extensão dos projetos de consumo que ocorre na capital baiana para movimentar a cidade e receber os turistas frequentadores desse evento (LOPES, 2021).

Outras formas de apresentações da cidade são as investidas no turismo, demonstradas no convite para que os visitantes conheçam os monumentos vistos em umas das plataformas que os destacam como lugar de visitação. Nossas buscas, a priori, apontaram os monumentos: Cristo de Mário Cravo, Getúlio Vargas, Bandeirantes, Dez Mandamentos, Imigrantes, Ex- Pracinhas da Segunda Guerra Mundial, Príncipe Maximiliano, Monumento do Índio, Bíblia Sagrada, Águas, Mortos e Desaparecidos Políticos da Bahia no período do regime militar instalado em 1964 e o Monumento à Jacy Flores⁴⁷. Entre esses lugares de memória, apontados no *site*⁴⁸: o Poço escuro (reserva florestal) e o Estádio de Futebol Lomanto Júnior, lembrado por sediar eventos esportivos em nível estadual e nacional através da atuação do clube profissional local.

Conforme as primeiras análises dos nomes desses lugares de memória apresentados acima, pode-se inferir que a cidade vai se configurando por meio da consolidação de referências

⁴⁷ Este monumento foi construído em homenagem à “primeira comerciante” da cidade, além da homenageada ser filha do casal que protagonizou a fundação do “Arraial da Conquista”, como apresentaremos na próxima seção deste estudo.

⁴⁸ Disponível em: https://www.tripadvisor.com.br/Attractions-g1893359-Activities-Vitoria_da_Conquista_State_of_Bahia.html Acesso nov. 2021

da história local para continuar legitimando as memórias oficiais sobre a fundação da cidade. Em contrapartida, partimos da premissa de que, ao associarmos às nomenclaturas distribuídas nesses lugares de memória, os interesses do poder público em garantir a gestão de memória, por meio da nomeação de monumentos, enquadraram-nos em memórias nacionais, memórias religiosas de origem pentecostal, memórias dos colonizadores e de lugares que sediam grandes eventos. De certo modo, essas memórias contribuem para distanciar pessoas de qualquer possibilidade de manterem-nas conectadas com memórias de conflitos e tensões que façam menção à origem da cidade de Vitória da Conquista. Portanto, é necessário considerar que existem outras referências contrárias àquelas que legitimam as memórias oficiais sobre a fundação da cidade.

A distribuição dos bairros dentro do núcleo urbano aparece entre os descritores durante nossas buscas. Foi fundamental destacá-la, na medida que demarca territórios de privilégios, ao estarem situados em um determinado lugar e não em outro. Assim, a figura 2 mostra a distribuição dos bairros no território urbano, que tem o Centro e o bairro Candeias como os principais lugares, responsáveis por atenderem aos resultados do projeto de desenvolvimento. Já que o Centro concentra atividades comerciais e apresenta um número significativo de habitantes e domicílios, de acordo com dados do IBGE em 2010; e o Candeias, visto enquanto bairro privilegiado, ao se situar na zona leste, é atravessado pela avenida Olívia Flores, que dá acesso a duas universidades públicas e duas faculdades privadas da cidade, além de constituir rotas que dão acesso a hipermercados e shoppings.

Figura 2: Mapa – Lista dos bairros de Vitória da Conquista



Fonte: João Pedro Teixeira (2018, p. 18).

No entanto, apesar da listagem dos bairros da cidade se apresentar de forma organizada, em relação ao perímetro urbano, a zona rural, onde se encontram as comunidades tradicionais, é citada na categoria de distribuição dos distritos na divisão geográfica do município, situando distantes e invisíveis nesses mapas de apresentação de outras localidades que integram o território de Vitória da Conquista. As comunidades tradicionais quilombolas e indígenas não são citadas geograficamente como lócus de existência. Apesar dos registros do IBGE, em 2021, computarem a predominância de pessoas pardas, brancas, negras e indígenas⁴⁹, ao incluírem em sua contagem, o contingente que abrange as comunidades tradicionais quilombolas e indígenas. Por esse viés, levamos em consideração que a existência dessas pessoas só é interessante para a cidade, à medida em que elas passaram a integrar o quantitativo geral da contagem do número de habitantes nos dados do IBGE.

Essas ações estão atreladas ao fato do núcleo do município “virar as costas” para as suas comunidades, demonstrando a hipocrisia de um lugar onde se considera que é mais rentável e promissor ostentar os bairros nos quais oferecem melhores condições de especulação imobiliária do que apresentar as comunidades como parte desse projeto de civilidade. Segundo Rizia Mares (2013), a especulação imobiliária está relacionada ao capital imobiliário investido em áreas de maior *status* na cidade, cujo resultado “representa um retorno pelo capital investido e nas quais alimentam um imaginário de que dão *status* a quem nelas reside” (MARES, 2013,

⁴⁹ Sobre a predominância de pessoas que se declaram pardas (56,8%), as que se veem brancas (32,4%) sobrepõem a existência dos negros (10,1%) e indígena (0,1%). (IBGE, IBDEGEE, 2013).

p. 16). Ainda segundo a pesquisadora, investe-se na infraestrutura de bairros tidos como nobres e valorizados, em detrimento de baixos investimentos em outras áreas (bairros e distritos, comunidades rurais) e, de certa forma, mantém-se o histórico de abandono dessas localidades. Nas palavras da autora,

Esses fatores somados às transformações ocorridas no espaço urbano dessa cidade, sobretudo, as desigualdades oriundas desse processo são evidenciadas no cotidiano das áreas periféricas pobres, as quais convivem com as mazelas do “desenvolvimento” e crescimento dessa cidade. Mas, sobretudo, pelas transformações que estão ocorrendo no processo de produção dessas cidades, dentre outros fatores, pelo novo contexto da urbanização contemporânea [...]. As disparidades em que o bairro vive refletem a forma como o mesmo foi constituído, tendo como base as contradições na relação estabelecida com a cidade e dentro do próprio bairro. Contradições que fazem parte da estrutura econômica na qual está erguida a cidade e que, ao passo que favorece essa relação conflituosa, é também resultado da mesma. (MARES, 2013, p. 10-11).

Assim, podemos constatar que existe uma Vitória da Conquista dentro de várias outras. Não só na perspectiva de reconhecermos a exclusão das comunidades tradicionais, mas também dos bairros desassistidos pelo poder público, os quais denunciam constantemente suas formas de resistência comparadas aos privilégios contidos àqueles mais próximos do núcleo urbano central, assim como as localidades que se beneficiam desses ganhos ao estarem situadas em torno desses. Para confirmar isso, as pesquisas de Santos (2013) revelam a renda e o nível socioeconômico e valorização do solo de bairros, para justificar a relação de poder existente entre o capital imobiliário e as condições de possibilidades da produção do espaço urbano na cidade de Vitória da Conquista. Fato esse mostrado em um dos mapas apresentados em sua pesquisa, ao trazer a relação de disparidade econômica que ilustra os dados do IBGE vistos anteriormente:

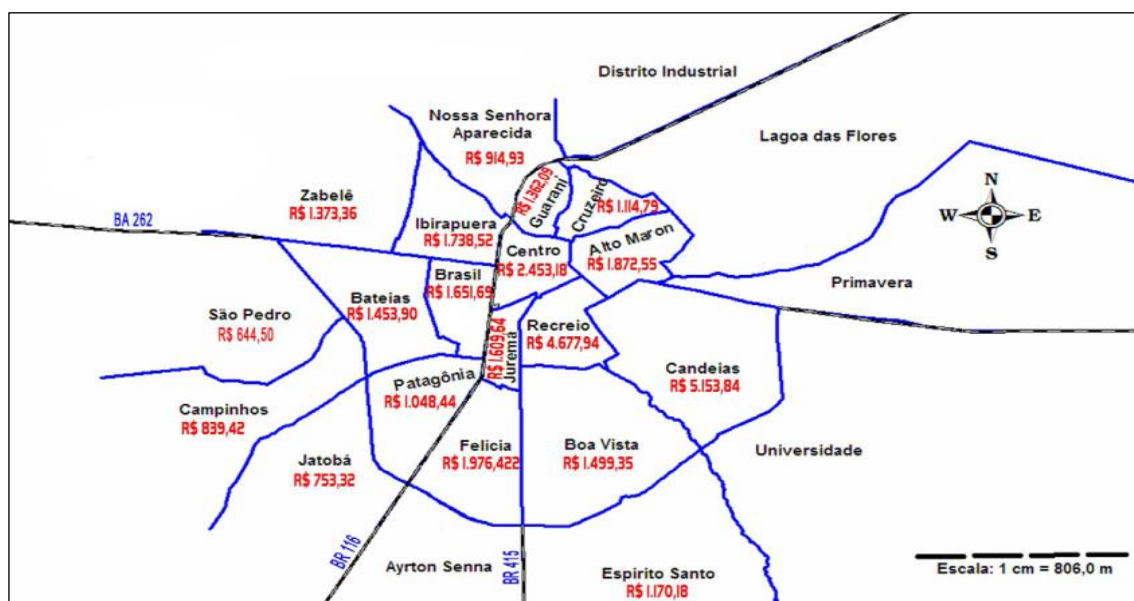
Figura 3: Mapa do valor do solo em m2 (metro quadrado), em Vitória da Conquista



Fonte: Tese de Santos (2013).

Em se tratando de como as comunidades aparecem em torno do seu município, elas são cercadas e comprimidas pelo tal projeto de ostentação (especulação), em que as pessoas do núcleo urbano almejam “morar temporariamente” no campo, nos fins de semana, e retornar às atividades urbanas no decorrer dos outros dias. Santos (2013) ainda mostra a consolidação da segregação da cidade, através das diferenças existentes entre os bairros, conforme seu rendimento por domicílio, o que nos fez refletir o quanto a cidade supervalorizou, a partir da década de 2010, determinados espaços e não outros. Ele ainda cita os trabalhos de Ronan Romam para ilustrar o deslocamento das pessoas mais ricas aos bairros Candeias e Recreio. Espaços onde foi constatada a presença de uma minoria de pessoas negras, conforme IBGE, e “privilegiados” por apresentarem rendimento econômico 4 vezes maior, ao serem comparados com as pessoas residentes em outros espaços da cidade, como mostra a Figura 4:

Figura 4: Mapa de Rendimentos Médio do Domicílio em Vitória da Conquista, 2010



Fonte: Ronan Soares dos Santos *apud* Santos (2013).

No entanto, o município não foi preparado, em termos de infraestrutura, para receber o número de imigrantes atraídos pelo seu desenvolvimento econômico. Dessa forma, na década de 1950, vivenciaram-se as contradições de um modelo econômico que prioriza os lucros, sendo palco do progresso econômico, de um lado, e de uma pobreza generalizada da população, de outro (TANAJURA, 1992). Isso levou a cidade a ser identificada pela divisão separada pela BR-116: “Lado Leste” e “Lado Oeste”.

A produção escrita por Santos e Almeida (2009), denominada **Vitória da Conquista em contraste: a avenida da integração e a luta de classes**, publicada através dos anais do XX Ciclo de Estudos Históricos pela Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC), contribuiu para este estudo no sentido de compreender o campo da territorialidade acerca dos espaços urbanos na cidade de Vitória da Conquista. A partir da divisão ideológica eminente entre dois lados da cidade cortada pela BR 116 e dividindo entre o lado leste e oeste, que atualmente é conhecida pelo nome de Avenida Integração. Uma divisão que estabelece dois lados: o “lado de cá” e o “lado de lá”, denunciando as fronteiras sociorraciais da cidade⁵⁰. A divisão da cidade em dois lados representava uma concentração de pessoas pobres do lado Oeste e de pessoas com alto poder aquisitivo do lado Leste, embora houvesse a pobreza em ambos os lados. O lado leste era favorecido com o Centro Administrativo e de Serviços, reforçando a ideia de separação social, sedimentada por uma barreira geográfica urbana (SANTOS; ALMEIDA, 2009). Esse mesmo

⁵⁰ Sobre esse assunto buscar na dissertação defendida por Silva (2018), sobre o processo de disseminação da Capoeira em Vitória da Conquista entre as décadas de 1950 a 2000.

estudo contribuiu para que outras pesquisas pudessem situar o espaço, estabelecido socialmente, que o negro ocupava em meio aos grupos sociais, já que essa divisão ainda perdura na memória social.

Assim, nesse novo espaço alternativo, as pessoas ficam desprovidas de infraestrutura e boas condições de moradia e de vida (ALVES, 2014). Segundo a pesquisadora, “habitar em áreas pobres em Vitória da Conquista tem sido um desafio diário para essa população, tendo em vista a grande precariedade das áreas quanto ao provimento de infraestrutura, ao acesso à saúde, educação, transporte, lazer, trabalho etc” (Id., 2014, p. 7).

Com isso, percebe-se um conjunto de expropriação dos direitos à cidade que se perpetua no sentido de desqualificar as pessoas ao colocá-las em um “não lugar” de prestígio. Ao tratar aqui do direito à cidade, estamos nos referindo ao conceito apresentado por Carvalho e Rodrigues (2016) quando explicam que, o direito à cidade, “no Brasil e em outros países da América Latina, o seu conteúdo se volta para o fim da segregação sócio espacial e maior participação na gestão urbana” (Id., 2016, p. 39). Portanto, as peças do jogo vão se juntando, à medida que vamos percebendo as comunidades sendo constituídas na égide estratégica ditada por regras, em que o principal objetivo delas é o de manter-se vivas.

Essa contradição, encontrada em meio à população negra de Vitória da Conquista, remete-nos ao contexto social urbano da cidade do Rio de Janeiro, durante o século XIX, traduzida nas obras de Carlos Eugênio Soares citado por Abib (2004). Esse autor relaciona a situação real de tensões e conflitos vividos pelo povo negro da época, na capital carioca, “a brutalidade frequente a que eram submetidos os escravos, dentro e fora de casa, predispunha os cativos a reagir da mesma forma em relação a qualquer coisa que os contrariasse” (ABIB, 2004, p. 122).

Essa realidade vivida pelo povo negro do Rio de Janeiro se assemelha ao que aconteceu em Vitória da Conquista durante as décadas de 1950. Meio século depois que se percebe uma dinâmica no contexto urbano com o surgimento de novos serviços, que atualmente chamamos de serviços gerais. Serviços considerados como “penosos” e “sacrificadores”, destinados às pessoas negras e empobrecidas comandadas pelos “coronéis”. Segundo Abib (2004), esses lugares foram ocupados pelos integrantes desse contingente restrito às populações negras dos bairros periféricos da cidade.

Assim, esse processo de ocupação ocorreu à custa de discriminação, tentativas de controle por meio de dispositivos disciplinares de poder, para determinar os lugares e/ou a distância que o negro deveria estar em relação à nova configuração que se fazia dominante naquele período. Assim, tudo o que se referia às práticas de legado africano desse período foram

afastadas dos grandes centros urbanos, em meio à divisão social estabelecida geograficamente entre os lados leste e oeste.

O artigo de Dantas (2012) contribuiu nos acervos científicos sobre a cidade para denunciar, em seus estudos, a criminalização da pobreza disseminada através dos meios de comunicação de rádio, TV e internet. Nele, os bairros Guarani e Bruno Bacelar são colocados como protagonistas desse processo de exclusão social, visto na estrutura compreendida pelo racismo, por registrarem ocupação residencial de forma “inadequada” há 40 anos. Esse autor ainda mostrou que esses espaços não eram habitados ou desejados pelas iniciativas públicas e privadas, sendo que quase 50% das pessoas que residem nesses bairros declaram ter se instalado neles há mais de 50 anos. Período concernente aos anos de 1970, em que Vitória da Conquista, segundo Almas e Longuinhos (2011), era impulsionada pela “economia cafeeira”, substituindo a “cultura agropecuária”. O que significa dizer que, de uma economia diversificada, passa a ter um foco na monocultura do café, que dominou a economia local.

Para além da cafeeira, esses autores afirmam que, a partir desses dados oficiais, vê-se que no município cidade, o setor industrial e comercial são os responsáveis por favorecerem o crescimento populacional, colocando a criação do Distrito Industrial (DI) como um impulsionador. O DI de Vitória da Conquista, denominado Imborés, fundado em 1975, está situado ao nordeste da cidade, a 5 km do centro da sede. Está interligado ao sistema viário nacional e regional através da BR-116 (Rio/Bahia) e pelas BA-262, BA-263 e BA-265 (SEI, 2017). A criação dos DIs nos interiores baianos é resultado da política de descentralização industrial da Região Metropolitana de Salvador e desenvolvimento regional, objetivando, também, a mobilização do capital, tendo em vista reparar problemas econômicos e sociais, analisam Souto e Pessoti (2015).

Segundo a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI), o DI Imborés, no ano de 2017, apresentava o número de 63 empresas constituídas, empregando 3.209 (três mil e duzentos e nove) funcionários. O desenvolvimento desse Distrito superou as expectativas de quando foi planejado. Pois era previsto o desenvolvimento em atividades econômicas condizentes com o potencial da região, como a produção de farinha de mandioca, beneficiamento do leite, mineração e abatedouro. No entanto, o DI foi além, desenvolvendo atividades diversas. O setor industrial de Vitória da Conquista representa 18% do PIB.

Em virtude disso e da grande representação do comércio e serviços que representam 79% do valor agregado do PIB, seguida da agropecuária que contribui com 3% (SEI, 2017),

Vitória da Conquista se consolida como uma “cidade média”⁵¹ entre as demais que ocupam a primeira e segunda referência de taxas populacionais do território estadual.

Pensar no contexto de tensões e conflitos ocorridos na cidade, a partir da dinâmica de urbanização e desenvolvimento econômico, oferece uma chave de compreensão para entender o processo de exclusão da população negra e indígena dos grandes centros. Essa memória vem sendo preservada por meio dos grupos étnico-raciais, ao representarem as várias formas de resistência das comunidades tradicionais em Vitória da Conquista, como as referidas comunidades quilombolas.

De acordo com Pedreira (1972), atualmente, existem vinte territórios quilombolas identificados pelo seu nome de origem na região de Vitória da Conquista. Posteriormente certificados pela Fundação Palmares em 2006: Velame, Boqueirão, Alto da Cabaceira Cachoeira do Rio Pardo, Corta Lote, Furadinho, Lagoa Maria Clemência, Lagoa de Vitorino, Lagoa do Melquíades, Baixa Seca, Lagoa dos Patos, São Joaquim de Paulo, Quatis dos Fernandes - Ribeirão dos Paneleiros, Batalha e Lagoa do Arroz, Sinzoca, Laranjeiras, Barreiro do Rio Pardo, São Joaquin do Sertão, Cachoeira das Araras, Lamarão e Cachoeira dos Porcos. Essas comunidades se caracterizam como construções civilizatórias dos povos originários dos territórios do município de Vitória da Conquista.

Contudo, a forma que a cidade de Vitória da Conquista se apresenta ao mundo implica a valorização de um enquadramento de memória atrelado a um comportamento pautado em uma gestão. Para idealizar os padrões civilizatórios de desenvolvimento e evolução, em detrimento daqueles que carregam, em seu processo de constituição, a resistência às atrocidades causadas pelo processo de exclusão e não pertencimento a essa memória enquadrada, a partir da negação e exaltação dos privilégios adquiridos nesse projeto de urbanização. Por isso, é preciso resgatar a memória do núcleo de um município que ele mesmo prefere ignorar, que, em alguns casos, desconhece a existência das diversas formas de vidas que lutam pela sobrevivência em seu território urbano.

Dessa forma, seguimos este estudo questionando sobre quais memórias estão sendo acionadas nesse processo de enquadramento. Levando em consideração que as comunidades tradicionais quilombolas e indígenas, por lei, possuem as mesmas condições de existência, tal qual as pessoas que pertencem às localidades privilegiadas, quem, de fato, têm direito à cidade.

⁵¹ De acordo com Deus (2004), este termo é utilizado para definir a função, grau de popularização, estrutura urbana, equipamento de serviços e o lazer exercido em uma região que se situa acima da média em comparação a outras. Para isso, exerce influência em outras sub-regiões ao assumir o polo central no processo hierárquico perante os critérios de urbanização, que entre estes destaca-se o consumo produtivo e coletivo.

2.2 [...] Memórias históricas enquadradas: Esta história que foi criada é uma fantasia...

A caracterização histórica de Vitória da Conquista deve ir além de se pensar somente no desenvolvimento urbano, meramente por meio da economia, situação climática ou geográfica. É perceber, sobretudo, as nuances que atravessaram a própria história da cidade, viva na memória social, que marca a presença das práticas oriundas dos povos quilombolas na cidade, vistas a partir das desigualdades étnico-raciais e sociais, que fizeram e fazem gerar tensões e conflitos causados em vários momentos distintos.

Compreender o processo de enquadramento de memória em Vitória da Conquista implica a incumbência de debruçarmos sobre as fontes historiográficas que reforçam o trato de como a história do município foi sistematizada por pesquisadores locais. Para dar continuidade, vamos iniciar trazendo uma memória dissonante a esse enquadramento em Vitória da Conquista, que aponta contrastes sobre a história local:

[...] Eu até questionei uma pessoa que pesquisou a história de Conquista, e falei com ela que era uma fantasia a pesquisa da história. Ela não gostou. Falei que ela estava com um conto de fada. Aí, ela gosta do João Gonçalves da Costa, né? Que conta a história que ele era um desbravador, o cara que ajudou montar e tal. Aí parei, falei duas coisas que ele estava falando: uma que me fere, fere minha alma e meu espírito. Outra [...] você quando fala do João ... lembra da Nossa Senhora, coitada, deve chorar lágrimas de sangue, porque deu uma vitória à custa do sangue aborígene da terra. E você vem me dizer que você... poderia ir na periferia dar uma olhada nas pessoas que migrou de comunidade que está lá. Que poderia olhar uma parte de minha família e fazer uma comparação dos descendentes do colonizador aos descendentes indígenas. Aí, quando você perceber que índias foram capturadas, estupradas, colocadas em jaula, mortas pela comida com sal. Índios que sofreram com a ditadura também. E você vem me dizer que é tudo bonito assim? Outra, esta história que foi criada de Conquista é uma fantasia, porque se você chega para trabalhar a história oral, e quem você acha que tem uma característica, você vai perguntar para a pessoa e ela não vai falar.⁵²

Os primeiros relatos de Gilvandro Oliveira apresentaram como exemplo um dos pontos de vista referente aos descendentes dos povos que foram vítimas do massacre dos indígenas ocorrido na cidade, configurando uma memória silenciada dos ancestrais da comunidade Ribeirão dos Paneleiros. Nesse sentido, os relatos de Juliana Oliveira, entrevistada dessa mesma comunidade sobre a história de Vitória da Conquista, mostram a tentativa de negação dos

⁵² Entrevista de Gilvandro Gonçalves de Oliveira concedida a Jonatan dos Santos Silva e Felipe Eduardo Ferreira Marta durante a disciplina “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 13 nov. 2019.

colonizadores em detrimento da memória dos ancestrais que mantiveram a existência daquela localidade. Ao se referir à história oficial, ela apresentou a narrativa contada pelas pessoas da sede do município, as quais deslegitimam suas existências enquanto quilombolas: “segundo a história de Vitória da Conquista, não existe Paneleiros, Mongoiós. Na verdade, não existe - indígena nenhum”⁵³. Ainda completou dizendo que:

[...] a partir do século dezenove, o estado tá em um processo aí de ascensão econômica, e continua no embate com os indígenas. E aí ele precisa pensar em políticas que tirassem os indígenas das terras ocupadas, colocassem esses indígenas em algum lugar que foram os aldeamentos e depois disso, tentassem inserir eles na sociedade, de modo que tirassem deles a cultura⁵⁴, tirassem deles a sua originalidade. Então, com essas políticas, o estado conseguiu que muitos indígenas fossem remanejados para os aldeamentos, e dentro dos aldeamentos eles tiveram que conviver com diversas questões, porque não foram considerados nenhum tipo de peculiaridade entre eles, inclusive o fato de alguns serem inimigos, de terem tradições diferentes. Em Vitória da Conquista não foi diferente, quando João Gonçalves invadiu o território, ele encontrou lá os Mongoiós, e os Mongoiós foram muito resistentes nessa questão da conquista de terras, só que a história fala que existia uma grande guerra entre os indígenas e os colonizadores aqui nessa região⁵⁵.

É possível evidenciar, no relato da entrevistada, a proximidade com a realidade apresentada, sua imersão na busca do retorno ao passado que se entrecruza com o presente. Essa forma de trazer o passado é constantemente criticada e deslegitimada. Quando os critérios de cientificidade emplacam nos discursos de renúncias das pesquisas históricas, na problemática dos povos indígenas e quilombolas no âmbito de reconstituir, na história, a busca dos sentidos e significados de preservar a memória coletiva e a transmissão dos saberes adjacentes às tradições orais.

As memórias constituídas no grupo também são valorizadas nos relatos de Juliana Oliveira, líder comunitária do Ribeirão dos Paneleiros, quando retratam novos sentidos e significados, a partir do olhar daqueles que mais sofreram as consequências sociais, ao serem expropriados dos seus direitos de questionar a sua própria existência enquanto sujeitos da história. Retomamos aqui a discussão trazida pela Escola dos Annales, ao problematizar a noção

⁵³ Entrevista de Juliana Oliveira concedida ao canal “Teia dos povos”. Vídeo (1:33:19). Um planalto da conquista preto e indígena. Publicado pelo canal “Teia dos povos”, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vLfqq2IGkBg&t=9s>. Acesso em: 25 ago 2020.

⁵⁴ O sentido do termo “cultura” é anunciado nos relatos, conforme aparece nas discussões de Norbert Elias (1994) op. cit., ao se tratar do processo de dominação e exploração referido ao conceito tradicional de cultura que predominou entre os séculos XVIII e XX. Esta discussão se aprofunda no capítulo sobre “Conceitos de civilização” e “cultura”, p. 23-64.

⁵⁵ Entrevista de Juliana Oliveira concedida ao canal “Teia dos povos”. Vídeo (1:33:19). Um planalto da conquista preto e indígena. Publicado pelo canal “Teia dos povos”, 2020

positivista e cientificista acerca das fontes, trazendo para o centro da discussão a urgência em valorizarmos os relatos orais, os achados arqueológicos, o estudo das tradições e das culturas, como centrais no fazer histórico (MEDEIROS, 2013).

Sendo assim, se as versões do presente são constituídas pelo crivo de julgamento da História oficial e positivista, como continuar avessos perante as adversidades que a cidade impõe quando consagram a “vitória” dos “vencedores”? A cidade continua silenciando os que se mantiveram avessos e distantes dos lugares de memória, presentes no núcleo urbano, valorizando a história política. Contrária ao que se espera sobre a história de um povo, contada “não mais como História dos ‘grandes homens’ e ‘grandes feitos’” (PORTELLI, 2016, p. 166), e sim como estudo das diferentes formas de articulação de atores e grupos de interesse.

Manter-se contrária à história oficial tornou-se um caminho que Juliana Oliveira encontrou para contribuir com a transmissão da memória de seus ancestrais. Assim, sobre a constituição da história da cidade, ela ainda afirmou que:

[...] essa região foi colonizada a partir de uma promessa que João Gonçalves da Costa tinha feito para Nossa Senhora das Vitórias e aí Nossa Senhora das Vitórias concedeu essa vitória, e teve o ‘Banquete da morte’ e pronto. A história indígena de Vitoria da Conquista se resume até aí, o ‘Banquete da morte’, porque o ‘Banquete da morte’ é o que fala, o que justifica na verdade a ausência indígena. Então fala-se que os indígenas de Vitoria da Conquista foram dizimados no ‘Banquete da morte’, mas eles não contam a nossa versão. E qual é a nossa versão? Os indígenas, eles foram colocados dentro dos aldeamentos, eles foram violentados, foram massacrados, e tiveram tudo, a sua origem, tudo, espoliado.⁵⁶

A temática desse trecho da entrevista se refere ao “banquete da morte”, como projeto de apagamento da memória traumática em torno do reconhecimento social do genocídio das etnias indígenas, ocorrido em Vitória da Conquista. Assim, a cidade se coloca contra essa dívida histórica, quando tenta, de acordo com Juliana Oliveira, construir a ideia de “Suíça baiana” na memória social. Apropriando-se de características e comportamentos sociais típicos de cidades europeias, para forjar uma nova identidade internacional e eurocêntrica:

[...] Não se pode mais admitir que continuamos com essa versão estúpida de que Vitória da Conquista é uma suíça baiana. Vitória da Conquista é uma cidade que dizimou os indígenas perversamente e que hoje continua com o

⁵⁶ Entrevista de Juliana Oliveira concedida ao canal “Teia dos povos”. Vídeo (1:33:19). Um planalto da conquista preto e indígena. Publicado pelo canal “Teia dos povos”, 2020.

processo de silenciamento desses povos negando a eles o direito de se reafirmar enquanto tal.⁵⁷

Sobre esse processo, semelhante ao que Pollak (1989) definiu enquanto “enquadramento de memória”, refletimos o quanto a produção do discurso na cidade está atrelada a outros modelos arquitetônicos e culturais. O termo “suíça” produz aquilo que o autor classificou como “sentimentos de filiação e de origem, de modo que certos elementos são progressivamente integrados num fundo cultural comum a humanidade” (POLLAK, 1989, p. 11).

Outros relatos revelaram a impossibilidade de nos colocarmos, segundo Portelli (1997), como neutros, “impessoais ou distantes” do que dispomos a saber. Isso se evidenciou quando questionamos Gilvandro Oliveira sobre o processo de invisibilização do seu território perante a cidade. Ele também relatou sobre o “Banquete da morte”, visto como uma memória transmitida pelos seus antepassados. Além de citar memórias dos confrontos e das invasões ocorridos no território quilombola entre as famílias, pertencentes aos quilombos, e os colonizadores. Com base no que seus avós contavam, o entrevistado afirmou que sempre confrontou os pesquisadores que o questionaram sobre a história do seu povo frente ao mito de fundação:

[...] “Ah teve o ‘banquete da morte’ dos meus antepassados [...]”? Vou dizer não! Teve um grupo de gente que invadiram as terras e tinha um grupo de gente chamado “os revoltosos”, sei lá, que chegou [...]. Já chegou no período pós colonização. Os caras chegou para tomar as terras mesmo, tem alguns trajetos que a própria história aponta que é compatível à história oral. Aí, minha Vó só falou que esse grupo chega, invade as terras, obriga e diz: “tome aqui, eu quero esse lote de terras”. Aí, fazem a demarcação de terras, são obrigados a passar. Aí, o “banquete da morte” também, eu perguntei. Disse que não existiu, também havendo uma invasão, famílias correndo, pessoas sendo capturadas, mandadas para outras terras, porque eles tinham interesses de montar alguma coisa aqui.⁵⁸

Ao citar a pesquisadora Renata Oliveira, notam-se as referências da presença do “Povo Pataxó” na Região Sul da Bahia, citando as cidades de “Pau-Brasil”⁵⁹ e “Coroa vermelha”,

⁵⁷ Entrevista de Juliana Oliveira concedida ao canal “Teia dos povos”. Vídeo (1:33:19). Um planalto da conquista preto e indígena. Publicado pelo canal “Teia dos povos”, 2020

⁵⁸ Entrevista de Gilvandro Gonçalves de Oliveira concedida a Jonatan dos Santos Silva e Felipe Eduardo Ferreira Marta durante a disciplina “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 13 nov. 2019.

⁵⁹De acordo com as últimas pesquisas do IBGE sobre a população estimada no ano de 2020, Pau-Brasil possui 9.686 habitantes. A área total do município é de 626,306 km² e fica situada entre os municípios de Camacã e Itaju do Colônia. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/pau-brasil/panorama>. Acesso no dia 02 de maio de 2021. Os dados apontados pelo ISA -Instituto Sócio Ambiental (Organização não governamental) - indicaram que estas cidades estão localizadas em Terras Indígenas Caramuru-Paraguaçu, ocupada pelos Pataxós-hã-hã-hães. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3791> Acesso no dia 02 de maio de 2021.

como lócus da presença de seus familiares que, segundo Gilvandro Oliveira, tiveram “em terras dos botocudos”.

[...] lá foram acolhidos e depois que veio pra cá. São descendentes de minha Vó, que são índios de aproximadamente 1,75 m, tem pele amarelada, um pouco espelhada e mais fortes em estrutura de músculos e tal. Já o outro grupo de meu avô, são mais baixinhos, a pele escura, cabelo preto nos ombros.⁶⁰

Assim, a história da presença dos povos originários na cidade se apresenta de forma conflituosa, do ponto de vista das distintas narrativas, que, ora reconhecem a presença atual dos grupos minoritários e ora refutam, ou se opõem à possibilidade de reparação social. Por isso, muitas pesquisas fizeram uma releitura ou retificação dos fatos históricos, para além do que já se encontrou nas produções dos memorialistas e historiadores locais. A presença dos povos originários, nos espaços e grupos sociais em Vitória da Conquista, constitui formas de representatividades contidas nas “batalhas” e resistências na memória coletiva dos moradores no tempo presente. Isso nos confere a dinâmica de temporalidade e espaço para compreendermos a memória como aspecto relevante para a compreensão da vida em comunidade.

Com isso, essas memórias entram em disputas, quando a história nacional reafirma a narrativa histórica, que tem o colonizador como a principal referência em detrimento das narrativas contadas por meio da oralidade dos povos originários. São memórias do processo civilizatório apresentadas pelo massacre desses povos e dos silenciamentos os quais ainda perduram entre as gerações atuais. Essas memórias colocam em xeque a memória enquadrada atualmente na cidade, após seu processo de desenvolvimento urbano⁶¹.

Os cenários de batalhas e disputas que marcam o enquadramento da memória sobre Vitória da Conquista surgem no decurso do projeto colonizador de Portugal, durante sua ampliação da conquista de territórios para manter economicamente a coroa. Esse projeto dos portugueses para essa região foi motivado pela crise financeira em seu país de origem, dando-lhes a condição de serem dependentes da Inglaterra. Em contrapartida, investia-se na exploração das riquezas contidas na colônia. A investida colonizadora dos “primeiros desbravadores” foi adentrando as terras indígenas, seguindo o curso dos rios, devido essas localidades serem habitadas por aqueles que buscavam meios de subsistência. Assim, os primeiros contatos entre

⁶⁰ Entrevista de Gilvandro Gonçalves de Oliveira concedida a Jonatan dos Santos Silva e Felipe Eduardo Ferreira Marta durante a disciplina “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 13 nov. 2019.

⁶¹ O debate teórico sobre “memórias em disputa” e enquadramento de memória será reforçado nos próximos capítulos.

colonos e indígenas se deram por meio do processo de escambo⁶². Essa aproximação justifica historicamente o início dos conflitos entre ambos, já que houve o aumento da exploração coordenada pelo pacto colonial, desencadeando a luta e resistência dos indígenas (OLIVEIRA, 2012).

Os dois enquadramentos, tanto do ponto de vista do colonizador, quanto da memória de “ser sertanejo”, nos apresentam duas leituras possíveis para interpretarmos o município de Vitória da Conquista, concedidas em seus lugares e símbolos mobilizados pelos métodos de enquadramento que apareceram ao longo da sua história. Essa mobilização se deu nas relações sociais com a chegada dos colonizadores no “sertão da Ressaca”, as quais giravam em torno da exploração das riquezas naturais da região, iniciada no centro-sul da Bahia e nas minas de ouro, em Rio de Contas, estendendo-se até a atual cidade de Itapetinga. Isso porque a expansão da pecuária e as condições geográficas facilitaram o trânsito entre o litoral e as terras “conquistadas” no sertão e o aprisionamento dos povos que nelas habitavam (AGENDA 21, 2004).

Em meados do século XVIII, o território já havia sido povoado, ocupado pelo sertanista João Gonçalves da Costa, que liderou a ocupação das terras conhecidas como Arraial da Conquista e deu origem às primeiras famílias tradicionais de Vitória da Conquista. Apesar de ter nascido em Portugal, conforme pesquisa de Tinhorão (1998), seu estereótipo era de uma pessoa preta. Daí a história local só o descreve como “preto forro”, termo que aparece nas pesquisas de Ivo (2012), Renata Oliveira (2012), Maria Aparecida Sousa (2001), Kátia Almeida (2014) e outros. Ele também era membro da força de Henrique Dias e se integrou à expedição de João da Silva Guimarães, visto pela Coroa portuguesa como exímio conquistador.

Porém, os estudos de Alberto Bomfim Silva (2022) mostram que, além desse “desbravador” atender aos interesses da “supremacia branca”, ocupando cargos burocráticos na cidade, havia as constantes tentativas de silenciamento e apagamento de qualquer memória que pudesse remetê-lo à condição de escravizado. De acordo com esse autor, “os primeiros movimentos sociais negros que surgem após a abolição continuam adotando a estratégia de silenciar sobre a cor e outras marcas afrodescendentes, adotando a prática do embranquecimento [...]” (SILVA, 2022, p. 35).

⁶² Sistema colonial de troca e permuta que aparece nas relações escravistas associado ao modelo de exploração, ocorrido no Brasil a partir do século XVI. Uma dessas relações ficou conhecida na troca de bugigangas na qual o europeu apresentava como “novidade” aos povos originários.

Ao citar Mattos (2013), Alberto Bomfim Silva (2022)⁶³ ainda destaca a contradição existente no fato de “alguns desses sujeitos sociais de pele escura e outros fenótipos de herança africana ocupar posições elitizadas naquele lugarejo do Sertão [...]”, no intuito de construir “estratégias para tentar silenciar sobre a cor, expediente visto em larga escala no Brasil” (MATTOS, 2013, p. 391). Portanto, Silva (2022) nos mostra fragmentos do passado do município de Vitória da Conquista que viabilizou a naturalização de práticas racistas ao percebermos que o negro não era preterido a assumir determinados espaços de poder.

As memórias dissonantes, conforme relatadas pelas comunidades orais, preservam conhecimentos transmitidos pelos ancestrais do grupo. Em Ribeirão dos Paneiros, por exemplo, os antepassados ensinaram às gerações seguintes sobre o quanto a cidade foi construída a partir do derramamento de sangue dos seus ancestrais, e que não faz sentido algum, para elas, prestar homenagens ao dia de Nossa Senhora das Vitórias, já que simboliza o marco da vitória sobre os nativos. Dessa forma, trouxemos o debate do pesquisador João Diógenes Santos (2007), para relatar sobre como os “feitos heroicos” vão estruturando a redundância do atual nome da cidade de Vitória da Conquista, ao legitimar a vitória do “conquistador” no imaginário social. Segundo o autor,

[...] o nome da cidade é uma metáfora que moldura o silêncio dos conquistados e, de uma forma ou de outra, mitifica a história dos conquistadores e tenta apagar da memória coletiva os vestígios dos primeiros habitantes da terra. Portanto, Vitória da Conquista reitera, simbolicamente, a violência de um passado distante, fazendo com que se eternize através da palavra, pois expressa a virulência do vencedor sobre o vencido, aludindo a um paraíso civilizado pelos primeiros desbravadores, cuja tarefa árdua foi “lapidar a jóia do sertão” e “cultivar as rosas”, regadas pelo sangue indígena e negro. (SANTOS, 2007, p. 131).

É inegável, conforme o trecho acima, que o processo de enquadramento de memória recorra às tentativas de apagamento dos povos que aqui habitam, e faz alusão ao processo civilizatório à luz dos “desbravadores”. Ao passo que Santos (2007) analisou os rastros de enquadramento colonial, ele cita o processo de lapidação do município a ser reconhecido enquanto “Joia do sertão”. Confirmando, neste estudo, a emergência na cidade de pelo menos duas memórias enquadradas. Em vista disso, os povos quilombola e indígena são citados em seu estudo para fazer lembrar o derramamento de sangue em consequência do massacre, da

⁶³ O pesquisador Alberto Bomfim Silva (2022) descreve as várias tentativas dos povos negros da cidade em reescrever a história dos ancestrais por meio dos desfiles carnavalescos ocorridos na cidade em outrora. Para ele, a festa de rua apresentava os conflitos e tensões estabelecidos entre poder público e os movimentos sociais organizados na cidade para resistir à opressão do sistema contra a população negra.

história de silenciamento e apagamento. Destarte, as comunidades tradicionais são mantidas fora da rota de enquadramentos possíveis de reconhecimento no município de Vitória da Conquista.

Estudos e pesquisas realizadas por Washington Nascimento (2014) e outros pesquisadores, mostrados a seguir, apontam a maneira como a presença dos quilombolas e indígenas foi registrada pelos colonizadores. De acordo com eles, a presença dos povos negros escravizados no Arraial da Conquista aparece em um ofício escrito em Lisboa, em 1780, que relata a presença de índios domésticos e alguns “escravos” ao lado de João Gonçalves da Costa. Outros registros de 1727 trazem informações sobre a existência de quilombos, alertando aos desbravadores que, caso fossem encontrados, deveriam ser destruídos. Em 1732, André da Rocha Pinto encontrou uma localidade, na região sudoeste da Bahia, por nome Mocambo, onde atualmente está situada a cidade de Poções (NASCIMENTO, 2008).

As pesquisas etnográficas, realizadas por Aguiar (1999), trazem um estudo das religiões afro na região, de 1727 até 1999, evidenciando não só a expressiva presença negra, mas as construções e dinâmicas culturais e religiosas de herança negra (PASSOS, 2012). De acordo com Nascimento (2014), havia um deslocamento predominante de escravizados de origem “Bantu” para o sertão baiano (em condição de fuga ou como trabalhador escravizado) (NASCIMENTO, 2014).

Os estudos de Nascimento (2008) discutem sobre a criação de lugares sociais para a população afrodescendente em Vitória da Conquista, entre os anos de 1870 a 1930. De acordo com esse autor, esses lugares eram determinados pelo racismo, por diferenciações socioeconômicas, pela ideologia do branqueamento, por questões de moral, honra e noções diferenciadas de civilidade. O autor se preocupa em debater acerca dos lugares, trazendo a ideia de “contra lugares” e “entrelugares”, analisando os conflitos do cotidiano a partir de processos, crimes e outros mecanismos de análise social da época vigente. No entanto, a discussão central sobre a presença negra em Vitória da Conquista foi acentuada apenas nos anexos da pesquisa. Neles, o autor pontua alguns levantamentos bibliográficos não contidos no corpo de sua dissertação. Porém, mesmo trazendo dados de outras pesquisas realizadas sobre a presença negra no interior da Bahia, o autor reafirma que as pesquisas sobre o negro na cidade de Vitória da Conquista são escassas. É comum perceber algumas citações pontuais nas pesquisas, mas dificilmente aprofundam a discussão.

Sem que houvesse muitas mudanças, as narrativas históricas publicadas, durante o século XX, sobre a origem da cidade de Vitória da Conquista, ainda são relativizadas na atualidade e postas na condição de história mitológica. Pouca importância tem-se dado às

buscas pelas histórias dos povos originários, visto que há a predominância de um pensamento social que reforça o dualismo entre narrativa histórica e narrativa ficcional. Na lógica do entendimento de que a história é a narração dos feitos históricos e crônicas, que abordam as lendas durante a Idade Média (NUNES, 1988). Retomar a presença dos feitos históricos no núcleo do município, de forma pública e acessível às novas gerações, seria uma agressão ao projeto de modernização que, cotidianamente, é operado nas relações sociais, na literatura, arquitetura e interesses econômicos no núcleo urbano.

As produções sobre a história local de Vitória da Conquista, de acordo com Medeiros (2013), tiveram suas fontes literárias vinculadas às publicações do século XIX em três formas: de corografia, de revista histórica e de crônica/memória. A primeira se refere à descrição geográfica e narrativas históricas de “país, região ou de considerável porção territorial” (MEDEIROS, 2013, p. 18). Já as revistas históricas foram fundamentais nesse período, ao tratarem de narrativas de diversas temáticas que informavam a população e atendiam aos preceitos da sociedade disciplinar ao ser “útil”. Dessa maneira, as crônicas trouxeram suas contribuições à sociedade emergente, quando se desviaram do caráter antigo para apresentar as memórias e histórias da cidade sem comprometimento com a sequência ordenada dos fatos.

As obras dos memorialistas da cidade foram importantes, neste estudo, no intuito de percebermos as memórias enquadradas nas publicações acessíveis aos leitores no núcleo urbano, desde a década de 1960. Elas atribuíam à memória e à história o papel de manter a memória social coesa com os fatos históricos do país. Para isso, herdaram do Romantismo no Brasil, o estilo de escrita pautada nas recordações de eventos que promoviam a “consciência nacional”. O autor Paulo Bungart Neto (2011) afirma que isso ocorreu em decorrência da necessidade de o país buscar, a partir da década de 1930, a identidade nacional através da literatura “genuinamente brasileira”, a qual vinculou aspectos da vida e intelectualidade dos escritores ao contexto sociopolítico. Sobre isso, Ruy Medeiros (2013) afirma que tais produções relacionadas a essa época,

[...] são tentativas de compreensão da história local e surgem para isso, porém são justificadoras de mandos tradicionais e da situação político-social encontrada pelos autores em seu tempo. Esses modelos, por contraposição, ajudam a formular estudos de história local metodologicamente construídos e ajudam à teorização da assim chamada história local. Vale a repetição (MEDEIROS, 2013, p. 19).

Dessa maneira, no intuito de não legitimar ou mascarar a História oficial, Ruy Medeiros (2013) mostra a importância das histórias locais tão desprezadas pelo que ele chama de “historiadores do ofício”. Já que as formas de publicações citadas acima apresentam a história

geral, de modo que “recuperam os excluídos da sociedade em textos elegantes, mas não se recuperam os excluídos dos balanços e revisões bibliográficas, como corógrafos e cronistas” (MEDEIROS, 2013, p. 21). Assim, o autor valoriza a “repetição” no sentido de legitimar as produções registradas por eles, por meio das formas distintas de publicações, as quais serviram de fontes literárias para o que se tem produzido no campo acadêmico. Seja por meio de corografia, crônicas de fatos e revistas sobre a história e memória da cidade de Vitória da Conquista.

O enquadramento de memória desses grupos, no centro urbano do município de Vitória da Conquista, é confundido com o resquício deixado nos lugares de memória da cidade, através da história oficial presente nos escritos preservados nas bibliotecas municipais e museus, assim como no arquivo público da cidade, como constata os estudos de Silva (2018). A história oficial da cidade traz a presença do negro no núcleo do município em umas das primeiras obras escritas em edições posteriores da “Revista Histórica de Conquista”. Publicada por Anibal Viana em 1985, que descreve como a cidade de Vitória da Conquista foi sendo construída a partir do enfrentamento de duas matrizes: brancos e indígenas.

A obra de Mozart Tanajura (1992) intitulada “História de Conquista” também se tornou um dos ícones em relação aos estudos sobre a presença negra nos “não lugares”, situados fora de qualquer possibilidade de enquadramento. Segundo ele, Vitória da Conquista é protagonizada por povos miscigenados. Isso se deve ao fato de ele apontar a mulher negra como uma “criatura amorosa”. Além disso, a memória enquadrada sobre as mulheres negras no centro urbanizado registra a não participação delas nas festas cívicas (organizadas no dia 13 de maio). Logo, eram impedidas de frequentar o mesmo espaço onde se tinha a presença dos brancos que constituíam a classe média e alta.

Em meio aos trabalhos historiográficos, comprometidos com os rigores científicos da academia, constatamos os estudos das professoras Maria Aparecida de Souza (2001) e Isnara Pereira Ivo (2004). Elas aparecem com frequência entre as produções realizadas sobre a presença dos negros no município, embora não se refiram a pouca quantidade dessa população, como encontramos em Souza (2001), ao falar da ínfima presença negra, desde quando a cidade se configurava como Arraial. Entretanto, apesar da negação do quantitativo de comunidades tradicionais, Ivo (2004) cita uma das comunidades quilombolas para se referir à prática do batuque na Imperial Vila da Vitória, enquanto tradição fortemente marcada nos registros de memória enquadrada no campo das pesquisas bibliográficas.

Por outro lado, o fato de olhar para o passado, enquanto tempo que passou, não foi suficiente para justificar o quanto as produções científicas sobre como a memória da presença

dos povos quilombolas se enquadram nos espaços e grupos sociais em Vitória da Conquista. Essas produções ainda não são suficientes para retratarem o processo de gestão e enquadramentos de memória do núcleo do município. Já que a sociedade conquistense renega a presença deles como representatividade das forças materiais contidas nas lutas e resistências dos povos quilombolas, elegendo outros símbolos a serem reenquadrados no presente.

Dessa maneira, existe um grande apelo desses povos de Vitória da Conquista em fazer ecoar suas memórias não registradas na história oficial da cidade. As pesquisas historiográficas levam em consideração o processo de visibilidade através das narrativas das memórias e oralidades, vistas como memórias subalternas, como se apresentam no estudo da professora Grazielle de Lourdes Novato Ferreira (1999) sobre um quilombo na região de Planalto-Bahia, município que faz fronteira com Vitória da Conquista. Além deste, destacam-se os estudos de Renata Ferreira Oliveira (2012), os quais abordam a historiografia da cidade a partir de memórias retratadas na comunidade Ribeirão dos Paneleiros, Batalha e Lagoa de Arroz.

É importante destacar ainda os trabalhos do pesquisador Flávio Passos (2012), que vislumbra contraditar o processo de invisibilização em uma comunidade quilombola urbana, trazendo as categorias territorialidade e ancestralidade negra em Vitória da Conquista, destacando o Beco de “Vó Dola”, enquanto espaço constituído no núcleo urbano a partir das tradições de matrizes africanas. Essas formas de contrapor as memórias enquadradas também estão vigentes nas pesquisas de Silvano da Conceição (2016), sobre as estratégias de permanência e desenvolvimento social do Quilombo Velame, e nos escritos da pesquisadora Vivian Ingridy de Carvalho Lima (2018), acerca das relações étnicas e fronteiras no Quilombo do Baixão.

Mas aprendemos mais sobre os quilombos ao levarmos experiências advindas de outras comunidades, para aproximarmos das questões subjacentes que envolviam a própria constituição das narrativas sobre o passado, especialmente, com relação à Lagoa de Melquíades e Amâncio. Pois a discussão específica sobre problemas semelhantes nesse território é referendada a partir das produções científicas do Quilombo Velame⁶⁴, situado próximo ao seu território, discutidos a partir de Conceição (2020).⁶⁵

Em meio a esse campo de produções acadêmicas sobre a presença negra na cidade, em constante ascensão, encontra-se a dissertação de Alberto Bomfim da Silva (2015). O trabalho traz a memória das lutas iniciadas pelo Mocambo São Benedito, que se insere no contexto dos

⁶⁴ Essas produções podem ser conferidas nos trabalhos produzidos pelo Professor Silvano da Conceição, Professor efetivo na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

⁶⁵ Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/odeere/article/view/6661/4829> Acesso em: 10 jan. 2023.

movimentos negros e descreve como os debates sobre as políticas de ações afirmativas serviram de base de contribuição para que outras comunidades quilombolas fossem reconhecidas por meio de lutas para a aquisição do reconhecimento do grupo no meio social. Esse autor também se apoia nos estudos produzidos pelos teóricos locais para escrever sobre as presenças e invisibilidades dos afrodescendentes em Vitória da Conquista. Em relação à distribuição geográfica e as representações sociais refletidas ideologicamente nas religiões, na cultura e na disseminação do poder presente nas políticas locais na cidade.

A importância desse reconhecimento faz parte da constante busca de preservação e reconstrução das memórias que se encontram nos quilombos. Abranger estes estudos a esses grupos significa reunir as memórias, vividas por cada ancestral de representatividade desses povos em torno dos conflitos vividos por eles, a partir de suas presenças na cidade, que pouco foram vistas e reconhecidas pela sociedade.

Outros estudos referendados no campo da memória tiveram recortes mais específicos dentre as categorias de trabalho, gênero, relações étnico-raciais e memórias geracionais, como é destacado na dissertação de Tânia Maria Rodrigues da Rocha (2015). Ela aborda o trabalho e o envelhecimento de mulheres do Quilombo São Joaquim de Paulo. Essas pesquisas revelaram histórias de resistências contadas pelos “mais velhos”, que marcaram trajetórias de sofrimento e de dominação. Sendo elas, parte das consequências de um método de não possibilitar a garantia dos direitos dessas populações.

Essas referências sobre os estudos de memória como fenômeno multimodal, apresentadas acima, contribuíram no processo de investigação das ações de gestão de memórias acerca das comunidades tradicionais na cidade de Vitória da Conquista durante o século XX e XXI. Isso porque entendemos que as produções dos autores citados compartilharam a ideia de que as memórias são construções dos grupos sociais, que determinaram o que deveria ter sido memorável e os lugares onde se tinha a intenção de preservar. Desse modo, a presença negra e indígena foi registrada pelos colonizadores, trazendo a perspectiva de violência, tortura, extermínio, escravização, religiosidade de matriz africana. Assim como no momento em que esses povos agregavam aos trabalhos de “desbravamentos” ou quando se colocavam avessos às imposições dos europeus perante tais dispositivos de morte.

2.3 [...] De mãos dadas pela cidade: Enquadramento e lugares de memória

Iniciaremos este subtópico pelas nossas análises investigativas no núcleo urbano de Vitória da Conquista, especificamente no dia 17 de setembro de 2021. Ao andarmos pelas ruas

do centro da cidade, deparamo-nos com um grupo consideravelmente grande, na praça Tancredo Neves, apresentando um projeto de âmbito público. Foi então que decidimos parar e prestigiar. Tratava-se de um projeto organizado pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista (PMVC), mediante a Secretaria Municipal de Educação (SMED), a qual promoveu uma mostra em homenagem ao desfile de 7 de setembro, data comemorativa da independência do Brasil. Tradicionalmente comemorada pelo município com desfiles de escolas e outras organizações civis e militares.

No entanto, nos anos de 2020 e 2021, devido às orientações da Organização Mundial de Saúde, foi adotado o isolamento social como medida protetiva de saúde, evitando aglomerações e, conseqüentemente, cancelando o desfile. Em razão disso, a PMVC e a SMED, para resgatar a memória dos “desfiles cívicos” que aconteciam na cidade recorrentemente nessa data há muitos anos,⁶⁶ organizaram a referida mostra denominada “Semana da Pátria: um novo olhar no Sete de Setembro”. Composta por obras artísticas que retratavam povos, culturas brasileiras e monumentos históricos da cidade. Essa exposição foi organizada na Alameda Dom Celso José entre a Catedral Metropolitana de Nossa Senhora das Vitórias e a Praça Tancredo Neves, Centro da cidade.

A justificativa a respeito do contexto pandêmico se manteve no local durante a apresentação, nos *stands*, aos visitantes. Onde a exposição foi realizada para marcar as memórias coletivas que se enquadram e homogeneizam o pensamento sobre o passado do município. Esse mecanismo de enquadramento foi discutido por Pollak (1989):

o trabalho de enquadramento de memória se alimenta do material oferecido pela história. Esse material pode sem dúvida ser interpretado e combinado a um sem-número de referências associadas; guiado pela preocupação não apenas de manter as fronteiras sociais, mas também de modificá-las, esse trabalho reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. (POLLAK, 1989, n.p.).

Para Pollak (1989), as memórias geracionais são transmitidas entre gerações e reforçadas pelo silêncio e resistência para serem ditas no momento em que devem ser ouvidas e levadas a sério. Essa forma de reivindicação é carregada de ressentimento e pode gerar contra violência. Daí, essa forma de gerar cobranças nem sempre pode ser retomada de forma pacífica, já que “os dominantes frequentemente são levados a reconhecer, demasiado tarde e com pesar,

⁶⁶ Sobre este evento, a PMVC divulgou em suas redes de comunicação digital a apresentação de mais detalhes de forma descritiva. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/educacao-abre-mostra-que-resgata-desfiles-do-7-de-setembro-em-vitoria-da-conquista/>

que o intervalo pode contribuir para reforçar a amargura, o ressentimento e o ódio dos dominados, que se exprimem então com os gritos da contra violência” (POLLAK, 1989, p. 7).

Em vista disso, Pollak (1989, p. 6) reforçou o sentimento de superação através da “vivacidade das lembranças individuais e de grupo” opondo-se à ideia de memória coletiva vista por meio da memória nacional. Para ele,

[...] essas lembranças são transmitidas no quadro familiar, em associações, em redes de sociabilidade afetiva e/ou política. Essas lembranças proibidas (caso dos crimes estalinistas), indizíveis (caso dos deportados) ou vergonhosas (caso dos recrutados à força) são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante. (POLLAK, 1989, p. 6).

Pollack (1989) cita o processo de desestalinização. Para além da queda do ditador soviético, foi um evento que levou muito tempo para que as denúncias de crimes, durante o regime, pudessem ser reconhecidas. Quando isso aconteceu, os símbolos que faziam alusão ao sistema político de Stalin (ditador soviético) foram destruídos a partir da contribuição da memória, vista enquanto autocrítica do passado. Na Hungria (Budapeste), por exemplo, os monumentos foram derrubados e levados para o Memento Park (parque de memória), no intuito de fazer refletir sobre aquele período e evitar que outros regimes políticos possam repetir atrocidades cometidas durante a ditadura política, em que Stalin se impôs no poder.

A perspectiva construtivista de Michael Pollak trata de compreender como a constituição de uma memória transitada entre o individual e o coletivo, os fatos sociais tornam-se coisas, “como e por quem eles são solidificados e dotados de duração e estabilidade” (POLLAK, 1989, p. 2). Em seu estudo, Pollak questiona o porquê algumas memórias se formalizam em detrimento de outras que não aparecem – memórias subterrâneas. Para ele, essas memórias não são materializadas, nem vistas como coisas em determinado contexto social. Por isso, podem levar séculos para se tornarem materiais ou, quando isso acontece, aparecem de forma marginalizada. Daí a sua importância para esses estudos, pois ele destaca a História oral como método de pesquisa para que as memórias subterrâneas possam vir à tona.

Em contrapartida, não pude deixar de conferir como essas memórias foram “compactadas” ou buscaram combater um passado não dito anteriormente na referida exposição. Já que foi realizada em um local cercado por lugares de memória que conferem legitimidade ao enquadramento da memória oficial da cidade. Esses locais carregam narrativas e escritas que assumem determinados discursos em espaços públicos para estabelecerem o processo comunicativo entre quem narra e quem visita (FERREIRA; SERRES, 2018).

Assim, adentramos nos *stands* do evento, onde foi possível perceber brasões e bandeiras que simbolizavam a memória municipal, estadual e nacional. Além de homenagens ao 2 de julho, na Bahia, ao trazer a figura dos “caboclos” da cultura maranhense e outras tradições tipicamente emergentes de outros estados.

Figura 5: Mostra mês da Pátria: um novo [o velho] olhar para o 7 de setembro



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (Registro em 17 de setembro de 2021).

Era de se esperar que a estrutura montada pelo poder público municipal tivesse apresentado as narrativas sobre as tradições predominantes em variados estados do território nacional. Assim como bem fizeram para atrair os visitantes e populares que passavam pelo local, no intuito de recordarem os desfiles ao longo de vários períodos históricos, demonstrados por meio de painéis constituídos por cópias de fotografias extraídas do Arquivo Público Municipal. Entretanto, fiquei altamente constrangido quando percebi que a memória das comunidades quilombolas estava restrita ao conceito de “quilombo” do século XIX. O busto gigante de Zumbi dos Palmares estava apresentado, acompanhado por uma legenda que fazia alusão ao estado de Alagoas, sem fazer menção ao escultor da obra artística⁶⁷, nem à existência dos povos tradicionais quilombolas do município⁶⁸ e, muito menos, aos povos indígenas que,

⁶⁷ Sobre este assunto, vamos falar mais adiante sobre os trabalhos do artista plástico e escultor, Gilvandro Oliveira.

⁶⁸ Vitória da Conquista apresenta 25 (vinte e cinco) territórios quilombolas certificados pela Fundação Cultural Palmares. Disponível em: <https://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/tabela-crq-completa-certificadas-22-08-2022.pdf>. Acesso em: 03 out. 2022.

de acordo com os registros sobre a história local, foram massacrados e sepultados no mesmo lugar onde aconteceu a mostra, como apontam os estudos de Renata Oliveira (2012).

Ficou subentendido que a intenção dos gestores responsáveis pela organização dessa exposição foi idealizar memórias nacionais e enquadrar uma memória local à constituição de lugares e monumentos. Os quais reafirmam e reforçam a história oficial dos vencedores da “batalha” entre os colonizadores e os povos indígenas da região de Vitória da Conquista. Do mesmo modo, foi possível encontrar, nessa mostra supracitada, manequins vestidos de colonizadores próximos à réplica de um navio português; pinturas e esculturas do cinema hollywoodiano infantil e o *stand* em homenagem ao cineasta conquistense Glauber Rocha⁶⁹. Outras réplicas apareceram no formato de lugares turísticos da cidade, como: o Monumento do índio, a Catedral de Nossa Senhora das Vitórias, o Cristo Mário Cravo e o Monumento em homenagem ao Príncipe Maximiliano⁷⁰, como apresentado na Figura 6, a seguir:

Figura 6: Lugares turísticos da cidade de Vitória da Conquista



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador (Registro em 17 de setembro de 2021).

No decorrer da visita ao evento, percebemos que esse espaço público legitimou a tentativa da cidade em enquadrar, em sua memória, as referências históricas de uma Vitória da Conquista desconectada da presença das comunidades tradicionais quilombolas e indígenas.

⁶⁹ Cineasta, escritor e questionador social, Glauber Rocha foi um dos fundadores do movimento chamado cinema novo, sendo um dos cineastas brasileiros mais premiados internacionalmente. Nascido em Vitória da Conquista, Bahia, presenciou a realidade de um Brasil marginal, onde a cultura brasileira era esquecida e sufocada pela modernidade externa. Com um viés crítico, Glauber quis descolonizar a visão glamourizada do cinema internacional, abrindo os olhos para a realidade de um país de “terceiro mundo”, mostrando a violência do nosso país, a loucura e a desigualdade. (GONÇALVES, 2021) Disponível em: <https://agemt.pucsp.br/noticias/morto-ha-40-anos-glauber-rocha-foi-o-critico-que-o-brasil-nao-podia-ter-perdido-tao-cedo> Acesso em: 03 out. 2022.

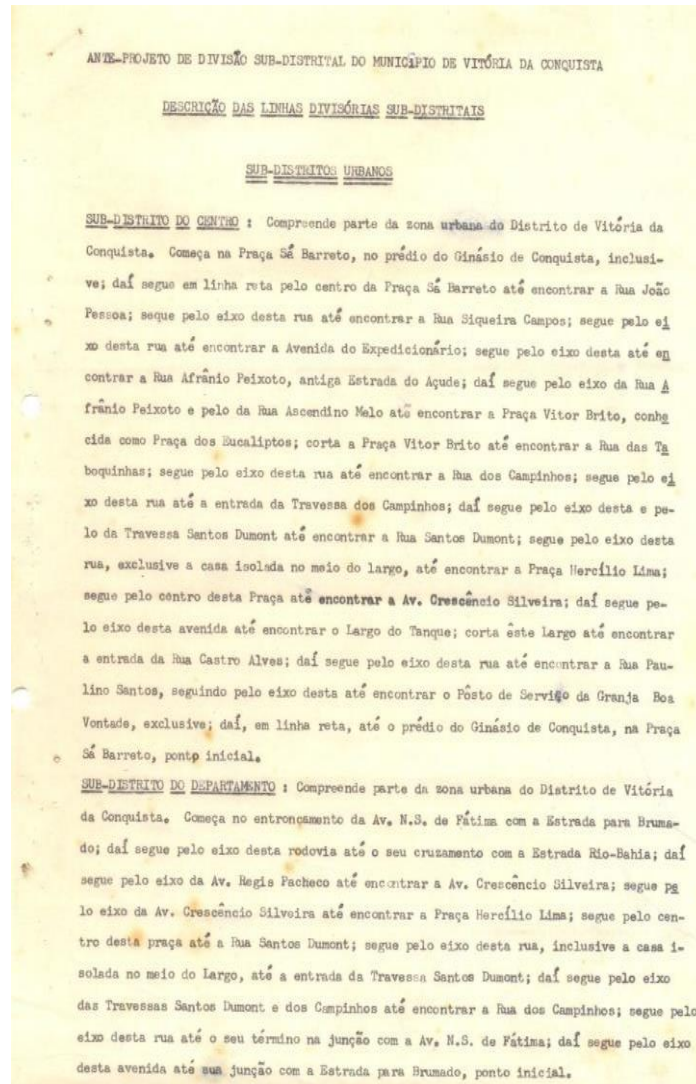
⁷⁰ Sobre os lugares de memória e os monumentos citados, discutiremos mais profundamente na próxima seção.

Nesse sentido, esses locais de gestão de memória legitimam o passado de uma cidade que sequer aciona memórias indizíveis em relação aos seus habitantes, constituídos pelos povos originários e ancestrais negros.

As memórias não predominantes, nesses espaços públicos, na perspectiva de Pollak (1989), são memórias subterrâneas não enunciadas. Dessa maneira, a ideia de legitimação da história oficial distancia os povos originários de assumirem o protagonismo - cristalizado nos lugares de memória -, sendo coadjuvantes de registros protagonizados pelos “vencedores” ao comporem historiografias tradicionais, longe de serem questionadas nos embates dos estudos de memória. A cidade em si, ainda se mostra como um lugar de não pertencimento desses povos, massacrados com a chegada dos europeus em outrora. Representada pelas subjetividades da memória do colonizador, distribuídas, por exemplo, nos demasiados monumentos que os homenageiam.

Em uma das fontes documentais encontradas no arquivo municipal de Vitória da Conquista, percebemos a cidade na década de 1950, subdividida em subdistritos. Registrada no Anteprojeto de divisão subdistrital do Município [...] incluso no documento de Descrição dos limites dos Quadros Urbanos e Suburbanos da Cidade e das Vilas do Município de Vitória da Conquista (Bahia) – (1959). Nele, a cidade era descrita por Linhas divisórias subdistritais, onde a região que se situava ao Centro da cidade era vista como Subdistrito do Centro; e descrevia a parte da zona urbana, a partir de referências de praças, prédios (escolas). Sempre traçando linhas imaginárias entre um lugar e outro, por meio de ruas, avenidas, até retornar ao ponto inicial traçado no percurso escrito:

Figura 7: Anteprojeto de divisão subdistrital do Município de Vitória da Conquista



Fonte: Arquivo público municipal de Vitória da Conquista-BA.

“ANTE-PROJETO DE DIVISÃO SUB-DISTRITAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA DA CONQUISTA

DESCRIÇÃO DAS LINHAS DIVISÓRIAS SUB-DISTRITAIS
SUB-DISTRITOS URBANOS

SUB-DISTRITO DO CENTRO: Compreende parte da zona urbana do distrito de Vitória da Conquista. Começa na Praça Sá Barreto, no prédio do Ginásio de conquista, inclusive; daí segue em linha reta pelo centro da Praça Sá Barreto até encontrar a Rua João Pessoa; segue pelo eixo desta rua até encontrar a Rua Siqueira Campos; segue pelo eixo desta rua até encontrar a Avenida do expedicionário; segue pelo caminho desta até encontrar a Rua Afrânio Peixoto, antiga Estrada do Açude; daí segue pelo eixo desta até encontrar a Rua Afrânio Peixoto e pelo caminho da Rua Ascendino Melo até encontrar a Praça Vitor Brito, conhecida como Praça dos Eucaliptos; corta a Praça Vitor Brito até encontrar a Rua das Taboquinhas; segue pelo eixo desta rua até encontrar a Rua dos Campinhos; segue pelo eixo desta rua até a entrada da Travessa dos Campinhos; daí segue pelo eixo desta rua, exclusive

a casa isolada no meio do largo, até encontrar a Praça Hercílio Lima; segue pelo centro desta Praça até encontrar a Av. Crescêncio Silveira; daí segue pelo eixo desta avenida até encontrar o Largo do Tanque; corta este largo até encontrar a entrada da Rua Castro Alves; daí segue pelo eixo desta rua até encontrar a Rua Paulino Santos, seguindo pelo eixo desta até encontrar o Pôsto de Serviço da Granja Boa Vontade, exclusive; daí, linha reta, até o prédio do Ginásio de Conquista, na Praça Sá Barreto, ponto inicial.

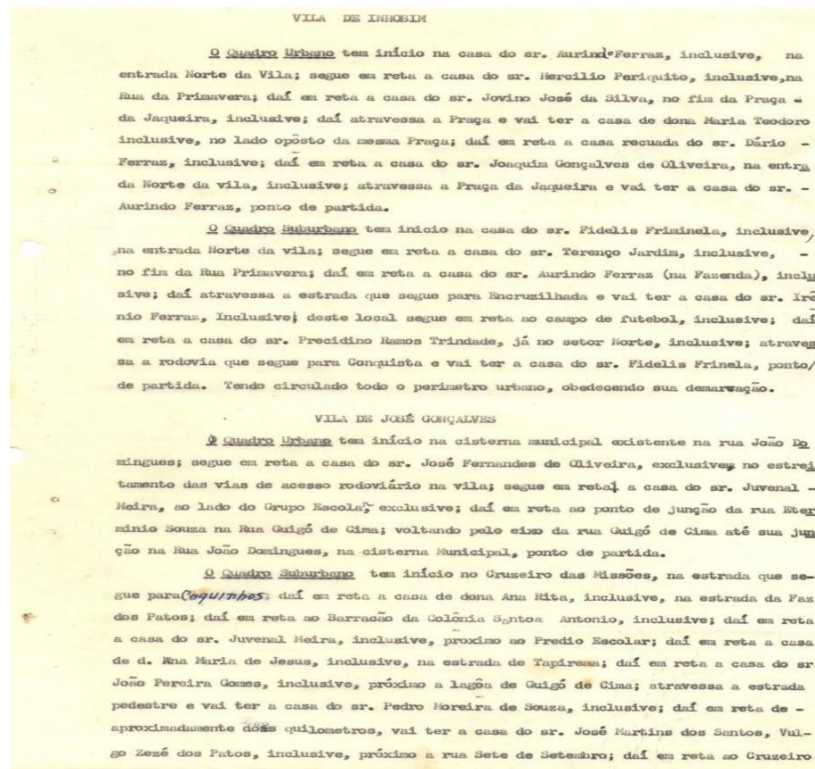
SUB-DISTRITO DO DEPARTAMENTO: compreende parte da zona urbana do Distrito de Vitória da Conquista. Começa no entroncamento da Av. N.S. de Fátima com a Estrada para Brumado; daí segue pelo eixo desta rodovia até o seu cruzamento com a Estrada Rio-Bahia; daí segue pelo eixo da Av. Regis Pacheco até encontrar a Av. Crescêncio Silveira; Segue pelo eixo da Av. Crescêncio Silveira até encontrar a Praça Hercílio Lima; segue pelo centro desta praça até a Rua Santos Dumont; segue pelo eixo desta rua, inclusive a casa isolada no meio do Largo, até a entrada da Travessa Santos Dumont; daí segue pelo eixo das Travessas Santos Dumont e dos Campinhos até encontrar a Rua dos Campinhos; segue pelo eixo desta rua até o seu término na junção com a Av. N.S. de Fátima; daí segue pelo eixo desta avenida até sua junção com a Estrada para Brumado, ponto inicial”.

Fonte: Reedição do pesquisador.

Dessa maneira, após procurarmos as descrições as quais abrangiam outras localidades distantes do centro, percebemos que havia uma terminologia específica utilizada nessa relação entre os que se integravam à cidade ou não, mantendo o discurso sobre os lugares considerados “urbanos”, como mostrado no documento acima, e lugares vistos como suburbanos. Conforme o documento abaixo, a Vila de Inhobim,⁷¹ antigo distrito de Monte Verde, até o Decreto-lei Estadual n° 141, de 31-12-1943, é o atual distrito que situa geograficamente o território onde a comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio está oficialmente “enquadrada” no mapa territorial do Quadro urbano. Esse documento justifica a existência desse grupo social devido “concentrar moradias mais próximas umas das outras”, adquirindo característica de “suburbano”, por manterem o distanciamento entre fazendas, campo de futebol, árvores e estradas, como é possível ser observado no documento abaixo:

⁷¹ O distrito de Inhobim, sede da Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio, e o distrito de José Gonçalves, sede da Comunidade Quilombola e Indígena Ribeirão dos Paneleiros, junto com Iguá, integram os distritos nos quais fizeram parte da divisão territorial de 31 de dezembro de 1963, permanecendo até 1 de julho de 1983. De acordo com o Censo Demográfico Agregados de setores, realizado pelo IBGE em 2010, em que contabilizou a população residente por situação de domicílio e gênero nos distritos de Vitória da Conquista, a zona rural do distrito de Inhobim contou com 3.547 pessoas, sendo 1836 homens e 1.711 mulheres. Já a parte urbana desde distrito totalizou 6 011, sendo 3 057 homens e 2 954 mulheres.

Figura 8: Documento sobre a Vila de Inhobim



Fonte: Arquivo público municipal de Vitória da Conquista-BA.

VILA DE INHOBIM

O Quadro Urbano tem início na casa do Sr. Alrino Ferraz, inclusive, na entrada Norte da Vila; segue em reta a casa do sr. Hercílio Periquito, inclusive, na Rua Primavera; daí em reta a casa do sr. Jovino José da Silva, no fim da Praça da Jaqueira, inclusive; daí atravessa a Praça e vai ter a casa de dona Maria Teodoro, inclusive, no lado oposto da mesma Praça; daí em reta a casa recuada do sr. Dário Ferraz, inclusive; daí em reta a casa do sr. Joaquim Gonçalves de Oliveira, na entrada Norte da Vila, inclusive; atravessa a Praça da Jaqueira e vai ter a casa do sr. Aurindo Ferraz, ponto de partida.

O Quadro Suburbano tem início na casa do sr. Fidelis Friminela, inclusive na entrada Norte da vila; segue em reta a casa do sr. Terenço Jardim, inclusive no fim da Rua Primavera; daí em reta a casa do sr. Aurindo Ferraz (na Fazenda), inclusive; daí atravessa a entrada que segue para Encruzilhada e vai ter a casa do sr. Irônio Ferraz, inclusive; deste local segue em reta ao campo de futebol, inclusive; daí em reta a casa do sr. Precidino Ramos Trindade, já no setor Norte, inclusive; atravessa a rodovia que segue para Conquista e vai ter a casa do sr. Fidelis Frinela, ponto de partida. Tendo circulado todo o perímetro urbano, obedecendo sua demarcação. [...].

Fonte: Reedição do pesquisador.

Os escritos desse documento descrevem que, mesmo estabelecendo demarcações através das linhas divisórias entre os diferentes lugares na cidade e as diversas Vilas, a leitura panorâmica que se fazia sobre a existência dessas comunidades era a de que elas estavam sempre situadas nesse lugar de subúrbio. Em outras palavras, situar-se no subúrbio era carregar, concomitantemente, o rótulo de estar afastado ou localizar-se às margens da cidade. Embora a própria terminologia da palavra “sub” remeta à ideia de estar abaixo de algo, que, nesse caso, foi incorporada pelo núcleo urbano, pejorativamente, na relação social com as comunidades tradicionais negras, no intuito de expropriar os seus direitos perante o espaço urbano.

Em contravenção ao que a cidade os classificou, no passado, como “suburbanos”, na escala de privilégios garantidos a quem reside ao centro da estrutura urbana. As memórias se direcionam para as ações práticas no sentido de mobilizar as memórias sociais direcionadas para o atual projeto modernizador vigente na zona urbana. A categoria “subúrbio” tem seu significado relacionado ao espaço geográfico, representando uma área territorial entre o urbano e o rural. Para além de designar uma área territorial, carrega sentidos e estigmas aos grupos sociais que residem nessas áreas que demandam infraestrutura, como analisa Soto (2008). Nesse sentido, os “suburbanos” são as pessoas que residem nesses espaços.

Segundo o autor, o termo “subúrbio”, na década de 1960, foi substituído pelo termo “periferia” para designar um dos polos antagônicos entre a pobreza e a riqueza. Centro e periferia “fariam parte da nova modernidade e expressariam, do ponto de vista geográfico, as desigualdades sociais da sociedade brasileira” (SOTO, 2008, p. 110). Dessa forma, quanto mais distante do centro urbano, maior a carência de investimentos em infraestrutura (saúde, educação, transporte, saneamento). Com isso, tanto a periferia quanto o subúrbio passam a ser referenciados enquanto áreas de pobreza, marginalidade e exclusão sociorracial. A formação da periferia pobre é consequência direta do sistema capitalista que força a saída das pessoas do meio rural ou o desmonte de sociedades - quilombos - aldeamentos de povos originários - ribeirinhos - pescadores - levando-os a ocupar espaços periféricos. Muitas vezes, sem urbanização, devido ao baixo preço dos lotes ou aluguel. Em alguns casos, as áreas são ocupadas de forma irregular (invasões).

Dessa maneira, os rastros de memória mantidos em museus, centros de memórias e suas variantes na cidade tentam gestar uma memória contemporânea que estabelece fronteira entre os “vencedores”. Dominantes, em relação à maioria das obras artísticas apresentadas, e silenciados, por não dizer sobre as vozes dissonantes que ecoaram pelo território de Vitória da Conquista a respeito dos conflitos e disputas envolvendo o passado do município, contados a partir de outras versões.

As fontes que utilizamos, nesta seção, envolveram pesquisas que nos ajudaram a compreender como a cidade se apresenta atualmente para o mundo, ao eleger esses referenciais enquanto lugares de memória. Conseqüentemente, esse enquadramento traz notoriedade a determinados indivíduos e grupos, silenciando e apagando aqueles que não são vistos no centro da cidade. Os quais têm suas existências constantemente contestadas e conferidas através daqueles que possuem, na memória nacional, a referência (colonial) para continuar legitimando o poder local das famílias que ainda se beneficiam financeiramente com o capital econômico herdado de outrora.

Essa herança é marcada pela construção de um capital econômico (fazendeiros, comerciantes) e também político formado através de relações de mandonismo e compadrio, modelo cultural herdado do poder endogâmico das famílias de coronéis. Mesmo com o passar do tempo, as elites locais se reatualizam em suas formas de manutenção e controle do poder (SOUZA JR., 2014).

Como exemplo dessas relações, caracterizadas pelo compadrio, cita-se o caso apresentado pelo referido pesquisador, que trata da cessão de terras por parte do fazendeiro Jorge Teixeira para a construção da Escola Agrotécnica Sérgio de Carvalho que, logo depois, passou a sediar a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Uma prática comum, haja vista que, “em numerosas localidades existem hospitais, escolas, parques de exposições, prédios comunitários e uma variedade de edifícios de uso público construídos em terrenos doados por fazendeiros, não raro contando também com financiamento deles” (SOUZA JR., 2014, p. 87).

Os lugares de memória no núcleo do município de Vitória da Conquista ganharam visibilidade na memória social. Proporcionalmente ao processo de invisibilização do modelo de infraestrutura precária do não reconhecimento das suas tradições, da cultura enquanto parte integrante do modelo de civilização que se confere na cidade, da eleição de elementos alienígenas como importantes para legitimar a cristalização dos monumentos constituídos no núcleo urbano.

As disputas vinculadas ao território ainda são contadas por meio da oralidade, carregada na memória dos descendentes, daqueles que sobreviveram ao massacre que marca a própria nomenclatura da cidade⁷². Essas narrativas são evocadas pela atual geração, no intuito de fazer lembrar memórias adjacentes à coletividade marcada pela vida em comunidade e de não esquecer a dívida histórica que a cidade tem para com a ancestralidade dizimada nesse contexto.

⁷² Os estudos de Silva (2018) revelaram que a memória da capoeira de Vitória da Conquista foi permeada por conflitos durante o processo de sua disseminação, assim como as transformações ocorridas advindas das relações estabelecidas entre comunidade e cidade, durante seu desenvolvimento.

As pesquisas de Renata Oliveira sobre o massacre e extermínio dos povos indígenas no Planalto da Conquista contribuíram como fonte bibliográfica. Na medida em que apresentaram os relatos orais, além do processo de como a cidade se relaciona com o Ribeirão dos Paneleiros. De acordo com ela, o redescobrimento da história da cidade,

[...] de boca em boca entre as gerações e os mais idosos sabem que o curioso nome da cidade de Vitória da Conquista está ligado à derrota imposta por João Gonçalves da Costa aos índios Pataxó, Mongoyó e Ymboré que se abrigavam na região da Ressaca [...]. Dos conflitos entre índios e brancos nasceram as narrativas míticas que povoaram a história da cidade [...]. A colonização do Sertão da Ressaca resultou na redução das terras indígenas e na desestruturação das comunidades então existentes. (OLIVEIRA, 2020, p. 22).

A cidade rejeita essas ações e presenças, preferindo a uma outra forma de articulação. Mostra-se para o mundo, a partir de um enquadramento atrelado às subjetividades da memória colonial, distribuídas, por exemplo, nos demasiados monumentos que homenageiam os “vencedores da batalha”. Nora (1993) nos ajudou a pensar sobre o atual momento da história, ao ter nos mobilizado a pensar sobre os lugares que perduram na continuidade residual. Para ele, a memória se cristaliza nos monumentos, como se a memória tivesse deixado de existir nas pessoas e passa a se materializar nos lugares: “Há locais de memória porque não há mais meios de memória” (NORA, 1993, p. 7).

A pesquisadora Renata Oliveira (2020) ainda descreveu, em consonância com os estudos de Nora (1993), os lugares de memória instituídos na cidade, para destacar monumentos que cristalizam memórias dominantes e apontar indícios históricos que demarcam a existência de povos dominados no “Sertão da Ressaca”. Ela destacou também a necessidade de uma reconstituição histórica da memória social enviesada pela memória hegemônica. Em que “[...] o monumento aos bandeirantes ou monumento aos fundadores da cidade erigido na Praça Nove de Novembro por ocasião da comemoração do seu centenário pode ser observado como um lugar de memória, nesse caso, a dominante” (OLIVEIRA, 2020, p. 108).

Em contrapartida, existe o “Monumento do índio”, inaugurado no dia 05 de junho de 2000 na praça “Caixeiros viajantes”, localizado em uma das rotatórias do centro da cidade onde se tem um número alto de pessoas que transitam para diversas partes da cidade e converge pessoas no centro comercial. Nele, o artista Edmilson Santana, quem assinou a obra, apresenta uma flecha indígena apontada verticalmente para cima, como “um tributo a todas as tribos por uma questão histórica, cultural e humana”. Segundo o idealizador do monumento, ele “representa sempre o início, o meio e o fim. Se em uma extremidade nasce a flecha, no meio,

ela toma impulso e, na outra extremidade, toma seu rumo certo. Se a flecha fincada no chão representa a derrota, sua ponta direcionada para o céu representa a vitória e a imortalidade” (relatos de ANDRÉ CAIRO *apud* RODRIGUES & DOBEBEI, 2013, p. 277).

O referido monumento foi idealizado e articulado pelo ativista local André Cairo, integrante do Movimento Contra a Morte Prematura, de Vitória da Conquista (MCMPPVC): “com espírito inundado de essência indígena” (relatos de ANDRÉ CAIRO *apud* RODRIGUES & DOBEBEI, 2013, p. 276). Segundo as pesquisadoras, desde 1992, o movimento buscava apoio junto às autoridades políticas do município para a construção do monumento, porém sem sucesso. Mas continuaram com o objetivo, conforme pode ser observado no relato a seguir:

[...] buscamos subsídios com empresas privadas e conseguimos construir a obra, oferecendo ao poder executivo para que se instalasse na Praça. Tancredo Neves, antigo Jardim das Borboletas, onde, ali, existe um cemitério indígena, em que índios foram exterminados, massacrados brutalmente por Bandeirantes. [...] Para nossa decepção, não houve interesse por nenhum órgão, nem a prefeitura autorizou a instalação do monumento naquele local [...] Porém, discordamos sumariamente. Então, o prefeito solicitou de André Cairo que escolhesse outro local. Como sinal de protesto, ele escolheu o terraço de um prédio de 8 andares, mas resolveu mudar de ideia, instalando o monumento na Praça. Caixeiros Viajantes, a qual passou a ser identificada, por muitos, como Praça do Índio. (ANDRÉ CAIRO *apud* RODRIGUES & DOBEBEI, 2013, p. 276)⁷³.

Figura 9: Monumento ao Índio – Vitória da Conquista



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador

⁷³ Carta-depoimento de André Cairo do ano de 2007 *in*. (RODRIGUES; DOBEBEI, 2013).

Apesar de despertar a curiosidade de quem transita pelo local, o monumento, atualmente, ocasiona diferentes olhares da opinião pública. Em sua maioria, são críticas relacionadas ao fato da localização em uma rotatória em frente à primeira Igreja Batista, no centro da cidade. Por cristalizar um símbolo das tradições dos povos indígenas sem fazer relação com os povos originários da cidade, os quais foram massacrados e esquecidos pela memória oficial. Além disso, relatos de membros da comunidade Ribeirão dos Paneleiros demonstram insatisfação em relação ao lugar que, teoricamente, resguarda a memória coletiva dos seus antepassados. No entendimento deles, questionam o fato da existência dessas memórias vivas como se deixassem de existir. O monumento daria conta de homenagear a memória póstuma, representada por uma flecha. Nas palavras de Gilvandro Oliveira:

[...] uma flecha apontada retinha para o céu, sendo que ela pode cair no mesmo lugar em que foi atirada: tudo que sobe, desce. O recado tem que descer em outras aldeias. Nossa voz vem dos recados que chegaram das flechas de outras aldeias ancestrais. É preciso direcionar e saber atirar para o lugar certo, para o povo entender que estamos aqui. Para eles entender que outra parte do nosso povo está espalhada pela cidade com a memória apagada da ancestralidade que também pertence a eles.⁷⁴

Essas comunidades pensam “ciência” a partir das suas realidades culturais e locais. Assim, não estamos dando voz a quem já tem, mas, sim, visibilizamos essas vozes que ecoam no vácuo deixado na historiografia local sobre a existência desses povos tradicionais no município. A cristalização das memórias dos povos originários foi retratada por Gilvandro Oliveira no sentido de fazer uma crítica ao poder público, por não valorizar as pautas das lutas das comunidades tradicionais. Apesar do artista, responsável pelo monumento, possuir aproximação na comunidade Ribeirão dos Paneleiros, a metáfora referida acima mostra o quanto essas representatividades na arte assumem a responsabilidade de construir uma memória social, fora dos possíveis enquadramentos, sobre a existência dessas comunidades. As quais são esquecidas e pouco reconhecidas pelos próprios descendentes, que foram apagados pela história oficial e enquadrados como memória social facilmente acessada pelas pessoas que transitam pelo centro.

A História oral abre possibilidade de se pensar a História, não apenas como estudo sobre documentos históricos (arquivos, coisas materiais e concretas). Ela possibilita materializar

⁷⁴ Entrevista de Gilvandro Gonçalves de Oliveira concedida a Jonatan dos Santos Silva e Felipe Eduardo Ferreira Marta durante a disciplina “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 13 nov. 2019.

outras formas de registros sobre os acontecimentos históricos das minorias⁷⁵, através da oralidade, pois é uma maneira de enfatizar

[...] a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõem à "Memória oficial"⁷⁶, no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs, ela acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva nacional. Por outro lado, essas memórias subterrâneas que prosseguem seu trabalho de subversão no silêncio e de maneira quase imperceptível afloram em momentos de crise em sobressaltos bruscos e exacerbados. A memória entra em disputa. Os objetos de pesquisa são escolhidos de preferência onde existe conflito e competição entre memórias concorrentes. (POLLAK, 1989, p. 2).

Dessa maneira, seus estudos contribuem no sentido de questionar as formas opressoras da memória nacional das tradições europeias do século XIX, a qual aparece como representativa de uma memória coletiva. Sendo que Pollak (1989) nos mostra que é apenas mais uma memória constituída nesse jogo de disputas entre as várias possibilidades de narrativas, entre elas, memórias traumáticas e memórias geracionais e nos Quadros Sociais, citados em Halbwachs (2004).

Pensar sobre esse fato social, em Vitória da Conquista, é mobilizar questões trazidas por Pollak (1989), quando se referiu à marginalização das memórias subterrâneas (clandestinas⁷⁷) que não aparecem na memória social. As reflexões desse autor fazem sentido quando se questiona o porquê esse monumento, situado ao centro da cidade, se tornou uma coisa? A imagem transmitida condiz com a intencionalidade que o autor quis engendrar na memória social sobre a história oficial? A formalização do símbolo de resistência da “memória dos povos tradicionais” é facilmente transmitida da forma como está enquadrada?

Em contrapartida, tais monumentos não reportam, de forma direta, à memória do massacre dos povos indígenas. Assim como não há, no município, um monumento construído em prol das vítimas do extermínio dos povos originários. Mas existem aqueles os que retratam,

⁷⁵ Apesar das minorias se caracterizarem por ser numericamente inferior ao compararmos com a maioria dos grupos sociais inseridos em um território nacional, estes grupos têm travado suas lutas em favor da maioria que, de acordo com Benbassa (2010), os diminuem e os enfraquecem devido as tentativas de silenciamento e apagamento.

⁷⁶ A compreensão sobre a memória oficial nos estudos de Pollak (1989) torna-se evidente quando o mesmo explicita os perigos dela credibilizar e aceitar os mecanismos de organização para manter o discurso político da memória nacional sem que seja julgado como precária e rasa.

⁷⁷ De acordo com Pollak (1989), o que não é dito a longo prazo pode se tornar um problema até quando achar oportunidade para contestar e reivindicar direitos ao poder público.

em sua maioria, a vitória dos “vencedores” sobre esses povos, como é mostrado no “Monumento Jaci Flores”, na avenida Olívia Flores - Bairro Candeias.

Esse outro lugar de memória é apresentado em formato de uma parede com azulejos brancos e azuis que divide informações em seus dois lados. Em um deles, apresenta a foto de Jaci dos Santos Flores (1918-1992) seguida da mensagem: “A primeira mulher legalmente estabelecida como lojista em Vitória da Conquista”. O outro lado mostra dois brasões oficiais: um da cidade de Vitória da Conquista e outro da Cidade de Chaves, situada em Portugal. Ao centro, uma placa metálica contendo uma descrição historiográfica sobre o enquadramento de memória na ótica do colonizador, conforme a Figura 10 e o texto seguintes:

Figura 10: Monumento Jaci dos Santos Flores



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador.

“DE CHAVES, PORTUGAL
A VITÓRIA DA CONQUISTA, BRASIL
DE JOSEFA E FASTINA GONÇALVES DA COSTA A
JACY DOS SANTOS FLORES

A história de Vitória da Conquista tem o início com a vitória sobre os valentes índios Mongoiós e Imborés de 1752 a 1783. Encarregaram-se desse feito, os bandeirantes portugueses Mestre de Campo João da Silva Guimarães e o Capitão Môr JOÃO GOLÇALVES DA COSTA, português nascido em Chaves, alto do Rio Tâmega em Tras-os-Montes. Em recompensa Portugal doou a João Gonçalves da Costa as terras que se estendiam do médio Rio de Contas ao alto e médio Rio Pardo – O Sertão da Ressaca. Aqui ele fundou em 1783, no local do último combate, o povoado da Conquista. Casou-se com JOSEFA, filha de Matias João da Costa e Clara Gonçalves e geraram oito filhos, entre eles FAUSTINA GONÇALVES DA COSTA, que aqui nasceu e se casou com o português Manuel de Oliveira Freitas com quem teve três filhos, um dos quais o Capitão ajudante João de Oliveira Freitas que casou-se com Maria Clemência do Amor Divino, mãe de seus cinco filhos, um deles Joaquim de Oliveira Freitas Primo, casou-se com Maria Carolina dos Santos Silva; tiveram vinte e um filhos; destes, Otaviano de Oliveira Santos (Sinhô Primo), casou-se com Geni de Andrade Silva, mãe de quatro filhos, entre eles

JACY DOS SANTOS FLORES que casada com Edmundo da Silveira Flores, gerou numerosa prole: dez filhos, trinta e um netos e dezoito bisnetos.

De Josefa e Faustina descendem contemporâneos de expressiva presença social, política e cultural: Aydil Fernandes dos Santos Silva, Edvaldo de Oliveira Flores, Elomar Figueira Mello, Glauber de Andrade Rocha, José Fernandes Pedral Sampaio, muitos e muitos outros.

Os descendentes de Josefa e João Gonçalves da Costa, de Faustina e Manuel de Oliveira Freitas continuaram a povoar e fazer a história de Vitória, acolhendo novas famílias que aqui chegaram e integram esta cidade, com mais de 280.000 habitantes, nesta data. 10 de fevereiro de 2004”.

Tanto as cores dos azulejos, os brasões e a homenagem direcionada às famílias tradicionais, vistas na imagem e no texto, potencializam o mito fundador vinculado ao processo de colonização ocorrido a partir do final do século XVIII. Referenciam os colonizadores, a partir do discurso de povoamento da cidade, logo após “a vitória sobre os valentes índios Mongoiós e Imborés”. O texto se encerra ao citar os pesquisadores e memorialistas, “testemunhas autorizadas”⁷⁸, responsáveis pela efetivação do texto inserido no projeto monumental, entre eles: Humberto Flores, Paulo Marcio Cardoso, Rui Medeiros e Ubirajara Brito. Dessa maneira, recorreremos aos estudos de Oliveira (2012), para trazer sua contribuição referente aos escritos dos memorialistas de Vitória da Conquista. Produções compostas por relatos e textos literários de jornais publicados durante o século XX, os quais sustentaram os mitos relativos à história oficial. Em suas palavras:

O mito que reforça a fundação de Vitória da Conquista se pautou em uma construção binária que é a justificativa da colonização por meio da necessidade de civilizar o lugar versus a morte do nativo que impedia essa civilização. Assim, a fabricação desse mito pode ser verificada na memória e também na escrita de poetas, memorialistas e redatores de jornais, desde o início do século XX, embora se perceba que a construção mitológica se fez imediatamente após o transcurso dos supostos fatos que lhe dão sentido. (OLIVEIRA, 2012, p. 72).

Essa construção binária e conflituosa, apontada por Oliveira (2012), remete-nos a refletir sobre o enquadramento da memória dominante frente aos lugares de memória espalhados no núcleo do município de Vitória da Conquista. Já que o monumento não faz referência histórica, em seus escritos, ao conjunto de árvores plantadas *in memoriam* aos indígenas “valentes”, esquecidos nesse enquadramento de memória pública do Monumento Jacy Flores. Essa negação à existência dos povos originários se encontra em outro monumento

⁷⁸ Termo utilizado por Pollak (1989) ao definir o conceito de “enquadramento de memória” fazendo alusão aos “historiadores da casa” quando se propõem fazer o controle de memórias nas escolhas de testemunhas para compor a constituição de uma historiografia.

situado na mesma avenida, separados por apenas três quilômetros de distância. O Monumento ao Príncipe, ilustrando a narrativa “heroica” e colonial estampada na imagem do Maximiliano de Wied-Neuwied⁷⁹, o qual intitula o nome da praça no local.

Figura 11: Monumento ao Príncipe Maximiliano



Fonte: arquivo pessoal do autor.

Esse monumento apresenta uma reprodução do texto original que retrata a passagem do príncipe alemão pelo território brasileiro, em 1815 a 1817, como um dos principais naturalistas europeus da época. Emoldurado por um arco de ferro e posicionado ao centro de um jardim, a placa de concreto mostra a importância que esses espaços públicos, através dos empresários locais, têm dado aos trabalhos de “desbravamento” realizados pelo príncipe Maximiliano, durante sua passagem no território de Vitória da Conquista e região.

Ao lado oposto da descrição, percebida nesse monumento, é evidenciada uma arte pitoresca do artista Orlando Celino, representando a imagem do referido Príncipe, utilizando trajes europeus, acompanhado de um indígena. Apesar da descrição textual não fazer referência ao “coadjuvante” na imagem, buscamos os estudos da Equipe Brasileira Iconográfica, para analisar os dados referentes aos registros iconográficos e publicações originadas a partir das expedições científicas realizadas no território brasileiro ao longo do século XIX. Com isso, foi possível perceber que o indígena da imagem se tratava de Kuêk, chamado de “meu pequeno

⁷⁹ Mais informações sobre os escritos do príncipe Maximiliano ver em: WIED, NEUWIED. Príncipe Maximiliano, Viagem ao Brasil. São Paulo. Edusp, 1989.

botocudo”⁸⁰ pelo príncipe referido acima. Ele era um indígena da aldeia dos botocudos do Vale do Rio Doce (Minas Gerais), que teria

[...] ajudado o príncipe alemão a registrar costumes, língua e hábitos dos botocudos, além de colaborar na elaboração de dicionário da língua botocuda. Depois de 16 anos vivendo na Europa, o índio morreu vítima de alcoolismo. Seu crânio serviu para experiências na Universidade de Bohn, na Alemanha, onde se encontrava em exposição desde então⁸¹.

Figura 12: Kuêk, indígena da etnia Botocudo, ao lado do Príncipe Maximiliano



Fonte: Costa (2008, p. 28)⁸²

Essa relação entre o colonizador e o indígena enseja várias questões não ditas nos enunciados registrados pela história oficial. Entre elas, a possibilidade de o príncipe ter estabelecido uma relação homoafetiva com o indígena. Ou até mesmo a possibilidade de tê-lo escravizado e o obrigado a acompanhá-lo em seu processo de “desbravamento”, para cumprir com obrigações de cunho sexual, até que fosse desprezado e “desumanizado”⁸³ nas terras do velho mundo.

⁸⁰ Expressão descrita na narrativa presente no capítulo VII da Carta do príncipe Maximiliano em “Viagem de Conquista à Capital da Bahia e estadia nessa cidade”. WIED-NEUWIED, Maximiliano von. Op. cit. p. 427.

⁸¹ Após 200 anos, os restos mortais do indígena foi reivindicado e devolvido para a tribo “Krenak” (compõem a árvore genealógica dos botocudos) do território que constitui a cidade de Jequitinhonha e Minas Gerais. Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/ciencia-e-saude/2011/05/09/interna_ciencia_saude,251331/200-anos-depois-restos-mortais-do-indio-botocudo-kuek-voltam-para-casa.shtml Acesso em: 26 jun. 2021.

⁸² Retrato do Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied com o Botocudo Quack”. (assinado e datado 1828). Óleo sobre tela, 210 x 126 cm; e Príncipe Karl de Wied-Neuwied. “Figura de busto do botocudo Quack.”. (por volta de 1830). Óleo sobre tela, 62 x 51,5 cm. LÖSCHNER, Renate e KIRSCHSTEIN-GAMBER, Birgit (reds.). Viagem ao Brasil do Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied. Biblioteca Brasileira da Robert Bosch GmbH. Petrópolis: Kapa Editorial, 2001 - Costa (2008).

⁸³ Ailton Krenak (2019) fala sobre esta ideia de humanidade ao narrar sobre a sua chegada em Portugal. Para ele, o ato de humanizar está associado ao processo civilizatório, em que só se é possível tornar humano a partir da absorção da concepção de verdade imposta pelo homem europeu.

Outra chave de interpretação para compreendermos o título “meu pequeno botocudo” é a possibilidade de refletirmos acerca da infantilização e constante desqualificação, no sentido de tutelar o conhecimento do indígena “meu pequeno”, perante a dominância do “adulto” colonizador. Em que o indígena não foi reconhecido por deter dos conhecimentos que o conduziu às terras dos povos originários. O conhecimento do indígena é tutelado, na medida em que a análise histórica nos permite perceber que havia uma relação de dominação explícita, que tinha o objetivo de sobrepor a ignorância - nesse sentido, apresentada como sabedoria - do colonizador ao conhecimento superior que o indígena possuía sobre a realidade do território brasileiro.

Esse mesmo Príncipe ficou conhecido por registrar, em suas cartas à Europa, as descrições dos povos originários, a arquitetura das cidades, a circulação de pessoas, em busca dos “habitantes primitivos”, “espécimes para a sua coleção de história natural” (COSTA, 2008, p. 103). Nessa corrida com sua comitiva, quando saíram da região das Fronteiras de Minas Gerais rumo ao Arraial da conquista, ele descreveu em sua carta, em 1817⁸⁴, sobre a grande parte dos moradores da região onde se localiza a atual cidade de Vitória da Conquista como

[...] trabalhadores e rapazes desocupados, que ocasionam muitos distúrbios, pois não há polícia nesta localidade. A malandrice a uma inclinação imoderada para as bebidas fortes são distintivos do caráter desses homens; daí resultam disputas e excessos frequentes, que tornam detestável esse lugar, de má fama para as pessoas mais sérias e consideradas que vivem em suas fazendas espalhadas em torno. Fomos frequentemente incomodados por pessoas embriagadas e algumas vezes foi grande custo que nos debruçamos dessa gente, que singularmente nos aborrecia.⁸⁵

A imagem do território, onde atualmente se situa a cidade de Vitória da Conquista, fez parte dos escritos do príncipe Maximiliano, como lócus de referência onde havia uma predominância de pessoas bêbadas e, por consequência, degeneradas. O relato do naturalista se assemelha às críticas descritas por Vigarello (1996) sobre os cortiços franceses superpovoados do século XIX, período de epidemia de cólera. A ideia central para o território de Vitória da Conquista era a mesma que foi verificada na Paris do século XIX, pesquisada por Vigarello, a de que os habitantes da região seriam uma ameaça sanitária ao projeto europeu de controlar e estigmatizar os povos originários. Em contrapartida, a passagem do Príncipe alemão continuou sendo cristalizada nos lugares de memória da cidade, como uma forma de sustentar a ideia de “Suíça baiana”. Além disso, a materialização desses espaços está sendo promovida pelo corpo

⁸⁴ Data registrada na produção “Trabalhar é preciso, viver não é preciso” (IVO; LEMKE; MORAES, 2020).

⁸⁵ WIED-NEUWIED, Maximiliano von. Op. cit. p. 409.

empresarial da cidade, o qual comunga com a projeção da construção de uma cidade “moderna”, “evoluída” e “civilizada”.

A passagem do príncipe pela região, onde atualmente se denomina Vitória da Conquista, é um exemplo prático de elementos que coadunam com o conceito de “tradição inventada” discutida por Eric Hobsbawn (2008). O qual o define na condição de práticas regulamentadas ou abertamente aceitas, que impõem determinados valores, padrões de comportamento e, sobretudo, a repetição por meio de ritos e símbolos. Esses conjuntos de práticas promovem, segundo o autor, a continuidade artificial da apropriação do passado histórico para gerar uma nova tradição inventada.

Dessa maneira, quando o núcleo do município admite as referências coloniais, de forma imperiosa, ele continua cometendo o equívoco de exaltar os colonizadores em seu enquadramento de memória. Os quais desqualificaram o espaço urbano e, atualmente, são homenageados nas principais avenidas. Essa história oficializada e permitida diz muito sobre a ânsia que a classe hegemônica de Vitória da Conquista tem de estar com “um pé” na Europa, por isso se apropriam do termo “Suíça baiana”. Portanto, não há lastro teórico e histórico para sustentar essas tentativas de legitimidade pautadas na invenção de uma tradição.

Diferentemente do que temos oficializado sobre a história de Vitória da Conquista, em que se registram narrativas dos colonizadores como agentes da interiorização de portugueses no Brasil, colocamo-nos avessos ao processo de romantização da invasão dos europeus no território em que se encontra o município atualmente. Visto que essa lógica de modernidade eurocêntrica reforça os paradigmas das verdades universais para invisibilizar e silenciar, através do “poder moderno e colonial”, outras narrativas contadas a partir de quem foi “colonizado” e visibilizar aquelas originadas no mundo ocidental, a partir de critérios ideológicos de padrões de avanço (ABIB; SILVA, 2020; MBEMBE, 2014).

Assim, essa memória oficial vai se cristalizando não só a partir das narrativas memorialistas presentes em documentos literários dos museus e bibliotecas, mas em homenagens configuradas em monumentos, nomes de ruas, de avenidas, de praças, de escolas etc. A fim de legitimar um passado tradicionalmente vinculado à memória nacional dos vencedores. Por isso, é preciso refletir o modo como ocorre a legitimação desses lugares de memória, assim como a consolidação dos pensamentos coloniais que ainda prevalecem e sustentam a existência e permanência dessas memórias enquadradas.

Esse olhar atento e referente aos lugares em que essas memórias vão se enquadrando, no município, decorre das relações identitárias dos grupos de pertencimento advindos do significado em que as experiências de vida vão salvaguardando a memória coletiva. O que faz

das comunidades negras, na contemporaneidade, lugares de constituição da identidade e a luta pelos direitos à cidadania, vistos a partir do processo de regularização de terras até a preservação dos elementos culturais que mantêm a memória do grupo em consenso (GOMES, 2015)⁸⁶.

Em contraste ao processo de consolidação da memória hegemônica de Vitória da Conquista, o artigo intitulado **Derrubando estátuas, fazendo história**, dos professores de História Paulo Pachá e Thiago Krause, publicado na **Revista Época**, em 2020, mostrou o significado político de erigir e derrubar monumentos frente ao papel da sociedade na produção da história e memória. Ao destacarem os atuais protestos mundialmente exercidos por grupos políticos contrários à permanência de estátuas de caráter dominante de escravocratas, os autores mostram as críticas ao movimento, que chegou no Brasil através das redes sociais e jornais, quando estátuas racistas foram pichadas em 2016. Assim, a legitimidade do movimento passou a ser questionada, quando o alvo passou a ser as estátuas que fazem alusão à vitória dos bandeirantes contra os povos originários.

Figura 13: Artigo – Derrubando estátuas, fazendo história – Revista Época



Fonte: Academia.edu (2021)⁸⁷.

⁸⁶ Este autor discute a temática dos Mocambos e Quilombos, destacando a história do campesinato negro no país. Faz ainda a relação entre comunidades quilombolas reconhecidas e aquelas que tiveram a certificação da Fundação Cultural Palmares.

⁸⁷ Disponível em:

https://www.academia.edu/43424296/Derrubando_Est%C3%A1tuas_Fazendo_Hist%C3%B3ria Acesso em: 09 jul. 2021.

Recentemente, no dia 24 de julho de 2021, o monumento do bandeirante Borba Gato foi incendiado em São Paulo, esse que ficou consagrado na História nacional por ter escravizado e dizimado parte dos povos originários no Brasil. A mídia imediatamente publicou o ocorrido utilizando os termos “atearam fogo”, “ataque ao monumento”, e recordou o episódio ocorrido, em 2020, quando manifestantes desconhecidos colocaram crânios ao lado desse mesmo monumento, no intuito de ressignificar a memória oficial da cidade mencionada.

A Figura 14 abaixo é dividida em duas. A esquerda mostra a estátua de Borba Gato publicada no dia 27 de outubro de 2020 pelo g1.globo.com, intitulado os fatos e explicando como “Crânios foram colocados ao lado de monumentos de bandeirantes [...]”. Em seguida, acompanhado do texto: “A ideia do grupo de ação, responsável pelo projeto, é questionar homenagens sem destruí-las. As fotos a seguir, ‘viralizaram’ nas redes sociais”⁸⁸. Já a imagem à direita mostra que, nove meses depois, a ideia de não destruição foi transformada em chamas colocadas no mesmo monumento⁸⁹.

Figura 14: Monumento em homenagem a Borba Gato em São Paulo



Fonte: G1.Globo (2020)⁹⁰.

Essas manifestações nos ajudaram a refletir sobre os discursos que vão se constituindo em torno de manter esses enquadramentos de memória por meio dos monumentos. Por isso,

⁸⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/27/cranios-sao-colocados-ao-lado-de-monumentos-de-bandeirantes-para-ressignificar-historia-de-sp. ghtml> Acesso em: 24 jul. 2021.

⁸⁹ Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/noticia/2021/07/24/estatua-de-borba-gato-e-incendiada-por-grupo-em-sao-paulo.ghtml> Acesso em: 24 jul. 2021.

⁹⁰ Disponível, respectivamente, em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2020/10/27/cranios-sao-colocados-ao-lado-de-monumentos-de-bandeirantes-para-ressignificar-historia-de-sp. ghtml> e <https://g1.globo.com/sp/noticia/2021/07/24/estatua-de-borba-gato-e-incendiada-por-grupo-em-sao-paulo.ghtml> acesso em: 24 jul. 2021.

não se deve esquecer que é mais fácil, no Brasil, atear fogo em indígenas no “Dia do índio”⁹¹, criminalizar a “revolta” contra o “patrimônio público nacional”⁹², convencer a memória pública de restaurar esses monumentos, do que erguer novos monumentos, os quais atuem em favor de garantir a existência dos povos originários e quilombolas, assim como a reparação histórica⁹³.

Em contrapartida aos indícios de gestão da memória, de modo a exaltar o colonizador e desconsiderar o papel dos povos originários e dos africanos escravizados, temos a perspectiva defendida por Pachá e Krause (2020). Eles afirmam que os argumentos em defesa da preservação da memória nacional, vistos nos monumentos, “ignoram os fundamentos da própria historiografia”, uma vez que

[...] essa revisão é determinada pelas relações sociais do presente, pois a sucessiva reescrita da história a partir do desenvolvimento de novas questões e interpretações está no cerne do trabalho dos historiadores. É fundamental distinguir, porém, revisionismo de negacionismo: enquanto o primeiro é inerente ao desenvolvimento da historiografia e tem como base evidências e metodologias múltiplas, o segundo é uma tática política destinada a falsificar processos históricos (e frequentemente se apresenta como revisionismo, o que explica a confusão entre os dois termos). (PACHÁ; KRAUSE, 2020, p. 60).

Os autores concluem que o ato de erigir uma estátua não expressa neutralidade. Pelo contrário, eterniza a leitura que a cidade faz sobre a história, no intuito de desqualificar qualquer discurso que venha contraditar a história que está sendo transmitida através do monumento. Dessa maneira, ao confrontarmos a ideia desses autores com os monumentos apresentados acima, foi possível perceber que esses lugares de memória descrevem os projetos hegemônicos

⁹¹ No mês de abril de 2021 a aldeia Pataxó Hã-Hã-Hãe reviveu a memória de luto pelos 24 anos de morte do Cacique Galdino Jesus dos Santos, que completaria 68 anos de idade. Sua trajetória foi interrompida por cinco criminosos brasileiros que atearam fogo enquanto o indígena do Sul da Bahia descansava em um ponto de ônibus na capital do Distrito Federal-DF. Atualmente inocentados, os meliantes pertencentes a classe média alta ocupa cargos públicos, enquanto os familiares da vítima continuam lutando por justiça aos seus próximos, já que o número de indígenas assassinado no país tem aumentado drasticamente em decorrência de conflitos de terras. Mais informações em: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/cidades/2018/04/20/interna_cidadesdf,675182/morte-do-indio-galdino-em-brasilia-completa-21-anos-hoje.shtml Acesso em 20 ago. 2021. Em poucos dias desta notícia (31 de agosto de 2021), o governo Bolsonaro designou o assassino para cargo de confiança na Polícia Rodoviária enquanto servidor alocado para posto comissionado. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2021/08/bolsonaro-designou-assassino-do-indio-galdino-para-cargo-de-confianca-na-policia-rodoviaria/> Acesso em: 01 set. 2021.

⁹² Mais informações sobre o processo de criminalização dos “responsáveis” em atear fogo no monumento “Borba Gato” encontra-se disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/10/justica-de-sp-revoga-prisao-de-3-ativistas-presos-por-incendio-a-estatuade-borba-gato.ghtml> Acesso em: 20 ago. 2021.

⁹³ As notícias que circularam na mídia nacional no dia 17 de agosto de 2021 anunciaram a construção de cinco novas estátuas na capital paulista em homenagem a personalidades negras da história da cidade: Carolina Maria de Jesus, Geraldo Filme, Adhemar Ferreira, Madrinha Eunice e Itamar Assumpção. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/17/carolina-de-jesus-geraldo-filme-e-outras-personalidades-negras-irao-ganhar-estatuas-na-cidade-de-sp.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2021.

da elite de Vitória da Conquista. Silenciam a história dos povos originários e as contribuições do povo negro no processo de constituição desse enquadramento, quando os espaços públicos são ocupados pela presença de monumentos que simbolizam a história da elite branca em uma cidade majoritariamente negra e indígena. Reconhecer que essas homenagens são inadequadas é legitimar o ato de reparação histórica fundada no dever de memória, no sentido de revisitar os equívocos cometidos no passado, ressignificar o espaço público e

[...] contribuir para novos projetos, e mais inclusivos, de futuro. O verdadeiro projeto de apagar a história é aquele que a vê como estática e pretende nos manter presos às visões superadas de uma historiografia laudatória dos heróis e mitos nacionais, que excluem e violentam a memória de diversos grupos sociais – em especial negros, indígenas e mulheres – reproduzindo no presente as desigualdades herdadas do passado. (PACHÁ; KRAUSE, 2020, p. 61).

Destruir um monumento significa a necessidade de rediscutir a estrutura que define a esfera de poder ilustrada na oficialização da história e legitimação dos mitos nacionais. Embora os monumentos sejam destruídos, há a manutenção de rastros que se deseja construir. Apesar de outros críticos se mostrarem avessos ao ato de destruição dos monumentos contidos nesse projeto de apagamento de qualquer memória hegemônica pelas cidades, percebe-se que não há a necessidade de repetir a história dos antigos, quando as disputas de poder se agravavam em meio aos conflitos. Mas, sim, de deslocar esses monumentos até um lugar de memória (museu), onde seja possível manter registradas essas atrocidades no âmbito de reparação e restituição histórica perante os povos vencidos.

Esses atos também tentam ressignificar a memória coletiva de uma cidade que constitui, em seu bojo, as constantes tentativas de apagamento da memória das religiões e tradições de matrizes africanas. Como aconteceu nos ataques ao Terreiro da Yalorixá Rosineide Teixeira (Mãe Rosa), em 2021, no terreiro do Babalorixá Pai Loro, em 2022, e na casa de Xangô, coordenada pela Yalorixá Simone e o Babalorixá Lucas, em 2023, na cidade de Vitória da Conquista⁹⁴. Dessa maneira, percebemos que a cidade seleciona a memória legitimadora da memória nacional e, concomitantemente, exclui aquelas que apontam as contradições e as atrocidades cometidas pelos então proclamados “heróis nacionais”. Sendo mais cômodo se colocarem avessos, destruindo os lugares de memória que retratam a presença dos povos indígenas e quilombolas, do que reconhecer a resistência histórica travada nas lutas vividas pelas Comunidades Tradicionais no cotidiano da cidade.

⁹⁴ Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2019/07/01/ialorixa-denuncia-intolerancia-religiosa-apos-ser-chamada-de-feiticeira-por-integrante-de-igreja-na-ba.ghtml> Acesso em: 25 jul. 2021.

As comunidades quilombolas aparecem de forma incipiente e, raramente, as pessoas que compõem o núcleo urbano têm conhecimento de suas existências. Para evitar essas tentativas de esquecimento, algumas cidades enquadram a memória dos povos originários por meio da toponímia. A qual constitui-se no método em que se nomeiam os lugares de memória das cidades ao trazerem referências dos povos indígenas, “grupos culturais perseguidos e desterritorializados, desde o início do processo violento de colonização, [os quais], reivindicam o direito à terra e o reconhecimento oficial do seu território de sobrevivência”. (CASTRO, 2019, p. 131). Dessa maneira, podemos fazer um paralelo sobre as práticas de homenagem toponímica em Vitória da Conquista, ao observamos o “Monumento do índio” e as árvores pau-brasil plantadas em torno do monumento “Jacy Flores”, para concordamos com Castro (2019). Ele afirma que a toponímia não é bem aceita pelos povos tradicionais, já que homenageia a memória póstuma dos que foram mortos e legitima a vitória do homenageador. Portanto, caso os homenageados estivessem “vivos”, continuariam esquecidos por consequência do efeito desse método.

No caso de Vitória da Conquista, portanto, ficou percebido que os memorialistas e historiadores locais defendem a ideia de que seria anacrônico revisar a história e apagar o passado, quando esses monumentos não são construídos para homenagear a “história da cidade”. Quando trazemos a memória silenciada desses povos, estamos propondo uma reescrita da história de Vitória da Conquista, que abrigue a contribuição desses povos e reconheça o papel deles na constituição da história e memória da presença deles. Por isso, a importância de refletir sobre a função da revisão histórica, ao levar em consideração os lastros coerentes com a realidade, que é o caso das memórias advindas das comunidades, as quais continuam contribuindo com a história e lutando pelo seu espaço no município. Ao contrário do revisionismo, o qual permite manipular a história sem lastro na memória da realidade.

É inaceitável perceber nos projetos econômicos da cidade as reproduções de situações que eram colocadas em épocas anteriores. O que se coloca é a reprodução da força de trabalho, da exploração humana, dos interesses econômicos, os quais reforçam, como consequência, a ideia de racismo. Em Vitória da Conquista, quando se elegem os símbolos de bandeirantes como representação de um passado que exalta a figura do colonizador como herói; seria, contudo, promover a ideia de exclusão.

Na seção seguinte, vamos verificar essas outras memórias que estão fora do enquadramento oficial, ao percebermos que existem comunidades que precisam ser olhadas. As quais estão sendo engolidas por esse projeto de cidade visto nesse enquadramento de memória, servindo ao projeto econômico que exclui e apaga as comunidades tradicionais. Nesse sentido,

a memória-denúncia mostra a necessidade de ganharmos eco a partir da organização dos grupos no território de Vitória da Conquista.

3 OS ENFRENTAMENTOS CONTINUAM [...]: MEMÓRIAS-DENÚNCIAS DOS QUILOMBOS RIBEIRÃO DOS PANELEIROS E LAGOA DE MELQUÍADES E AMÂNCIO

[...] a sobrevivência durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas. (POLLAK, 1989, p. 5).

Esse pensamento é ilustrado nesta seção prevendo os quilombos de Vitória da Conquista enquanto locus de memórias vividas por ancestrais. Não foram permitidas a eles, condições de se tornarem protagonistas em seus processos de sobrevivência. Inferimos que isso é um ponto chave para a compreensão das formas de denúncias que perduraram no Ribeirão dos Paneleiros, integrante do território quilombola, com Batalha e Lagoa do Arroz. O termo “Batalha” aparece nas memórias de seus moradores, os quais se referem à “Batalha velha” como local em que viveram os primeiros habitantes indígenas e a “Batalha nova”, onde atualmente vivem os descendentes indígenas e quilombolas.⁹⁵ Isso abriu possibilidades de fazermos um trocadilho entre a “velha” e a “nova” Batalha enquanto continuidade no processo de exclusão da população em relação à cidade, legitimado na memória oficial.

Após apontarmos as formas de gestão de memória do núcleo do município, em relação ao processo de enquadramento de memória com base na história oficial e demais registros trazidos em diversas fontes historiográficas e de memorialistas, vamos abordar, nesta seção, sobre como as comunidades Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio aparecem fora desse enviesamento, ao passo que elas se tornaram coadjuvantes desse processo de constituição da memória em Vitória da Conquista. Nesse sentido, acionaremos memórias em comum e específicas de cada uma delas, para enfatizar os aspectos de “memória-denúncia” e sumarizar acontecimentos relativos à atuação de um sistema que pulveriza as comunidades a partir de um método, conectado com o projeto de modernização da cidade.

⁹⁵ Por se identificarem a partir de dupla pertença, quilombola e indígena, utilizaremos neste estudo o termo “afro-indígena”. Para isso, buscamos em Stuart Hall (2003) e Nestor Garcia Canclini (2008) fontes que nos ajudassem a compreender esta comunidade em sua relação de reestruturação interétnica e identitária mista e entender a produção da heterogeneidade e hibridações. De acordo com Canclini (2008), a hibridação é compreendida como “processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existiam de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas” (CANCLINI, 2008, p. XIX).

As memórias retratadas nas entrevistas utilizadas foram mais exploradas nessas seções subsequentes, pois elas nos permitiram perceber a lacuna existente com o núcleo do município, na medida em que buscam espaço para continuarem existindo. Essas memórias se apresentam, nesta seção, de forma dissonante ao projeto de enquadramento apresentado na seção anterior. Já que o objetivo é mostrar uma outra Vitória da Conquista, que coloca em xeque esse enquadramento, ao fazer denúncias de problemas que ainda não obtiveram soluções práticas.

Cabe ressaltar que esta seção sobre “memória-denúncia” é a mais longa deste estudo, pois tivemos um maior processo de escuta das denúncias contidas nas memórias observadas nas entrevistas. Por estratégia de adequação na organização, separamos as temáticas entre denúncias comuns entre as comunidades Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio e as denúncias específicas de cada uma delas. A natureza dessas memórias-denúncias está em tais aspectos: produção e escoamento da produção artesanal e dos produtos advindos da agricultura familiar; enfrentamento dos moradores diante da exploração do trabalho; demarcação e direitos à terra; direito à educação; direito à saúde; pavimentação de estradas; danos ambientais; impasses com o poder público, judiciário e com as famílias endogâmicas dos fazendeiros; transporte público; condição de moradia; especulação imobiliária; desmatamento; diminuição do território quilombola; conflitos socioambientais e o racismo estrutural e ambiental.

Diante disso, dividimos a seção em três partes. A primeira intitulada **Memória-denúncia como decantação de conflitos**. Nela apontaremos as problemáticas relatadas em forma de memórias-denúncia feitas pelos entrevistados da comunidade Ribeirão dos Paneleiros, tanto no que diz respeito à especificidade da sua comunidade, quanto aos impasses que abarcam a Lagoa de Melquíades e Amâncio, nas suas relações com o núcleo urbano. Recorreremos às memórias de lideranças, vistas como as principais responsáveis por conduzirem as novas gerações aos conhecimentos transmitidos pelos mais velhos. Elas mantêm as relações geracionais dos quilombos. Metodologicamente, mobilizamos as memórias de Dona Maria Elza, Juliana Oliveira, Gilvandro Oliveira e das transcrições da entrevista feita com Seu Jesuíno Rodrigues de Oliveira encontrada no APMVC⁹⁶, todos pertencentes à comunidade Ribeirão dos Paneleiros. Os seus relatos nos permitiram fazer análises do processo de identificação das memórias que não enquadram as memórias instituídas na sede do município de Vitória da Conquista. Para isso, utilizamos o instrumento de análise documental acerca do arquivo pessoal dos entrevistados e do APMVC, análise de documentos do IPHAN e o Relatório Técnico do

⁹⁶ Nos arquivos do APMVC encontramos relatos de moradores do Ribeirão dos Paneleiros em que trazem informações a respeito da constituição desse território.

IBAMA. Durante nossas pesquisas bibliográficas, para reforçar a legitimidade das falas, fizemos o uso de obras de pesquisadores locais, especificamente, as pesquisas da historiadora Renata Oliveira (2020). Já a discussão sobre memória foi sustentada a partir de Brunner (2014), e Pollak (1989).

Na segunda parte, discutiremos a memória-denúncia específica da comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio. Com esse fim, acionamos as memórias de Tiago Silva, 30 anos, Josemberg Mendes, 25 anos, Seu Damião, 77 anos, Seu Joaquim, 90 anos. Reforçamos o processo dialógico com a metodologia de História oral, entrecruzando os trechos dessas entrevistas com dados científicos de autores locais, como as pesquisas realizadas pelos professores Ruy Medeiros e Belarmino Souza. Dessa forma, isso nos permitiu analisar decretos e leis, livros de impostos, livro de registros de marca de fogo e imagens fotográficas, todas elas arquivadas no APMVC. Com isso, o aporte bibliográfico ainda contou com os estudos de Miranda (2011), Silva (2018), Gonçalves e Macedo (2019), Viana (2017), para destacar o processo de demarcação e diminuição do território de Lagoa de Melquíades; e Amâncio e Silva (1996), os quais nos deram suporte para tecermos análises no campo da discussão sobre a teoria de memória, trazida por Pollak (1989; 1992) e Paul Ricouer (2007).

Na última parte, terceira seção, abordamos as denúncias relacionadas aos conflitos étnico-raciais enfrentados, especificamente, a partir dos entraves causados pelo enfrentamento ao racismo. Com base nas denúncias de Seu Damião Santos e Tiago Silva, fizemos uma análise documental, utilizando as discussões da CONAQ (2018), pesquisas bibliográficas, ao atribuímos valor aos escritos de Lélia Gonzalez (1987) sobre o processo de racialização, os estudos de Lins (2020), Almeida (2019), Moreira (2017) e Adorno (2000). Além deles, evocamos os escritos de Abdias do Nascimento sobre memórias quilombistas, assim como os escritos de Prins (1992) e Achile Mbembe (2014).

Logo, esta seção foi sendo esculpida com o auxílio dos saberes vinculados às tradições ancestrais presentes nos quilombos estudados. Modelada com a ajuda das mãos dos nossos entrevistados, que, energizados pela força da terra e da água contidas no barro, foram preservando os ensinamentos dos mais antigos e redescobrando, no modo de vida, a importância da luta para manterem a memória do grupo transmitida para as gerações frente aos desafios colocados na relação existente entre as comunidades e o núcleo do município que fazem parte. Dessa maneira, insurge a compreensão de que essa relação arvorece obstáculos normativos, que dificultam as decantações entre os espaços urbanos centralizados e as comunidades quilombolas do município de Vitória da Conquista.

3.1 O Ribeirão dos Paneleiros e a memória-denúncia como decantação de conflitos

O processo de decantação das memórias-denúncia existentes sobre os privilégios do núcleo urbano sob as comunidades quilombolas de Vitória da Conquista ainda está distante de expor suas densidades. A técnica de decantação aparece em uma das falas das nossas entrevistadas, ao se referir ao processo de queima e manipulação do barro para a fabricação das panelas de barro na Comunidade Ribeirão dos Paneleiros. Assim como o modo de vida e o processo de resistência que a comunidade utiliza como estratégia para continuar lutando e denunciando as ações contrárias às suas existências.

As comunidades demonstram o seu amor pela terra tal qual Itamar Vieira Júnior (2019) demonstra essa relação em **Torto Arado**. Essa obra foi retratada neste momento para afirmarmos que, ao contrário de outros romances, a literatura referida nos ensina a valorizar a terra a partir da ideia de morte, já que a terra morre para que ela volte a florescer. No caso das comunidades Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio, esse reflorescimento ocorre com a intervenção da água, símbolo da vida, para se transformar em barro. Assim, conferimos o movimento cíclico existente entre vida e morte, terra e barro, para tentarmos decantá-los por meio da apresentação dos relatos de memória que arvorecem nas comunidades através da denúncia social.

As principais denúncias que marcam os povos do Ribeirão dos Paneleiros trouxeram temáticas de como os direitos à terra, educação, saúde, transporte e pavimentação de estradas são negados perante conflitos com o poder público e fazendeiros. Os quais retiram a possibilidade das pessoas de se manterem na comunidade ou continuarem resistindo. Sobre essa memória de denúncia, Juliana Oliveira destaca, em uma das suas primeiras falas, durante a entrevista, sobre as atuais condições que a sua comunidade se encontra. Segundo a entrevistada,

[...] lá é um território, é tipo um círculo, e ao redor desse círculo tem várias fazendas, entre elas, vários fazendeiros que detêm latifúndios, além de poder, grande poder econômico, tem influência dentro da região, do poder público. Então veja, a nossa principal demanda é por terra, para que nós tenhamos o direito de produzir a panela de barro, para que nós possamos fazer nossas roças, pra que nós possamos pescar, nós precisamos de terra, porque hoje todo mundo só tem seu quintalzinho. Nós precisamos de escola, e o município só garante a escola até o nono ano, e a partir daí é o estado. Mas o estado também não tem interesse em garantir o transporte para esses meninos. Então esses meninos evadem além da escola, vão pras cidades, pras outras regiões, abandonando a comunidade, precisando de postos de saúde, porque a gente tem um posto de saúde que foi feito um tempo atrás, mas não tem assistência médica, então de que adianta? Precisamos de transporte, porque não tem transporte público e é pertinho da comunidade [...]. Precisamos de estrada.

Enfim, mas eu acho que as políticas de reparação, elas começam a partir da devolução das terras que eram ocupadas pelo nosso povo [...]. A primeira coisa é devolver as nossas terras para que nós possamos desfrutar dos nossos direitos, os direitos mesmo de ser indígena, e de permanecer com a nossa cultura, além de cultivar os nossos ancestrais, permanecer nas nossas terras.⁹⁷

Além de destacar a semana dos museus, a entrevistada deu ênfase ao saber local do patrimônio e à manutenção dos utensílios de barro que, neste caso, estão associados ao nome da própria localidade, Ribeirão dos Paneleiros. A qual tem as mulheres como mantenedoras da preservação das tradições, especialmente quando o comércio de panelas de barro na sede do município dependeu diretamente da mão de obra artesã das mulheres dessa comunidade. Assim, a valorização dessas produções culturais e artísticas, que demanda reparação histórica, garante subsistência dos povos que ainda sobrevivem do conhecimento transmitido pelos antepassados. Reparções que foram negadas, politicamente, durante a gestão do governo Bolsonaro, segundo o Relatório final da transição de governo (2023), para desmobilizar a legitimação de direitos.

A partir da manipulação do fogo, que une o barro e a água ao se transformar em cerâmica ancestral, analisaremos a história desse território afro-indígena, Quilombo de Vitória da Conquista, composto por Lagoa do Arroz, Batalha e Ribeirão dos Paneleiros. Atualmente com, aproximadamente, 85 famílias moradoras do território, conforme documentos fornecidos pelos entrevistados. Nota-se que esses nomes identificadores das localidades que compõem o território foram sendo constituídos ao longo do tempo, ao fazerem referências a determinados locais. Por exemplo: próximo à lagoa existiam plantações de arroz; assim, esse local passou a ser referenciado por “lagoa do arroz”.

Da mesma forma, o Ribeirão dos Paneleiros recebeu essa referência por ser a localidade onde se fabricavam os utensílios e panelas de barro. Conforme fala do Sr. Jesulino Rodrigues de Oliveira, encontrada nos registros do Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, “existia vários córregos na região onde fabricava e ainda fabrica o seu principal: a panela de barro – daí o nome de Ribeirão do Paneleiro” (APMVC, 2006⁹⁸). Quanto à “batalha”, segundo os registros dessa entrevista, recebeu esse nome por ter sido o local onde aconteceu a batalha entre indígenas e colonizadores. Sendo assim, os relatos do Sr. Jesulino Rodrigues de Oliveira denunciam memórias trazidas pelos seus bisavôs, os quais eram indígenas e diziam que grande parte do seu povo foi morto no massacre, no povoado de Batalha. Hoje chamado de Ribeirão

⁹⁷ Entrevista de Juliana Oliveira concedida ao canal “Teia dos povos”. Vídeo (1:33:19). Um planalto da conquista preto e indígena. Publicada pelo canal “Teia dos povos”, 2020.

⁹⁸ Arquivos do Projeto de Desenvolvimento Integrado das Comunidades Quilombolas de Vitória da Conquista executado pela Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, 2006.

dos Paneleiros, onde se iniciaram os ataques contra os indígenas, por parte dos colonizadores. Segundo ele,

[...] todos os índios não foram mortos porque na hora dos tiros os índios começaram a rezar em seu idioma e espantaram os homens brancos, onde se dirigiram em direção ao um grupo de índios, hoje, o Jardim Tancredo Neves, no qual, ocorreu o extermínio dos índios. (APMVC, 2006).

Sobre a união com os povos negros que possibilitaram aos moradores uma identidade afro-indígena, ocorreu em período distante que não sabem exatamente quando. Sobre isso, o Sr. Jesulino Rodrigues de Oliveira recordava, segundo os relatos de seus pais, que “naquele período houve o surgimento de alguns conflitos com os ‘escravos’ que vinham fugidos, mas não sabe de onde [...] Muitos escravos fugidos acabaram casando com os índios tornando-se esse povo misturado” (PMVC, 2006). Esse território afro-indígena “tinha uma área de mais de 100 alqueires, hoje tem apenas 2 alqueires, isso porque foi invadida pelos coronéis”, relata o Sr. Jesulino Rodrigues de Oliveira (APMVC, 2006).

As memórias-denúncia citadas ainda abarcam a temática de hibridação trazida por Gilvandro Oliveira, como justificativa de descrever a origem e a presença do povo negro na comunidade. Visto que as memórias de dupla etnia na comunidade carregam nelas relatos de estratégias de ação, ao passo que afirmam ser quilombolas em um território composto por pessoas indígenas e negras. Já que assumir essa identidade, garante a eles acesso à legislação sobre a demarcação de terras, em um processo adiantado, devido ao acesso desse conhecimento, que não é inventado, e sim, possui lastro de memórias que os identificam e os reconhecem entre si.

Essas denúncias se intensificaram na medida que houve a chegada de povos indígenas que diziam fazer parte da etnia do Povo Pataxó. Segundo os “recém-chegados” vindos do Sul da Bahia, a Comunidade Ribeirão dos Paneleiros teria etnia em comum com a deles. Já que, possivelmente, ambas guardam memórias que se coletivizaram entre seus ancestrais, embora estivessem sido mantidos distantes. Entretanto, após informações adquiridas nas reuniões ocorridas com os moradores, Gilvandro Oliveira nos relatou sobre esta pauta referente à chegada desse grupo. Segundo ele, essas pessoas tinham como objetivo se apropriarem de informações das pessoas da localidade, especificamente dos mais antigos.

Diferentemente da prática de aculturação⁹⁹, esse e outros tipos de apropriação são discutidos pelo Babalorixá Rodney William (2019). O qual descreve a complexidade desse fenômeno inculcado no conceito de Apropriação cultural inscrito nas práticas sociais de luta dos quilombolas para resistirem ao processo de invisibilidade, silenciamento e apagamento da identidade. Assim como o enfraquecimento dos saberes inerentes aos modos de vida e tradição desses povos.

Os perigos impregnados nas memórias em disputas apareceram nas narrativas vistas como “falsas memórias”¹⁰⁰, pois, de acordo com Bruner (2014), elas vão preencher a necessidade de ocupar espaços de uma identidade desejada que não foi preenchida ao longo da história. Nesse caso, compreender que a chegada de outros grupos étnicos, figurada nos interesses privados, levou-nos a refletir e questionar o porquê desse preenchimento se vincula à formação da identidade de uma história que não foi vivida por um grupo étnico.

Segundo Gilvandro Oliveira, a finalidade desses grupos étnicos, não pertencentes à memória coletiva de Ribeirão dos Paneleiros, também foi a de elaborar propostas para que a FUNAI os reconhecesse enquanto Comunidade Tradicional Indígena. Ao mesmo tempo, conscientizar as pessoas da importância da formação da identidade indígena em detrimento da identidade negra existente no território. Com isso, esses grupos pressionaram os moradores a negarem o processo de “miscigenação” entre ambas as etnias. Tendo em vista que a disputa de memória se agrava quando a comunidade se apoia na justificativa de que as fugas dos povos escravizados da cidade de Vitória da Conquista e de outras regiões causaram o refúgio no território da comunidade, como ele complementa dizendo que

[...] Eles chegaram até a FUNAI e apresentaram a comunidade como se estivessem tendo diversas reuniões. Em algumas delas eles tiveram diversos conhecimentos indígenas na comunidade. Eles adiantaram o processo de demarcação das terras indígenas, uma vez que a comunidade não tinha sentado (reunido) e as pessoas sentarem com eles, a comunidade criou uma resistência, porque querendo ou não a gente tem a influência africana muito forte. Uma parte indígena e uma parte africana. Por ter essa fusão, uma parte puxa para o lado indígena e o outro lado puxa para o lado africano. E então para não ficar nem lá nem cá, quilombola.¹⁰¹

⁹⁹ Este termo foi usado por Rodney Willian (2019) para diferenciar os termos aculturação e apropriação cultural. Neste caso, o processo de aculturação ocorre quando há “empréstimos de elementos culturais de outros grupos, que costumam ser conservados ou adaptados por meio de processos de integração, como intercâmbio, assimilação, transculturação e sincretismo”. (WILLIAN, 2019, p. 33).

¹⁰⁰ O Termo “falsas memórias” é um conceito que não vem carregado de juízo de valor. É usado pela psicologia clínica. No amago deste conceito se dá a construção de uma identidade, no intuito de ser fantasiosa.

¹⁰¹ Entrevista de Gilvandro Gonçalves de Oliveira concedida a Jonatan dos Santos Silva e Felipe Eduardo Ferreira Marta durante a disciplina “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 13 nov. 2019.

O interessante dessa afirmação é que Gilvandro Oliveira se designa quilombola mediante a realidade de uma comunidade hibridizada. Esse autorreconhecimento está em sintonia com a interpretação que a comunidade Ribeirão dos Paneleiros faz sobre ela. Assim como o entendimento do IPHAN sobre comunidade quilombola, por fazer parte do quadro de “comunidades auto-excluídas da sociedade nacional durante o período colonial até a abolição da escravatura, formados originalmente por negros escravos fugidos das áreas urbanas ou rurais onde existiam práticas de exploração escravista”. (IPHAN, 1998, p. 7). É importante frisar também que os quilombolas utilizam estratégias de sobrevivência para evitar os resultados de processos burocráticos quando estiverem em posição de defesa do território comum, assim como desejarem acessar às políticas públicas.

Sendo assim, ao contrário da pretensão do grupo de fora, a memória coletiva do Ribeirão dos Paneleiros legitima a ideia de quilombola, para retratar ambas as descendências e manter, na memória dos mais novos, o processo de resistência indígena e negra de seus antepassados, tão negado e silenciado pela memória oficial, conforme Pollak (1989) explica quando se refere às memórias subterrâneas relacionadas à construção de memórias hegemônicas, ao elegerem fatos e sujeitos históricos oficializados a partir de calendários e símbolos, constituindo narrativas dominantes.

Assim, os interesses despertados pelos grupos referendados nos relatos de Gilvandro Oliveira foram impostos aos moradores como tentativa de convencer as pessoas de se identificarem tão somente como indígenas. Essa forma de imposição nos parece ter sido uma forma de manipulação e abusos de memórias. Ao utilizarem o discurso de restituição de memórias silenciadas, ao mesmo tempo em que essa cobrança garantiria aos descendentes os direitos que lhes foram historicamente negados.

Esta tentativa de promover o ressentimento se atualiza na comunidade quando “essa memória canalizada e esterilizada se revolta e se afirma a partir de um sentimento de absurdo e de abandono. Ela se considera mal compreendida e vilipendiada e se engaja num combate contestatório e militante” (POLLAK, 1989, p. 5). Portanto, para além da luta de pertencimento identitário ao município, a comunidade passa por constantes conflitos étnicos para garantir a historicidade do grupo, desvinculado de qualquer possibilidade de manipulação das suas memórias.

Manter essa memória de pertencimento tornou-se pauta das lutas carregadas nas memórias de denúncias perpetradas nos relatos de Juliana Oliveira. Os quais demonstram o modo de vida das pessoas e o trabalho exercido pelas mulheres enquanto os homens saíam para

garantir outras formas de sustento. Aqueles que não conseguiam trabalho fora, ajudavam-nas com a “queima” de panelas e extração da matéria-prima para a confecção dos utensílios:

[...] como há pouca perspectiva de vida na comunidade, as pessoas acabam migrando para fora, então é muito comum e corriqueiro que os homens saiam para trabalhar e as mulheres fiquem com os filhos fazendo panela. Quando um homem ou outro não consegue, trabalha, não sai e fica na comunidade e se encarrega de ajudar a mulher a confeccionar a panela de barro. Ele fica responsável por esse trabalho mais pesado, que é a queima das panelas, que é retirar o barro, porque não é só a confecção em si né, desde a retirada do barro, desse processo que tem que fazer o processo de decantação para separar o que é terra e o que é barro e se esse barro presta ou não presta, para depois pisar esse barro, molhar esse barro, amassar esse barro para que ele esteja preparado para poder confeccionar a panela. Posteriormente, depois com a panela já confeccionada e com seus devidos ajustes, ela precisa ser queimada. E como a gente não tem terra, a gente precisa ir longe buscar lenha, e aí é nessa parte que entra os homens.¹⁰²

A força de trabalho exercida coletivamente organiza as práticas de escoamento dos produtos para serem vendidos na sede do município. Até um tempo, as pessoas ficavam pelos passeios da feira livre sem receber qualquer assistência do governo municipal. Apesar do poder público municipal ter cedido um espaço na sede do município para a comercialização dos produtos confeccionados na comunidade, Dona Maria Elza afirmou que o comércio se mantém fechado, mesmo estando localizado em uma das maiores feiras livres do município. A artesã popular criticou a pouca visibilidade do local para a comercialização e o acúmulo de pessoas que se “alcoholizam” nos “botecos” nas proximidades, fazendo com que os seus clientes se mantivessem distantes. Ela completou essa denúncia, dizendo:

[...] com muita luta consegui um bloco na feirinha do bairro Brasil, mas só que me botou lá em um lugar que não vende nada, estou falando aqui na presença de vocês e de deus, eu fiquei lá 3 meses e vendi 20 reais, então ficou lá em um canto escondido e hoje está fechado por causa da pandemia eu não pude mais ir no ponto, lá está fechado, mas só que lá a gente não vende nada.¹⁰³

A falta de espaços propícios e acessíveis para facilitar a comercialização dos seus produtos fez com que outros comerciantes, segundo a entrevistada, devolvessem à prefeitura os “boxes” que foram disponibilizados pelos órgãos responsáveis pela organização do comércio de vendedores ambulantes. Essa iniciativa fez com que amenizassem os prejuízos causados pela

¹⁰² Entrevista coletiva de Juliana Oliveira concedida ao canal “PROLER/UESB de Vitória da Conquista-BA” durante a XIX Semana Nacional dos Museus com o museu literário. 21 mai. 2021.

¹⁰³ Entrevista coletiva de Maria Elza de Oliveira Gonçalves concedida ao canal “PROLER/UESB de Vitória da Conquista-BA” durante a XIX Semana Nacional dos Museus com o museu literário. 21 mai. 2021.

pandemia da Covid-19, que afetou diretamente a renda familiar dos artesãos no município. Assim, ela comparou a atual decadência ao período em que tinha maiores lucros, quando comercializava na feira do “Ceasa”. Com isso, Dona Maria Elza preferiu aguardar seus clientes encomendarem seus produtos até o fim do contexto pandêmico.

A entrevistada reforçou a importância da memória das tradições, ao recordar sobre a restrição na quantidade de pessoas que confeccionam os utensílios. Dessa forma, nem sempre ela encontrou transportes disponíveis para levar os seus produtos até a cidade, principalmente durante a pandemia. Relatou, ainda, o quanto a má estrutura física das estradas causou prejuízos, quando as cerâmicas quebravam durante o trajeto até o ponto de venda.

Ela citou ainda outras denúncias relacionadas ao processo de comercialização. Havia a chegada de produtos com qualidade inferior, construídos com ajuda de equipamentos específicos, que davam acabamentos diferenciados da linha de trabalho que a comunidade produzia. Isso fez com que os consumidores se sentissem traídos, fazendo com que eles avaliassem negativamente as produções manuais, em favor daquelas produzidas por máquinas industriais, acarretando disputas e a desvalorização dos meios de produções das comunidades quilombolas.

Dessa forma, essas denúncias justificam o fato de os moradores buscarem trabalho em fazendas locais ou na sede do município, para terem outras formas de subsistência. Pois a produção extraída da agricultura familiar não garante um retorno financeiro capaz de atender às suas necessidades. Até o momento em que esta pesquisa foi realizada, percebemos que as comunidades em questão não tiveram acesso às políticas de desenvolvimento socioeconômico, para alavancar ações que geram renda e melhorem as condições de superação da pobreza. Em suma, as produções de cerâmicas e utensílios de barro estão associadas às comunidades tradicionais desde a diáspora africana. Os detentores desses saberes se organizavam no entorno das cidades e produziam os seus artefatos a serem levados para o interior dos núcleos urbanos, desencadeando disputas nesses espaços territoriais de identidade.

Da mesma forma que os quilombolas transitam para o núcleo urbano, a fim de angariarem recursos financeiros para a sua sobrevivência, os donos de grandes empresas e detentores do poder fundiário do município fazem o movimento contrário ao explorarem os territórios quilombolas. Este movimento tem como consequência a degradação do meio ambiente, emergente, sobretudo na comunidade Ribeirão dos Paneleiros, causados pelos agentes externos à comunidade, atendem aos interesses econômicos e capitalistas desses grandes latifundiários.

Durante a entrevista, nos relatos de Gilvandro Oliveira, ficou evidente que havia a aproximação de pessoas de fora do quilombo. Segundo o entrevistado, após ter tido a informação da presença de pedras preciosas e a do minério de ferro no território quilombola, ele conseguiu analisar as relações estabelecidas entre a União federativa e as instituições envolvidas no processo de demarcação de terras, exploração da mão de obra e obtenção de lucros. Nas palavras de Gilvandro,

[...] aquelas terras eram ricas em diamantes, esmeraldas e cristais, só que ninguém percebia isso daí, que essas terras eram ricas. Hoje a gente vê que a União, por meio do IBAMA... (inaudível). Isso aí pra mim é uma organização que tem seus interesses próprios, pois a União demarca as terras e não deixa ninguém explorar. A União combina com o garimpeiro para o garimpeiro explorar. E é aí que os moradores da terra não podem explorar. Aí, o que acontece? Os moradores da terra servem de funcionários para explorar a terra. Isso começou a acontecer, porque eles descobriram um cristal grande de dois metros de altura grande nas terras. Cristais que você vai fatiar eles e tirar para fazer mesas. E a gente descobriu também ferro. Essa mesma empresa lá de Minas-MG, tá querendo descer pra lá pra comprar e montar empresas e explorar esse ferro. E esse ferro tem nome, pelo que percebi. A análise que tive, conversei um pouco com um geólogo [...]. Então tem. Aí, começaram a explorar a região. A região vai virar um deserto.¹⁰⁴

Os danos ambientais causados na região de Ribeirão dos Paneleiros foram registrados em várias denúncias realizadas pela Associação dos Moradores ao Ministério Público. Solicitando a presença de técnicos do IBAMA para averiguar tais questões geradoras de conflitos permanentes no território.

Assim, após vários encaminhamentos de ofícios à instituição responsável pela fiscalização, o órgão continuou ignorando as reivindicações dos direitos da comunidade. A resposta encaminhada por meio de um relatório técnico negou qualquer possibilidade de existência de “dano ambiental praticado por proprietários da região, tais como: desmatamento e aplicação de defensivos agrícolas”. Conforme outro trecho do Relatório Técnico do IBAMA às Comunidades Quilombolas Ribeirão dos Paneleiros, Batalha e Lagoa do Arroz, a equipe responsável pela avaliação retornou

[...] ao imóvel em 26/07/2010 na companhia do Sno, Fábio S. R. da Silva, percorremos todo o imóvel e não foi observado nenhum - indício de desmatamento recente na área. Sendo que o mesmo informou haver implantado pastagem no ano passado, porém, em área de capoeira, tendo realizado apenas limpeza de área para plantio. Comparação em imagens de

¹⁰⁴ Entrevista de Gilvandro Gonçalves de Oliveira concedida a Jonatan dos Santos Silva e Felipe Eduardo Ferreira Marta durante a disciplina “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 13 nov. 2019.

satélite (em anexo), dos anos 2009 e 2010 corroboram informação levantada em campo, de que a pastagem foi implantada em área já antropizada, ou seja, tradicionalmente utilizada na agricultura, sendo que se houve algum material lenhoso retirado da área foi proveniente de limpeza. (Relatório Técnico do IBAMA, 2010, p. 96).

Figura 15: Relatório Técnico do IBAMA às Comunidades Quilombolas Ribeirão dos Paneleiros, Batalha e Lagoa do Arroz

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS
VITÓRIA DA CONQUISTA-BAHIA

RELATÓRIO TÉCNICO

Requerente: Ministério Público Federal

Nome do Imóvel: Quilombo Ribeirão do Paneleiro, Batalha, e Lagoa do Arroz.

Município: Vitória da Conquista- Ba.

Localização: Distrito de José Gonçalves

Objetivo: Atender denúncia relativa a dano ambiental na região dos Quilombos de Ribeirão do Paneleiro, Batalha e Lagoa do Arroz.

Equipe: José Reinaldo de Jesus- Analista Ambiental
Andréia da Mata Lula-Analista Ambiental
Patrícia de Jesus Santos- Analista Ambiental

Veículo: L-200, Placa JHN- 0347

Anexos: Cópia de notificação e documentos apresentados pelo Sr. Fábio Souza Rodrigues da Silva, Imagens de Satélite anos 2009 e 2010, CD com fotos e imagens de satélite.

Em atendimento aos Ofícios de nº 1175/2009, 277/2010 e 317/2010/PRM-VC-GAB/MM, a equipe acima citada deslocou até a referida região em 08/ 07/ 2010 e em 26/07/2010, onde constatou que a mesma está inserida numa área de vegetação de caatinga, possui

10
101

10
101

Inadido eletronicamente por: ADRIANA DE BARRIOS MARQUES - 11/05/2019 09:01:00
/biolo.br/11.aa.br/30/tae/Processo/ConsultaDocumento?uf=esam?e=1905110901000000000018605369

Num.:

Fonte: Arquivo pessoal de Juliana Oliveira.

Depois de mais de um ano de espera da emissão desse Relatório Técnico do IBAMA, a resposta definitiva chegou de forma negativa e suscetível a questionamentos, em relação a uma busca mais profunda dos fatos atrelados aos danos apontados pelos denunciante. Ao ouvir apenas os donos da fazenda e analisar somente as demonstrações das terras vistas a partir do olhar do fazendeiro, os analistas técnicos concluíram que não havia desmatamento na comunidade. Por isso, a comunidade ainda questiona a legitimidade das análises dos estudos realizados pelo IBAMA, o qual apenas julgou o recurso a partir de imagens de satélite e escuta unilateral dos fazendeiros, o que, conseqüentemente, favoreceu unicamente ao opressor.

A comunidade registrou mais uma negação aos direitos dos moradores do Ribeirão dos Paneleiros, na medida em que Gilvandro abre novas reflexões em sua entrevista. Tanto no que

diz respeito ao “não dito” quanto à apresentação de dificuldades vinculadas, proporção do silenciamento da comunidade perante o ocorrido, como ele completou:

Os movimentos indígenas estão calados. Pessoas resistentes de nomes estão caladas. Eles fazem um movimento ali porque são obrigados fazer [...]. Por medo, porque qualquer vacilo a gente perde a vida. Existe uma estratégia: “sofreu-se um acidente”. Existe uma estratégia de extermínio aí que a gente morre, sem você nem perceber que morreu. Uma estratégia bem bolada para tirar a vida de quem é militante e tá lutando, que é para ser uma ameaça às minorias. A gente tem aí um grande grupo organizado que senta entre eles aí, e controla toda cidade. Aí, daqueles que forem mexer com este grupo. Eu não quero passar nem perto.¹⁰⁵

Ficou evidente nessa fala, em que predominam o silêncio e o medo de serem violentados caso recorram da decisão emitida no relatório do IBAMA. Ameaças como essa definem as fronteiras entre o que pode ser dizível e indizível nas constantes tentativas do poder público de se impor para colorir o passado (POLLAK, 1989). No intuito de contribuir com o entendimento sobre as características da linguagem na esfera psíquica, Michael Pollak (1989) recorre a Claude Olievenstein (1988) para compreender fenômenos como esse acima, a partir do que ele chama de “zona de sombra”, “silêncios” e “não ditos” percebidos nos mecanismos da lembrança. Contudo, pode-se inferir que as memórias-denúncia que são ditas e registradas no campo da legalidade, dificilmente são acatadas pelo poder público e judiciário, deixando as comunidades à mercê do esquecimento.

3.2 A Lagoa de Melquíades e Amâncio e a memória-denúncia dos enfrentamentos

A falta de contrapartida desses órgãos públicos afeta diretamente o modo de vida e altera incisivamente a dinâmica dos projetos da comunidade. Ao almejarem permanecer em seus territórios de identidade para garantir seus direitos como cidadãos e de continuarem transmitindo seus conhecimentos às novas gerações. O que, de fato, não ocorreu de forma diferente na comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio, como é possível verificar em um dos relatos do Sr. Joaquim. Ao recordar a relação de exploração que ele vivia durante os trabalhos exercidos nas fazendas que, em troca, os fazendeiros disponibilizavam uma pequena parte das terras para garantir o sustento da sua família. Segundo ele,

¹⁰⁵ Entrevista de Gilvandro Gonçalves de Oliveira concedida a Jonatan dos Santos Silva e Felipe Eduardo Ferreira Marta durante a disciplina “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 13 nov. 2019.

[...] ficava aqui olhando a criação. Eu recebi 55 vaca. Aí, tomei conta. Fiquei uns tempo olhando as vaca do fazendeiro. Aí, fiquei um tempo morando mais ele, e depois ele tirou 3 hectares de terra pra Joaquim ficar morando aqui. Tamu aqui até hoje. As vaca é daqui pra cima [faz gesto apontando para o morro]. O filho dele mora aqui, é advogado. Eu olhava a criação e morando aqui, depois que ele morreu em 81, que (inaudível) tomou posse das terra. Ele tirou três tarefa aqui. Era aqui as três tarefa [3 hectares]. Aí, eu fiquei aqui. Só tinha essa filha que mora aqui.¹⁰⁶

Foi possível notarmos nos relatos do Sr. Joaquim que ele não percebia a relação de exploração e nem do superfaturamento dos donos da fazenda. Os quais, posteriormente, venderam um pedaço das terras para seus familiares viverem em troca de serviços de produção e de sustentabilidade da família dos fazendeiros. Com o Sr. Damião não foi diferente. O trabalho trazia a ideia de obtenção da dignidade para sustentar as famílias, mesmo com as péssimas condições oferecidas pelos fazendeiros e a pouca retribuição no pagamento da mão de obra executada por ele.

Assim, o entrevistado recordou o passado nos relatando que as pessoas não tinham consciência dos seus direitos trabalhistas, nem tampouco a percepção de que, possivelmente, estavam sendo exploradas. Neste trecho a seguir, ele afirmou que os fazendeiros não permitiam que os trabalhadores frequentassem escolas para que não se tornassem uma ameaça à estrutura montada pelo agronegócio daquele período:

[...] e a fazendeira lá. Os menino só vai aprender a assinar o nome, porque se não fica sabido demais. E ficava mesmo. Nós devia ter cobrado nossos direitos [...]. Pois é, a gente já tinha nossos direitos. A gente procurasse os direitos, fazia o trabalho pra fulano e nada, e já tinha algum direito já. Saímos de lá, minha mãe ficou um tempo mais os meus irmãos. Aí, tanto que nós saímos de lá. Aí, foi saindo, e minha mãe veio pra fazenda de cá. Eles já tinha plantado, fazendo roça de café. Já tinha um serviço pros meninos, mas dinheirinho pouquinho, só pra comer. Aí, foi saindo de um a um, até que nós tirou a mãe e comprou uma casinha lá em Inhobim. E essa casinha hoje tá lá com minha neta. E Inhobim tá grande.¹⁰⁷

A memória do Sr. Damião traz um paralelo com a discussão de Silva (2018) sobre a presença dos coronéis na cidade de Vitória da Conquista. Por constituírem o mesmo espaço, a ideia dos fazendeiros da região se mantinha semelhante à forma de poder estabelecida por essas famílias endogâmicas. Exercida pelos mandos dos coronéis, pois eles eram os que se mostravam

¹⁰⁶ Entrevista de Joaquim Jermano Silva concedida à Jonatan dos Santos Silva na residência localizada na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 04 out. 2020. 75 min.

¹⁰⁷ Entrevista de Damião Arifa dos Santos concedida à Jonatan dos Santos Silva na Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 03 out. 2020. 120 min.

sempre saber mais que seus “empregados”. Então era comum naturalizar a ideia de que “o importante é ter dinheiro”, ainda que fosse apenas o suficiente para manter as despesas básicas e necessárias para sustentar as famílias trabalhadoras.

Essas famílias buscavam melhores condições de sobrevivência, longe dos preceitos capitalistas de qualquer tentativa de acúmulo de bens. Tanto o discurso do Sr. Damião, quanto do Sr. Joaquim mostraram essa necessidade de sobrevivência, perante o que seus patrões estabeleciam como salário, que era proporcional ao que cada um deles necessitava para suprir suas demandas diárias. Assim, a relação de exploração da mão de obra humana perdurava pelas fazendas do entorno da comunidade, sendo que as gerações seguintes foram herdando essas condições de trabalho, nas lavouras de café, como possível caminho de subsistência das famílias. Fatos quase indizíveis e sequer refletidos naquele momento, pois consideramos que eles não contavam com os dispositivos de proteção contra a exploração da mão de obra, análogos ao período escravocrata.

Sobre esse engodo, Ruy Medeiros (2006) afirmou que as terras da região sudoeste sofreram uma intensa valorização, quando o cultivo do café passou a ser implementado pelo Estado. Segundo ele, grande parte das terras foi titulada e as produções também aumentaram em torno do cultivo de algodão, milho, mandioca, feijão, arroz etc., como percebemos atualmente na comunidade, a partir da Associação de Criadores de Sementes Crioulas, da Lagoa de Melquíades e Amâncio. Esse autor ainda afirmou que o sustento da economia na região se dava através das mãos escravizadas na pecuária e na policultura, mantidas pelos latifundiários.

Na entrevista que realizamos com o Professor Doutor Ruy Medeiros, foi revelada a relação entre as comunidades e a cidade por volta da segunda década do século XX. Ele descreveu uma Vitória da Conquista caracterizada como povoado ou vila e nos chamou a atenção para a leitura de discursos, marcados na temporalidade, ao tratar dos fatos relacionados à formação da cidade. Apesar de olharmos para o passado e analisarmos a zona rural como fonte de abastecimento da cidade. Segundo ele, o caráter autárquico era atribuído às fazendas, devido à vida da população se concentrar nessas localidades. Consequentemente, isso foi mudando gradativamente com o crescimento da cidade:

As famílias ricas residiam em povoados, ou vilas. Isso é uma verdade a partir da década de 1920. Por isso, é preciso ter cuidado e relação à temporalidade marcada no discurso da cidade. As fazendas produziam tudo, os fazendeiros apenas compravam o sal e o querozene. Na época, tudo era produzido lá. E na zona rural, muitos dos tecidos eram produzidos. Então quando eles dizem que “nós vínhamos abastecer a cidade”, em termos. Tendo em vista o caráter quase autárquico das fazendas, por fato da vida se concentrar em fazenda, ou

povoados e vilas. [...] o campo começou a sustentar a cidade, mas na medida que a cidade começou a crescer o campo próximo da cidade não foi suficiente. Você teve que ir para Jaguaquara, depois teve que receber produtos de São Paulo, de Minas Gerais, da Chapada em grande quantidade, etc.¹⁰⁸

Essa forma de trabalho predominou na comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio entre a década de 1940 a 1960, através da cultura do café, que era transportado até o núcleo do município de Vitória da Conquista, acarretando grandes dificuldades até o destino. Sobre isso, o Sr. Joaquim reportou sobre a memória dos mandos dos fazendeiros que imperavam sob a colheita do café nas roças da comunidade. Ele se recordou que havia sempre dificuldades durante o deslocamento das pessoas até a sede, pois o trabalho duro iniciava desde quando colocava o café para secar e ensacar, até sua chegada em Vitória da Conquista, onde era vendido. Segundo o que ele nos contou,

[...] o fazendeiro comprou essa terra aqui. Aí, eu fiquei trabalhando mais ele aqui [se refere ao proprietário da fazenda], trabalhou um bocado e tempo, fiz umas roça de café pra ele. Ele levava pra cidade. A máquina de fazer o café tá aí dentro da roça. E nois colheu os café, o pingado lá. Secava tudo e eu tomava conta dos camarada pra panhar o café. Panhava os café tudo e secava tudo. Quando secava, botava pra dentro do galpão. Sentou a máquina! Iniciava tudo aí pra levar pra Conquista. Os primeiro café que nois levou foi pouco saco, passou da cidade, descambou lá onde tinha uma fábrica que comprava, esqueci até o nome do lugarzinho.¹⁰⁹

Com base em suas informações, inferimos que esse “lugarzinho”, referido pelo Sr. Joaquim, trata-se do atual Distrito Industrial dos Imborés. Citado anteriormente como lugar de referência, apresentado pela cidade como seu marco histórico do processo de desenvolvimento urbano no final da década de 1970. Os estudos de Souto (2015) sobre a relevância do Distrito Industrial dos Imborés na dinâmica econômica de Vitória da Conquista mostram o declínio da cultura do café nos anos 80, assim como a derrocada do setor agropecuário, fazendo com que o setor de serviços se consolidasse e assumisse o protagonismo econômico no município. Os enfrentamentos continuam postos nas dificuldades para se deslocarem à cidade, percebidas nas memórias marcadas a “ferro e fogo” como cicatrizes do poder exercido pelo mandonismo e coronelismo na cidade.

¹⁰⁸ Entrevista de Ruy Hermann Araújo Medeiros concedida à Jonatan dos Santos Silva durante a aula da disciplina “Memória e Direito” “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 19 nov. 2019. 30 min.

¹⁰⁹ Entrevista de Joaquim Jermano Silva concedida à Jonatan dos Santos Silva na residência localizada na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 04 out. 2020. 75 min.

Atualmente, as memórias dos entrevistados denunciam a relação entre o quilombo e o núcleo urbano, também discutida pelo Sr. Joaquim, ao se referir às dificuldades de locomoção que se mantêm desde tempos passados. Tempos atrás, os meios de transportes automotivos eram escassos e os obrigavam a depender de caronas de caminhões na BR 116. Principalmente à espera de pessoas que faziam traslado entre a cidade de Nova Conquista, atual cidade de Cândido Sales, e Vitória da Conquista. Para além dos relatos, os gestos do Sr. Joaquim, ao mostrar como ele e os demais trabalhadores faziam para conseguir a carona, reportam características de como a dependência da sede do município era parte do cotidiano das pessoas em meio às variadas tentativas de viverem de forma digna e terem acesso e direito à cidade. Quando disse que

[...] não passava caminhão, e deu a noite e amanheceu o dia na beira da estrada. Amanheceu o dia tudo sentado na beira da estrada. Vinha um carro de um caminhão de Nova Conquista, que carregava passageiro. A gente: ‘o caminhão de fulano é vem lá’. Aí, nois pegou o caminhão e foi pra Conquista. Só caminhão, nois não sabia o que era caminhão não. Cê ficava só dando a mão assim, até achar um que iria levar. Aí, pulava tudo em cima. Já andei demais de caminhão pra cidade.¹¹⁰

Por falta de uma política de transporte público em Lagoa de Melquíades e Amâncio, quando os moradores não tinham transporte automotivo próprio ou carona de algum vizinho, outra forma de chegar ao núcleo urbano, além de caronas na estrada, era obtendo ajuda dos meios de transportes alternativos com uso de animais. Como foi possível perceber em seus relatos sobre sua jornada, acompanhando seu pai durante cinco dias ao passarem por outros distritos. Isso porque ele se lembrou que trabalhou para os fazendeiros da região, donos das terras em que morava e produzia. Ao mesmo tempo em que cuidava das produções, ele dava conta de contabilizar os lucros. Porém, ele se satisfazia com o pagamento no qual, segundo ele, supria a necessidade básica de sua família naquele período.

Em meio aos esforços para rememorar os fatos, os relatos do Sr. Joaquim marcavam novos gestos e transmitiam sentimentos atenuados no olhar. Quando descrevia cenas do passado, sempre incrementando algo que não tinha dito anteriormente sobre a sua relação com o núcleo urbano. Onde enfrentava dificuldade para chegar e vender os produtos produzidos na comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio, que eram representados pelo café e proteína –

¹¹⁰ Entrevista de Joaquim Jermano Silva concedida à Jonatan dos Santos Silva na residência localizada na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 04 out. 2020. 75 min.

carne bovina. Isso possibilitou a abertura de novas reflexões promovidas através das narrativas ocorridas durante a sua presença na sede do município, como ele nos disse que:

[...] já tinha carro na estrada. Já passava aí (se refere à BR 116). Aí, ele falou: ‘vamo’. Comprou uns boi. E ele ia mais lá na cidade. ‘Aí cê não quer ir lá ver esses bois pra mim não?’ Levou uma junta de boi, puxando. E os negócio pra vender, tudo na corda. Aí, nois saiu daqui, dormiu nesse meio, com os boi. Aí, uma junta pra vender e outra, com carro. Já tinha carro. Aí, eu mais um cunhado e o sobrinho, saiu daqui, dormiu no meio da estrada mesmo. No outro dia nois saiu, sabe onde é o “Pé de Galinha”? Aí, nois saiu lá. Foi sair lá, e o meu irmão disse: ‘quando cê sair da estrada cê atravessa e passa pro outro lado com os bois’. Nois foi, chegou lá, saiu da Rio-Bahia. Era rodagem, não tinha asfalto não, mas já tinha carro. Aí, atravessou pro lado de lá. Quando chegou lá na rodoviária, aí o meu irmão tava. Cês desce aqui assim ó, um caminho aqui ó, saindo pra estrada indo pra Itambé e chegava lá na rua do gancho. Um primo meu morava lá, dormiu na estrada. Quando nois chegou lá, de tardinha, aí soltou os boi e pôs numa ruma que alugava assim. Foi lá que botou os boi, dormiu na casa de (inaudível). No outro dia, o carro de boi botou na porta, e nos outros dias, ali o terminal de ônibus da cidade, era feira de fora à fora. Aquela rua tava cheinha de feira, só via (inaudível) e carro de boi cantando. Aí, nois entrou nessa feira, rodou, rodou. Vendia de tudo que tinha, nesse tempo já tinha, só (inaudível) carregado de caçoar.¹¹¹

Depois de descrever as características da entrada rumo ao sentido Norte em direção à cidade, ele falou da Rua do Gancho, que atualmente ainda serve de ponto de ônibus para passageiros com destino às cidades do Sul da Bahia, localizada na avenida Bartolomeu de Gusmão. Não muito distante do local referido, ele descreve a presença da feira livre e das relações comerciais do tempo em que esteve na cidade acompanhado pelo seu pai. Atualmente, o Povoado de Pé de Galinha é referência na cidade de Vitória da Conquista por ter-se tornado Distrito Aeroportuário.

Chegar até o núcleo do município significava passar por essas barreiras para conseguirem escoar as produções da comunidade. Essas dificuldades, estabelecidas a partir das relações com a cidade, tornaram-se referências para os atuais moradores, pois ainda vivenciam situações constrangedoras no sistema de transporte até a cidade. Para reforçar esse dilema, durante a narrativa do Sr. Joaquim, percebemos que suas descrições minuciosas ilustram cenas do momento em que chegou à primeira vez no espaço urbano. Ao recordar da Rua Grande, da Feira e do bairro “Conquistinha”, como espaços frequentados por todos que transitavam pela cidade no período em que ele se fez presente para pagar impostos. Essas descrições dizem muito

¹¹¹ Entrevista de Joaquim Jermano Silva concedida à Jonatan dos Santos Silva na residência localizada na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 04 out. 2020. 75 min.

sobre as memórias-denúncia sobre o traslado e escoamento de alimentos para o núcleo urbano de Vitória da Conquista. Ele completa:

Eu já fui na cidade, de cavalo, com meu pai. Nois foi de cavalo. Ele falou: ‘vamo ver a cidade’. Falei: ‘vamo’. Pegou os cavalo e arriou, chegou na cidade, saiu daqui. Angico! Nois saiu daqui e foi dormir lá. E de lá, no outro dia só tinha a Rua Grande da praça até na igreja. Só tinha aquela rua. Aí, nois foi lá. Tinha um mercadão. Subia o Coloião, e só tinha capim, alí na Crescência Silveira. E desceu a pé alí, na Misericórdia (Rua da Misericórdia). Era só momoneira. E aí, nois foi até lá. Saiu lá na praça, só tinha essa Rua Grande até a igreja. Fui. Nois foi até a igreja, e de lá nois foi pagar um negócio de imposto, que é uma casa aqui que é um fiscal lá. Uma casa de adobão. Aí, nois foi lá na Conquistinha, e pagou imposto e voltou. E foi lá pro Crescência Silveira, os cavalo tava lá. Nois foi pro Angico.¹¹²

No Angicos, local onde o Sr. Joaquim esteve de passagem, tinha essa denominação a partir do Decreto-lei Estadual n.º 11.089, de 30-11-1938. Posteriormente, o Decreto-lei Estadual n.º 141, de 31-12-1943, retificado pelo Decreto Estadual n.º 12978, de 01-06-1944, fez alterações neste último, mudando o nome dos seus distritos. Assim, o Angico passou a se chamar Iguá. O trânsito de serviços feito pelo Sr. Joaquim até a cidade vai confirmando o aspecto do território urbano, delineado na descrição da Figura 16, sobre o perímetro urbano do centro. Mostra a visão panorâmica da cidade a partir da atual Praça Barão do Rio Branco e Tancredo Neves, assim como a extensão da atual avenida Bartolomeu de Gusmão em direção ao Sul do Estado. As relações de trocas de produtos e os impostos aconteciam nesses espaços, sendo também ponto de encontro entre quem chegava e saía da cidade.

Figura 16: Panorama de Vitória da Conquista na década de 1930



Fonte: Arquivo público Municipal de Vitória da Conquista.

¹¹² Entrevista de Joaquim Jermano Silva concedida à Jonatan dos Santos Silva na residência localizada na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 04 out. 2020. 75 min.

A figura 16 mostra a visão panorâmica da cidade registrada durante um sobrevoo ao final da década de 1930. Era nessa rua que se realizava a feira, local referido pelo Sr. Joaquim, quando estava na cidade, ainda criança, com seu pai.

Figura 17: Rua Grande, Vitória da Conquista, 1937



Fonte: Acervo do Museu Regional de Vitória da Conquista.

De acordo com informações contidas nos livros de impostos do Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista, essa localidade era onde se situavam as sedes de arrecadação de impostos relacionados à terra. A região Sul da cidade, onde a concentração de imóveis era menor, era conhecida como Conquistinha, local referido pelo Sr. Joaquim, onde realizava seus pagamentos. A chancela para atrasos no pagamento, segundo ele, era a perda da posse das terras que as famílias dependiam para trabalhar:

[...] pagava todo ano. Aí, eu fui lá na cidade com meu pai, como eu falei, não fui duas vezes não. Ele ia de cavalo até ter carro. Aí, nois tomou conta. Aí, eu fui pagar imposto muitas vezes na cidade, imposto da terra que ficou do meu avô pro meu pai. [...] Só tinha uma casa, que tinha um fiscal lá. E tinha que pagar o imposto lá, meu pai falou: ‘uai! O fiscal mora ali embaixo e tem que ir lá pagar o imposto’. E tinha uma casa só no adobão, tinha nem reboco não. Aí, pagou o imposto e tornou voltar. [...] Se não pagasse não sei como era não. Tinha de pagar, acumulou e aí quando chegasse um tempo eles tomava a terra.¹¹³

Contudo, havia um jogo de estratégias constantes frente às regras que ditavam as condições de sobrevivência. As pessoas se mantêm vivas na comunidade ao transmitirem suas tradições e estabelecerem entre si comportamentos de autoproteção e projeção. Com isso, a luta

¹¹³ Entrevista de Joaquim Jermano Silva concedida à Jonatan dos Santos Silva na residência localizada na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 04 out. 2020. 75 min.

constante dos quilombolas para chegarem até o núcleo do município era constante. Os quais tinham o objetivo de pagar os impostos relacionados à dívida das terras que moravam e produziam. Ao mesmo tempo, abasteciam a sede com uma quantidade de alimentos produzidos no território quilombola. Esses pagamentos eram realizados pelas famílias a mando dos donos da fazenda, no intuito de garantirem a posse da terra. Os relatos de Sr. Joaquim abordam o poderio dos coronéis:

[...] tinha os coronel lá na cidade que mandava tudo. Até passou a ser o governo, passou a ser governo, e nós foi na cidade [...], pagou o imposto e voltou a dormir no Angico. [...] Aí, foi criando mais gente, e aí foi criando. Aí, pegou a coronel. Aí, passou a Prefeito, porque um tempo criou eleição. Tinha um irmão meu que ia mais na cidade.¹¹⁴

O entrevistado se refere, nesse trecho, ao período em que a cidade elegeu pela primeira vez um prefeito através do Sufrágio universal¹¹⁵, no ano de 1947. O prefeito Antônio Pedreira de Oliveira, da União Democrática Nacional (UDN), assumiu a prefeitura após as várias nomeações feitas pelo Governo do Estado, desde o ano de 1892. Ele também se recorda da presença do coronelismo, a partir do controle das atividades comerciais, em que as famílias dos coronéis eram mantidas pelo poder exercido sob a dependência e submissão em relação às propriedades privadas. (SOUZA, 2010).

Um dos entrevistados para a pesquisa de Silva (2018), o Mestre Donizete Lemos, relatou as relações de dependência e subordinação. As quais eram operadas sob a batuta do poder das famílias de maior poder aquisitivo em Vitória da Conquista, durante a década de 1950, que consequentemente exerciam poder político perante as demais:

[...] na época, o governador tinha os “fazendeiros”, os coronéis. Naquela época, eles falavam: ‘os coronéis de patente comprada’. Não é coronel que veio de soldado não. Tinha a patente de coronel só porque tinha poder sobre os pobres. Então meu pai perguntava para quem ele tinha que votar naquela época, perguntava para esse coronel. Esses caras antigos daqui, eles não tinham [...]. Eles só tinham dinheiro e poder porque o governador dava o poder para eles. Então eles mandavam na cidade. O soldado tinha que ser totalmente analfabeto, ficava ali pra proteger esses caras. Então se você matasse o cara e jogasse seu chapéu no quintal da casa de um cara desse, o soldado não encostava perto de você. O ato de jogar o chapéu mostrava que o cara já estava protegido pelo dono daquela casa. Eu vivi este tempo, eu era menino nesta

¹¹⁴ Ibidem.

¹¹⁵ De acordo com Nascimento (2013), o sufrágio universal é um princípio do Direito Eleitoral que rege o sistema eleitoral brasileiro, sendo um gênero que denota o direito, que garante apenas a participação do povo na política de determinada sociedade. Assim, seguem princípios do próprio Estado para garantir “uma democracia” e o “exercício da soberania popular”.

época. E meu pai dizia: “quando você ver esses caras, você ajoelhe e dá benção”. Capoeirista não pedia, mas quando chegava em casa o pau comia! Eu não aceitava nada! Chegavam lá em casa e diziam: “olha seu filho não pediu a benção não, viu?”. Já querendo comandar você. E era assim mesmo, era desse jeito (Mestre Donizete in: SILVA, 2018, p. 87).

O termo “coronel” era atribuído às pessoas que mantinham *status*, seja por meio do poder endogâmico das famílias de grandes fazendeiros, seja por meio do vínculo com a Guarda Nacional que exercia a função de polícia (MARTINS; DIAS, 2017). De acordo com Leal (1997), o coronelismo, mandonismo, falseamento do voto e a desorganização dos serviços públicos locais fizeram parte da estrutura política de outros municípios nesse período no Brasil.

O coronelismo, segundo Leal (1997), foi resultado da superposição de formas desenvolvidas do regime representativo a uma estrutura econômica e social inadequada. Para esse autor, é uma forma de manifestação do poder privado, coexistente com um regime político de extensa base representativa. Sendo também um compromisso, uma relação dual entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras (LEAL, 1997). Esse fenômeno se tornou vigente na Primeira República (1889-1930).

Em entrevista com Ruy Medeiros (2019), percebemos o quanto essa discussão gerou elementos de se pensar outra Vitória da Conquista. Sob a ótica da memória e perspectiva de desconstrução da história oficial centralizada no núcleo do município. Segundo ele, o termo “patente comprada”, discutido acima pelo Mestre Donizete, está associado aos sujeitos pertencentes à Guarda Nacional desde o Período Imperial e Republicano, afirmando que essa denominação

[...] não era usada apenas por ser um grande fazendeiro. E sim por ser um grande comerciante e pertencer à Guarda Nacional. Como a base econômica era agrária, aí geralmente pautava nos fazendeiros. Você teria aí, um batalhão da Guarda Nacional na época de “Feijó”, criada no período Regencial, e depois a Guarda Nacional Republicana, da época do Império. Aí, você teve aqui batalhões importantes. A base, por exemplo, da participação dessa região na luta pela independência foi à Guarda Nacional. Aqueles membros que comandavam aqueles batalhões que saiu daqui de Conquista eram integrantes da Guarda Nacional. Aliás, foram depois da Guarda Nacional. Eles vieram a participar da Guarda Nacional, na época da Regência.¹¹⁶

¹¹⁶ Entrevista do Prof^o. Dr. Ruy Hermann Araújo Medeiros concedida a Jonatan dos Santos Silva durante a aula da disciplina “Memória e Direito” “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 19 nov. 2019.

Na obra **História local e Memória**, Ruy Medeiros ainda destacou os escritos de Vitor Nunes Leal para falar da articulação do poder local, exercido pelos coronéis da região, extrapolando os limites delimitados na história local dos municípios do Sudoeste da Bahia. Para esse autor, o poder local, exercido pelos coronéis, vai além da delimitação geográfica. Ao representar o fortalecimento do mandonismo local, em Vitória da Conquista, sob as famílias que ficavam submissas a servirem aos mandos nessa relação de poder, vigente entre ambas as localidades, Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio.

Belarmino Souza (1999) também trouxe contribuições significativas nos estudos sobre o coronelismo em Vitória da Conquista. Para esse historiador, o poder coronelista surgiu na cidade de Vitória da Conquista a partir da chegada de João Gonçalves da Costa e, somente por volta do século XIX, outras famílias surgiram por toda a região. Esse autor utiliza as ideias de Darcy Ribeiro (1995) ao fazer referência às cidades no território brasileiro, levando em consideração a presença do coronelismo nas localidades onde se exerciam atividades de comércio com o setor produtivo.

Assim, é preciso levar em consideração o recorte teórico que Souza (1999) fez sobre as Vilas/Cidades, já que funcionavam como local de arrecadação de impostos, taxas de concessão de terras e transmissão de bens familiares. Como foi possível perceber nos relatos do Sr. Joaquim ao falar do seu traslado até a cidade e efetuar pagamentos de impostos. Dessa maneira, se levarmos em consideração que o município é reconhecido apenas em 1943, possivelmente, havia uma legitimação de bens que resultaria em conflitos, como aconteceu no caso das fazendas de Belo Campo.

Esse conflito resultou em derramamento de sangue ocorrido entre 22 familiares do Coronel Domingos Ferraz de Araújo, os quais disputaram propriedade de terras e o controle territorial. Fato que gerou silenciamento entre as famílias tradicionais e abastadas de Vitória da Conquista. Tão próximos dessa localidade, os quilombolas da Lagoa de Melquíades e Amâncio ainda seguiam as tradições orais pautadas no uso coletivo de terras. Distante do que as políticas republicanas determinaram como controle político, social e econômico, durante a invasão dos Bandeirantes e Coronéis a partir do “mandonismo” predominante na região.

A legislação vigente naquela época contribuiu para que o território tivesse se tornado propriedade privada dos atuais fazendeiros, já que eram criadas medidas para controlar a compra de terras possivelmente feita por “escravos libertos”. Conseqüentemente, Martins (1998) afirmou que esse sistema de “terra livre” no Brasil considerava o homem “cativo”. Esse termo era usado para designar o controle do trabalho como alternativa do sistema capitalista e, ao mesmo tempo, da apropriação sobre o produto gerado a partir da força de trabalho.

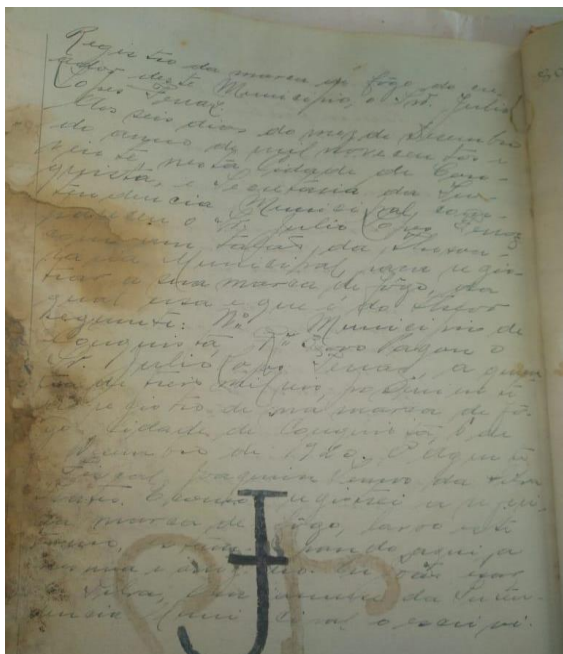
Para compreendermos como isso ocorreu nos territórios de Vitória da Conquista, recorremos aos estudos de Martins (1998) e Medeiros (2003). O primeiro afirmou que o levantamento e controle das propriedades privadas na Região Sudoeste da Bahia eram feitos pelas paróquias antes de 1850. Já o segundo disse que o período era marcado pelas supostas falsificações de títulos, em que alguns deles eram estabelecidos por critérios rigorosos e outros não. Esses dados nos levaram a compreender o processo de conflitos e disputas já existentes em Vitória da Conquista, a partir da expropriação dos habitantes indígenas do território. Os quais contribuíram para perpetuar a incidência da violência dos europeus sob os povos originários que referimos nesta pesquisa.

O conflito agrário na região é uma temática que ainda gera discussões no quilombo, tendo em vista que a demarcação das terras apropriadas pelos fazendeiros, no momento da compra, não correspondeu ao tamanho em que foi vendido. Para entendermos isso, levamos em consideração que a oralidade também foi uma prática relevante para garantir uma relação de confiança e legitimidade, diferentemente do que ocorreu nas sociedades ocidentais.

Sobre isso, o Sr. Joaquim, falou sobre terras cedidas pelo proprietário da fazenda que ele tomava conta. Percebemos que os discursos em torno da propriedade de terras e as heranças deixadas pelos antigos donos contribuíram para fazer emergir uma questão que ainda paira entre as denúncias atuais feitas pelos quilombolas: Se os pais e avôs do Sr. Joaquim eram donos legítimos das terras, que foram posteriormente compradas pelo fazendeiro que o tornou empregado, os 3 hectares cedidos a ele não estavam sendo devolvidos enquanto reparação das terras apropriadas a mais, em outrora?

Tendo isso em vista, as análises dos relatos dos entrevistados nos ajudaram a buscar os livros de **Marca de ferro e fogo**, documento oficial presente no Arquivo público municipal de Vitória da Conquista. Neles, constam as “marcas de fogo” das famílias de fazendeiros que registraram seus nomes nos pagamentos de impostos referentes à criação de gado das suas propriedades. Esse tipo de registro foi discutido nos trabalhos de Gustavo Barroso (1912), na obra **Terra do sol**, e nos trabalhos de Ariano Suassuna, os quais mostraram o “ferro e fogo” como símbolos do poder exercido pelos fazendeiros no sertão. Essa era uma prática comum no Brasil, desde o século XVIII, através dos colonizadores portugueses no processo de implantação da ideia de “propriedade privada, domínio e posse”. Dessa maneira, o sentido e significado trazidos pelos escritores se atualizam na própria história oficial de Vitória da Conquista, quando analisamos esses registros documentais e percebemos que eles nos revelaram a relação de poder existente em outrora na região de Vitória da Conquista.

Figura 18: Livro de “Marca de fogo” do final do século XIX e início do século XX



Fonte: Arquivo Público Municipal de Vitória da Conquista.

Esse documento faz parte do livro de registros das **Marcas de Fogo** das fazendas da região Sudoeste. A figura 18 mostra a descrição e o registro da “marca de fogo”, no fim da página, do Sr. Júlio Lopes Ferraz e, ao final, uma junção de duas letras, respectivamente com as iniciais do nome Júlio e o sobrenome Ferraz, formando o símbolo “JF”. Embora as letras estivessem escritas a lápis, e de não serem facilmente passíveis de interpretação devido à ação do tempo sob a degradação do material, conseguimos identificar parte dos escritos através da caligrafia do relator, onde se escreve:

Registro da Marca de fogo do morador deste Município, o Int. Júlio Lopes Ferraz. Aos seis dias do mês de setembro do ano de mil novecentos e vinte, nesta cidade de Conquista, e secretaria da Jurisprudência municipal, compareceu o Ins. Júlio Lopes Ferraz com um talão da (ilegível) municipal para registrar a sua marca de fogo da qual usa e que é do (ilegível) seguinte: No município de Conquista (ilegível) pagou o Júlio Lopes Ferraz a quantia de três mil reis para o registro de marca de fogo na cidade de Conquista, 6 de setembro de 1920 ao agente de (ilegível) Joaquim Lima da Silva, reconheço, registrei a seguinte marca de fogo, lavro este registro [...]

Em contrapartida, os animais eram “ferrados” em altas temperaturas para marcar, indelevelmente, símbolos em forma de desenhos ou letras que representassem as famílias detentoras do poder endogâmico da região e indicar o proprietário de tal “patrimônio”. Para além do sentido de posse, essa demarcação deletéria impregnada nos animais representava,

geograficamente, a localidade em que esses proprietários possuíam as suas terras. Todavia, uma das estratégias dos fazendeiros foi garantir que a memória coletiva da comunidade fosse construída a partir da lembrança de uma comunidade rural em que suas terras foram negociadas. Com isso, entendemos que essa forma desonesta garantiu que eles continuassem omitindo a informação de que nunca deixaram de ser os legítimos donos das terras quilombolas, fato que já se encontrava nos documentos oficiais há décadas.

Assim, buscamos os rastros dos antigos proprietários das fazendas locais e da região, através das descrições manuais registradas nos símbolos que representavam as respectivas famílias tradicionais que mantinham a posse legal das antigas fazendas. Para isso, analisamos os registros dos proprietários das terras dos territórios em torno da comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio no Arquivo público municipal. Tais fontes documentais nos revelaram a família Ferraz como proprietária da maioria das terras por volta do final do século XIX e das primeiras décadas do século XX.

O “ouvi dizer” tornou-se também uma memória coletiva, quando as pessoas das comunidades alegavam ter conhecido fatos envolvendo a manutenção das memórias do passado. Por outro lado, havia uma memória silenciada e manipulada pelos fundiários, já que oficialmente as terras possuíam proprietários legais, ao passo que a comunidade não detinha essas informações e ocasionaria o aumento inconsequente das disputas e conflitos de terras. Dessa maneira, a memória dos moradores das comunidades sobre o pertencimento das terras às suas famílias revela o distanciamento entre o que foi dito e o que de fato aparece nos documentos oficiais.

Dessa forma, longe de qualquer reparação, houve uma tentativa de silenciamento por parte dos fazendeiros. A fim de manter a imagem de “benfeitor”, para não possibilitar futuras reivindicações de terras, ao alienar e silenciar os discursos não ditos ao longo da história deixada pelos antigos. Se ele cedeu as terras para a família, a expectativa do “benfeitor” foi de causar boa impressão ao tentar ser “bonzinho”. Contudo, essa forma de devolução, através da venda com menor custo, aponta caminhos para pensarmos que, possivelmente, o proprietário obtinha o interesse de silenciar os atuais quilombolas, perante uma dívida histórica gerada nessa relação de trabalho.

O entendimento sobre dever de memória opera como cobrança de uma dívida, neste caso feita pelos descendentes. A história oral contribui para que os sujeitos alcancem as fontes de oralidade, ao vincular os relatos perdidos no tempo e reconstruir materialmente leituras que antes não foram possíveis de serem analisadas. A memória de alienação e silenciamento performados nas entrelinhas do discurso do patrão como redentor, perpetua a ideia de

propriedade privada e desconstrói o processo de vínculo histórico das comunidades a serem vistas como quilombolas. Assim, a história oficial mistifica a memória oral e legitima a propriedade privada como parte material da constituição da comunidade, oficializando a memória do explorador ao invés do explorado. Dessa forma, o silenciamento impediria o processo de reivindicação e garantiria os privilégios dos filhos dos fazendeiros e a manutenção da mão de obra dos que precisam sobreviver na comunidade.

Em entrevista com Josemberg Mendes, um dos líderes da comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio, citou a inclusão da sua comunidade em meio às terras devolutas, de acordo informações cedidas pelo MST ao entrevistado. Assim, a discussão sobre as terras que envolvem a comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio abrange narrativas a respeito de terras públicas que não tiveram destinação encaminhada pelo Poder Público. Por isso, elas não “integraram o patrimônio de um particular, ainda que estejam irregularmente sob sua posse”¹¹⁷. Assim, há um impasse em meio essas narrativas ao levarem em consideração que as mesmas terras podem ser devolvidas ao Estado, prejudicando a vida de “trabalhadores, índios [indígenas], quilombolas, pescadores, produtores de subsistência, ou qualquer outro sem o beneplácito do Estado” (SOUZA FILHO *apud* MILANO, 2011, p. 56). Colocando-os no lugar de ilegalidade, ao permitir a remoção dos “ocupantes” em favor dos que conseguissem adquirir formalmente a concessão da terra¹¹⁸.

As pesquisas de Miranda (2011) sobre “terras devolutas” no Brasil e os instrumentos legais de posse e bens mostram que é uma questão iniciada, a partir da Lei de terras de 1850, decorrente do sistema colonial entre os anos de 1500-1822. Após essa lei, o sistema econômico do agropastoril intensificou as disputas por posse e as discussões sobre “terras devolutas”¹¹⁹, do ponto de vista judicial, no intuito de direcionar como as terras devem ser utilizadas. Atualmente, o Estado da Bahia assinou o Decreto Estadual nº 19.157/2019¹²⁰, regulamentando o reconhecimento de terras em 67 municípios perante a malha fundiária. De acordo com a Secretaria de Relações Institucionais (SERIN),

¹¹⁷ O que são Terras Devolutas. Dicionário Ambiental. ((o))eco, Rio de Janeiro, ago. 2013. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/dicionario-ambiental/27510-o-que-sao-terras-devolutas/>. Acesso em: 14 jul. 2021.

¹¹⁸ Este autor supracitado ainda mostra que essas ocupações sofriam punições mais severas, como o despejo, perda de benfeitorias, multas, decreto de prisão etc. BRASIL. Lei n.º 601 de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

¹¹⁹ Ver o conceito de terras devolutas em: SILVA, Lígia Osório. Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850. 2ª ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2008. p. 151.

¹²⁰ É possível verificar este decreto no sistema de publicação de conteúdo do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia, no Provimento Conjunto CGJ/CCI N° 03/2020. Disponível em: <http://www7.tjba.jus.br/secao/lerPublicacao.wsp?tmp. mostrarDiv=sim&tmp. id=23871&tmp. secao=28> aceso em: 14 de jul. de 2021.

O documento estimula os mecanismos de Regulação pelo Estado, uma vez que a Coordenação de Desenvolvimento Agrário (CDA), vinculada à Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR), enfocará as atividades de validação e fiscalização dos trabalhos de campo a serem realizados pelo poder público municipal¹²¹.

No entanto, o município de Vitória da Conquista não foi contemplado pela iniciativa do Estado. Esses dados nos ajudaram a pensar sobre o fato das fazendas pertencerem à família Ferraz logo no início do século XX, reafirmando a informação de que as famílias não têm conhecimento dos verdadeiros donos das terras que habitam. As tentativas de silenciamento vão se oficializando, na medida em que os documentos apontam contradições incapazes de serem reveladas por si sós. Quando não são debatidas por meio de estudos científicos que levantem questões pertinentes relacionadas ao protagonismo dessas comunidades tradicionais frente à existência delas como integrantes do núcleo do município.

As falas dos entrevistados rememoram contextos históricos vinculados às ações influenciadas. A memória individual de cada um deles exerceu responsabilidade direta na constituição da memória social acerca das comunidades. O proprietário da fazenda aumentou gradativamente os seus bens e manteve essa relação de exploração percebida por mais de três gerações na família de sobrenome “Jermano da Silva”. Assim, ao analisar a narrativa feita pelo Sr. Joaquim, após a sua entrevista, Tiago França destacou a importância de ter recordado das memórias de trabalho durante suas vivências na comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio. Já que essas memórias se atualizam através de famílias que ainda vivenciam relações trabalhistas semelhantes às que foram relatadas:

[...] lembrando o trabalho de Sr. Joaquim, quando ele fala que trabalhou com o patrão que ele construiu a roça do café. Eu conhecia a roça de café do cara, que o senhor que foi patrão dele. Era uma roça muito grande e tal, e que ele construiu tudo, e que ele trabalhou muito tempo. E ele falava que ele cuidava de todo o café da secagem, e que ia beneficiar e ensacar. Aí, você percebe o quanto que o patrão cresceu à custa do trabalho dele, braçal dele. Eu tive a oportunidade de conhecer, trabalhar ainda pegando o café na roça do senhor que foi o patrão dele. Mas aí, já não era mais ele, era outros lá, mas a roça toda. O tamanho que Sr. Joaquim construiu desde o plantio do café que ele fez, aí cê percebe o quanto que o patrão acumulou em cima do trabalho dele.¹²²

¹²¹ Disponível em: <http://www.serin.ba.gov.br/2019/08/1459/Bahia-assina-decreto-que-regulamenta-reconhecimento-de-terras-devolutas.html> Acesso em: 14 jul. 2021

¹²² Entrevista de Tiago França da Silva concedida à Jonatan dos Santos Silva na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 24 nov. 2019. 90 min.

As fazendas, como locais de produção da exploração de trabalho, mostraram-se como lugares onde as famílias ficavam submetidas ao poder dos donos das fazendas. Outro fato interessante a ser dito foi a condição de moradia dada ao Sr. Joaquim quando se casou. O proprietário da fazenda cedeu uma casa à sua família, em troca da mão de obra do casal. Ao tocar nesse ponto, durante a conversa, sua filha intermediou a narrativa, ao explicar que as terras, situadas no território onde atualmente eles moram, passaram a ser do seu pai somente a partir de 35 anos, meados da década de 1980. Já que conseguiram comprar e pagar as prestações, de acordo com as condições que tinham.

Os relatos do Sr. Damião evidenciam que uma parte da história contada por ele também mostrou os momentos de silenciamentos, ao tratar da exploração dos donos de uma das fazendas nas quais trabalhou. Durante seus relatos, ele reconheceu que os fazendeiros mantiveram suas produções materiais a partir da relação de escravidão. Ao refletirmos sobre a exploração da mão de obra que se deu em torno da sua trajetória, reportamos às palavras do Pollak (1989, p. 4) “[...] o silêncio tem razões bastante complexas. Para poder relatar seus sofrimentos, uma pessoa precisa antes de mais nada encontrar uma escuta”.

Longe de tentar promover qualquer tentativa de esquecimento em relação às suas memórias de sobrevivência por meio do trabalho, o Sr. Damião frisou, em seus relatos, suas vivências ligadas à sua chegada na comunidade. Antes de se estabelecer na atual localidade em que vive, ele contou que o trabalho árduo nas fazendas da região trazia relações com esse contexto de exploração, de negação ao acesso à educação e aos direitos não revogados, como ele nos relata:

[...] depois um tempo, mandava matar um boi pra nós não sair da fazenda, porque nós deu um boi pra eles, já tá bom demais. E a fazendeira lá, os menino só vai aprender a assinar o nome, porque se não fica sabido demais, e ficava mesmo, nós devia ter cobrado nossos direitos. [...] Pois é, a gente já tinha nossos direitos. A gente procurasse os direitos, fazia o trabalho pra fulano e nada. E já tinha algum direito já.¹²³

É possível perceber que essa relação de exploração apontou indícios de trabalhos subservientes, abrangendo a participação das crianças no trabalho infantil, refletindo sobre a necessidade de subsistência, a partir da força de trabalho oferecida por todos os integrantes da comunidade. Em outras palavras, ao fazer alusão ao modelo escravagista, vivenciado pelo povo negro trazido à força para o Brasil, o Sr. Damião falou sobre seu ressentimento ao se lembrar

¹²³ Entrevista do Sr. Damião Arifa dos Santos concedida à Jonatan dos Santos Silva na Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 03 out. 2020.

que as pessoas poderiam reivindicar seus direitos, mesmo estando submissas às formas de opressão dos fazendeiros.

As denúncias do Sr. Damião mostraram o quanto a história oral contribui neste estudo para que novos contornos históricos sejam tracejados pelas novas gerações. Uma vez que ele continua sua luta contra as precárias condições de trabalho ainda hoje vigentes na comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio. Seus relatos de vivências continuam contribuindo para que a história não se repita tal qual ocorreu no passado. Como nos lembra Paul Ricouer (2007), ao afirmar que a memória se preserva no tempo, cabendo a história guardar os rastros da dívida em relação às vítimas - que nesse caso foram os trabalhadores da comunidade.

Dessa maneira, o poder exercido pelos fazendeiros carregava a imposição aos quilombolas para que se mostrassem disponíveis para atenderem à demanda exigida pela cidade, a qual se desenvolvia por meio da exploração e especulação de terras na Região Sudoeste. Como Souza e Santos (2007) nos mostram, ao apresentarem a dinâmica do “desenvolvimento” pós-governo de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, para o aumento da produção e cultivo do café e, sobretudo, garantir a reprodução e expansão do capitalismo. Para esses autores, isso garantiu investimentos na região Sudoeste da Bahia com aberturas de rodovias, com o objetivo de manter uma melhor comunicação entre as regiões do país.

Ruy Medeiros (2019) nos explica que essa valorização das terras fez com que os pequenos proprietários vendessem, subdividissem ou concentrassem as suas glebas. Resultando no processo de expulsão e desalojamento das famílias que se tornaram agregadas nos trabalhos com a terra. Assim, especulamos que esse processo, pautado nos interesses econômicos dos latifundiários da região, fez despertar o interesse em se deslocarem para a comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio. No intuito de comprar as terras da região dos herdeiros e fundadores da comunidade de forma desvalorizada ou, na maioria das vezes, desonestamente, já que a comunidade ainda não se reconhecia quilombola.

O Sr. Damião acredita que as consequências pelas quais a maioria das pessoas carregaram no atual contexto histórico da comunidade, devido terem vendido as terras para os fazendeiros, apresentam-se como reflexo do aumento dos problemas em relação ao desmatamento, escassez de alimento e diminuição do território quilombola. De acordo com o Sr. Damião,

[...] o fazendeiro já vem com aquele pensamento do grande, que é ter uma área pra plantação e para gado. E se a gente for pegar as áreas que o pessoal quer vender são as áreas produtivas da comunidade. Então você vende o que você tem pra produzir, pra um fazendeiro que só quer criar gado, desmatar e causar

mais dano pra mais pessoas da comunidade. E aí, fica sem produzir. E a comunidade diminui de tamanho.¹²⁴

O pensamento autoritário, advindo do poder local sob as famílias oriundas de comunidades tradicionais, impediu que o território fosse protegido da ação dos fazendeiros. Essas mazelas, de acordo com os entrevistados, faziam parte dos desejos e objetivos dos fazendeiros monocultores para manter a relação de exploração e lucro. Reivindicar esses direitos, atualmente, é ressignificar a ideia de reparação, colocada no campo do dever de memória e de justiça, para que as vítimas desse processo histórico não sejam esquecidas.

Para Ricouer (2007), havia um contínuo de dois polos, em que o excesso de memória se situava em um lado e o excesso de esquecimento do outro¹²⁵. Os estudos ricouerianos sobre a esfera de uma memória manipulada apontam a perpetração contra a capacidade da memória de se dar na esfera ético-política, característica de um abuso de memória. Assim, as situações decorrentes de traumas vividos na história projetam a memória do que será seguido no futuro, alimentando a ideia de justiça para com os que antecederam e se tornaram vítimas da história, tendo a memória, o dever de ressarcimento. Porém, Ricouer (2007) questionou a ideia de dívida, caso ela seja legitimadora de certas manipulações da memória, pois

[...] não se trata mais, obviamente, de manipulações no sentido delimitado pela relação ideológica do discurso com o poder, mas, de modo mais sutil, no sentido de uma direção de consciência que, ela mesma, se proclama porta-voz da demanda de justiça das vítimas. É essa captação da palavra muda das vítimas que faz o uso se transformar em abuso. (RICOEUR, 2007, p. 102).

Cuidadosamente, Paul Ricouer ilustra a noção de abusos a partir da ideia de justiça, entendida como memória reivindicativa. O dever de memória parte do campo dos estudos desse intelectual, presidindo as possibilidades de evocar o passado que pouco tem atravessado os discursos dos indivíduos no atual patamar da sociedade. Reivindicar a memória significa a luta contra os seus abusos, já que “o exercício da memória é o seu uso; ora, o uso comporta a possibilidade do abuso” (RICOUER, 2000, p. 72). Ela deve ser fidedigna ao passado para “combater os abusos de um desejo de manipulação desde as coletividades até a interioridade” (QUADROS, 2016, p. 65).

¹²⁴ Entrevista de Damião Arifa dos Santos concedida à Jonatan dos Santos Silva na Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 03 out. 2020. 120 min.

¹²⁵ Ricoeur, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris, Le Seuil, 2000

As condições de sobrevivência estavam aliadas à busca de melhores condições de vida a partir da luta pela terra. Como se evidencia em um dos trechos da entrevista em que houve um diálogo entre o entrevistador e o Sr. Damião sobre a chegada de sua família no território:

- Entrevistador: Depois que o senhor chegou aqui, mudou pra cá, começou a plantar?

- Sr. Damião: Comecei fazer as rocinha, porque quando nós saímos de lá, nós já tinha começado a fazer a rocinha lá em cima, aí nós viemos. Eu de dia trabalhava na roça, e de noite trabalhava na casa, fazendo adubo, batendo os pé, pra fazer adubo. Exatamente essa casa (aponta em direção a sua atual casa);

-Entrevistador: Quando o senhor estava na fazenda, o senhor ganhava o que? Eles te pagavam certinho?

- Sr. Damião: Não, a sabedoria deles era assim. Eles tinha um curral. Aí, dava umas vacas pro meu pai tirar o leite. Meu pai sabia tirar leite. Nós tudo “mulecotin” não sabia. Aí, mandava tirar o leite pra fazer requeijão pra vender, pra comprar uma coisa na feira. O que ele ganhava lá era uma mixaria. Vou contar umas coisa e tem hora que o coração da gente dói.

-Entrevistador: Os fazendeiros ficaram na terra? Morreram?

-Sr. Damião: Sabe o que que fizeram? O fazendeiro já tinha muita conta no banco. Vendeu a terra pro INCRA. A terra ali não foi ocupada, foi vendida. Vendeu pra os “sem terra”.¹²⁶

Nesse diálogo, constata-se como os fazendeiros submeteram os quilombolas em um vínculo de dependência e exploração. Um trabalho degradante, caracterizado, segundo a legislação brasileira, como “trabalho análogo à escravidão”. (BRASIL, 1940)¹²⁷. Distante da concepção de trabalho tradicional quilombola de coletividade, tanto na produção como no uso coletivo das terras. Por outro lado, é comum observar, em Lagoa de Melquíades e Amâncio, a execução de trabalhos no formato de mutirão quando da necessidade de resolução de problemas comunitários.

É fundamental a concepção de apagamento de rastros nos estudos de Paul Ricoeur. São pontuações que apareceram nas entrevistas como experiência pessoal e coletiva que vão se esgarçando, quando contadas durante os relatos dos entrevistados, ao permitirem que a história não se perca por completo. Em outras palavras, a condição de rememorar os fatos do passado permitiu que a condição dos rastros fosse contada e vivida. O rastro pode ser escrito, documental e psíquico, sendo essa produção um exemplo material de rastro escrito pautada em uma produção historiográfica.

¹²⁶ Entrevista de Damião Arifa dos Santos concedida à Jonatan dos Santos Silva na Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 03 out. 2020. 120 min.

¹²⁷ O trabalho análogo à escravidão ainda é definido pela Organização Internacional do Trabalho (OIT, 2010), como modalidade de trabalho forçado.

Figura 19: Trabalho coletivo e agricultura familiar



Fonte: Acervo do Quilombo Lagoa de Melquíades e Amâncio (2021).

Faz uma reflexão sobre o mundo do trabalho a partir desta imagem. Aqui temos trabalhadores na roça em uma experiência com o mutirão, a grande solidariedade de utilizar a terra do outro para que frutifiquem, havendo uma relação tênue entre o lazer e o trabalho nesta prática cotidiana. É um ato de celebrar, confraternizar, tudo após o trabalho. Ao mesmo tempo que o corpo sofre dispositivo de poder, cria força para diminuir as consequências que o corpo sofre a partir da demanda de trabalho, através dos cantos, ritmos, danças. Eles vão para além de viver o corpo produtivo para a sobrevivência comunitária.

Na ausência dos fazendeiros, o modelo de trabalho é o comunitário, uma forma de organização coletiva que em muito se diferencia da forma utilizada pelos proprietários de terra da região. Os quilombolas são novamente submetidos a formas de trabalho precário e subalterno, desprovidos de quaisquer direitos trabalhistas. Uma realidade que se confronta com suas concepções de relacionamentos com a natureza e o uso da terra. Com isso, geram conflitos não somente do ponto de vista das leis que regem as relações trabalhistas e questões humanitárias, mas também, conflitos internos exemplificados na fala do Sr. Damião por meio da “dor”, ao ter consciência da exploração e a negação de sua condição humana. Uma consciência que traz à tona uma memória dolorosa que, no entanto, não se configura em ação concreta, dada a ausência de conhecimento a respeito dos caminhos legais para isso.

Diante desse contexto conflituoso, relacionado à posse de terras, Lagoa de Melquíades e Amâncio tem enfrentado conflitos relacionados à apropriação das suas terras pelos fazendeiros. Os registros de parte desses conflitos apareceram em uma pesquisa feita por Joctan Moreira Viana, em 2017, sobre as Geotecnologias Aplicadas em Territórios em disputa, a qual registrou os problemas de delimitação de territórios do quilombo. As bases vetoriais e as imagens de satélites, em seu estudo, mostraram que as demarcações atuais são deficientes, devido à falta de reconhecimento do território como quilombola e do desconhecimento do

mapeamento do território a ser registrado, de acordo com os critérios exigidos no decreto de nº 4.887/03. Para Viana (2017, p. 3),

[...] a ideia inicial é a autodemarcação do perímetro da comunidade quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio, uma vez que o domínio da terra sempre foi conflituoso, marcado pela resistência histórica daqueles que se uniam para defender seu território, desde os Indígenas, que enfrentaram os colonizadores, aos grupos formados por negros fugidos nos quilombos. Convém destacar que, embora apareçam os topônimos ‘Lagoa de Melquíades e Amâncio’ a comunidade local, por consenso, adotou uma única comunidade denominada território quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio.

Demarcar as terras significa representatividade em torno da identidade coletiva no processo de resistência ao sistema escravagista, consolidado historicamente no Brasil. O qual tem a pauta étnico-racial como “presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003). Por isso, concordamos com Viana (2017), no sentido de que os conflitos perduraram até os dias atuais, conforme seus registros sobre as lutas existentes entre a comunidade e os proprietários das fazendas de eucalipto, pois

[...] tendo em vista que são raras as comunidades tradicionais que possuem ciência de seu real território, o problema da delimitação da comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio mostra-se recorrente, uma vez que não se sabe quando e como iniciou a perda do seu território, que hoje confrontam com fazendeiros e grandes empresas de eucalipto. (VIANA, 2017, p. 3).

Assim, o estudo de Viana (2017) também contribuiu no âmbito da comunidade no sentido de levar conhecimentos sobre as geotecnologias para demarcações do território quilombola. A fim de ser possivelmente reconhecida perante os trâmites legais e os conflitos de interesses decorrentes das disputas por território.

Em contrapartida, esse problema relacionado à demarcação de terras também transpareceu nos relatos do Sr. Joaquim. Já que ele não percebeu a memória de apropriação dos fazendeiros sob as suas terras durante uma negociação realizada entre eles. Pelo contrário, ele demonstrou gratidão ao fazendeiro por ter negociado e/ou ter “feito a troca” que envolvia suas terras, sem ter tido conhecimento prévio de que estavam tratando da venda das terras dos seus próprios ancestrais.

A conquista do direito à compra veio somente através dos trabalhos árduos exercidos por sua família nessa fazenda. Já que foram cedidos 3 (três) hectares a ele, onde impuseram a condição de “merecimento” pelos cuidados desempenhados ao longo dos anos, como um trabalhador contratado. Com isso, ficamos intrigados com o fato de ter existido a gratificação

justa daqueles que, indiretamente, alimentavam a cidade com a mão de obra, onde aumentaram gradativamente as riquezas dos “apropriadores” de terras.

Esses acontecimentos nos chamaram a atenção, após o entrevistado ter relatado outros fatos interessantes, que emergiram a partir de disputas ocorridas na comunidade, durante a formação das primeiras famílias constituídas através de Melquíades e Amâncio. O Sr. Joaquim nos contou que os dois fundadores herdaram as terras pertencentes ao entorno da comunidade, que, porventura, foram vendidas e apropriadas posteriormente por fazendeiros que burlaram a métrica específica durante a compra do território. Isso fez com que os seus descendentes perdessem espaço e, conseqüentemente, o direito à terra. Assim, a forma como as terras eram divididas entre os dois irmãos ainda é latente na memória do Sr. Joaquim, embora as terras tivessem deixado de pertencer às heranças da família “Jermano da Silva”.

As propriedades da comunidade quilombola em questão eram divididas em dois lados: o de Melquíades e o de Amâncio. Esse lugar de pertencimento dos lados opostos também dividia, ideologicamente, as famílias por meio do alcance visual que tinham através de um ponto de referência. O qual simbolizou o marco da divisão da propriedade territorial dos dois irmãos. Onde atualmente está localizada uma plantação de eucalipto e uma estrada que liga as comunidades Lagoa de Melquíades e Amâncio e Lamarão, sendo que o lado direito foi herdado pelos descendentes de um, e o esquerdo, de outro. Todavia, ao pertencer ao lado de Melquíades, o entrevistado nos contou que a divisão dos lados apontava conflitos entre as famílias pertencentes aos lados diferentes, entre eles, a má distribuição de terras e as disputas de territórios iniciadas desde quando os dois irmãos compartilharam as terras que caberiam a cada um deles.

Essa discussão, portanto, trouxe possibilidades para que as novas gerações pudessem refletir sobre as perguntas de como os fazendeiros se apropriaram das terras as quais pertenciam aos seus antepassados. Atualmente, neste cenário da luta pela terra entra um importante instrumento que é o Decreto Nº 4.887/03 e o processo de identificação e a autodeclaração de identidade quilombola.

Em contrapartida, a criação de outras leis trouxe conseqüências para os povos tradicionais, por terem sido concebidas pelos grupos sociais que tinham interesse em dificultar o acesso à terra. Esse passado do Brasil deixou marcas sociais que afetam, especialmente, aos povos tradicionais que operam uma lógica distanciada da ideia de terra/mercadoria, observadas as características e condições históricas de cada época. Revisitar essa discussão é uma tentativa de revisitar a história e contar a história local sob o ponto de vista “dos de baixo”. Tendo em

vista, a construção, enfrentamento ou superação de ideologias no decorrer da história (POLLAK, 1992).

O sofrimento, a luta e a exploração, contudo, foram temáticas previstas nas falas dos narradores das comunidades. A realidade fundiária desses espaços de resistência envolve, portanto, o interesse dos dominantes (fazendeiros) em ampliar seus latifúndios, em que a prática de comprar terras em menores custos tornou-se comum. Isso também proporcionou que os latifundiários garantissem a mão de obra durante o cultivo do café e do eucalipto em suas fazendas. Seus interesses em se apropriar dos lugares devolutos são percebidos quando observamos as fronteiras que separam quilombos e fazendas de eucalipto, próximos a lugares desabitados. Em consequência disso, os lucros dos proprietários de terra aumentaram gradativamente. Uma vez que o entendimento dominante de ser quilombola é ainda entendido, segundo Silva (1996), como reminiscência do passado escravocrata a ser esquecido, devido ao grupo estar fadado ao desaparecimento ou continuar no plano da inexistência e invisibilidade.

Analisar o modo de vida do povo quilombola, a partir da categoria “trabalho análogo à escravidão”, permite-nos estabelecer uma aproximação entre a realidade vivida em Lagoa de Melquíades e Amâncio e os estudos desenvolvidos por Gonçalves e Macedo (2019). Já que esses autores trouxeram dados importantes sobre a situação de moradores de comunidades quilombolas, nos municípios mineiros, nos quais também se verificou a presença de contextos de trabalho análogo à escravidão em plenos anos 2000. No intuito de direcionar as ações de gestão do poder público rumo ao combate de aliciamento da população quilombola, vulneráveis às péssimas condições socioeconômicas.

Assim, este tópico tratou de discutir questões agrárias e as memórias-denúncia em comunidades quilombolas do município de Vitória da Conquista. Portanto, elas estão sujeitas a evocarem discussões semelhantes no próximo subtópico, já que essas temáticas atravessam o modo de vida das pessoas e afetam diretamente a maneira como produzem seus meios de sobrevivência e são aceitas no núcleo urbano.

3.2.1 A Lagoa de Melquíades e Amâncio e a memória-denúncia de conflitos étnico-raciais

A relação estabelecida entre as comunidades quilombolas Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio com o núcleo urbano tem sido marcada pelas ações do racismo estrutural e institucional. O qual desencadeia a limitação de acesso desses grupos a desfrutarem dos direitos concebidos, na maioria das vezes, às classes hegemônicas pertencentes ao núcleo urbano. As situações de desigualdades raciais aparecem nessa relação como consequência de

um conjunto de ações de um método, que hierarquiza e invisibiliza as comunidades. Dessa forma, quando as denúncias chegam aos devidos órgãos institucionais, nem sempre são acatadas e acolhidas pelo poder público. Principalmente, quando esses grupos minoritários não têm acesso aos conhecimentos necessários para se colocarem na sociedade em termos de igualdade.

Observamos que essas comunidades enfrentam as chamadas megacorporações socioambientais que provocam violações, gerando conflitos socioambientais (produção de eucalipto, mineração, agronegócio) e Racismo Institucional que provoca violações de discriminação racial através de instituições públicas ou privadas (CONAQ, 2018). Dessa forma, tem-se no racismo o elemento estrutural das violências sofridas pelos negros e indígenas no Brasil que perpassa a negação ao acesso pleno de direitos, inclusive à terra. Um sistema mantido e atualizado por uma “elite econômica e política, em sua maioria, comandada por homens brancos e descendentes de escravocratas, mantém um sistema de privilégios e riquezas que resulta da exploração do trabalho de negras e negros e do seu sistemático não acesso a políticas e recursos” (CONAQ, 2018, p. 19).

O entendimento acerca do racismo depende da estrutura social e institucional que ele sustenta. Ao condicionar os comportamentos e, conseqüentemente, a forma na qual os povos tradicionais vão perdendo a capacidade de autodefesa perante os ataques contidos no racismo estrutural. Foi a partir das lutas dos povos indígenas e quilombolas, que, atualmente, existem leis que protegem o meio ambiente, seja na criação de parques nacionais, reservas ambientais etc. Entretanto, apesar da memória social ser constituída nos espaços urbanos, ao se preocupar com a preservação do meio ambiente, as pessoas desconhecem a origem e as características dos povos que sustentam e protegem esses espaços.

Mediante as experiências dos entrevistados, podemos compreender os desfechos históricos desse processo histórico visualizando as tensões e conflitos colocados em evidência. Sendo assim, no trecho de um dos relatos do Sr. Damião, o qual intitulamos este subtópico, ele traz o reflexo do racismo que a comunidade enfrenta ao se deparar com o que ele denomina de “os outros” na cidade, por exemplo. De acordo com ele, o enfrentamento ao preconceito imposto diariamente àqueles que dependem do acesso ao espaço público da cidade tornou-se corriqueiro. Já que dependem diretamente da cidade para atender às demandas e necessidades não possíveis de serem sanadas na comunidade. Logo, as diferenças são percebidas perante os relatos da péssima recepção que a cidade oferece para as pessoas oriundas de comunidades tradicionais negras e indígenas. Fazendo emergir, entre eles, o sentimento de “aquilombar-se”, para se protegerem de situações tensas perante essas relações estabelecidas entre comunidade e cidade.

A ideia de aquilombamento foi utilizada, neste estudo, a partir da autora Lélia Gonzalez (1987), que parte dos resultados da sua militância como intelectual, negra, política, professora e antropóloga. Ela faz uma crítica aos lugares nos quais o negro é submetido ao reproduzir a *performance* de ocupar espaços de subordinação, enquanto os não negros assumem lugares de privilégio. Pois, segundo Gonzalez (1987, p. 41), “de um lado está o aspecto principal, o da produção dos lugares de classe e, do outro lado, o aspecto subordinado, o da reprodução dos atores e sua distribuição entre esses lugares”. Ela parte da discussão sobre o mito da democracia racial, demonstrando a determinação desses lugares pautados na condição de racialização (categorização das raças)¹²⁸, conforme o contexto sociopolítico e cultural.

O debate racial tornou-se uma bandeira de luta e resistência perante a memória socialmente construída sobre os povos tradicionais negros em Vitória da Conquista. Ao se referir a importância de ser quilombola, o Sr. Damião trouxe questões sobre a identidade étnico-racial, reportando à sua ancestralidade e lembrando momentos conflituosos de quando sua presença na sede do município revelou tensões, por meio de uma consciência avançada e sem tolerância com quem lhe oprime constantemente, que continuavam os colocando às margens:

A gente teve assim, um direito, porque quando a gente tinha essa discriminação por causa que a gente é negro. E eu tenho honra de ser negro, porque a minha mãe era mais clara um pouquinho, e meus tios era moreno. Mas eu tenho gente na família branco. E a gente considera não com discriminação, mas todo são irmão. [...] Um dia mesmo eu tava no banco, pra pegar um dinheiro. Nois tava no Sem Terra, tinha uma fila lá. Comecei a tirar o dinheiro no Banco do Nordeste. Aí, tinha um povo assim, olhava pra nós e depois o cara falou assim: “eu vou atender o pessoal aqui do Sem terra”. Aí, uma mulher que tava do lado falou assim: ‘por isso que tá esse fedor aqui!’. Aí, eu falei assim que: “o fedor tava saindo do corpo porque o pão que vem mais pra Vitória da Conquista é da mão dos trabalhador” (ele encenou a reação dela, como se ela tivesse “morrido”). A véia e o povo falou: “pra que você falou isso?”. E eu: “eu tenho medo?”. [risos]. E eu falei: “eu tenho razão, e minha razão é essa. O pão vem da mão do trabalhador fedorento. Vem pros bonitos daqui de Vitória da Conquista” [risos]. O cara falou lá: “pega outra fila”, a nossa é outra. Falei: “tu é besta, bobão”.¹²⁹

Para serem atendidos na sede do município, primeiramente, passam pelo crivo da racialização. Em que o processo de identificação do lugar de pertencimento, neste caso,

¹²⁸ A racialização é discutida desde a antiguidade, já que leva em consideração o processo de subalternização de grupos a partir das subjetividades entre seres humanos. O caráter biológico dado às espécies foram pesquisas e métodos desenvolvidos que hierarquizavam o ser humano a partir do tamanho do seu crânio, hereditariedade dos genes e fenótipos. Assim, as teorias racistas legitimaram os processos imperialistas e coloniais com interesses de exploração da mão de obra humana (IANNI, 1996).

¹²⁹ Entrevista de Damião Arifa dos Santos concedida à Jonatan dos Santos Silva na Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 03 out. 2020. 120 min.

pertencer ao “sem terra”, determinou o tipo de recepção e tratamento recebidos nas instituições públicas e privadas. Dessa maneira, a estratégia de rebater aos ataques nem sempre é seguida por outros quilombolas, pois a situação de constrangimento os paralisa, mediante o desconhecimento desses métodos praticados nesses lugares. Ao final, ainda se culpam por terem “provocado” o conflito ao se fazerem presentes nesses espaços.

Ao longo da história colonial e pós-colonial no Brasil, sem perder de vista que o Brasil foi construído com o trabalho dos povos negros em condição de escravização. Conseqüentemente, percebe-se a determinação dos lugares sociais, econômicos e políticos para que pessoas, como o entrevistado acima, ocupassem. O registro das práticas discriminatórias raciais é o reflexo do processo de inferiorização, as quais as populações negras permaneceram submetidas por meio da legalização do racismo estrutural. Responsável por impedi-los de terem acesso e direito “à terra, empréstimos bancários, sementes para o plantio, trabalho formal, educação, moradia digna entre outros e, às masculinidades negras, foi acrescida a criminalização dos seus corpos” (LINS, 2020, p. 78).

A racialização aparece enquanto categoria nos estudos de Almeida (2019, p. 32), apresentada de forma que se compreende as distinções entre “preconceito”, “racismo” e discriminação. Ele define racismo como:

[...] uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio das práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertençam.

Sobre o “preconceito racial”, esse autor afirma ser o juízo, com base em estereótipos a indivíduos de um determinado grupo racializado, que resulta ou não em discriminação. Em seguida, também descreve a discriminação racial como sendo a “atribuição de tratamento diferenciado a membros de grupos racialmente identificados” (ALMEIDA, 2019, p. 25). Dessa forma, seu principal dispositivo de poder se apresenta, caracterizadamente, por meio do repúdio ostensivo a indivíduos individualmente ou ao seu grupo de pertencimento.

O ataque sofrido pelo Sr. Damião caracteriza-se, de acordo com Moreira (2017), como discriminação direta, devido ter ocorrido uma situação de tratamento desvantajoso a ele, com intenção de discriminar. Assim, os comentários de Tiago França, a seguir, sobre as suas experiências de liderança, expõem a importância de ser quilombola e de continuar lutando pela formação identitária do grupo, avaliando e reforçando as sábias palavras ditas pelos anciões da comunidade, ao trazer os impactos do racismo impostos pelo medo, insegurança, discriminação

e preconceito. Essas características previstas em um grupo minoritário que, segundo Almeida (2019), é constantemente silenciado e oprimido, se reafirmam na fala de Tiago França sobre questões raciais que pairam na memória coletiva das pessoas na cidade quando se referem às comunidades tradicionais negras. Em suas palavras:

[...] tem pessoas, filhos bem próximos da descendência de Melquíades e Amâncio, que não se aceita como quilombolas. A gente vê o preconceito, e o quanto isso é grande [...]. Porque assim, pra gente daqui, a gente que é negro e quilombola, pra gente chegar na cidade e se orgulhar disso, bater no peito e falar eu sou quilombola pra essa sociedade racista que a gente tem, muita gente não tem essa formação que nós vamos tendo. E aí, esse medo né, por medo prefere esconder, prefere dizer que não é pelo medo do preconceito que vai sofrer. E muitos pensam pelos filhos também, né? Porque uma coisa é a gente grande, né? Eu sei quando alguém é racista comigo, eu sei como me defender, mas uma criança não sabe, e isso pode ser um trauma pra uma criança. Tem todo um contexto. Acho que a sociedade racista que a gente tem, desde o passado, a gente tem essa opressão, então as pessoas ficam sem querer se assumir ter orgulho de ser quilombola, mas acho que é algo que a gente tem que enfrentar. Eu fico bem feliz quando vejo Seu Damião, um senhor igual ele falar que tem orgulho de ser quilombola, porque ele é de outra região, ele não é descendente de sangue Melquíades e Amâncio, ele casou com uma descendente, mas ele tem orgulho de ser quilombola.¹³⁰

Em meio a esse debate, o Sr. Damião também se opôs à falta de posicionamento das pessoas da comunidade perante o enfrentamento político em relação ao lugar que elas pertencem. A identidade étnica, para ele, é um ato de resistir contra o racismo advindo do olhar da cidade para com a comunidade e de obter uma consciência coletiva, formada a partir da vivência em grupo. Já que aqueles que se afastam do grupo vão deixando de compartilhar as lutas. Dessa forma, assumir a identidade quilombola remonta à ideia da busca de interesses coletivos mantidos pelas pessoas em todas as situações de opressão, para a sobrevivência e manutenção da vida em comunidade.

Quando o grupo sofre os impactos da discriminação, seja ela direta ou indireta, estará fadado, conforme Almeida (2019), à estratificação social. Sendo “um fenômeno intergeracional, em que o percurso de vida de todos os membros de um grupo social – o que inclui as chances de ascensão social, de reconhecimento e de sustento material – é afetado” (ALMEIDA, 2019, p. 33).

De acordo com os relatos dos entrevistados, a presença das pessoas da comunidade em ambientes institucionais da cidade causa, muitas vezes, intolerância e repúdio. Nesse contexto,

¹³⁰ Entrevista de Tiago França da Silva concedida à Jonatan dos Santos Silva na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 24 nov. 2019. 90 min.

ser quilombola representa o confronto de se dispor contra o imaginário social, carregado de preconceitos e conflitos relacionados à presença deles na própria cidade. Para contribuir no processo de superação dessa concessão, seus encontros casuais na Associação de Moradores da comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio são atravessados por discursos de formação quilombista.

O Sr. Damião se recordou novamente de outra situação que envolveu outra ida à sede do município, quando esteve presente em uma instituição que tratou de suas finanças no centro da cidade de Vitória da Conquista. Seu relato mostrou sua condição de ter ficado constrangido e, sobretudo, orgulhoso da forma em que enfrentou a situação de exclusão. Suas memórias de enfrentamento são constantemente alimentadas pelo discurso de disparidade entre quem integra a classe média alta do núcleo urbano e quem se coloca distante ou fora dela, principalmente, àqueles oriundos das comunidades tradicionais:

Um dia mermo, eu tava no banco lá (na cidade), no CEMAE, e tinha uns véi sentado junto de mim. Aí, falei assim: ih rapaz, meu Deus do céu. Por isso que gente sofre mais que a gente. O povo fala que a gente sofre. Mora dentro de Conquista, pega o carro, vai num canto. E eu ir pra zona rural? Pergunta onde eu moro, eu falo Lagoa de Melquides. E o cara faz assim: “Hum-hum-hum (gesto de desprezo), é lá que eu ouvi falar que mora os quilombola”. Eu falei: “é verdade”. Ele disse: “ó moço, fica pra lá, vai pegar seu carro pra lá, eu pra cá”. Isso é uma coisa que eu fiquei constrangido. Já pensou esse cara sozinho aí? Ele tinha me matado só porque eu falei que era do sem terra. Que situação é essa? Que preconceito é esse? A gente fica assim, é perigoso!¹³¹

Essa reação do Sr. Damião tornou-se o reflexo, naquele momento, do quanto a cidade se manteve alheia e silenciada, perante a existência e a importância das comunidades tradicionais negras na constituição da memória social, em relação à presença delas no núcleo urbano. Especificamente, o sistema de bancarização, conseqüentemente, mais uma vez, expõe as contradições de um espaço que, teoricamente, materializa a cidadania. Porém, pouco combate às práticas discriminatórias incutidas no processo de racialização.

O discurso de Seu Damião, perante sua defesa em prol da comunidade, reportou-nos ainda a trechos da obra do próprio Abdias do Nascimento (1980), em que sistematiza dezesseis (16) princípios e propósitos do quilombismo. Um deles se referiu ao “igualitarismo democrático quilombista”, o qual levou em consideração todas as expressões da vida em sociedade (sexo, religião, política, cultura, condição racial, situação econômica), a serem aplicadas em todas as

¹³¹ Entrevista de Damião Arifa dos Santos concedida à Jonatan dos Santos Silva na Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 03 out. 2020. 120 min.

instâncias sociais (instituições públicas e privadas). Dessa maneira, a ideia de igualitarismo foi questionada pelo Sr. Damião, mesmo que constantemente repreendida.

Com base em nossas fontes orais, o processo de estabelecimento do Sr. Damião na comunidade foi marcado pelo afrouxamento de uma política de afastamento dos povos tradicionais negros em suas relações estabelecidas com a cidade. Isso tornou-se evidente em outro trecho da entrevista do Sr. Damião, quando nos apresenta como a cidade retrai os discursos e intensifica as imposições que resultam no afastamento da comunidade, nessa lógica de pensarem sobre suas presenças no espaço urbano como espaço de “civildade”. Assim, o racismo, como parte do conjunto de ações do método excludente de ser cidade modernizada, reforçou, na memória social sobre as comunidades quilombolas, o imaginário de lugares não desejados por quem seguiu as tradições e costumes que se distanciaram dos privilégios usufruídos pelas pessoas não negras do município. Seu Damião completa:

[...] ouvia falar em Conquista. Eu fui conhecer Conquista eu já tinha casado, fui com meu sogro e minha esposa. Não conhecia conquista, nenhuma rua. Eu casei lá em Inhobim. De Inhobim, eu vim lá pra fazenda Lamarão. Eu não conhecia nenhuma rua. Sabia nem entrar, nem sair, tinha 21 anos. Conquista era pequenininha, mas pra mim né, era enorme. Eu fui pra conhecer e ajudar nisso, pegou um carro aí e fui, Aí, chegou lá. O povo daqui não tinha vontade de morar em Conquista não. Ia pra fazer compra e voltava pra cá.¹³²

Essa situação mostra que as comunidades dependem menos do núcleo urbano do que o contrário. Ainda que os direitos lhes são sucumbidos, os quilombolas cumprirem legalmente mais os seus deveres enquanto cidadãos, do que direitos acessados. Pois o fato de conseguirem efetuar o pagamento das suas dívidas mensalmente já demonstra uma atitude satisfatória entre os quilombolas mais idosos. Dessa forma, cumprir com tais obrigações significa, para Seu Damião, a garantia de “ser cidadão”, e sobretudo, de não estar em dívida com o Estado.

Essa ideia de lugar de civildade se aproxima do conceito de barbárie discutido por Adorno (2000). Já que, para ele, o estado de civilização do mais alto desenvolvimento tecnológico colocou as pessoas no lugar de atraso, de um modo peculiarmente disforme em relação à sua própria civilização. Em outras palavras, a cidade simbolizava o espaço civilizatório para quem detinha o direito de estar nela, enquanto a vida em comunidade representava, nessa lógica, o atraso perante o processo civilizador.

¹³² Entrevista de Damião Arifa dos Santos concedida à Jonatan dos Santos Silva na Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 03 out. 2020. 120 min.

A tradição oral, vista nessa perspectiva civilizatória, também é um fenômeno discutido por Assunção (1988, p. 34), que, segundo ele, emerge “nos mais distintos contextos econômico-sociais e culturais”, já que o “impacto da civilização do livro e dos meios de comunicação de massa” são suportes de discursos que tentam enquadrar os termos “arcaico” e “primitivo” às tradições constituídas por meio da oralidade. Portanto, o que não é civilizado é remetido às tradições vivenciadas pelos quilombolas da região¹³³.

. Nesse ponto, concordamos com Achille Mbembe (2014), pois considera que há uma intenção, no processo de colonização, de modernizar os povos considerados “primitivos” na perspectiva do projeto colonial e eurocêntrico. Entretanto, trouxemos a ideia de oralidade para refutarmos a ideia de civilização e legitimidade científica atribuída à presença de fontes escritas. Já que “aceitar os registros orais certamente facilita e viabiliza a pesquisa, até porque os africanos se valem da memória para transmitir o seu histórico e é justamente a memória que revela suas trajetórias” (FILHO; ALVES, 2017, p. 53).

Mesmo que eles não tenham documentos escritos, suas tradições orais tecem histórias para além da formalização de escritos oficiais. A história era validada mediante documentos escritos oficialmente, vistos como guardiões de verdades absolutas, desqualificando a África de qualquer possibilidade de “civilização” perante a tradição oral (PRINS, 1992). Portanto, as denúncias inscritas nos discursos dos entrevistados denotam a grande importância da tradição oral como recurso e instrumento de memória das comunidades Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio. Tanto no que diz respeito à constituição e legitimação enquanto grupo, quanto na memória coletiva a partir da identidade no processo de regularização e afirmação quilombola, perante os impasses colocados, a partir das suas presenças no núcleo urbano do município de Vitória da Conquista. As memórias-denúncia cumprem, contudo, o seu papel de incomodar os protagonistas do cenário municipal que tanto centraliza o poder local.

¹³³ As comunidades tradicionais são vistas como espaços de preservação das tradições dos povos que foram trazidos da África ou que aqui já existiam. Tornando-se objetos de pesquisas, principalmente, em relação às comunidades quilombolas e indígenas situadas na região de Vitória da Conquista. Entendemos que a história da África se tornou pouco conhecida, mesmo com o avanço das tecnologias. Ela só é lembrada quando associada ao sofrimento, pelas memórias escravocratas, pobreza, carência e vulgarização. Tudo isso, recai sobre a ideia preconceituosa de que não há produção de conhecimentos epistêmicos em África. (MBEMBE, 2014).

4 REENCONTRANDO COM JUREMA PRETA: MEMÓRIAS ANCESTRAIS DOS QUILOMBOS RIBEIRÃO DOS PANELEIROS E LAGOA DE MELQUÍADES E AMÂNCIO

A memória ancestral a ser discutida nesta seção mostra as alternativas das comunidades para resolver problemas que têm enfrentado perante as denúncias discutidas anteriormente. Ainda que se tenham registradas poucas vitórias, apesar do tom fúnebre de denúncias e derrotas, as comunidades relatam as suas conquistas. O ponto de partida delas passou pelo reconhecimento de uma identidade para remontar à ancestralidade presente em cada uma delas. Assim, recobramos à “Jurema Preta” para carregarmos o símbolo da esperança: a memória ancestral, na tentativa de resolução dos problemas. A ancestralidade passou a ser mobilizadora das ações discutidas na última seção, para garantir a identidade desses grupos, os quais apresentaram problemas comuns a serem resolvidos. A “Jurema Preta”, como símbolo de resistência, também mobiliza outras “Juremas” em torno de outras comunidades que compõem o município de Vitória da Conquista. Assim, a memória, em seu contexto de afirmação teórico, vai remetendo à ancestralidade que, conseqüentemente, constitui a identidade coletiva a ser transformada em ação concreta.

Para percebermos esse retorno em busca das suas ancestralidades, dividimos esta seção em quatro partes. Na primeira, intitulada **A Jurema Preta e a ancestralidade em Lagoa de Melquíades e Amâncio**, pautamos as entrevistas realizadas na comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio, com o objetivo de compreender como essa comunidade evoca sua ancestralidade para se manter resistente às distintas formas de negação e invisibilização. Um desses caminhos ancestrais nos levaram a conhecer os mitos, principalmente os que justificam a origem da formação da comunidade. As análises feitas a partir da ajuda das lideranças nos proporcionaram a percepção de muitos detalhes que antes não seríamos capazes de notar sozinhos. Mostraremos como a memória pode ser manipulada a partir da apropriação dos mitos compreendidos na comunidade, os quais foram disseminados e reinterpretados, conforme interesses do poder público.

Assim, buscamos fazer um paralelo entre o mito fundador da comunidade e o Cais do Valongo, configurados como dois processos de esquecimento coletivo perante o processo de romantização da história, que limita a comunidade de aprofundar fatos históricos e sociais. Essa construção, quase arqueológica, se deu graças ao acesso que tivemos aos documentos pessoais das famílias, para entrecruzarmos os registros ao mito fundador e à história da escravidão, a qual legitima a comunidade ao fato de ser quilombola. Utilizamos, ainda, busca na internet em *sites* de pesquisa (Google acadêmico e a plataforma Scielo) para averiguarmos o sentido e o

efeito do mito fundador da comunidade, já que aparecem oficialmente acessível a todos. Assim, acionamos: Portelli (1997), Eliade (1972), Machado (2013), Aparecido Souza (2020) e Levi Strauss (1978) para tratarem sobre os mitos fundadores. Sobre a tradição oral, trouxemos Hampate Ba (2010) e Cruikshank (1996), pois abrem caminhos para compreendermos a transmissão de saberes vivenciados no passado. Além desses, Delgado (2003), Eni Orlandi (2013) e Cicalo (2016). Por fim, analisamos documentos do IPHAN (2022).

Na segunda parte desta seção, vamos discutir sobre como a memória ancestral corporifica a “Jurema preta”, em forma de resistência e resgate da ancestralidade na comunidade Ribeirão dos Paneleiros. Para isso intitulamos de **A Jurema preta e a ancestralidade no Ribeirão dos Paneleiros** e demarcamos o enredo de memórias que se agruparam em torno dos seus modos de vida, ao produzirem seus utensílios artesanais e artísticos para evocar suas ancestralidades e sobreviverem em meio ao processo de negação da memória deles no núcleo urbano. Para sustentar essa discussão, acionamos as memórias de Dona Maria Elza e Juliana Oliveira sobre suas vivências com suas ancestrais, e as memórias das produções artísticas de Gilvandro Oliveira. Como aporte teórico, dialogamos com Souza Santos (2018), para abordar sobre a importância de práticas decoloniais em comunidades tradicionais, Hampate Ba (2010), Eltis (1987) e Valência Villa e Florentino (2020). Analisamos ainda imagens de produções ancestrais da comunidade Ribeirão dos Paneleiros frente à negação do núcleo urbano. Para mostrar quanto a busca pelas suas ancestralidades potencializa seus feitos, ao mesmo tempo que os inspiram a continuar lutando pelos seus direitos, no âmbito coletivo.

Na terceira parte, abordamos o dever de memória como ponto de reconhecimento dos quilombolas à sua ancestralidade. Os quais se apegam às suas formações identitárias, ao trazermos, novamente, memórias da comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio. Para tratar de identidade quilombola, trazemos Souza (2008), Kreutz (1999) e Bandeira (1991). A discussão sobre a formação da identidade quilombola mostrou o autorreconhecimento das suas histórias autobiográficas, no intuito de aproximar gerações distintas, ao se autoafirmarem quilombolas. O campo científico da memória como fenômeno multidisciplinar foi mobilizado por meio de Pollak (1989) e Le Goff (1990), para tratarmos sobre a importância do pertencimento e da coesão do grupo ao se referirem às suas ancestralidades. Sobre formação e relação quilombista, destacamos Nascimento (1980) e Almeida (2019), visto que a memória de “aquilombamento” contribuiu para que a comunidade buscasse alternativa de continuidade. Entrecruzadas a essas narrativas históricas e orais, incrementamos as memórias de Seu Damião e Joaquim.

As memórias ancoradas nas ancestralidades da comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio fizeram nos mobilizar em busca de documentos e registros nos arquivos pessoais dos entrevistados e arquivo da paróquia diocesana. A partir dessas buscas, estruturamos a última parte desta seção, trazendo as memórias ancestrais da comunidade sobre o cemitério do Lamarão, considerado lócus de retorno ao passado para legitimar os seus mitos, os seus ritos e as suas existências vivas enquanto quilombolas. Acionamos, com esse fim, a memória de Seu Joaquim, Seu Damião e Josemberg Mendes. Assim, fizemos uma análise de estruturas arquitetônicas do cemitério do Lamarão, tendo como referência os estudos de Melo (2020), Moreno (2019) e Magalhães (2008).

4.1 A Jurema Preta e a ancestralidade em Lagoa de Melquíades e Amâncio

As entrevistas realizadas na Comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio apontaram que a genealogia das famílias é uma fonte riquíssima de constituição da memória dos mitos. Fundamental no processo de formação da identidade a partir do momento e lugar que as famílias ocupam nesses espaços. As narrações foram fontes de interpretação das falas e identificadas no processo de transformação mútua entre os saberes da comunidade e a escuta postulada a partir dos métodos da história oral nesta pesquisa.

Os quilombolas fortalecem a formação de suas identidades, por meio do vínculo do ancestral que estabelece com comunidade Lamarão. Já que foi de lá que os principais fundadores deram os primeiros passos em direção à localidade atual da Lagoa, segundo o mito de fundação. Ainda que a “Comunidade Lamarão” não apareça nas histórias enquadradas oficialmente no núcleo do município de Vitória da Conquista, a comunidade sempre tentou valorizá-la como lugar de memória vinculada à sua origem, como afirma o líder comunitário:

[...] todos que a gente vai, que a gente foi conversando, a história sempre começa no Lamarão. Pelo que a gente fala assim, que a história da Lagoa não começa especificamente na Lagoa, ela começa no Lamarão. E aí, quando eu falo que o pessoal do lamarão tem pouco conhecimento sobre a própria história. Então assim, a história da gente começa lá. Que todos quando eles fala Melquíades e Amâncio vieram atrás desses bois, sempre vinham pro Lamarão. Então eles moravam no Lamarão. Aí, eles vieram atrás desses bois e a Lagoa começa a surgir a partir daí. Nossa comunidade surge aí, e sempre a figura de Dona Joana em todos os momentos, de início¹³⁴.

¹³⁴ Entrevista de Tiago França Silva concedida a Jonatan dos Santos Silva na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 24 nov. 2019.

Além do vínculo ao lugar, o mito de origem remete à presença da Dona Joana na memória de Sr. Joaquim. Por ter ouvido falar dela em sua infância, ele trouxe riqueza de detalhes sobre os lugares que supostamente os dois irmãos passaram durante suas vindas até o atual local onde se encontra a famosa Lagoa. Segundo ele, lugares apontados pelos seus ancestrais desde quando era criança. No momento da entrevista do Sr. Joaquim tivemos a sensibilidade de percebermos o entorno, em que sua filha, Sandra Silva, observou atentamente pela janela da sala o seu pai relatando cada detalhe: “a memória de painho está boa”. A presença silenciosa de sua filha o estimulava a falar mais e ela sempre mostrou interesse em participar, conforme sua linguagem corporal demonstrava durante a entrevista com o seu pai.

Aos 96 anos de idade, ele concedeu a entrevista após ter sido resguardado pela própria família, alegando problemas relacionados a amnésias causadas por lapsos de memória. A princípio, ficamos receosos pelo fato de que o Sr. Joaquim repetiu, por várias vezes, sua forma calorosa de nos receber em sua casa. Logo, imaginamos, naquele momento, que ele não pudesse trazer relatos de sua história de vida e das suas vivências na comunidade. No entanto, para a surpresa da família, ele reconheceu o líder, Tiago França, e lembrou-se dos familiares dele.

Figura 20: Frente à casa do Sr. Joaquim na Comunidade quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio



Fonte: Arquivo pessoal do pesquisador.

Ao ser questionado sobre a presença de documentos que nos remeteram ao passado, o Sr. Joaquim, juntamente com a sua filha Sandra, ambos recordaram de objetos do seu patrimônio material que foram emprestados e nunca devolvidos. Ele também nos mostrou a casa que comprou logo quando se casou, situada ao lado da residência em que vive atualmente.

Assim, a estrutura da casa revela o trabalho de pessoas que utilizaram a técnica de preenchimento com barro ou argila¹³⁵.

O fundo do quintal apresenta lugares em que guardam a memória da fabricação de farinha através dos fornos, da prensa e dos cacos de telhas. Ficamos deslumbrados ainda com as árvores centenárias do espaço apresentado: Pau-ferro, cajueiro, mangueiras, entre outras; e o quanto elas demarcam o tempo e épocas quando remetem ao passado. Como James F. Murphy (1974) apresentou em sua ideia sobre a existência de três tipos de tempo: o tempo natural (regido pela natureza), o tempo mecânico (relativo ao trabalho e subordinado a ele) e o tempo pessoal (relativo à satisfação dos interesses do indivíduo). O tempo regido pela natureza é o tempo que rege a vida cotidiana do Sr. Joaquim e da maioria dos quilombolas que tem a natureza como referência para situar suas práticas cotidianas.

No decorrer da entrevista com o Sr. Joaquim, um dos seus amigos o aguardava em seu quintal. Após ter chegado em sua casa, montado a cavalo, pedia café e atenção dos familiares embaixo das mangueiras. A conversa que eles estabeleciam entre si demonstrava o quão simples e humilde eram os seus modos de vida, pois nos contagiaram através das risadas geradas a partir das piadas e notícias dos outros amigos distantes dali. Eles conversavam sobre a vida na comunidade e o quanto estavam disponíveis para continuarem trilhando suas trajetórias de sobrevivência por meio do trabalho braçal.

Durante um passeio pelo quintal de sua casa, o Sr. Joaquim nos levou até o equipamento que era utilizado pela sua família no tempo em que sobrevivia da produção de farinha. Suas descrições deixam nítidas que essa produção acontecia de forma coletiva. Seus gestos, ao manusear o equipamento, também nos convidam a nos aproximar desses lugares tão afetivamente marcados em suas lembranças. A convite dele, participamos de uma demonstração de como o equipamento operava. Logo ele percebeu que realmente nossa geração não tinha alcançado esse tempo, período em que a comunidade sobrevivia por meio dessa produção.

As risadas, durante as demonstrações, traduziam histórias ao presente por meio dos gestos característicos da cultura corporal vivida por ele nas tradições vinculadas à comunidade. Nosso entrevistado também reportou à memória do seu avô, Amâncio, e ao período em que frequentava a casa dele. As características físicas ainda eram latentes, quando ele afirmou que o seu avô possuía as mesmas características físicas das pessoas que integram a sua atual família.

¹³⁵ Segundo Monica Cristina Henriques Leite Olender (2006), a técnica de “pau a pique ou taipa de mão”, foi entre as primeiras utilizadas no Brasil, tendo grande significância na história da arquitetura do país. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/8822>. Acesso em: 10 jan. 2023.

Essas características físicas, descritas por ele, também nos deram suporte para refletirmos sobre a baliza cronológica que separou as épocas históricas em que a comunidade já se fazia existente. Pois enquanto criança pequena, ele demonstrou que, em suas visitas, o seu avô tinha “cabelo branquinho” aparentando estar em uma idade avançada, como diz que ele era “pequeninho assim (faz o gesto indicando o tamanho). Aí, eu ia pra casa dele, saia da casa de meu pai e ia pra lá pra casa do meu avô. Cabecinha tava calvinha, cabelo branquinho. Joaquim é bisneto de Amâncio”.¹³⁶ . Em outras palavras:

Se verificarmos como a tradição oral é utilizada na prática, veremos que, para a maioria das pessoas, ela não é um conjunto de textos formais: é uma parte viva, vital da vida. O conhecimento do passado não são aqueles remanescentes mortos e quase mortos de uma cultura oral passada, transmitidos por estreitos canais de geração a geração, mas está relacionado com a inteligência crítica e a utilização ativa do conhecimento. (CRUIKSHANK, 1996, p. 159-160).

A memória espontânea vinda por meio da lembrança de seu avô incidiu afetivamente na maneira como ele abordou o passado. Suas importantes observações sobre o lugar e a família revelaram que os conhecimentos transmitidos às demais gerações eram frutos do reconhecimento das tradições herdadas dos ancestrais. A felicidade estampada no rosto do Sr. Joaquim nos permitiu abrir novos caminhos para fazermos interpretações e releituras possíveis de serem re-pensadas e refletidas a partir dos intervalos de tempo previstos na lacuna aberta entre passado e presente. A linguagem gestual contribuiu para contemplar o esforço de lembrar. Suas pausas, sua entonação de voz emitida sempre contribuíram para que tivéssemos acesso a outros relatos não conhecidos pelos ouvintes que se faziam em volta dele.

No dia 03 de outubro de 2020 fomos ao Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio para a realização das entrevistas¹³⁷. Deslocamos até a localidade e após 64 km, saindo da sede do município de Vitória da Conquista, coincidentemente, tivemos o auxílio de crianças nos ajudando a chegar até a casa do líder comunitário, Thiago. O qual programou a conversa com os entrevistados em um ambiente específico, localizado na Associação dos moradores de Lagoa de Melquíades e Amâncio, fundada no dia 08 de agosto de 2006. Foi nesse espaço que, inicialmente, conseguimos ajudar os demais integrantes da associação, ao distribuírem

¹³⁶ Entrevista do Sr. Joaquim Jermano da Silva concedida à Jonatan dos Santos Silva na residência localizada na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 04 out. 2020.

¹³⁷ Antes disso, recebemos o auxílio de Ronaldo Oliveira, que nos instruiu como manusear os equipamentos improvisados e necessários durante a coleta. Assim, conseguimos adaptar o aparelho de celular de uso convencional ao formato necessário para a realização das filmagens (vídeos) e gravação de voz (áudios). Para isso, fizemos aquisição de um novo cartão de memória, além de recebermos a doação de um pedestal para uso de microfone, carregador de celular, tomadas em extensão, fita adesiva e um suporte fixador para celulares.

materiais de limpeza e higiene pessoal, doados por uma instituição religiosa de matriz africana¹³⁸ oriunda da sede do município.

Após conversa de “pé de ouvido” à beira do fogão de lenha da casa de Dona Maria (Mãe de Thiago), longe de ser uma mulher negra que conta histórias para adormecer a “Casa Grande” - parafraseando Conceição Evaristo (2006) –, ela contou histórias dentro da sua casa que nos fizeram acordar dos nossos “sonos injustos”. Os quais, em algum momento, nos fizeram distanciar da “Casa Grande”. Referi-me, naquele momento, às formalidades acadêmicas perante as leituras que as pessoas fazem dos pesquisadores. Ficamos confortavelmente “em casa” quando eles compreenderam que os saberes advindos do quilombo seriam resguardados e retornados a eles.

Em seguida, fomos à Associação dos moradores e recebidos pelo Sr. Damião (75 anos), o qual se mostrou inteiramente prestativo ao conceder entrevista. Após a montagem do equipamento de captação de imagens e áudios, conseguimos deixar o Sr. Damião à vontade. Porém, ele se manteve com receio de não seguir uma linearidade quando fosse contar sua história de vida e relatar sobre o “mito de fundação” do quilombo. Logo, percebeu que os rumos da conversa direcionaram mais para a sua própria vivência daquilo que lhe foi transmitido pelos seus ancestrais e pela recordação das memórias individuais vinculadas coletivamente ao grupo.

Os documentos (certidões de nascimento, óbito e casamento) encontrados na residência dos quilombolas entrevistados permitiram aproximar do contexto histórico da fundação e de quando “chegaram” os primeiros moradores, assim como a emergência das novas gerações. A análise desses documentos nos incentivou a contribuir, no sentido de nos aproximar do debate que prevalece atualmente sobre o “mito de fundação” e sua analogia com o período escravagista.

A linguagem gestual do Sr. Damião também trouxe elementos para pensarmos sobre a prática atual das tradições religiosas. Nesse ponto, notamos semelhanças e aproximações entre Lagoa de Melquíades e Amâncio e Ribeirão dos Paneleiros. Ficou evidente a participação das religiões de matriz eurocêntrica, ao passo que a memória coletiva se manteve presente nas práticas culturais manifestadas na comunidade através das comemorações ligadas ao “sagrado” e “profano”. O discurso religioso sempre apareceu transmutado nos diálogos, nas manifestações culturais e econômicas, embora essas matrizes religiosas eurocêntricas tivessem sido

¹³⁸ A instituição religiosa não permitiu que divulgássemos o seu nome e localidade perante a ação solidária.

apresentadas a partir de simbologias diversas que remetem ao seguimento da Igreja Católica, protestante e do espiritismo”¹³⁹.

Havia um certo incômodo quando a conversa com o Sr. Damião tomava rumo em direção às práticas religiosas da comunidade referente às tradições do passado. O silenciamento dele trouxe significado perante as contradições do presente em relação às vivências religiosas na atualidade. Em uma de suas falas, o entrevistado afirma ser “católico” e recorda os conflitos ocorridos em decorrência da presença dos grupos protestantes no quilombo. Apesar dos seus relatos de “profissão de fé” sempre irem de encontro à fé dele, percebemos que havia nesse discurso uma estratégia de se manter subterrânea a memória de quando ele e seus familiares “benziam” as pessoas da comunidade. Daí, ao se declarar, atualmente, devoto da religião católica, o Sr. Damião relatou que sua popularidade na localidade era alta por ter sido “benzedeiro”. Mas apesar dessa prática ser banalizada pelo catolicismo, ele nos disse que sempre se remeteu aos santos católicos durante o ato de “benzer as pessoas”.

Esse quesito também nos fez perceber que, em ambas as comunidades, houve a incisão das tradições dominantes em detrimento das tradições de suas matrizes étnicas. O sentido de pertencimento apareceu em seus gestos e expressões corporais, quando o referido entrevistado reafirmou sua “fé católica” de maneira incipiente, ao indagarmos sobre as tradições religiosas do grupo. Poucos foram os momentos em que o Sr. Damião não demonstrava entusiasmo em contar as suas histórias.

Logo, percebemos no texto informativo, o uso de termos dominantes empregados no enunciado, operando memórias empregadas nos discursos que circulam nas redes sociais, ao se tratar da origem do quilombo. Por se tratar de um “*site* oficial”, percebemos como os enunciados são apresentados, ao produzirem um “efeito de sentido” no qual a cidade pode se mostrar surpresa em relação à existência de “remanescente de quilombo” na atualidade. Ao mesmo tempo, mantém a ideia de produtividade da mão de obra escravizada ao utilizar o discurso colonial em “ex-escravos”, reforçando ideologias racistas e preconceituosas no contexto em que o termo se inscreve. Além disso, os moradores da comunidade questionam a história pelo fato de a “mãe de criação” não ser passível de deixar as suas “muitas terras da região” para seus próprios filhos, como se não fossem dignos de tal herança.

Em contramão a essa memória dominante, buscamos a memória trazida pelos entrevistados sobre o “mito de fundação” envolvendo os irmãos “Melquíades e Amâncio”. O

¹³⁹ O Espiritismo referido neste estudo advém do Kardecismo ou Espiritismo Kardecista, doutrina religiosa de cunho filosófico e científico, que tem a evolução espiritual do ser humano como pilar de sustento dessa crença. A doutrina espírita surgiu na França, em meados do século XIX.

qual reporta à “memória escravocrata” vinculada à operacionalização do tráfico de crianças nas regiões portuárias, especificamente no Rio de Janeiro. Assim, com base no que Portelli (1997, p. 29) afirmou sobre a importância de nos apoiarmos em um episódio: “pode ser um caminho para salientar sua importância [...]”. Pudemos perceber que os relatos são fortemente marcados pela descrição da interdição da “Lei do Ventre livre”¹⁴⁰, enquanto dispositivo de reparação histórica.

Necessária se faz uma discussão a respeito do mito fundador ou mito de origem que, neste estudo, é tomado pela concepção de formação original do Quilombo. “Os mitos de origem [...] contam como o Mundo foi modificado, enriquecido ou empobrecido” (ELIADE, 1972, p. 20). Por isso, as mitologias são compostas por conjuntos de mitos relacionados a um grupo social, religião ou cultura que comunga dessas mesmas crenças. Mircea Eliade (1972, p. 9) define o mito como “uma realidade cultural extremamente complexa, que pode ser abordada e interpretada através de perspectivas múltiplas e complementares”.

Nas narrativas dos entrevistados desta pesquisa pode ser percebido como eles contam sobre o quilombo, o seu mundo. Retratam as histórias relacionadas ao seu surgimento, contada e narrada por seus moradores entrevistados. Nesse sentido, o quilombo de Lagoa Melquíades e Amâncio e o Ribeirão dos Paneleiros são construções “novas” (ELIADE, 1972). Uma constatação compartilhada também por Franz Boas (1898): “dir-se-ia que os universos mitológicos estão fadados a serem pulverizados assim que se formam, para que novos universos nasçam de seus destroços”¹⁴¹.

Segundo Eliade (1972), “todo dito aparecimento - um animal, uma planta, uma instituição - implica a existência de um Mundo [...] mesmo quando se procura explicar como, a partir de um estado diferente de coisas, se chegou à situação atual” (Id., p. 20), no entanto o “Mundo” já existia (o Mundo é a criação por excelência). Compreende-se que o mito de origem ou mito fundador traz uma “situação nova”, pois não existia nos primórdios do Mundo.

¹⁴⁰ Lei n.º 2.040, de 28 de setembro de 1871, de autoria do Visconde do Rio Branco. Estabeleceu que crianças nascidas após a sua promulgação estariam livres. Entretanto, era dada a elas a condição de permanecerem com as suas mães escravizadas, já que o Art. 1.º, § 1.º desta lei dizia que “os ditos filhos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores de suas mães, os quais terão a obrigação de criá-los e tratá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá opção, ou de receber do Estado a indenização de 600\$000, ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. No primeiro caso, o Governo receberá o menor e lhe dará destino, em conformidade da presente lei”. Como era previsto, os ditos proprietários optavam pela prestação de serviços. Aqueles que nasciam após o decreto-lei, eram identificados como “ingênuos”, sendo que menos de 0,5% das crianças nascidas após a lei foram entregues ao Estado em favor dessa indenização, como é mostrado no Relatório do Ministro da Agricultura de 1885. (CONRAD, 1978). A Lei do Ventre Livre também é objeto de estudos de Abreu (1996).

¹⁴¹ Franz Boas, introdução a “James Teit, Traditions of the Thompson River Indians of British Columbia”, *Memoirs of the American Folklore Society*, vi (1898), p. 18.] *apud* (Lévi-Strauss, 1978, p. 221).

Falar do mito fundador ou de origem dos povos de quilombos é buscar as vivências dos povos negros. Suas identidades, os traumas da travessia do Atlântico, a escravização, as reconstruções e ressignificações culturais em novas terras, a luta pela liberdade refletida “como um espelho africano na sua essência agregadora, presença vital do cuidado, solidariedade e convivência que abrandam as dores da humanidade negra ferida” (MACHADO, 2013, p. 92). Aparecida Souza (2020) diz que os mitos fundadores dos quilombos são responsáveis por sua sustentabilidade e resistência na luta por direitos sociais e “no imaginário dos [...] quilombolas as construções dos mitos fundadores darão significação as suas histórias” (Id., p. 95).

Com isso, os mitos vão sendo passados de geração a geração através da Tradição oral esparramando “o legado ancestral, a vivência de raiz, e a força insurgente para resistência do pensamento africano na diáspora”, citando Machado (2013, p. 92). Destaca-se, aqui, a tradição oral, um legado epistemológico africano que é a base de “conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos” (HAMPATE BÂ, 2010, p. 167). Esse saber é preservado no seio de construções civilizatórias de matrizes africanas, “logo, essas vozes trazem informações que necessitam de cuidados para salvaguardar a memória de um povo com características identitárias” (PEREIRA; FARIAS, 2016, p. 55).

Nesse contexto, buscam-se, através das narrativas dos pesquisados, as construções da memória quilombola que permite a análise e a interpretação dos acontecimentos históricos e sociais realizados por meio dos mitos. Considerando que “a substância do mito não se encontra nem no estilo, nem no modo de narração, nem na sintaxe, mas na história que nele é contada” (LÉVI-STRAUSS, 1978, p. 225). Para tanto, encontramos no antropólogo um caminho de leitura dos mitos, com a indicação de uma leitura não linear, mas buscando a sua totalidade para entender o seu significado. Segundo Lévi-Strauss (1978), “o valor intrínseco atribuído ao mito provém do fato de os eventos que se supõem ocorrer num momento do tempo também formarem uma estrutura permanente, que se refere simultaneamente ao passado, ao presente e ao futuro” (Id., p. 225).

A memória coletiva sobre como Lagoa de Melquíades e Amâncio foi fundada se desdobrou nos relatos dos entrevistados e vai se legitimando em meio às tradições transmitidas às novas gerações. Assim, Ferreira e Amado (2006) comparam as tradições orais aos conhecimentos do passado, valorizados em suas versões escritas. Sobre a importância da oralidade e dos registros escritos, Cruikshank (1996, p. 159-160) completa a ideia trazendo o exemplo dos anciões, dizendo que eles

[...] sabem ou lembram mais do que outros, do mesmo modo que reconhecerão o valor das versões escritas de relatos orais. Mas nem os anciãos respeitados nem os textos escritos põem em ponto final na discussão e na circulação do conhecimento histórico nas comunidades”. (CRUIKSHANK, 1996, p. 159-160).

Embora cada entrevistado dessas localidades tivesse feito suas interpretações sobre o mito de origem, ambas partiram do viés de denúncia às opressões exercidas pelo poder colonial sob a lógica de extermínio ou de escravização da mão de obra de trabalho. Além de se afirmarem identitariamente enquanto quilombolas e indígenas, e contribuírem com as ações práticas em prol do coletivo.

As narrativas sobre os irmãos Melquíades e Amâncio enriqueceram este estudo, a partir de suas trajetórias de vidas, sempre lembradas nos diferentes depoimentos vistos em diferentes gerações. Como apareceu, respectivamente, nas narrativas do Sr. Joaquim (97 anos), do Sr. Damião (76 anos) e Tiago França (27 anos), o qual ainda transmite essa história contada pela sua avó, Dalvina (99 anos), desde quando era criança. As suas versões sobre o mito de origem da comunidade foram contadas, ora de forma semelhante uma das outras e ora destoante em aspectos de riquezas de detalhes:

[...] veio duas criança. Um trouxe pro Lamarão. Aí, criou Melquides e Amâncio. Aí, criou lá. Aí, foi criando lá. Arranjou uma vaquinha, uns boizinho, diz que os bois sumia, aí veio no rastro do Lamarão. Chegou aqui tinha uma lagoa dentro da mata e os boi bebia e voltava pra lá. Aí, com isso, o meu avô falou: “vamo lá vê”. E veio e montou a rocinha dentro da mata. E por aí foi abrindo, criando uma vaquinha. Fora o que tá aqui, tudo filho de Melquides e Amâncio. [...] Lá do Lamarão, uma Dona Joana criou eles, e depois eles veio pra aqui. Aí, eles veio no rastro desse gado, desses boi que vinha beber, aí veio no rastro, chegou, juntaram e fez uma rocinha aqui. [...] Não cheguei a conhecer porque tem anos e mais anos, eu criança, já tinha morrido. Isso tem muitos anos, eu tô com 97, tá chegando 97 (idade).¹⁴²

[...] o que surgiu a Lagoa de Melquides, aqui tudo era mato. Até hoje tem umas brauna desse tamanho assim (faz gesto com braços sinalizando grandiosidade). Aí, a Joana sumiu uma junta de boi. Ai os meninos vai caçar os bois, precisa do boi pra apanhar lenha. E foi um tempo que choveu muito. Eles seguiram o rastro, pegou um carreirão, aí, os rastro dos boi que vinha e voltava, aí eles subiu numa árvore. Já tava tarde, e a cachorrada louca, que tinha onça perigosa, (inaudível) quase pega ela, de roma, ela disse assim: vai procurar os boi. Quando chegou na árvore, de lá eles viram um sapo cantando. Aí, disseram que lá em baixo tem uma baixada lá, e tem água. E os boi tá é lá, bebendo água lá. Cês vai fazer uma cortada aqui e descobrir o que tem lá embaixo. Tiraram a cortada por lá, até que chegou aqui, descobriu que tinha água, que os boi tava bebendo. Aí, formou a equipe, Amâncio e Melquides:

¹⁴² Entrevista de Joaquim Jermano Silva concedida à Jonatan dos Santos Silva na residência localizada na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 04 out. 2020. 75 min.

Cês vai fazer a abertura lá, fazer casa pra fazer roça lá. E eles era filho de Joana, falava que era filho, mas eles vieram com uma quilombola. Foram roubado, foi ela que trouxe pra ajudar a trabalhar. Arrumou lá no Rio de Janeiro e trouxe pra cá, e depois que eles vieram pra cá, não se ouviu mais falar sobre Dona Joana mais eles, essa dona Joana.¹⁴³

[...] o que nós sabíamos da nossa comunidade, é que ela foi fundada por dois filhos de escravos, que também foram escravos, desde antes da lei do ventre livre. De acordo com o relato dos nossos ancestrais, dos nossos anciãos, é que foram dois irmãos, ainda crianças, foram comprados no Rio de Janeiro, e trazidos para uma fazenda próxima onde hoje é localizado nosso quilombo, e que eles foram criados por uma fazendeira chamada Dona Joana, e que essa fazendeira era dona de todo o território onde hoje pertence à comunidade e as comunidades vizinhas. E quando Melquíades e Amâncio eram rapazes, certa vez sumiram dois bois, e aí quem foi o responsável pra procurar esses bois? Melquíades e Amâncio.¹⁴⁴

Os relatos sobre o período escravagista, citado na oralidade, fizeram emergir questões que despertaram curiosidades em relação ao passado e nos remeteram à importância dessas pessoas no processo de reconhecimento da identidade quilombola por meio desse mito. Essa memória compartilha afetos e reflexões oriundos das conversas, durante as reuniões do grupo local, dialogando sobre as distâncias e aproximações em torno da história contada pelos antigos.

Figura 21: O Sr. Damião Arifa e o Sr. Joaquim: Lideranças mais antigas da comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio



Fonte: Arquivos coletados durante as entrevistas com os entrevistados.

O mito de fundação do quilombo foi contado a partir de gerações distintas e ilustrou memórias que trouxeram riquezas de detalhes, fazendo emergir fatos curiosos nos quais

¹⁴³ Entrevista de Damião Arifa dos Santos concedida à Jonatan dos Santos Silva na Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 03 out. 2020. 120 min.

¹⁴⁴ Entrevista de Tiago França da Silva concedida à Jonatan dos Santos Silva na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 24 nov. 2019. 90 min.

predominam a forma de transmissão da oralidade ao grupo. Assim, por mais que essas memórias tivessem ocorrido em um meio social dinâmico, cada memória se processou individualmente. Mesmo que essas narrativas fossem recordações compartilhadas, “semelhantes, contraditórias ou sobrepostas [...], em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas – assim como as impressões digitais, ou, bem da verdade, como as vozes – são exatamente iguais” (PORTELLI, 1997, p. 16).

Em relação à comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio, percebemos que eles vigoraram a importância da territorialidade, da família e da tradição, para defrontar com memórias do presente. Por mais que, atualmente, o Sr. Joaquim e Damião conheçam a estrada sentido Lamarão, eles retrataram o caminho que imaginaram de quando seus ancestrais contavam essas histórias para eles. Além de fatos inusitados, que vão aparecendo na história para trazer emoções e impactar até o final da narração.

Os relatos de Tiago França, que também é tataraneto de um dos fundadores (Melquíades), apontaram questões que emergiram a partir de suas reflexões na atualidade, antes não questionadas em outros momentos no processo de formação da identidade coletiva. A memória que lhe foi transmitida se conectou com as vivências que a sua avó, Sr. Dalvina, lhe proporcionou. As quais ainda reforçam a desconstrução da história contada pelos antigos e provocando as novas gerações à reflexão do passado na atualidade:

A gente começa, quando a gente começou a entender um pouco sobre a nossa história, nosso passado. E a gente começou a desconstruir a história de que Melquíades e Amâncio foram criados como um filho por Dona Joana. A gente pode desconstruir isso porque uma fazendeira rica, que tinha vários empregados. Como ela coloca duas pessoas consideradas filho pra entrar em uma mata correndo risco de serem mortos por bichos selvagens que tinham na época? Né? E ela coloca pra vim procurar esses bois, sendo que tinha outras pessoas que ela poderia ter mandado ir atrás, mostrando que Melquíades e Amâncio também eram escravos, e a gente pensa naquele contexto. Mas, eles não sofriram os mesmos castigos que os outros escravos também sofriram. Sofriam no Rio, em São Paulo, em outras regiões, mas eles também foram escravizados.¹⁴⁵

Esses episódios relatados tornaram-se interessantes na medida em que os questionamentos de Tiago França atualizam a memória constituída no coletivo. Ampliando possibilidades de releituras sobre o contexto histórico-social, envolvendo as origens e desdobramento do mito de fundação como elemento que sustenta o dever de memória na

¹⁴⁵ Entrevista de Tiago França da Silva concedida à Jonatan dos Santos Silva na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 24 nov. 2019. 90 min.

atualidade. Reparar historicamente os danos que a comunidade sofreu, depois de terem se reconhecido enquanto quilombola, tornou-se o objetivo a ser alcançado por parte das pessoas na localidade, perante o poder público, frente às suas demandas e necessidades.

Delgado (2003) mostrou a importância dessas histórias narradas pelo grupo, que vão se constituindo em fontes não acessadas anteriormente nas produções sobre os conhecimentos históricos:

A memória, em sua extensa potencialidade, ultrapassa, inclusive, o tempo de vida individual. Através de histórias de famílias, das crônicas que registraram o cotidiano, das tradições, das histórias contadas através de gerações e das inúmeras formas de narrativas, constrói-se a memória de um tempo que antecedeu ao da vida de uma pessoa. Ultrapassa-se a cronologia atual e o homem mergulha no seu passado ancestral. Nessa dinâmica, memórias individuais e memórias coletivas encontram-se, fundem-se e constituem-se como possíveis fontes para a produção do conhecimento histórico. (DELGADO, 2003, p. 19).

Na tentativa de investigarmos a dinâmica de operacionalização das memórias individuais e coletivas a partir de pesquisas na internet, fizemos uma busca pelo nome da comunidade relacionada à sua origem. Verificamos que o mito de fundação apareceu nos *sites* oficiais da cidade, trazendo dados de que o território é composto por terras pertencentes a uma fazendeira que as doou a dois “ex-escravos”. Isso nos chamou atenção pelo fato da forma que esse mito aparece publicizado e vai constituindo os fatos tidos como verdade.

Os estudos de Eni Orlandi (2013) sobre análise do contexto histórico-discursivo nos ajudaram a perceber a memória que aparece nesse interdiscurso que incide sob o enunciado a respeito do contexto histórico da comunidade. Em que todo sujeito pertencente a um lugar é visto como “herdeiro” de uma “boa ação” feita por uma fazendeira, e não como herdeiro legítimo de terras que, por direito, pertencem aos descendentes de dois ex-escravizados, que afirmam terem sido comprados no Rio de Janeiro no período escravocrata.

Os estudos de André Cicalo (2016) sobre patrimônio da escravidão na região portuária do Valongo no Rio de Janeiro mostram que há uma tentativa de “esquecer” a memória da escravidão. Nesse sentido, esse autor, um dos estudiosos da região portuária enquanto patrimônio escravo, revela que esse esquecimento está “mantido e contido na paisagem urbana depois de quase dois séculos desde a abolição do tráfico atlântico” (CICALO, 2016, p. 49). O Cais do Valongo foi o principal porto de entrada dos povos africanos no Brasil no período escravocrata. Por ele passaram cerca de um milhão de pessoas. Foram, aproximadamente, quatro milhões de pessoas traficadas do continente africano para o Brasil, um processo que

perdurou por mais de trezentos anos (IPHAN, 2022)¹⁴⁶. Segundo Ferreira (2017), essas disputas pela memória coletiva do Cais do Valongo legitimam ações do Estado, que relega e silencia a presença da memória africana, dando-lhe a condição de esquecimento e de não protagonismo.

Esse “esquecimento coletivo” insurgiu na discussão como temática que abriu possibilidades de fazermos o entrecruzamento dessa história junto à memória de fundação da comunidade. Pois se os grandes centros portuários tendem ao “esquecimento” do passado sobre os registros referentes à memória escravagista, “o mito de fundação” da comunidade mostra o quanto esse esquecimento afetou diretamente no processo de reconstituição histórica, na medida em que os mais antigos não foram escutados.

Neste sentido, a memória histórica do comércio de povos escravizados é pauta central nos estudos sobre o processo de escravização dos povos africanos desde a atuação do processo colonizador no Brasil. Nesse contexto exploratório, os europeus submetiam esses povos aos trabalhos desumanos vinculados às lavouras de milho, café e cana de açúcar, entre outras atividades, que representaram, no período colonial, as principais fontes de produção e lucros para os senhores de engenho. Por isso,

[...] o tráfico negreiro, não poderia acabar, uma vez que era das mãos dos escravos que os burgueses comiam e bebiam. Por esta e outras razões é que o Brasil, sendo colônia de Portugal foi uns dos primeiros países da América a entrar no tráfico de escravo negro; e o último a abolir este tráfico. (SANTOS, 1988, p. 36).

Essa comercialização sustentou a economia em que o negro era a principal moeda de troca. Os estudos de Albuquerque e Fraga Filho (2006) trouxeram dados significativos no âmbito de compreendermos sobre o destino onde os escravizados eram encaminhados, após terem sido comprados por agentes representantes de fazendeiros nas regiões portuárias no Brasil e até em outros países. De acordo com esses autores, este tipo tráfico acontecia da seguinte maneira:

Do Rio de Janeiro, por exemplo, os africanos eram distribuídos para a província de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Santa Catarina, Paraná e Rio grande do sul. Do Rio Grande podiam ser contrabandeados para o Chile, Bolívia e Uruguai. Da cidade da Bahia, os escravos seguiam direções diversas. Pela estrada Real, que ligava Bahia, Mato Grosso, e Goiás,

¹⁴⁶ De acordo com os estudos de Ismael Wolf Ferreira (2017), o Cais do Valongo passou por uma tentativa de reconstrução no século XIX, no intuito de apagar a memória da chegada dos escravizados africanos no Brasil. Este autor utiliza do conceito de “lugar de memória”, de Pierre Nora para descrever como este espaço urbano sofreu reformas urbanísticas também no século XX e associar o porto à arquitetura europeia.

marchavam imensos comboios de escravos conduzidos por tropeiros. (ALBUQUERQUE; FRAGA FILHO, 2006, p. 56).

Dessa forma, as crianças também eram alvo da comercialização, segundo David Eltis (1987), um dos pesquisadores mais conhecidos nessa temática, para cada três africanos envolvidos no comércio, um deles era criança. Valencia Villa e Florentino (2016) afirmam que esse tráfico se deu em maior número entre os anos de 1810 a 1850 no Brasil. Segundo eles, seu fim definitivo se deu na relação comercial escravista entre a Inglaterra e o Rio de Janeiro no século XIX. Esses estudiosos mostraram que as crianças eram preferidas entre os traficantes, por serem mais “maleáveis”, terem mais resistência durante a diáspora e as experiências traumáticas. Com isso, os dados das pesquisas desses autores apontam a chegada de 775 mil crianças de até 15 anos até 1850 nas cidades portuárias do Brasil.

Os estudos de Carlos Eduardo Valencia Villa e Manolo Florentino (2020) discutem sobre a dinâmica do tráfico terrestre e marítimo dos “escravos” na cidade do Rio de Janeiro entre os anos de 1809 e 1834. Foram percebidos mercados receptores ultra localizadores, os quais mantinham o tráfico de “escravos” para proprietários da Região Sul do país. Nesse comércio, muitos eram vendidos ou trocados por produtos, entre eles, crianças. Embora a Inglaterra tenha pressionado os intermediários a encerrarem esse processo mercantil, a circulação do povo escravizado continuou pelo território brasileiro, apesar da extinção do comércio internacional de africanos.

Os navios que chegavam no Rio de Janeiro “despachavam” os povos escravizados em sentido a Minas Gerais, Resende e Campos, como informa a Seção de Passaportes da Intendência Geral de Polícia (Arquivo Nacional, partidas de 18/09/1819 a 27/09/1819). Presente nos estudos de Valencia Villa, Florentino (2020) e Albertina Lima Vasconcelos, ao tratar do “Tráfico interno, liberdade e cotidiano de escravos no Rio Grande do Sul: 1800-1850”. Após a promulgação da Lei Feijó, as crianças eram solitariamente enviadas para as cidades do interior do Brasil, incluindo a Bahia. As crianças possuíam entre 0 e 14 anos, os adultos 15 e 40 anos e os idosos integravam a faixa etária maior de 40. De acordo com esses autores,

As crianças africanas e crioulas revelaram-se de grande importância diante da conjuntura de ataque ao tráfico internacional, por meio do trânsito em geral solitário de meninos e de meninas, descortinando a busca da reprodução da plantation via potencial produtivo e reprodutivo a médio e curto prazo. (VALENCIA VILLA; FLORENTINO, 2020, p. 29).

É interessante notar que a memória sobre o mito de origem de Lagoa de Melquíades e Amâncio se vincula diretamente ao tráfico de crianças no período escravocrata no Rio de Janeiro. Pois entendemos que muitas delas foram traficadas na zona portuária onde desembarcaram inúmeras crianças, adultos e idosos rumo à escravidão em fazendas do interior. Em outras palavras, não cabe “romantizar”, na atualidade, a vinda de duas crianças do Rio de Janeiro, através de um casal de fazendeiros da região de Vitória da Conquista que não poderiam ter “filhos” na conjuntura social do século XIX.

Este mito é representado, a seguir, no cartaz da comunidade que simbolizou a história deste grupo, trazendo o enunciado de um evento ocorrido no quilombo em 2019 sobre Agroecologia. Nele, destaca-se o desenho de dois homens e um boi entre eles. O objetivo do evento foi valorizar a formação identitária e o território a partir da presença da Juventude e Mulheres Negras:

Figura 22: Cartaz de divulgação da Pré-jornada de Agroecologia



Fonte: Redes sociais da Comunidade (2021)¹⁴⁷.

As pesquisas de Silva (2013) apresentam a “criança escrava”, como objeto de estudos, ocultada pelas historiografias sobre a escravidão até o início do século XX. Assim, debruçou-se sob análises de relatos de viajantes do século XIX (1808-1888) nas quais aparecem a “criança escrava” em meio ao tráfico, comércio, aleitamento, cotidiano e mortalidade. Nesse sentido, ele cita o viajante inglês Luccock para mostrar que o trabalho da “criança escrava” era uma forma de “adestrá-la” para a vida escrava na agricultura, em meio a discursos “naturalistas” que justificaram, em outrora, a escravidão. Em suas palavras, o viajante afirmou que,

¹⁴⁷Disponível em:

<https://www.facebook.com/QUILOMBOLAGOADEMELQUIADES/photos/a.563753960643201/946608119024448/>

[...] para resolver-se a terra, a única ferramenta de que se lança mão é a enxada e frequentemente me surpreendi com a rapidez e habilidade com que dela usavam. Muitas tentativas baldadas se fizeram no sentido de introduzir o arado inglês; eu próprio me lancei à empresa, verificando, pela minha experiência curta, como é de todo impossível ensinar um preto a maneja-lo; por seu lado, os brasileiros são quase tão tardos e crivados de preconceitos. Se de novo a Providência me concedesse uma oportunidade de dirigir negócios agrícolas nesta terra, eu começaria certamente com meninos. (LUCCOCK *apud* SILVA, 2013, p. 111).

Góes e Florentino (2010), em um estudo histórico sobre as crianças traficadas no Brasil, apresentam, no contexto do Rio de Janeiro, que os fazendeiros não compravam homens adultos e nem crianças pequenas. Pois não representam em si o objeto de investimento principal, ou seja, o interesse estava nas mães. Segundo eles, “poucas crianças chegavam a ser adultos [...], dois terços morriam antes de completar um ano de idade, 80% até os cinco anos. Aqueles que escapavam da morte prematura, iam, aparentemente, perdendo os pais” (GÓES; FLORENTINO, 2010, p. 97).

Por volta dos 12 anos, o adestramento que as tornava adultos estava se concluindo. Nesta idade, os meninos e as meninas começavam a trazer a profissão por sobrenome [...]. Alguns haviam começado muito cedo [...] O aprendizado da criança escrava se refletia no preço que alcançava. Por volta dos quatro anos, o mercado ainda pagava uma aposta contra a altíssima mortalidade infantil. Mas ao iniciar-se no servir, lavar, passar, engomar, remendar roupas, reparar sapatos, trabalhar em madeira, pastorear e mesmo em tarefas próprias do eito, o preço crescia. O mercado valorava as habilidades que aos poucos se afirmavam. Entre os quatro e os 11 anos, a criança ia tendo o tempo paulatinamente ocupado pelo trabalho que levava o melhor e o mais do tempo. (GÓES; FLORENTINO, 2010, p. 99).

O comércio de crianças “escravas” foi intensificado por fazendeiros de todo o território brasileiro. Já que a criança negra despertava o interesse dos ingleses devido “à criança, ou o pequeno escravo, aprender as coisas mais facilmente, já que é nesse período da vida que está sendo “adestrado” para ser escravo” (SILVA, 2013, p. 111). Logo, os fazendeiros contavam com os dispositivos de adestramento para incidir o poder disciplinar¹⁴⁸ às crianças escravizadas. Mesmo que elas dividissem espaços com os filhos dos colonizadores, durante as brincadeiras, a “pedagogia senhorial” operava no sentido de fazer castigar.

¹⁴⁸ Foucault (1987), em “vigiar e punir”, descreve este conceito a partir dos processos de disciplinarização em diferentes instituições, para ele, isso ocorre a partir da disciplina corporal, já que o mecanismo de poder conduz o controle da sociedade como vigilância, a partir do Panóptico de Bentham.

O trabalho arqueológico em busca de fontes documentais nos fez acompanhar a família Jermano, até os mais remotos arquivos pessoais. A apresentação dos registros encontrados foi para além de moedas antigas encontradas no fundo do baú. Pois o fato de ter encontrado o registro de nascimento da mãe do Sr. Joaquim ampliou a linha temporal do contexto vivido pelas gerações atuais. Logo tivemos problemas ao tentarmos identificar a data de nascimento, devido ao estado do papel se encontrar deteriorado, o que nos fez observar, em seguida, a certidão de casamento dos seus pais.

Dessa maneira, novas reflexões emergiram durante essa análise documental: se seus pais casaram em Vitória da Conquista, no ano de 1909, aos 18 anos de idade, possivelmente, sua mãe nasceu em 1891, após a abolição da escravatura. Isso nos levou a pensar que, mais uma vez, a possibilidade do seu avô, Amâncio, ter nascido antes da Lei do Ventre Livre, fato histórico que proibiu a venda de crianças negras nos portos do Rio de Janeiro, colocaria em movimento o mito de fundação da comunidade e o fato dela se configurar quilombola. Na certidão de óbito da mãe do Sr. Joaquim consta que ela faleceu em 1985, aos 94 anos, ultrapassando a expectativa de vida registrada no contexto geral da época, que previa a média de 35 anos de idade até o máximo de 70, nas cidades. Ou seja, a expectativa de vida aumentou mais de 40 anos desde o início do século XX (IBGE, 2020). Esses registros também preencheram lacunas abertas nos lapsos de memória percebidos durante a entrevista de Sr. Joaquim.

O ato de rememorar o mito de fundação nos fez refletir sobre o dever de memória atrelado ao significado de como as novas gerações, que constituem a árvore genealógica dos irmãos Melquíades e Amâncio, fazem a releitura do passado dos seus ancestrais, ao trazerem questões que alcançaram novos sentidos para a comunidade. Entre essas, emerge a ideia de que os fazendeiros do território de Vitória da Conquista compraram seus antepassados na rota comercial de “crianças escravas” do Rio de Janeiro. O fato de terem “fugido” das fazendas dos seus “pais”, para constituírem novos grupos afastados, aproxima-os da possibilidade de terem sido escravizados, devido estarem assujeitados ao mundo do trabalho. Como destacado no mito em relação à procura incansável dos dois irmãos, por dois bois desaparecidos da fazenda de Dona Joana.

O fato de os líderes terem subvertido e se conectado ao processo de contravenção à lógica escravocrata reforça a importância da disseminação da construção histórica da comunidade. Isso foi fundamental, principalmente, entre aqueles que carregam a responsabilidade de transmitir as memórias adquiridas na convivência com os mais velhos que tiveram o contato direto com os fundadores da comunidade. Como é o caso de Seu Joaquim e

de Dona Dalvina (avó de Tiago França), descendentes diretos dos principais fundadores, que atravessaram suas vidas contando histórias dos seus avós aos seus filhos e netos.

Em vista disso, ao aproximar essas informações, foi possível perceber na fala de Tiago França, líder comunitário, questões históricas conectadas ao questionamento dos atuais interesses (titulação do território e melhoria na infraestrutura do quilombo) advindos do processo de reconhecimento do território. Assim, como ocorreu com vários quilombos pelo país, eles foram reconhecidos oficialmente pelo Estado, em 2005. Já que “não era reconhecido como comunidade quilombola até que o Estado e Conquista quis né, resolveu de alguma forma reconhecer as nossas comunidades quilombolas, mas até 2004 a nossa história não era vista”.¹⁴⁹

Embora uma comunidade tivesse se identificado afro-indígena, logo após o processo de colonização, que resultou em conflitos, dizimação e massacres por meio do “Banquete da morte”, a outra se identificou quilombola muito tempo depois da sua fundação. Onde o mito de fundação, anteriormente, era romantizado pelos moradores para garantir a permanência das tradições e, posteriormente, tornou-se uma chave importante para desencadear o elo entre o passado e as memórias dos antepassados atreladas à escravização no Brasil. Essas memórias fortalecem a coletividade dos grupos, ao recordarem as condições de sobrevivência dos principais fundadores antes de iniciarem a vida na comunidade.

Contudo, falar sobre como a comunidade surgiu foi, ao mesmo tempo, registrar fontes não ditas anteriormente pelos interlocutores. Principalmente quando eles tentaram reconstituir a memória coletiva a qual contribuiria, de acordo com Ferreira e Amado (2006), para a preservação da identidade do grupo e proteção pessoal da vida passada.

4.2 A Jurema preta e a ancestralidade no Ribeirão dos Painheiros

As memórias ancestrais apresentadas nos saberes de Dona Maria Elza nos convidaram a experimentar a água conservada na moringa feita de barro. Convidando-nos, ainda, a apreciar os costumes vividos nas tradições dos mais antigos, práticas culturais que estão se perdendo entre as gerações atuais na cidade. As painelas de barro feitas através de uma técnica secular, conhecida como afresco¹⁵⁰, colocam em contradição outras técnicas sistematizadas pelos

¹⁴⁹ Entrevista de Tiago França da Silva concedida à Jonatan dos Santos Silva na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 24 nov. 2019. 90 min.

¹⁵⁰ Compõe um dos gêneros de pintura usado pelos pintores do período histórico medieval, renascentista e barroco no contexto europeu, em que “consiste em revestir de argamassa uma parede e, sobre a massa ainda fresca, pintar em cores, possibilitando o embebedimento da tinta. Era uma forma comum de grandes pintores como Leonardo da Vinci e Michelangelo fazerem o uso dessa prática denominado afresco. Geralmente feitos em lugares religiosos como igrejas (conventos), capelas, etc. Disponível em: <https://www.portalsaofrancisco.com.br/arte/afresco> Acesso em: 10 jul. 2021.

profissionais acadêmicos das Belas artes¹⁵¹. Evocando a ancestralidade para confirmar a legitimidade desses saberes anteriores aos conhecimentos, vistos como científicos em território europeu e desqualificados entre os povos tradicionais.

A produção de cerâmica está fincada na memória da comunidade, a partir dos elementos de ancestralidade, e está relacionada diretamente às questões étnicas e de territorialidade. Ela sustentou as famílias que resistiram no território, garantindo, até o início da pandemia, o equilíbrio da renda mensal de Dona Maria Elza e suas duas filhas. Sua casa confortável, cuja construção finalizou recentemente, desperta questionamentos vindos das pessoas de outros lugares que a visitam. Percebe-se com esse “espanto” o quão desprovida a sociedade espera encontrá-la, quando estranham a estrutura física da sua casa ou tentam colocá-la em um lugar materialmente quase impossível de ser conquistado.

Figura 23: Utensílios produzidos pelas mulheres do Ribeirão dos Paneiros



Fonte: Acervo pessoal dos entrevistados (2019).

O valor atribuído aos utensílios de barro produzidos é carregado pela importância de sempre lembrarem da sua utilidade no contexto atual. Os saberes de Dona Maria Elza apontam que as tradições praticadas e os produtos produzidos na comunidade estão em esquecimento perante as preferências na sede do município. Já que a panela de barro tem sido um utensílio desvalorizado e desconhecido entre as novas gerações. Quando citada como possibilidade de uso doméstico nos dias atuais, causa deboche e desprestígio, ao levar em consideração o crescimento econômico da cidade e o fato das pessoas “não terem mais tempo” para produzir a

¹⁵¹ “O Centro Universitário Belas Artes de São Paulo é uma instituição brasileira de ensino superior que oferece cursos de graduação, pós-graduação, cursos livres e de educação a distância nas áreas de Arquitetura e Urbanismo, Artes Cênicas, Artes Visuais, Comunicação Social, Design e Relações Internacionais”. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Centro_Universit%C3%A1rio_Belas_Artes_de_S%C3%A3o_Paulo

própria alimentação. Ela ainda falou sobre as consequências da ausência da panela de barro como uso contínuo na atualidade, afirmando que:

No tempo que as pessoas cozinhavam na panela de barro não tinha essa doença que tem, quando bebia água do pote não tinha as doenças que tem. E hoje usa a panela de alumínio porque é mais rápido, cozinha mais ligeiro, mas adocece. Acaba adoecendo a pessoa. Então é porque você sabe que o nosso corpo precisa um pouco de barro, um pouco da terra, aí você tem que ter a panela de barro. É até um remédio para o nosso corpo. E hoje o povo não olha desse jeito, tudo é mais moderno, ninguém quer.¹⁵²

Ao ouvir os primeiros relatos de superação perante as dificuldades enfrentadas na trajetória de vida da entrevistada, ainda tivemos a oportunidade de apreciar a perfeição do seu trabalho manual. Ela mostrou, com muito orgulho, o fato de ter proporcionado à sua filha a possibilidade de ingressar no curso de Direito e, posteriormente, no mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade, ambos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Dessa forma, ao se referir ao tempo de quando possuía 8 anos de idade, a fala de Dona Maria Elza reporta ao momento em que aprendeu a fazer as panelas de barro com a sua mãe. Reforçando a importância dos conhecimentos transmitidos pela sua ancestralidade, as dificuldades enfrentadas e superadas com o auxílio da prática e produção de panelas, sendo versões do passado que não são contadas na história oficial:

A minha mãe, ela falou assim, que ela aprendia a fazer panela porque os índios faziam né, então eles eram de uma... eles eram índios. Só que quando eles mataram os índios, acabou matando e envenenando uma parte, uma família pegou, fez um porão e aí quando viu falar que estava na guerra começou a cavar um buraco e aí fez o porão e jogou o filho dentro. Ele saiu e morreu, só ficou (inaudível), só restou ela com os filhos e aí ela acabou morrendo no “confronte” com os índios né. E aí foi de uns que morreu na nossa região de Batalha, então só ficou ela. Ela contava que eles sofreram tanta fome na época que ela saía do Ribeirão para ir lá para Boavista pegar mamão para dar comida aos filhos, porque não tinha sobrevivência. Um dia ela foi 3 horas da manhã, saiu dez horas da noite para chegar lá de madrugada para derrubar o mamão, e quando ela pegou o mamão que ela derrubou, bateu na boca e quebrou dois dentes. Ela tinha dois dentes quebrados por causa disso. E aí, daí para cá a família foi voltando, se reunindo e aí acabou que a gente foi ficando, foi ficando com a mesma origem, só que os índios os ensinaram a fazer as panelas, então a minha mãe falava que eles pegavam as panelas e faziam, e foi assim que a gente aprendeu.¹⁵³

¹⁵² Entrevista coletiva de Maria Elza de Oliveira Gonçalves concedida ao canal “PROLER/UESB de Vitória da Conquista-BA” durante a XIX Semana Nacional dos Museus com o museu literário.

¹⁵³ *Ibidem*.

Essa forma de transmissão valoriza a cultura do território quilombola referido acima, mantida ao longo dos anos, percebida no trabalho de artesanaria de Dona Maria Elza. A qual é reconhecida pela comunidade como mestra, ao promover ensinamentos das suas experiências e conhecimentos ancestrais, os quais circulam, oralmente, entre os membros do grupo e seus familiares. A artesanaria compõe os feitos das práticas cotidianas resultantes dos povos situados no Sul, enquanto local de produção epistemológica. De acordo com Sousa Santos (2018; 2019), as epistemologias do Sul, é um pensamento constituído a partir das lutas e resistências ao colonialismo, ao capitalismo e ao patriarcado, é uma forma de produção que se opõe às ciências hegemônicas e homogeneizantes.

Assim, enquanto a comunidade Lagoa de Melquíades se apega às memórias ancestrais, a partir da memória cemiterial, para legitimarem a suas existências, Ribeirão dos Paneleiros se apoia nas produções artesanais e artísticas para continuar lutando contra os impasses decorrentes das várias tentativas de invisibilizá-los. No intuito de fazer reparar a “história única”¹⁵⁴ (ADICHIE, 2019), que os mantêm apagados e os negam na sua dimensão identitária.

Pensar no âmbito das tradições orais é não considerá-las como subsídio da escrita, assim como a literatura moderna deslegitima as produções advindas das comunidades tradicionais. Assim, esse autor retrata a importância da escuta aos outros, não a partir das convicções pessoais do pesquisador, mas, sim, de quem anuncia: “Escutar é despojar-me do meu paradigma e abrir-me a outros” (SOUSA SANTOS, 2018, p. 87).

Esse processo ocorre tipicamente nas comunidades tradicionais africanas. As quais exercem o trabalho coletivo e solidário, onde a produção artesanal acontece de forma organizada. Validando as práticas dos mestres/mestras griôs¹⁵⁵, comuns nas comunidades de Tradição Oral em África, como nos ensina Hampate Ba (2010). Diminuir a importância de

¹⁵⁴ **O perigo de uma história única** é uma obra da autora Chimamanda Ngozi Adichice, de 2019, a qual faz uma crítica aos estereótipos construídos nas histórias únicas, já que para ela, as muitas histórias devem ser validadas para humanizar e empoderar pessoas, principalmente quando suas dignidades são “despedaçadas”.

¹⁵⁵ “O termo Griô é universalizante, porque ele é um abasileiramento do termo Griot, que por sua vez define um arcabouço imenso do universo da tradição oral africana. É uma corruptela da palavra “Creole”, ou seja, Crioulo a língua geral dos negros na diáspora africana. Foi uma recriação do termo gritadores, reinventado pelos portugueses quando viam os griôs gritando em praça pública. Foi utilizado pelos estudantes afrodescendentes que estudavam na língua francesa para sintetizar milhares de definições que abarca. O termo griô tem origem nos músicos, genealogistas, poetas e comunicadores sociais, mediadores da transmissão oral, bibliotecas vivas de todas as histórias, os saberes e fazeres da tradição, sábios da tradição oral que representam nações, famílias e grupos de um universo cultural fundado na oralidade, onde o livro não tem papel social prioritário, e guardam a história e as ciências das comunidades, das regiões e do país. Em África, existem termos em cada grupo étnico: Dioma, Dieli, Funu, Rafuma, Baba, Mabadi... Os primeiros povos do Brasil também reconhecem no termo Griô a definição de um lugar social e político na comunidade para transmissão oral dos seus saberes e fazeres, a exemplo dos Kaingang do Sul, dos Tupinambá das Aldeias Tukun e Serra Negra (BA) e os Pankararu de Pernambuco, os Macuxi em Roraima, e tantos outros que participam da Rede Ação Griô Nacional contam sobre os Morubixabas, Kanhgág Kanhró... e o Griô contempla todos”. Disponível em: <http://www.leigrionacional.org.br/o-que-e-griou/> Acesso em: 08 nov. 2022.

histórias contadas por quem sempre foi visto por uma única referência é cometer equívocos. A transmissão das tradições orais não se deu por meio da escrita, sendo que esse ritual de passagem das histórias foi preservado pela oralidade. Reconhecer essa dádiva é importar-se com as narrativas construídas no seio das comunidades que detêm os saberes deixados pelos antepassados.

O processo artesanal da construção da panela demanda uma série de etapas, que vão desde a extração do barro dos variados locais específicos no território até a sua manipulação coletiva, encerrando-se na etapa de “queimação”, onde ganha as formas finais. Essas etapas compõem um esforço político, caracterizado por Sousa Santos (2018; 2019) como repetição-criação. Longe de ser um modelo que se limita aos padrões mecanizados vigentes nas epistemologias hegemônicas.

Os saberes locais oriundos dos quilombos de Vitória da Conquista são patrimônios imateriais, materializados nos utensílios artesanais e nas esculturas. Todos eles apresentados como reflexo da relação com o cuidado e preservação da natureza mostrados em sua totalidade com o passado. A entrevista de Juliana Oliveira abriu caminhos para nos ajudar a compreender esses conhecimentos ancestrais aplicados nas relações tensas entre a comunidade e o núcleo. Se fizermos uma analogia da comparação feita por ela, entre a “moringa” artesanal produzida manualmente, a partir dos ensinamentos dos mais velhos, e aquelas produzidas com ajuda de equipamentos industriais, para facilitar o esforço durante a mão de obra:

[...] o artesanato indígena vai ter traços mais grosseiros mesmo porque ele é feito de uma maneira manual que não tem como se dar um acabamento tão perfeito como no torno, porque é o torno que vai modelando. Você vai meio que ajustando, mas é o torno que modela, então fica tudo na mesma espessura, tudo ali numa simetria perfeita, e já o artesanato na mão de barro não é assim não, cada um tem que ter sua técnica própria.¹⁵⁶

Embora o artesanato ancestral seja preterido entre os produtos comercializados no núcleo urbano, o artesanato produzido pela comunidade nos ensinou como valorizar o feito com o barro. Quando artesãos e artesãs do Ribeirão dos Painéis se colocam avessos às técnicas feitas a partir do “torno”, para alcançarem uma larga escala nas linhas de produções fabricadas na cidade, seja na manipulação da cerâmica, pedras preciosas, gesso, fibra sintética, madeira, entre outros. Haja vista que o nome da comunidade não expressa a tamanha potência histórica e social que as pessoas têm perante a memória e história de Vitória da Conquista.

¹⁵⁶ Entrevista de Juliana Oliveira concedida ao canal “Teia dos povos”. Vídeo (1:33:19). Um planalto da conquista preto e indígena. Publicado pelo canal “Teia dos povos”, 2020.

Constatamos que a ancestralidade em Ribeirão dos Paneleiros condiz com os processos identitários constituídos coletivamente pelo grupo, ao recorrerem às tradições dos seus povos ancestrais para reparação histórica. Ao tratar de questões concernentes ao reconhecimento e reparação histórica, Francine Saillant confirma a importância da memória e identidade condicionadas socialmente à “reprodução das consequências negativas da injustiça”.

[...] os pedidos de reparação de Indígenas e Afrodescendentes também são ancoradas às vezes numa busca de releitura da história ou de retificação dos fatos históricos e numa procura de maior equidade entre povos, entre maioria e minoria/minorizados. (SAILLANT *apud* MATTOS, 2016, p. 24).

A formação da identidade reforça a necessidade contínua da resistência ao apagamento e da maneira como as relações estabelecidas entre a sede do município e os quilombos fazem perdurar o sentimento de exclusão e negação dos direitos. Entretanto, essa resistência se confirma no sentido de construir nos quilombos, uma memória coletiva pautada nos enfrentamentos, com os quais os antepassados se depararam diante das condições de possibilidades sujeitas ao poder dos dominantes.

O tempo nos proporcionou interpretar as suas ações vividas individualmente e coletivamente pelos entrevistados da comunidade Ribeirão dos Paneleiros. Como nos lembra Delgado (2003), ao citar Boaventura Santos (1994), a memória e a história são nutridas pela construção permanente de uma identidade sempre em curso, como observamos na trajetória de Gilvandro Oliveira. Uma identidade coletiva que o identifica como descendente dos povos originários da região de Vitória da Conquista: Ymborés, Pataxós e Mongoyós. Seus ensinamentos aprendidos por seus antepassados estimulam a reflexão em torno da memória constituída coletivamente no grupo, conforme relatos de Gilvandro Oliveira:

Vou trazer a memória de minhas primeiras lembranças de quando eu tinha seis anos de idade. Eu comecei a compreender melhor o que estava em meu redor e o que as pessoas estavam fazendo. Era um grupo de artesãos que trabalhava cerâmica na origem africana e indígena. Era uma comunidade um pouco isolada da cidade até então, onde as pessoas trabalhavam de segunda até a sexta feira. Na sexta feira as pessoas se deslocavam para a cidade para vender. Ainda não se tinha essas grandes corporações de lojas que vendiam peças a 1,99. Não se tinha as fábricas de alumínio. Só a cerâmica potencializava a cidade com utensílios utilitários (panelas, potes...), dentro daquilo que as pessoas tinham necessidades de usar.¹⁵⁷

¹⁵⁷ Entrevista de Gilvandro Gonçalves de Oliveira concedida a Jonatan dos Santos Silva e Felipe Eduardo Ferreira Marta durante a disciplina “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 13 nov. 2019.

A argila e a cerâmica eram o “passatempo” e “brincadeira” que Gilvandro tinha contato durante sua infância, no tempo livre e de lazer. Seu processo de aprendizado, por meio da “oitiva”¹⁵⁸, facilitou o aprimoramento das suas habilidades no manuseio com a matéria-prima, herança transmitida pelos seus ancestrais e cotidianamente vivida pela comunidade. Ao longo do tempo, sua capacidade de observação se aprimorou com sua convivência com os antigos e permitiu que as técnicas fossem dando lugar a possíveis enquadramentos das memórias, sobrepostas na modelagem e manipulação da argila. Esse processo de aprendizado se deu pela transmissão oral com auxílio de sua avó, que utilizava, enquanto recurso, a materialização dos conhecimentos advindos das relações com a natureza e com as formas de vida que se apresentavam no momento:

[...] E ali, eu modelava a argila. Minha mãe deixava. Começava a modelar alguma coisa. Eu tinha pouco contato com a televisão. Tinha uma comunidade vizinha chamada “Pedra branca”, que as vezes tinha oportunidade de ver as coisas que tinham lá e tal. Aquilo ali ficava na minha cabeça. Eu voltava para casa e começava a retratar alguma coisa com argila. Minha mãe via umas pecinhas que eu tinha feito e falou: “você tem habilidade da “Tia Zainha””. Tia Zainha, uma velha, tia dela, quando era viva trabalhava na comunidade com as pessoas. Aos dez anos de idade eu tive a oportunidade de estar com minha biza. Minha Biza era quem fazia o cachimbo. Ela quem tinha o hábito de “visagem”¹⁵⁹, próximo a ela. Mãe de Dona Orlinda. Aí, sentei com ela, ela me ensinou a fazer o cachimbo feito de cerâmica. Eu não tinha paciência. Eu pegava a argila e usava o dedo indicativo e o polegar, pois não preciso de outra ferramenta. Então com eles eu faço qualquer formato de qualquer forma facial. Aí, eu olhava Dinha ali e não tinha muita paciência. Tinha uma mosca que se chama Vespa. Aí, Dinha mandava eu parar de fazer o cachimbo e acompanhar aquela vespa. Eu quero que você aprenda fazer o cachimbo porque você vai me ajudar. Eu tinha uns 10 anos mais ou menos. Eu nasci em 1981. Aí, eu acompanhei essa Vespa. A Vespa pega a argila e vai construir a casa. Ela trabalha as tirinhas, formando as tirinhas. “tenta fazer igual a Vespa”. Aí, eu ia pegando as tirinhas de argila e ia separando as tirinhas de argila igual ela, e fazia o fundo do cachimbo. “Pronto, agora corta e faz dois cachimbos!”¹⁶⁰

Esse trecho mostra de forma potente a cosmovisão dele sobre os fatos. O seu estilo reflexivo de narrar esses fatos diferencia-se frente aos demais entrevistados, por englobar as memórias vividas pelos seus entes através da materialização das “vidas passadas”, a partir da arte. Suas técnicas, advindas dessas transmissões de saberes ancestrais, abriram outros

¹⁵⁸ De acordo com Hampate Bá (2010), a oitiva se resume como uma pedagogia muito comum no processo de ensino aprendido durante a formação de gerações mais antigas entre os tradicionalistas domas em África.

¹⁵⁹ As tradições orais consideram a visagem como essência individual e particular, oriunda dos saberes vinculados à ancestralidade a qual denota a capacidade de ver a transcendentalidade no tempo presente.

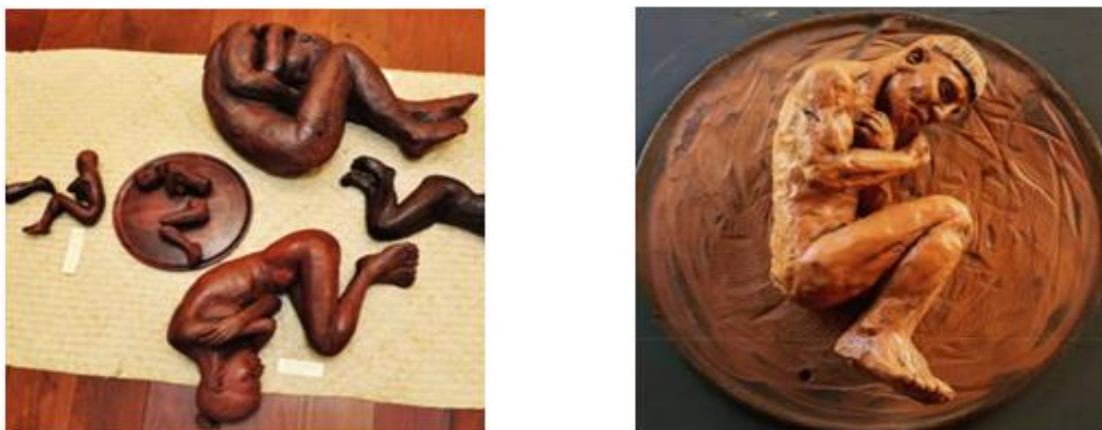
¹⁶⁰ Entrevista de Gilvandro Gonçalves de Oliveira concedida a Jonatan dos Santos Silva e Felipe Eduardo Ferreira Marta durante a disciplina “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 13 nov. 2019.

caminhos possíveis de manipulação da argila, a fim de atender às necessidades básicas do comércio popular da cidade.

Gilvandro Oliveira começou a modelar esculturas imagéticas do homem idealizado na configuração identitária de seus ancestrais. Retratos de corpos em que ele tentava transmitir o “efeito enérgico”, para além daquilo que se esperava de uma criança de sua idade. Essas habilidades contribuíram para que a comunidade aumentasse as relações de produção estabelecidas com a sede do município, além de contribuir com a sobrevivência coletiva, ao somar sua força de trabalho aos demais.

Entretanto, a memória constituída como fruto dos saberes adquiridos no grupo é rechaçada de tal modo que Gilvandro concentra na arte a possibilidade de retratar, na atualidade, o silenciamento situado na história oficial, considerado por muitos como única possibilidade de reconstituição histórica do município de Vitória da Conquista. Em meio a essa redoma, a sua voz ecoou através dos gritos de todas as gerações que se fizeram ouvir. Traduzidos na linguagem corporal dos gestos emblemáticos materializados em suas esculturas: as dores e os sofrimentos, representados em esculturas de cerâmica, modeladas em argila, com queima primitiva e encerada.

Figura 24: Exposição Amanajé: “Aniversário de Vitória da Conquista”



Fonte: PMVC (2012).¹⁶¹

As obras desse intelectual e pesquisador da sua própria comunidade, Ribeirão dos Paneiros, contrapõem a lógica de se pensar o processo de cristalização das memórias, previstas nos monumentos da cidade, em relação à memória das vítimas do massacre, ocorrido durante o processo de colonização. As temáticas abordadas em suas esculturas ilustram espaços

¹⁶¹ Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/aniversario-da-cidade-exposicao-amanaje-encanta-o-publico/>. Acesso em: 10 jan. 2021.

de reivindicações, percebidas nas memórias subterrâneas, referentes à memória do massacre ocorrido durante o processo de formação da cidade. De acordo com Pollak (1989, p. 3),

[...] essa memória "proibida" e, portanto, "clandestina" ocupa toda a cena cultural, o setor editorial, os meios de comunicação, o cinema e a pintura, comprovando, caso seja necessário, o fosso que separa de fato a sociedade civil e a ideologia oficial de um partido e de um Estado que pretende a dominação hegemônica. Uma vez rompido o tabu, uma vez que as memórias subterrâneas conseguem invadir o espaço público, reivindicações múltiplas e dificilmente previsíveis se acoplam a essa disputa da memória, no caso, as reivindicações das diferentes nacionalidades.

Pollak (1989) trouxe, nesse trecho, uma chave de interpretação para analisar as produções de Gilvandro Oliveira como resultado de reivindicação individual percebida na memória ancestral dos povos originários. Dessa forma, os relatos do artista revelaram que suas obras se tornaram alijadas do processo de reconhecimento social, quando não são desejadas, nem expostas em espaços públicos notórios e capazes de serem acessadas. Os detalhes de suas produções foram registrados pela pesquisadora Renata Oliveira (2020), que já havia escrito, em seu trabalho de conclusão do mestrado, sobre a comunidade e utilizado os relatos orais de antigos moradores já falecidos. As histórias contadas abriram discussões sobre a memória social dos territórios que circundam a cidade de Vitória da Conquista.

As obras desse artista refletem os mecanismos de respostas das comunidades às práticas de toponímia em Vitória da Conquista. Em específico, as que foram protagonizadas na exposição “Amanajê”¹⁶², realizada em um dos museus da cidade. As imagens esculturais dos seus ancestrais contradizem a insígnia posta no enquadramento de memória que legitima o sentido e significado da simbologia do “cristo sertanejo”, ao materializar a revolta da sua comunidade tradicional por não pertencer ao enquadramento oficial da história de Vitória da Conquista, conforme ele nos relata:

Eu peguei um Imboré, fiz um Cristo Grande, e peguei índios mutilados, cortados, com expressão de depressão, frustração, coloquei no chão, saí espalhando e fiz em agonia. Falei: se eu tenho uma obra de arte que vai contra a história, que denuncia, que fala, que expressa dor, angústia e chega até [...],

¹⁶² A exposição “Amanajê” foi realizada entre os dias 7 e 16 de novembro de 2012 no “Memorial Casa Regis Pacheco” no centro de Vitória da Conquista. Este evento foi promovido pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB em parceria com a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista no intuito de promoverem o trabalho do artista plástico Gilvandro Oliveira, mostrando “peças trabalhadas em terracota e retratar um pouco dos costumes Mongoiós, Aymorés e Pataxós, que viveram na região do Planalto da Conquista”. Disponível em: <https://www.pmvc.ba.gov.br/aniversario-da-cidade-exposicao-amanaje-encanta-o-publico/> Acesso em: 20 jun. 2021.

eu tô é ferrado se eu for viver de história. Eu tô é ferrado, não vou ser um bom profissional, e minha tendência foi essa, foi jogar na cara [...].¹⁶³

O Cristo Imboré, monumento indígena construído por Gilvandro Oliveira, foi de encontro ao que já se construiu em torno de se manter a memória religiosa católica e da constituição de uma história oficial que sustenta a “vitória” perante o massacre dos povos originários. Essa obra ainda se apresenta em contravenção à obra do escultor Mário Cravo, “O Cristo de Mário Cravo”, descrito na segunda seção, a partir da constituição do enquadramento de memória “sertaneja”. A obra original desse artista faz uma crítica à imagem do Jesus Cristo Redentor com feições europeias, ao trazer a figura de um homem pobre e sertanejo descrita pela história local¹⁶⁴. Por outro lado, o tom de protesto trazido na arte de Gilvandro Oliveira revela a não identificação da sua comunidade com os enquadramentos de memória percebidos tanto no legado europeu, constituído durante o processo colonizador no município, quanto nas simbologias e representações que enquadram Vitória da Conquista como cidade independente, por estar situada no sertão, distante da capital do estado.

Figura 25: O Cristo Imboré



Fonte: Arquivo pessoal de Gilvandro Oliveira.

Essa escultura compõe o acervo das principais obras memoráveis desse artista. Ele utilizou a matéria orgânica (argila) e aliou-a às técnicas de manuseios que obteve ao longo da

¹⁶³ Entrevista de Gilvandro Gonçalves de Oliveira concedida a Jonatan dos Santos Silva e Felipe Eduardo Ferreira Marta durante a disciplina “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 13 nov. 2019.

¹⁶⁴ De acordo com Jardim *et al.* (2016, p. 2), o Cristo Mário Cravo é um “Patrimônio cultural material, que faz parte da história da cidade, seja por sua localização panorâmica, no alto da serra do Periperi; seja por questões religiosas, por se tratar de uma imagem do Cristo com feições nordestinas, remetendo a população do sertão que sofre com a fome e a seca”.

sua jornada enquanto escultor, como a modelagem, pintura e queima da peça, trazendo o tom desejável entre os admiradores. O artista e a obra são indesejáveis no modo de perceberem sua arte, a partir do viés de enquadramento de memória instaurado pelo cristianismo, o qual coloca o “salvador” ao centro europeu. O imaginário social reproduz a imagem de um homem branco, com traços étnicos distintos daquele que foi territorializado no período e local de existência.

Em contrapartida, o efeito toponímico operou inversamente nas mãos de Gilvandro Oliveira. Mais do que hibridizar sua arte, empregando nela as feições do seu povo sacralizado nos gestos corporais cristalizados pela “arte sacra”, essa resposta do artista ao processo de toponímia demonstrou que esse processo de desterritorialização do enquadramento oficial, dado à história e memória de Vitória da Conquista, é o resultado das constantes tentativas de “jogar na cara” as suas contradições. Com isso, ele nos mostra uma cidade que se constituiu e manteve, nos lugares de memória, o protagonismo de histórias de famílias tradicionais da classe média e alta, as quais continuaram ocupando espaços de poder no cenário político municipal. Além disso, preserva as memórias dominantes, impedindo, dessa maneira, que exposições como “Amanajé” continuem ocupando esses espaços de forma permanente, ao invés de expô-las em datas que homenageiam os feitos coloniais, em alusão às histórias oficiais¹⁶⁵.

Ao se ver de fora da “história contada por ‘eles’”, o entrevistado, Gilvandro Oliveira, ainda nos contou sobre as inúmeras vezes em que suas obras não foram reconhecidas no núcleo urbano. Desde quando se dispôs a esculpir a atual escultura de Nossa Senhora das Vitórias, que se encontra em frente à paróquia, construída em homenagem à vitória e à conquista dos “desbravadores” europeus. Apesar de ser o artista da cidade que reproduz as réplicas dos monumentos da cidade para fins de apresentação e desfiles cívicos, Gilvandro não é visto e nem reconhecido publicamente pelos seus feitos, executados nos bastidores da PMVC.

Anualmente, ele é convidado pelos órgãos públicos para cumprir horas árduas e incessantes de trabalho braçal. No intuito de colaborar na confecção das alegorias que enfeitam os eventos públicos municipais, recebendo valores irrisórios e passando por constrangimentos ao ter que enfrentar o sistema burocrático dos setores financeiros para receber os valores acordados com a instituição contratante.

A memória do “galpão de arte” da PMVC é carregada por ele como referência de um lugar onde o artista obteve descrédito e falta de reconhecimento da sua autoria enquanto tal. Para contextualizar isso, ele relatou que, constantemente, enfrenta situações em que executa

¹⁶⁵ Para acessar mais informações sobre o “Memorial Casa Regis Pacheco”, acessar: <https://www.pmvc.ba.gov.br/memorial-regis-pacheco-completa-dez-anos-e-prefeitura-quer-revitaliza-lo/> Acesso em: 20 jun. 2021.

projetos de obras de arte pensadas detalhadamente por outros artistas, porém eles são lisonjeados e reconhecidos, ao invés do executor. Na maioria das vezes, essas ocasiões costumam se repetir quando é convocado para executar os projetos direcionados para as homenagens e comemorações realizadas pela PMVC, no dia 7 de setembro. De acordo com os relatos dele sobre as imposições da coordenadora responsável por gerir o núcleo artístico da instituição:

No 7 de setembro, ela reúne com os professores e discutem o que vão apresentar nesta data. Então pra mim, ela traz a ideia de uma série de peças. Manda eu fazer várias peças. Todas feitas com isopor. As vezes dar fibras em algumas. Igual escola de samba. Ela me passa aquilo dali e vou fazer. [...] o reconhecimento é de quem pensa e quem montou o projeto. Nunca tive crédito, nunca tive meu nome assinado nestas obras não. Porque o pensamento é deles não é? Sendo uma outra situação que me estimula a procurar outros meios.¹⁶⁶

O artista é tutelado pela coordenadora, mesmo apresentando os conhecimentos que detém sobre as técnicas de execução das obras. Essa tutela continua mantendo, nos bastidores, os feitos de um artista do município que ora empresta sua mão de obra ao poder público municipal, ora permanece desempregado até que seja novamente convocado para cristalizar as memórias oficiais nos monumentos. Embora esse artista possua licenciatura em história e arte, ele exercia a função de monitor de arte pela Secretaria Municipal de Educação, através de oficinas variadas de produções artísticas. Porém, era remunerado com menos da metade do valor comparado a um docente que tem a mesma formação que ele, mas cumpre metade da carga horária em sala de aula.

¹⁶⁶ Entrevista de Gilvandro Gonçalves de Oliveira concedida a Jonatan dos Santos Silva e Felipe Eduardo Ferreira Marta durante a disciplina “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 13 nov. 2019.

Figura 26: Entalhamento do busto gigante de Zumbi dos Palmares



Fonte: Redes sociais (2021)¹⁶⁷.

Além de não ser valorizado, o artista convive com a contradição de esculpir os símbolos da colonização, enquanto as produções oriundas dos trabalhos dele e demais pessoas da comunidade Ribeirão dos Paneleiros permanecem recrutadas por lá. Essa obra, citada anteriormente, fez parte do repertório de produções artísticas executadas pelo entrevistado durante sua função de monitor de arte. A obra tinha o objetivo de compor os desfiles na cidade em comemoração ao 7 de setembro, do ano de 2017. Como é mostrado em um “andor” durante o desfile na “Avenida Integração”, a partir da Figura 27, retratando os principais lugares de memórias turísticas da cidade de Vitória da Conquista: O Cristo Mário Cravo, o Monumento do Índio, o Monumento em homenagem ao Príncipe Maximiliano e a Catedral Metropolitana Nossa Senhora das Vitórias.

¹⁶⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/vandog1/photos>

Figura 27: Desfile dos principais “Pontos turísticos” - Dia da Independência do Brasil comemorado em Vitória da Conquista



Fonte: Site zewillian (2017)¹⁶⁸.

Para além dos lugares de memórias do município de Vitória da Conquista, que já foram discutidos neste estudo, havia o trabalho desconhecido do autor responsável pelas réplicas desfiladas em meio à avenida a qual foi ressignificada. O desfile pela Avenida Integração “integrou” (enquadrou) essas obras à memória oficial. O artista e protagonista da materialização dos projetos alheios continua não identificado na memória pública. Ele apenas preenche mais um espaço da rua onde se situam os telespectadores, os quais apreciam as apresentações dessas artes pela grande passarela “setembrista” e aplaudem os feitos, como todos os outros coadjuvantes da plateia. Enquanto isso, ao assistirem à admiração popular, os representantes do poder público municipal (Prefeitos, vereadores, deputados estaduais, federais, militares, empresários) observam as réplicas dos monumentos do núcleo do município passarem pelo crivo de julgamentos e elogios aos autores do “projeto escrito” das obras artísticas.

Recentemente, o artista foi um dos 14 premiados na 64ª edição dos Salões de Artes Visuais da Bahia, promovida pela Fundação Cultural do Estado da Bahia, com a obra “O Cristo Imboré”. Desta vez, Gilvandro Oliveira representou o quilombo Ribeirão dos Paneleiros na capital baiana, levando o debate **Eles pensam que nos mataram: entre memórias de sacrifício/crucificação, de resistência e consciência**, em que acrescentou crânios bovinos no conjunto da obra para contrapor à memória oficial, enquadrada como “sertaneja”, no núcleo urbano de Vitória da Conquista. Memória na qual confronta os símbolos vistos no

¹⁶⁸ Disponível em: <http://zewillian.com.br/2017/10/primeiro-7-de-setembro-de-herzem-gusmao/> Acesso em: 26 ago. 2021.

enquadramento de memória, exaltados a partir da história dos colonizadores e da resistência do “sertanejo” às tutelas impostas nas disputas políticas do passado, em relação a Salvador.

Figura 28: Obra: “Eles pensam que nos mataram”: entre memórias de sacrifício/crucificação de resistência e consciência



Fonte: Arquivo pessoal do entrevistado.

Durante a entrevista, realizada no dia 03 de outubro de 2022, o artista nos relatou que era preciso fazer um “chamado” para que as pessoas atentassem para o processo de silenciamento e apagamento dos povos originários. Com isso, a ideia de ter apresentado os “crânios bovinos”¹⁶⁹ remete ao dever de memória que a sede do município de Vitória da Conquista tem, ao reconhecer a existência dos quilombolas, que permanecem resistindo contra as imposições do sistema. Além disso, ele apresentou um corpo indígena crucificado e esartejado para ampliar a lente das pessoas que enxergam Vitória da Conquista apenas pela ótica da territorialidade “suíça” e/ou “sertaneja”. Por um lado, como sinônimo de frio, de riqueza e de juventude; por outro, de seca, de resistência e de pobreza, impedindo a população da possibilidade de reflexão sobre a existência dos povos originários e quilombolas no território.

Contudo, as produções advindas da artesanania e feitos artísticos na comunidade Ribeirão dos Paneleiros têm na ancestralidade o caminho que une a luta quilombola no município de Vitória da Conquista. É o reconhecimento das suas ancestralidades que os fazem retornar à “Jurema preta” e conectarem com os seus antepassados. Essa ancestralidade que acessamos, através da memória, mostrou-nos outra Vitória da Conquista que está fora do enquadramento

¹⁶⁹ “Assim, os crânios, como representação da transição entre a vida e morte como continuidade de um ciclo natural em processo evolutivo, são artefatos que convidam o homem a ter consciência da sua própria trajetória enquanto integrante da natureza, que nem sempre ele tem consciência do seu papel. Portanto, a fusão da consciência entre homem e natureza é representada na imagem do homem ao carregar, no topo da sua cabeça, o “crânio bovino”, para simbolizar sua tamanha inconsciência frente às “necro-attitudes” suicidas perante a natureza e a ele mesmo”. (Grifos do artista Gilvandro Oliveira, em 03 de outubro de 2022).

de memória constituído pelo núcleo urbano. Quando se trata da inexistência dos povos quilombolas e os sacrifícios que as comunidades quilombolas têm mediante a luta para manterem a memória dos seus ancestrais viva.

4.3 Ancestralidade quilombola: o reconhecimento e a formação identitária

A “Jurema Preta” mostra-se enraizada, entre as seções, ao ser representada nas comunidades quilombolas de Vitória da Conquista como símbolo de resistência. Ela será abordada aqui neste tópico como árvore ancestral que fortalece, nas comunidades, o reconhecimento quilombola e as ações de memória referentes à formação identitária. As quais emergem da necessidade que os quilombolas têm em aprofundar sobre conhecimentos relacionados às suas origens. Esse debate perpassa pelo autorreconhecimento da identidade e passa a ter significado na história dos sujeitos participantes da estrutura organizacional da comunidade. Como afirma Souza (2008) ao dizer que

[...] a identidade quilombola nasce dessa “determinação”, dessa estratégia de fazer frente às lógicas excludentes e repressivas do Estado brasileiro. Portanto a resistência quilombola se constitui e se expressa como afirmação da cultura, da organização social, dos usos e costumes, da territorialidade das comunidades quilombolas [...]. (SOUZA, 2008, p. 9).

A memória latente do Sr. Joaquim se atualizou nos relatos e reorganizou o sentido de temporalidade, mesmo que ele tenha falado de pessoas próximas no momento presente. Falar dos mais velhos da comunidade foi trazer para o presente cada ancestral do Sr. Joaquim, bem diferente de quando reportamos à ideia de passado na memória sobre a existência dos ancestrais. Nesse panorama, Tiago França narra histórias de seu tataravô, a partir do que sua falecida avó, Dona Dalvina, relatava para seus familiares, diferentemente da forma que o Sr. Joaquim nos contou. Esse foi um dos momentos nos quais percebemos a importância dos seus relatos, por ter sido neto e ter conhecido os mais antigos. Além disso, o nível de confiabilidade que a comunidade tem para com a pessoa dele.

Soma-se a isso, essa aproximação entre as gerações distintas, que nos permitiu refletir sobre o período em que o Sr. Joaquim nasceu, há quase 100 anos; sobretudo, a distância entre sua infância e o período de “velhice” do seu avô. Essa baliza cronológica nos permitiu afirmar, por aproximação, que o fato do Sr. Joaquim ter nascido na década de 1920 possibilitou às pessoas considerarem que o seu pai pudesse ter nascido durante os anos finais do século XIX, e seu avô, por volta do início da segunda metade do século referido. Esse fato reforça o mito de

origem da comunidade e aponta caminhos para o fato de Melquíades e Amâncio, possivelmente, terem chegado a Vitória da Conquista no período apontado pelos moradores. As memórias dos antepassados da comunidade reforçam no presente, de acordo com Pollak (1989), o sentimento de pertencimento e de coesão do grupo. Além de complementar a memória coletiva em defesa do território que, nesse caso, se fortalece a partir das referências do “mito” de origem.

Dessa maneira, a comunidade ainda divide opiniões nessa questão do reconhecimento identitário. Já que os interesses e escolhas do presente envolvem discussões sobre a propriedade privada, o uso coletivo e preservação do território. Isso porque parte dos moradores da comunidade acredita que os líderes têm o interesse de angariar benefícios constituídos a partir da formação identitária, perante o reconhecimento e demarcação de terras feitos pela Fundação Palmares. Em contrapartida, a outra parte se coloca contrária ao afirmar que tal interesse advém dessas outras pessoas, por levarem em consideração que o não reconhecimento as favorece, no sentido de tratarem as terras do território como propriedade privada, passível de ser comercializada ao seguir os critérios de troca e venda, semelhante ao que ocorre no processo de especulação imobiliária. Entretanto, o reconhecimento identitário, assim como ocorre em Ribeirão dos Paneleiros, em seu processo de hibridação, tornou-se estratégia de sobrevivência desses grupos.

A formação identitária da Comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio, enquanto quilombola, contribuiu para que as propriedades privadas se transformassem em especulação imobiliária. Essa comercialização favoreceu, segundo o líder comunitário, Thiago França, a aproximação de empresários ao território e, conseqüentemente, o aumento da degradação ambiental. Desse modo, garantir a identidade quilombola na comunidade fez com que as novas gerações mantivessem o território em sua extensão para que o coletivo garantisse sua existência e sobrevivência, como estratégia de ação e não como invenção de tradição. De fato, existem outras pessoas na comunidade que não se identificam com a memória étnica e a negam, pelo motivo dessa negação, são favorecidas no âmbito da especulação imobiliária. Dessa forma, os líderes comunitários afirmaram que essas ações individuais desmontam as formas de organizações coletivas articuladas pela associação dos moradores.

Essa necessidade coletiva de tentar alinhar os conhecimentos históricos da comunidade, entre seus pares, parte da ideia de continuar sendo um povo na perspectiva de formação quilombola. Esse debate nos fez recordar 1 dos 16 princípios e propósitos referidos na obra “Quilombismo” do saudoso Abdias do Nascimento sobre o uso coletivo de propriedades de terra como fundamento:

O quilombismo considera a terra uma propriedade nacional de uso coletivo. As fábricas e outras instalações industriais, assim como todos os bens e instrumentos de produção, da mesma forma que a terra, são de propriedade e uso coletivo da sociedade. Os trabalhadores rurais ou camponeses trabalham na terra e são eles próprios os dirigentes das instituições agropecuárias. Os operários da indústria e os trabalhadores de modo geral são os produtores dos objetos industriais e os únicos responsáveis pela orientação e gerência de suas respectivas unidades de produção¹⁷⁰. (NASCIMENTO, 1980, p. 275-276).

Embora fosse considerado um projeto utópico, serviu de base para promover a formação identitária dos que buscavam se fortalecer, nas lutas antirracistas, em favor da promoção da liberdade e de ações afirmativas no cenário de desigualdade racial no Brasil. Dessa maneira, essa luta ganha força a partir do momento em que a comunidade reconhece o processo de imposição dada na determinação ao lugar de subalternidade, em favor da promoção de privilégios de outros grupos. Nesse caso, os conflitos são vencidos pelo dominante quando este percebe que o próprio grupo se rende à reprodução dos “âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas” (ALMEIDA, 2019, p. 34).

Durante a entrevista com Seu Damião e as questões que ele levantou, o processo de formação identitária nos permitiu observar, em relação à categoria memória, o que Kreutz (1999) disse a respeito das identidades étnicas. Para esse autor, são compostas por historicidade, que de modo algum pode ser negada, principalmente quando se refere ao trato cultural com a terra frente ao debate sobre propriedade privada e direitos dos quilombolas. Dessa maneira, Kreutz nos ajudou a pensar sobre o relato de Seu Damião, quando ele visitou as famílias da localidade. No intuito de conscientizá-las da importância do autoconhecimento, valorização da memória dos mais antigos e da responsabilidade que possuem no âmbito da preservação da memória coletiva. A fala do Sr. Damião, relatando o período em que passou “de casa em casa”, mostrou que esse processo ocorreu na comunidade ao disseminarem a importância do mito de fundação, mostrando o trajeto percorrido, ao tentar convencer as pessoas de não venderem suas terras:

[...] o dia que só formou, aqui na Lagoa, essa história de quem é, começou com quem, foi eu que botei a cabeça na obra. Porque quando o rapaz chegou aqui perguntando eu falei: “ah”. E eu sei, as pessoas mais velhas, que sabem muita coisa, lá em cima. Fui lá de pé, fui lá em cima. Primeiro na casa de Tiago, que tinha Dona Dalvina mais Anísio. Nois foi na casa de Joaquim, conversou um bocado, dizendo. Aí, foi informando dizendo como que era a

¹⁷⁰ Os demais trechos que completam os 16 princípios e propósitos do “Quilombismo” na obra de Abdias do Nascimento podem ser encontrados no site do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO): http://www.abdias.com.br/movimento_negro/quilombismo_texto.htm#quilombismo

história de Melquíades e Amâncio. Passou na casa de Senhor. Senhor ainda era vivo, conversou um bocado. Aí, ele anotou e formou um grupo (risos).¹⁷¹

A vida em comunidade também se coloca como tabu, perante os interesses circunscritos na relação de posse de terra, pois as pessoas decidiram defender seus direitos às propriedades. Tornar-se quilombola significa assumir o risco de não se apropriar das terras, tampouco comercializá-las. As relações com a terra recobram da memória, vínculos diretos com o uso da tradição oral, seja nos contos de histórias, danças, músicas, religiosidade, cultivo do solo, produção alimentícia, todas essas, “declarações simbólicas complexas sobre os vínculos do povo com o lugar” (FERREIRA; AMADO, 2006, p. 160).

Dessa maneira, a ideia de propriedade privada e o processo de demarcação de terras, em destaque nos relatos dos entrevistados, nos remeteu aos direitos, previstos na Constituição Federal de 1988, que, para as comunidades tradicionais, se apoiam nos interesses individuais materializados na divisão de opiniões entre os integrantes da comunidade. Questionado sobre a importância de preservar a identidade quilombola da comunidade, o Sr. Damião reacende o debate sobre a construção da memória de grupo, preservação da memória coletiva, dever de reconstrução da história e a oralidade.

[...] a gente teve aquele direito. Ter aquele direito da pessoa conhecer as pessoas com mais precisão. Agora tem gente aqui na Lagoa que tem uns pedacinho de terra e quer vender, e aqui na lagoa nunca aceitou. Não é quilombola não. [...] O dizer deles é, não ser quilombola pode pegar tudo que tem e vender, e os quilombola, a ordem é essa, não pode vender terra pra estranho e deixar só o quilombo e os quilombola no território, assim como aqueles que vem de longe trazendo o esposo, a esposa, pra comunidade, nós não queremos que entra fazendeiro aqui na comunidade não.¹⁷²

O debate sobre a historicidade do quilombo reacende no próprio discurso de Sr. Damião, quando falou sobre os aspectos negativos que deslegitimam as lutas e reivindicações dos quilombolas. No entanto, ele ainda se apoia nos aspectos legais para continuar reivindicando a proteção do território quilombola, mesmo que suas ações tenham se efetivado de forma lenta e gradual.

Assim como em Lagoa de Melquíades e Amâncio, a constituinte tem sido um galho de sustentação para que os movimentos negros e parlamentares, a exemplo de Abdias do Nascimento, reforçassem a luta pelo direito à reparação referente à dívida histórica, do ponto

¹⁷¹ Entrevista de Damião Arifa dos Santos concedida à Jonatan dos Santos Silva na Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 03 out. 2020. 120 min.

¹⁷² Ibidem.

de vista simbólico e econômico, que gerou, segundo Leite (2008, p. 969), “novas situações de exclusão”. Além disso, recorrer aos seus direitos, que são garantidos pela Constituição Federal, é uma das ações que vão de encontro ao *modus operandi* do apagamento e eliminação dos processos históricos e sociais que as comunidades quilombolas têm em sua relação com o território.

O reconhecimento enquanto território negro acontece não pela quantidade de pessoas “físicas” (BANDEIRA, 1991, p. 8), mas, sim, a partir da formação da coletividade. Os valores são compartilhados no mesmo espaço e entre semelhantes graus de parentescos, em que enfrentam as questões impostas pela sociedade hegemônica. De acordo com essa autora, a convivência em território reflete os valores concernentes ao sentido de viver em comunidade. Já que, para ela, a coletividade tem “base nos princípios da solidariedade, da reciprocidade e do igualitarismo” (p. 21). Além disso, esse sentimento reforça o processo de constituição da identidade étnica, sendo “um instrumento de auto identificação da comunidade” (BANDEIRA 1991, p. 21). Portanto, rompe com a lógica de se pensar “lugar ocupado” como sendo um espaço. Por outro lado, esse conceito se amplia na medida em que a ideia de território representa uma construção territorial que atinge a constituição geográfica, considerando as relações estabelecidas.

Apesar de haver semelhanças entre as contribuições de Sr. Damião, ao disseminar na comunidade a importância do “mito de fundação” e as “estórias” mostradas pelo personagem Antônio Biá, no filme *Narradores de Javé*, dirigido por Eliane Caffé, lançado em 23 de janeiro 2004¹⁷³, nos colocamos contrários ao pensamento de Peter Burke (1992),¹⁷⁴ ao comparar mito e mentira. Ao contrário, o mito representa histórias verdadeiras e significativas “que fornece os modelos para a conduta humana, conferindo, por isso mesmo, significação e valor à existência” (ELIADE, 1972, p. 6) e nos possibilita compreender grupos sociais. A fala do Sr. Damião se mostrou interessante, quando descreveu outros momentos em que a comunidade recebeu a

¹⁷³ Este filme trata-se de um povoado chamado Vale de Javé, que, na ficção, mostra o conflito entre a comunidade e uma hidrelétrica, que porventura sofrerá uma inundação após a construção da usina. Entretanto, os moradores se reúnem para tentarem mudar o destino da vila e têm a ideia de registrar as memórias existentes daquele lugar para ser transformado em patrimônio histórico e salvaguardar o território, ao passo que, supostamente, evitariam o desastre. O responsável pelos registros foi o funcionário dos Correios, Antônio Biá, porém sua ajuda marcou a memória de fracasso devido não ter registrado as histórias contadas pelo povo. As histórias orais não registradas esperaram a escrita de um livro a ser feita pelo designado, que culminou na inundação, onde as memórias orais passaram a ter maior significado para os que lamentaram o não registro dos mitos e a possibilidade de registrar as trajetórias de vidas a partir do momento em que viveram no povoado.

¹⁷⁴ Este autor mobiliza sua produção acerca da “A escrita da história: novas perspectivas”, o qual nos ajudou a compreender a perspectiva de se escrever história distante do enviesamento dado ao modelo tradicional de se pensar os grandes acontecimentos enquadrados em história de grandes homens.

presença de outros pesquisadores. Os quais, de fato, tentaram sistematizar as narrativas sobre a origem e não retribuíram os esforços da comunidade através das informações colhidas por eles.

Esta dinâmica de compreender estes dois pólos se mostra na divisão ideológica dos moradores, permeada por uma parte das pessoas que aceitaram a identidade quilombola. Ao levarem em consideração o mito de fundação e os percursos de luta deixados pelos antigos como dever de memória, no intuito de demarcar o território quilombola, conforme os preceitos legais. E outra parte, negaram a identidade quilombola, despreendendo-se dos aspectos históricos que constituem o mito de fundação, para tentarem garantir “autonomia” no processo de comercialização de terras.

O processo de demarcação de terras quilombolas se faz necessário e urgente, processo fundamental para garantir o processo de territorialização dos quilombolas e reafirmarem suas identidades. Enquanto não são contemplados, os processos formativos e de luta quilombola são recorrentes através das associações, de mobilizações das lideranças em cada comunidade, atuando nas escolas, especificamente em Lagoa de Melquíades e Amâncio. Portanto, o processo identitário é sustentado pela materialidade de ações que demandam a sobrevivência como prioridade, como ocorreu n caso dos indígenas Truká, no município de Cabrobó, em Pernambuco. Os mesmos fizeram sua identidade indígena ressurgir quando precisaram instalar uma bomba d'água no Rio São Francisco para abastecer a comunidade¹⁷⁵.

Histórias como as que foram narradas pelo Sr. Damião nos convidaram a pensar sobre as possíveis manipulações dos fatos, quando as pessoas tentaram conferir o passado como única possibilidade de acontecimentos. Já que o ato de lembrar, ao se referir ao passado, ocorre a partir de movimentações e escolhas ocorridas no presente. Isso se confere nas três narrativas descritas pelos entrevistados, as quais seriam subjugadas por autores que desconhecem a Metodologia de História oral, ao considerarem as narrativas como passíveis de desconfiança. O próprio Le Goff (1990) nos convidou a esse debate, por se tratar da distinção entre memória e história, já que, para ele, confunde passado e presente de forma cética:

Sabemos agora que o passado depende parcialmente do presente. Toda a história é bem contemporânea, na medida em que o passado é apreendido no presente e responde, portanto, aos seus interesses, o que não é só inevitável, como legítimo. Pois que a história é duração, o passado é ao mesmo tempo passado e presente. (LE GOFF, 1990, p. 52).

¹⁷⁵ Ler mais sobre este episódio em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pe-povo-truka-conquista-territorio-mas-convive-com-violencia-e-megaprojetos-dos-donos-do-sao-francisco/>

Entretanto, os estudos de Le Goff legitimam a história em seu lugar de objetividade, enquanto que a história oral leva em consideração as subjetividades entrepostas nos discursos construídos nas narrativas orais, vigentes na própria história. As narrativas que conferem o mito de fundação à formação identitária da comunidade trazem a objetividade, ao carregarem a genealogia dos saberes transmitidos pelos mais antigos, produzidos de acordo com suas condições de produção e mantidos por meio da oralidade. Retomar o passado com a lente do presente, portanto, mobiliza e seleciona aquilo que de fato interessa para a construção da narrativa que diz respeito ao mito de origem da comunidade, entrelaçada com a sua ancestralidade.

Dessa forma, fomos adquirindo a capacidade de ouvir as histórias, durante o exercício da escuta. As memórias vão se credibilizando no tempo-espaço, mesmo carregadas por conflitos e pela ânsia de buscarem compreender a dialética interposta na necessidade de conciliação com o passado. São recursos da constituição de uma narrativa, também defendidos por Bruner (2014)¹⁷⁶, que vão se moldando na “internalização”¹⁷⁷ dos mitos fundadores. Já que “são modelos para serem copiados; são incríveis transgressões no banal que devem ser compreendidas, em certa medida domesticadas, incorporadas em uma tradição cultural”. (BRUNER, 2014, p. 101). Esse autor nos mostra o quanto a história passa pelo crivo da constituição da verdade, quando causa desprestígio, a ponto de desqualificá-la e configurar o mito enquanto mentira. Internalizar os mitos como parte de constituição da continuidade e formação da identidade é considerar que não se deve reduzir o valor dos mitos narrados nas comunidades. Tomá-los como possibilidade de estatuto de verdade é levar em consideração que a história vai se complementando, já que não somos capazes de lembrar à risca dos fatos ocorridos tal qual aconteceram no passado.

As memórias sobre as ancestralidades da comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio legitimaram suas existências perante o núcleo urbano, mediante os registros e ofícios de matrimônios, natalidades, compra e venda de terras. Entre os documentos contidos nos arquivos pessoais dos quilombolas, estavam os registros de Certidão de Casamento emitidos exclusivamente na Igreja Católica Nossa Senhora das Vitórias. Conforme Certidão de Casamento analisada, a data de 1909 foi registrada como o ano referente ao matrimônio de um

¹⁷⁶ Jerome Bruner psicólogo americano de família polonesa. Exerceu sua docência em Harvard e Oxford. Produziu trabalhos sobre educação e na obra **Fabricando Histórias: Direito, Literatura, Vida** (2014) trouxe contribuições sobre o processo de domesticação da cultura e a importância das narrativas em demasiadas áreas do conhecimento.

¹⁷⁷ O processo de “internalização” é uma categoria dos estudos de Lev Semionovitch Vigotsky (1962) para descrever as formas de perceber e emular como nos apropriamos dos modos estabelecidos de conversar e contar. Com o auxílio do seu discípulo Alexander Luria, compreenderam a agricultura coletiva mecanizada durante a Revolução Russa. Concluíram afirmando que o mundo social mudará para eles, assim como seus eus. (VYGOTSKY, 1962).

casal do quilombo. Fato que nos fez ir até o local onde o casamento aconteceu, no intuito de conferirmos as informações importantes que constavam nos documentos.

Quando retornamos para o núcleo urbano, estabelecemos contato com os funcionários da Catedral de Nossa Senhora das Vitórias, na cidade de Vitória da Conquista, onde fomos informados que havia arquivos e documentos apenas a partir do ano de 1903. Logo, não foi possível ir além dessa data, no que se refere às memórias da comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio naquela localidade. Em vista disso, os quilombolas se orgulham por guardar seus feitos enquanto “cidadãos”. Pois, mesmo possuindo dificuldades em cumprir a determinação das leis, tal qual os moradores da sede do município, eles registram essas memórias ações para validarem suas existências, perante as constantes tentativas de invisibilizá-los.

Esses documentos nos direcionaram a visitar o cemitério do Lamarão, seguindo as informações contidas nas certidões de óbitos encontradas nos arquivos pessoais da Associação de Moradores da Comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio. O desfecho sobre os registros feitos no cemitério, trataremos no próximo subtópico. Nele, abordaremos sobre como os quilombolas de Lagoa de Melquíades e Amâncio constituem, em seus mitos e ritos, as suas “Juremas Pretas” frente ao que o núcleo urbano se apresenta como “Suíça baiana”.

4.4 “[...] um grande cemitério a céu aberto”: as contradições da insígnia “Suíça baiana”

O que a gente não esquece, não está morto. Quando se lembra de quem já morreu se lembra das situações.¹⁷⁸

O relato que intitula essa epígrafe vai se mostrar ao longo da discussão, a seguir, enquanto um paradoxo. Especialmente entre as memórias dominantes que se mantiveram vivas ao longo da história de Vitória da Conquista e aquelas que foram silenciadas e apagadas, mesmo estando vivas para os povos tradicionais e mortas em relação às suas condições refratárias. Em que a classe dominante se apresenta ao mundo, no intuito de promover o esquecimento das comunidades quilombolas, em meio essa relação dicotômica entre memória e história da cidade de Vitória da Conquista.

Conferir a importância da “Jurema Preta”, em Lagoa de Melquíades e Amâncio, e atribuir legitimidade ao significado de ser quilombola nos remete aos relatos atribuídos ao cemitério como espaço que aciona memórias que contradizem com as atribuições que a sede do município dá aos espaços públicos. Ao trazer, em seus monumentos públicos, vistos na segunda

¹⁷⁸ Entrevista de Joaquim Jermano Silva concedida à Jonatan dos Santos Silva na residência localizada na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 04 out. 2020. 75 min.

seção desta tese, os seus heróis distribuídos por vários “túmulos” ao longo da configuração desse espaço urbano que ela elegeu para compor o “grande cemitério a céu aberto”, através da insígnia “Suíça baiana”, mobilizada por grandes empresários da cidade.

Em contrapartida, os quilombolas demonstram seus monumentos e representações de lugares de memória entrelaçados com as suas construções étnicas e ancestrais. Memórias como as de Seu Damião nos ajudaram a compreender como a comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio atribui ao cemitério de Lamarão como resgate de memórias ancestrais para confirmar seus mitos e ritos, a ponto de darem continuidade a existência da memória coletiva do grupo. Nas palavras dele,

[...] Era no “sumitéro”. Ouvia falar de história que o povo enterrava no quintal. Enterrava anjinho no fundo do quintal. Aqui deve ter ó (aponta para o fundo do quintal da vizinha), o povo aqui, como é que chama? O povo de Zira. E o “sumitéro”, quando meu pai morreu, ele faleceu lá. Ele foi trazido pra cá. Fizeram um caixão de madeira de pau. Já tinha um cemitéro aqui. Amâncio e Melquides, tão destacado lá.¹⁷⁹

As palavras do Sr. Damião nos mostraram que os fundos dos quintais representavam lugares onde se realizavam enterros de recém-nascidos. Posteriormente, essa prática foi atribuída ao cemitério do Lamarão, local apontado por ele como o mais tradicional do território por possuir a sepultura dos irmãos Melquíades e Amâncio, fundadores do referido quilombo. Essa prática é comum em diversas comunidades da região, como percebemos em várias conversas informais com Viviane Sales, uma pesquisadora da cidade de Vitória da Conquista¹⁸⁰.

A presença da temática do cemitério, visto enquanto lugar de memória, fez lembrar que eles transmitem seus mitos e ritos operacionalmente através da oralidade. Assim, enquanto a cidade idealiza seus heróis através do processo de cristalização das nomenclaturas de ruas, praças, monumentos, escolas, postos de saúde, hospitais, auditórios e locais públicos; os povos tradicionais vão construindo suas identidades no âmbito coletivo, por meio do resgate e manutenção das memórias dos seus antepassados. Lembrados através dos rituais fúnebres, das sepulturas e diversos outros registros e acervos (fotos, certidões de nascimento, casamento e óbito), que alicerçam a reconstrução da memória coletiva de um passado deslegitimado pelo núcleo do município.

¹⁷⁹ Entrevista de Damião Arifa dos Santos concedida à Jonatan dos Santos Silva na Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 03 out. 2020. 120 min.

¹⁸⁰ Viviane Sales Oliveira, doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia campus Vitória da Conquista.

A representação do cemitério, enquanto símbolo sagrado do quilombo, demonstrou o quanto esse marco de memória tornou-se parte da história e patrimônio, sempre lembrado na oralidade. Entre essas memórias está a do Sr. Joaquim, quando se referiu ao Lamarão, enquanto lócus que resguarda acolhimento após sua morte: “até hoje tô aqui, vai ter o dia que vou pro Lamarão [o cemitério], [muitos risos]”¹⁸¹. Ele também nos fez despertar a curiosidade de desbravar o cemitério, como referência de espaço, onde as famílias se reportaram ao luto, saudade, pertencimento, identidade e geração. Assim, ele falou sobre seu futuro sepultamento, lembrando-se de seus entes queridos que foram sepultados há muito tempo. Revelou, ainda, como operacionalizou o tempo a partir da lacuna entre a ausência dos que já morreram e a vontade de reencontrá-los postumamente.

Em meio às reflexões sobre os desdobramentos de como fizemos o paradoxo do cemitério relacionado à cidade, recordamos sobre a percepção que tivemos sobre os espaços que se configuraram como marco de memória na comunidade. Em virtude disso, os mais antigos apontaram como referência as casas antigas que não existem mais; as árvores centenárias (pau ferro), a lagoa, as fazendas, as estradas, os morros, os vales. À medida que o Sr. Joaquim foi relatando, ele sempre gesticulava em direção aos lugares de memória que a própria comunidade se apoiou, para manter as recordações de como as famílias constituíam suas memórias de pertencimento.

A memória operou como inventário para o Sr. Joaquim e nos possibilitou ir até o cemitério do Lamarão, lugar de memória que ele tanto se referiu durante a entrevista. O trajeto até a chegada foi marcado pelas estradas rurais com difíceis obstáculos, buracos, ladeiras, curvas e depressões. No topo da serra, após um “mata burro”, uma porteira na lateral esquerda, ao longo de um terreno cercado de arame farpado, deu início a um “processo arqueológico” que encontramos na inusitada visita ao cemitério do Lamarão.

¹⁸¹ Entrevista de Joaquim Jermano Silva concedida à Jonatan dos Santos Silva na residência localizada na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 04 out. 2020. 75 min.

Figura 29: Visão Panorâmica do cemitério do Lamarão



Fonte: Arquivo pessoal (registrado no dia 28 de novembro de 2020).

Curiosamente, fomos atraídos pelas estruturas arquitetônicas dos túmulos mais degradados pela ação do tempo. Um deles nos impactou pela aparência antiga em comparação aos demais. Ao contrário da formatação dos demais túmulos, aparentou não ter sido assistido ou zelado pelos familiares. Assim, o líder comunitário nos afirmou que esse seria o suposto túmulo de um dos fundadores da comunidade, o ancestral Melquíades Jermano da Silva.

Segundo a pesquisadora Maria da Conceição Vilela Franco (2019), as sepulturas demonstravam a presença de elementos que reforçam o imaginário local e constituem o lugar de memória durante o processo de identificação, negação e/ou afirmação da memória local. Nesse caso, tendo em vista que a presença da sepultura de um dos fundadores trouxe contribuições para a afirmação do quilombo, em sua memória coletiva, as lembranças sobre o cemitério do Lamarão abriram possibilidade para outras investigações históricas a respeito das suas lápides, epígrafes e iconografias. No intuito de agregar à “cultura material e imaterial capazes de perpetuar, manter, recuperar e preservar um acervo representativo da memória e da história desta sociedade”. (FRANCO, 2019, p. 156).

Longe de comparar ao que se pode facilmente observar nas necrópoles cemiteriais¹⁸² dos núcleos urbanos, os tijolos antigos, os vestígios de revestimento de “adobão”, o “lodo” esverdeado e o limo em volta do túmulo citado nos despertaram a curiosidade de interpretar as palavras apagadas na parte frontal desse patrimônio: “Melquides Jermano da Silva falecido nu

¹⁸² Este termo foi utilizado nas pesquisas de Franco (2008) para fazer alusão às ocupações portuguesas, suíça, alemã e italiana nas arquiteturas cemiteriais desde o século XVIII no Brasil. Em contrapartida, podemos perceber que a lógica implantada na arquitetura cemiterial dos centros urbanos obedecem a mesma estrutura arquitetônica prevista nas grandes cidades, bem distante da ideia percebida no cemitério das comunidades tradicionais quilombolas e indígenas.

dia 06 de 9bro de 1935”. O olhar para além do óbvio, ajudou-nos a inferir sobre o período histórico em que o texto foi grafado no túmulo, assim como a possibilidade de estarmos diante do primeiro túmulo construído no território, por volta da década de 1930.

Figura 30: Túmulo de Melquíades Jermano da Silva, falecido em 06 de novembro de 1935



Fonte: Arquivo pessoal (registrado no dia 28 de novembro de 2020).

Assim, a interpretação que tivemos a respeito das informações descritas é que, dificilmente, outra pessoa pouco interessada em aprofundar mais sobre a memória da fundação do quilombo conseguiria ter acesso a esses dados importantes na iconografia do túmulo de Melquíades. Desvelar a data de sepultamento de um dos fundadores foi fundamental para situar a pesquisa em uma baliza cronológica, referente ao período no qual as vivências de Melquíades e Amâncio foram relatadas, a partir dos mais antigos ainda vivos.

Acompanhamos os períodos históricos grafados em cada túmulo da época, revelando uma linguagem local, que se traduziu na escrita da grafia registrada neles. Logo, não foi possível encontrar nenhuma outra escrita que seguia o padrão do túmulo de Melquíades. Os demais enterrados foram pessoas falecidas, posteriormente a 1935. Alguns túmulos não apresentavam nomes, já outros eram datados com a escrita semelhante a de outros, levando-nos a inferir que foram feitos no mesmo período.

Sobre as informações apresentadas no túmulo, Josemberg Mendes afirmou que há controvérsia em relação à data de morte de Melquíades, já que ele pensou na possibilidade do número “3” escrito estar virado ao contrário, resultando no número “5”. Como conclusão, a data de morte passaria a ser 1953 em vez de 1935. Tudo isso para confirmar que houve relatos de pessoas idosas, que viveram entre 1940 e 1950, e posterior a esse período, que diziam ter conhecido Melquíades quando ainda estava em vida. Entretanto, essa mudança alteraria e

interferiria com outras hipóteses levantadas, principalmente as que fazem alusão à lei do Ventre Livre e ao tráfico de crianças escravas em meados do século XIX. Pois ter morrido em 1953 não coincidiria com a versão do fundador ter nascido por volta de 1850.

Por ter sido um dos primeiros túmulos a ser construído por ali, essa memória pouco é percebida nos relatos dos outros entrevistados mais antigos da comunidade. O mito de fundação apontou Lamarão como localidade onde os dois irmãos viveram antes de se deslocarem até a Lagoa onde fundaram o atual quilombo. As pessoas também recordam de que a dona da fazenda, mãe de Melquíades e Amâncio, morava na mesma localidade do cemitério, porém a casa foi degradada e destruída com o tempo.

Dessa maneira, ficou subentendido que as tradições percebidas em torno das localidades estavam distantes dos pressupostos seguidos pela cidade. Predominava a lógica de enterrar os corpos no “fundo das casas”, em que partimos do pressuposto de que outras famílias tivessem feito o mesmo. Historicamente, isso ocorria quando as pessoas não tinham o direito de serem enterradas nas igrejas. Visto que somente as pessoas de posses tinham esse privilégio. Sendo assim, isso passou a ser uma preocupação imersa nas políticas de saneamento do Estado Novo (1937-1945). Distantes das localidades, consideradas por muitos como rurais, as pessoas passaram a ser sepultadas em locais específicos fora da igreja, a fim de não comprometerem a saúde pública. (MORENO, 2019).

De acordo com Moreno (2019), o motivo pelo qual as pessoas eram enterradas na igreja estava relacionado com o fato de estarem mais perto do céu. Entretanto, a cultura ocidental sustentou esse privilégio na esfera religiosa, até que se tornou uma ameaça à saúde pública, já que os corpos enterrados na igreja também acarretavam transmissão de doenças. Assim, a condição de isolamento das fazendas, distantes da cidade, permitiu-nos inferir que o local de enterro das famílias era próximo onde produziam os meios de subsistência. Esses locais passam a ser instituições autônomas no processo organizacional das comunidades.

Na zona urbana de Vitória da Conquista é comum perceber o que na capital do Estado denomina de “campos santos”, locais onde se enterravam pessoas, principalmente quando as cidades passam a ter práticas semelhantes. Em visita à igreja matriz, Catedral de Nossa Senhora das Vitórias, é perceptível a presença de túmulos em locais específicos do interior da igreja, visivelmente situados na lateral esquerda. Assim, concordamos com Melo (2020), quando se refere ao crescimento populacional da cidade, que causou preocupação à regência sanitária e beneficia aqueles que não seguiam a tradição religiosa. Esse autor ainda afirma que,

[...] em relação ao Brasil, os mortos que eram sepultados fora da igreja na sua maioria eram os não-católicos, protestantes, muçulmanos, judeus, condenados ou escravos. Para que os católicos fossem enterrados fora das igrejas, foi necessária a implantação de uma lei, que visava como já citado acima, preservar a comunidade de doenças decorrentes dos sepultamentos realizados nas criptas dentro das igrejas. O enterramento sai da esfera religiosa e vira questão de estado e saúde pública. (MELO, 2020, p. 7).

Já os cemitérios rurais carregam as características das tradições da comunidade nas estruturas dos túmulos e os lugares de memória escolhidos para serem os “campos santos” (MELO, 2020). No caso do Lamarão, o cemitério fica localizado na parte mais alta da comunidade. Os túmulos vão se situando em declive seguindo os desníveis do terreno, conforme os locais íngremes de ladeiras e morros. Há também identificações dos sepultados com a data de nascimento e, às vezes, apresentam fotos, cruzeiros e oratórios, a maioria deles próximos às árvores. Os que foram construídos há muito tempo, não foram resinificados, os quais mantiveram a estrutura original, mesmo sendo deteriorados a partir da ação dos fenômenos da natureza.

Curiosamente, perguntamos sobre a existência de outros cemitérios. Já que o próprio fundador da comunidade foi enterrado nas proximidades de onde se instalou, após ter sido levado da região portuária do Rio de Janeiro até o Lamarão. Por incrível que pareça, a própria comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio não possui cemitério próprio. Apesar dos rituais fúnebres acontecerem na comunidade, os mortos são encaminhados para as funerárias da cidade de Vitória da Conquista. Depois são levados de volta à comunidade para que, por fim, possam ser enterrados em outras localidades, como Veredinha, Abelhas, Lamarão e Inhobim. Assim como mostra o estudo de Melo (2020, p. 6) sobre os cemitérios e rituais de sepultamentos, já que:

Os rituais dos motivos de se enterrar alguém em determinado lugar, sabe-se que de alguma maneira o local para tal sepultamento reflete diversos motivos, sejam eles ligados às questões da própria organização familiar no lugar; Questões religiosas; econômicas, ou, geográficas aos termos do acesso e a outras regiões.

O cemitério do Lamarão tem um número considerável de pessoas sepultadas e remonta, segundo pesquisa de campo realizada, às primeiras décadas do século passado. Magalhães (2008) traz, em seus estudos, que as atividades econômicas estão diretamente ligadas aos locais de construções de cemitérios na zona rural. Na proporção que a localidade era desassistida pelo poder público municipal da cidade, os recursos básicos eram dificultosos para atender às

peças no que diz respeito à saúde pública, à abertura de estradas e à garantia de saneamento básico. Assim, com as constatações dessas problemáticas, inferimos que o isolamento geográfico dessas comunidades, situadas distantes da cidade, justificou os motivos pelos quais esses cemitérios se tornaram lugares autônomos e de memória, integrando a ideia de serem vistos como “campos santos” (MAGALHÃES, 2008).

Em virtude disso, percebemos que o Cemitério do Lamarão é um lugar de memória que emprega um significado importante na memória coletiva da comunidade. Nele, foi possível aproximar do mito de fundação que tanto apareceu nas histórias ancestrais, contadas pelas famílias da Lagoa de Melquíades e Amâncio, que foram na contramão aos preceitos determinados pelas regras constituídas pelo núcleo do município na época.

A prática de sepultamento de corpos no quilombo foi constante devido às dificuldades de acesso ao núcleo da cidade, pois esta já se mostrava omissa às condições de saúde pública, acessibilidade e o “direito à cidade”. O cemitério, portanto, resguarda as memórias locais das famílias e, conseqüentemente, a invisibilidade e o silenciamento que se mantêm nas relações estabelecidas entre a cidade, a comunidade e o poder público.

Pouco interessa às classes dominantes do município as estratégias de resistência apresentadas nas localidades “afastadas”. Já que os territórios quilombolas são rechaçados, quando mostram as adversidades que o núcleo urbano apresenta em seu projeto higienista, incluso na proposta de urbanização. Para tanto, colocamos em debate, através da representação cemiterial, a celebração da morte perante a forma de cultivar a vida cotidiana em um lugar onde o seu núcleo urbano não faz questão de fazer lembrar. Em contraposição à celebração da vida da memória dos povos originários e negros, que nas palavras de Seu Damião, [...] “O que a gente não esquece, não está morto” [...] ¹⁸³. Isso mostra mais uma vez o retrato de um município que prefere visibilizar ações concretas em seu cotidiano que ignoram a presença das comunidades quilombolas em seu entorno.

Os entrevistados contribuíram nesta seção, para que este estudo também ganhasse suporte associativo, durante a produção de narrativas, distantes daquelas estereotipadas nas pesquisas de História que não colocam em cena os trabalhadores, os explorados, os oprimidos como agentes históricos, ao isentarem essas pessoas do palco dos acontecimentos. Os relatos foram confrontados sempre quando não apresentaram mensagens a comunicar. A fala dos entrevistados destacou o passado do grupo, em que selecionaram lembranças, minimizaram

¹⁸³ Entrevista de Damião Arifa dos Santos concedida à Jonatan dos Santos Silva na Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 03 out. 2020. 120 min.

choques, tensões e conflitos (FERREIRA; AMADO, 2006)¹⁸⁴. Esses elementos nos possibilitam questionar a história nacional e ressignificá-la, já que o testemunho simples dessas pessoas pode acarretar reflexões significantes perante a história dominante.

Ao analisarmos o contexto cemiterial da comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio, associado com as memórias atreladas ao mito de origem, pudemos perceber que o cemitério não se configura como depósito de corpos. As formas de transmissão dos mitos acontecem principalmente entre os anciãos, os quais detêm, com rigor, memórias que são contadas e escutadas com muito respeito entre os demais, ainda que suas reminiscências sejam colocadas em jogo.

A história oral, a *priore*, não trabalha com os dados prontos, eles são definidos durante as entrevistas. Assim, a entrevista com Tiago França durante a visita ao cemitério nos mostrou que a memória sobre a morte é revigorada entre eles, toda vez que recordam sobre o cemitério visto como monumento para reatualizar a memória dos mortos em suas narrativas.

O barro e a argila, portanto, são elementos representativos primordiais na preservação das memórias ancestrais na Comunidade Ribeirão dos Painheiros, assim como os instrumentos de produção de trabalho que deixaram de ser manuseados por eles, ao serem substituídos pelos produtos industrializados. As tradições vistas, através dos entrevistados, demonstraram, em sua ritualidade, uma forma de celebração da vida da memória coletiva ancestral do grupo, a fim de que possam continuar mantendo suas memórias de ancestralidade vivas e prontas a retornarem à “Jurema preta”. Porém, essa disponibilidade para a promoção desse retorno, o qual as tradições africanas nos ensinam a “sankofar”¹⁸⁵, depende diretamente da forma em que as comunidades quilombolas retornam às suas ancestralidades para ressignificarem suas existências no presente e justificarem, através das memórias-ações, suas continuidades. É sobre algumas dessas memórias-ações que trataremos na seção seguinte.

¹⁸⁴ Ferreira e Amado (2006, p. 53) ainda cita o fenômeno migratório como um dos principais debates no campo da historiografia geral. Estes autores destacaram exemplos de acontecimentos históricos que nos ajudaram pensar sobre os grupos sociais desta pesquisa, como a destruição das comunidades Asquenazes do Leste europeu, o êxodo dos judeus sefarditas do Magreb após a descolonização, a guerra da Argélia (Regard) e os Lugares de memória na historiografia do francês Pierre Nora. Sobre estes episódios, Ferreira e Amado (2006) relatam estes fatos relativizando a existência de múltiplos vestígios da memória através das escritas em pedra, e defende o testemunho oral como documento mais adaptado, mesmo correndo perigo de sofrer distorções ou esquecimento (FERREIRA; AMADO, 2006).

¹⁸⁵ Ideograma Yorubá, um desenho que traz um pássaro com o corpo em um sentido oposto ao pescoço e à cabeça e significa: “Nunca é tarde para voltar ao passado, pegar o que ficou perdido e ressignificar o futuro”. (MIRANDA, 2020).

5 APRENDENDO COM A “JUREMA PRETA”: MEMÓRIAS DE AÇÕES DOS QUILOMBOS RIBEIRÃO DOS PANELEIROS E LAGOA DE MELQUIÁDES E AMÂNCIO

Após executarmos um giro epistêmico pelos enquadramentos de memória, memórias-denúncia e memórias ancestrais das comunidades Ribeirão dos Paneleiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio, abordaremos nesta última seção sobre as memórias-ações específicas de cada uma delas, descrevendo a memória-ação. Após passarmos pelos conhecimentos de ancestralidade, constituição de identidade e o reconhecimento do dever de memória, enquanto ação concreta para resolverem, estrategicamente, os problemas que emergem desse processo de resistência.

Nesta seção, mostraremos parte das ações, correspondentes à resposta às memórias-denúncia e às suas buscas pelas suas ancestralidades, que as comunidades Lagoa de Melquíades e Ribeirão dos Paneleiros têm feito para tentarem colocar em prática o processo de aquilombamento. Assim como as dificuldades e dimensões de possibilidades que elas encontram para enfrentar seus problemas específicos e em comum. Dessa maneira, analisaremos parte das ações que cada comunidade tem feito, ao passarem pelo reconhecimento da ancestralidade como chave de interpretação para se reconhecerem quilombolas e terem obtido pequenas conquistas, gerando novas ações coletivas.

Para isso, dividimos a presente seção em 2 partes. Na primeira, falaremos sobre **os conflitos socioambientais em Lagoa de Melquíades e Amâncio**, para mostrar as ações da comunidade contra o avanço das plantações de eucalipto, que geraram conflitos e ações práticas na tentativa de resolver os problemas mediante reivindicações ao poder público municipal. Iniciamos traçando o processo histórico do projeto arquitetado pelas empresas de eucalipto para sua disseminação no extremo sul da Bahia até o território de Vitória da Conquista. Com isso, abrem-se caminhos de possibilidade de compreensão sobre os conflitos ambientais advindos da eucaliptocultura contra a comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio, entre eles, a contaminação do solo e da água, assim como a diminuição do território quilombola.

Em relação à constituição teórica do subtópico referido acima, contamos com as pesquisas de Nascimento (2005), Joactan Viana (2017), Andrade (2015), Finamore (2010), Little (2001), Mateus (2013). Já no âmbito da discussão sobre a memória, utilizamos como aporte teórico os estudos de Ricouer (2007), Portelli (2016), Mbembe (2018) e Santos (2021). Além disso, tivemos como principal referência de memória oral, relatos de seu Damião Santos. As memórias-ações se ancoraram nas organizações coletivas junto ao Ministério Público contra os desastres ambientais causados pela monocultura de eucalipto e as constantes ameaças que a

comunidade tem sofrido. Em meio ao processo metodológico, fizemos uso de técnicas da epistemologia da análise do discurso, para analisar imagens registradas da ação prática da Associação dos moradores e de mapas instituídos por outros pesquisadores.

Dessa maneira, percebemos que os desequilíbrios ambientais registrados e não registrados pela comunidade, como no caso das aves maritacas, apontam a necessidade de mais mobilizações coletivas para a promoção de uma gestão pública responsável em prol da comunidade. Destacando a agricultura familiar como uma das ações práticas de sustentabilidade e resistência, posto que os efeitos da degradação do meio ambiente geraram outros dispositivos de controle, entre eles, o racismo estrutural.

Na segunda e última parte desta seção, tratamos de discutir a memória-ação da Comunidade Ribeirão dos Paneleiros, a qual foi mobilizada a partir da omissão e impedimentos de proprietários de terras do entorno dessa comunidade. Ela nos apresentou as dificuldades no modo de vida, as quais fizeram com que os moradores reagissem contra o cercamento do território por meio da luta burocrática e jurídica para garantirem a regulamentação fundiária da comunidade. Para a efetivação metodológica, fizemos análises de documentos jurídicos do acervo pessoal de Juliana Oliveira, assim como também acessamos processos judiciais eletrônicos do INCRA e os principais *sites* de notícias da cidade, que nos deram condições de analisar como essa memória foi disseminada pelos meios de divulgação eletrônicos e midiáticos. Utilizamos, concomitantemente, relatos de Juliana Oliveira e Dona Maria Elza, concedidos ao Canal “Teia dos Povos”, e Gilvandro Oliveira. Como suportes de entrecruzamentos, fizemos análise de documentos referentes ao INCRA e à CONAQ, assim como a mobilização de diálogos com Melo (2011) e Portelli (1997).

Esta seção se desdobra a partir de relatos que colocam em jogo os métodos dos proprietários de terras e latifundiários em contravenção às políticas públicas que asseguram os direitos quilombolas na comunidade Ribeirão dos Paneleiros. As ameaças de morte também são constantes nesta comunidade, provenientes do cercamento, em que os quilombolas são forçados a migrarem para a periferia do núcleo urbano. A necropolítica opera através das péssimas condições de fornecimento de água advindas do método de gerir o município em favor do desenvolvimento urbano da sua sede.

A busca pela emissão do documento de titulação do INCRA tem sido uma das memórias atreladas às ações práticas da comunidade, junto ao conselho quilombola e documentos da CONAQ. O estrangulamento que a comunidade tem sofrido será mostrado, a partir do sistema de especulação imobiliária, decorrente da Lei de terras, episódio que reverberou no município e mostra as contradições da gestão pública municipal. Ficou sabido, portanto, que o modo de

vida e as ações advindas da resistência tentam transmitir a memória como dever de ação para as novas gerações, para que recorram às memórias das suas vitórias, a partir do autorreconhecimento enquanto quilombolas. Conseqüentemente, garantindo os direitos públicos no âmbito coletivo.

Encerramos esta seção relatando sobre uma ação deliberada recentemente realizada em Vitória da Conquista, justamente em ocasião para celebrar o dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra.

5.1 Os conflitos socioambientais em Lagoa de Melquíades e Amâncio

O tema sobre as terras quilombolas abriu novas discussões que fizeram o Sr. Damião relatar a respeito da presença e chegada das plantações de eucaliptos na comunidade. Logo, estava posto neste momento uma relação conflituosa entre os moradores do quilombo e os fazendeiros. Assim, os conflitos que persistem na memória dos quilombolas desta comunidade se intensificaram a partir da degradação do meio ambiente devido a presença da eucaliptocultura e sua expansão pelo Sul do Estado.

A expansão do eucalipto na Bahia ocorre na década de 1980, vislumbrado pela facilidade de escoamento da madeira após a pavimentação da BR 101. Ligando a Bahia ao Espírito Santo e os lucros com a produção e industrialização do papel, em outras regiões brasileiras, incentivadas pelos planos: II Plano Nacional de Desenvolvimento e do I Programa Nacional de Papel e Celulose, na década de 1970, conforme analisa Nascimento (2005).

A indústria do eucalipto foi se disseminando na Bahia há 4 décadas. A produção atendia às demandas do mercado externo, atingindo em 1980, 5,8 milhões de hectares dedicados ao eucalipto. Na década de 1990, a produção de eucalipto chegou em Belmonte. Nesse caminho expansivo, na década de 2000, o eucalipto chega em Canavieiras. Com isso, consolida uma área produtiva destinada à agroindústria da celulose na região. (NASCIMENTO, 2005). Desse modo, a tendência era que os empresários do extremo sul da Bahia buscassem novos terrenos férteis para a exploração e extração do eucalipto.

Segundo o boletim do Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais (WRM), a cultura do eucalipto chega na Região Sudoeste em consequência da crise do café iniciada na década de 1980, chegando a uma fase crítica na década de 1990. Fato que despertou o interesse pela eucaliptocultura destinada ao fornecimento de carvão para o polo siderúrgico do Norte de Minas Gerais, de lenha para a produção de cerâmicas e madeira tratada. De acordo com a organização, o investimento na produção de eucaliptos em escala agroindustrial na região contou com o apoio

da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, EMBRAPA Florestas. Tendo como marco inicial, a realização de simpósios em 1992 e 2005, na UESB, promovendo a referida cultura.

A cidade de Vitória da Conquista, pólo de toda região Sudoeste, direta e indiretamente atingida pela expansão da Veracel, já se encontra fortemente atingida pela expansão da monocultura de eucaliptos, estimulada pelo pólo siderúrgico de Betim (MG), interessado na madeira para produção de carvão. Somente nos tabuleiros deste município já são cerca de 35 mil hectares de eucaliptos plantados, aos quais se estima existirem outros 15 mil em Encruzilhada, e mais 20 mil hectares nos municípios de Barra do Choça, Cordeiros, Piripá, Cândido Sales, Planalto e Poções, todos no Planalto da Conquista. Assim, somente nesse Planalto estima-se cerca de 70 mil hectares de eucaliptais. Em toda Bahia já são cerca de 658 mil ha de área plantada, com o Sul e Extremo Sul da Bahia estimam-se cerca de 70% desse total, caracterizando o Estado da Bahia como o 3º maior produtor de áreas plantadas de eucalipto do país.¹⁸⁶

Esses dados refletem as causas dos episódios conflituosos entre os líderes da comunidade e os fazendeiros, os quais se intensificaram a partir da identificação da presença de crimes ambientais, devido à contaminação do solo e da água. Os conflitos ambientais e de terras foram apontados por Joctan Viana (2017) como uma das problemáticas que abrange a delimitação da comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio. Já que não foi possível identificar quando e como começou a perda do território vista na observação da sua diminuição. Em contrapartida, ele cita confrontos da comunidade com fazendeiros e grandes empresas de eucalipto no território e contribui com seus estudos no sentido de “proceder o levantamento do território quilombola de Lagoa de Melquíades e Amâncio, utilizando geotecnologias disponíveis, acessíveis e de fácil compreensão da comunidade para estabelecimento dos limites físicos que identifiquem a sua territorialização” (VIANA, 2017, p. 3).

Outro estudo relevante envolvendo informações do conflito entre fazendeiros e Lagoa de Melquíades e Amâncio é analisado por Andrade (2015), ao colocar em destaque os conflitos socioambientais em decorrência da monocultura do eucalipto no sudoeste baiano. Cita como exemplo, a invasão da empresa Veracel, no território Pataxó do extremo Sul da Bahia, para o plantio de eucalipto e a invasão da empresa “G5 Agropecuária”, na comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio, conforme relatado no CEAS (2014). Destaca também o seminário intitulado **Não comemos papel, nem carvão**, realizado nos dias 29 e 30 de novembro de 2012,

¹⁸⁶ MOVIMENTO MUNDIAL PELAS FLORESTAS TROPICAIS. Brasil: a monocultura do eucalipto no sudoeste baiano – conflitos e enfrentamentos. Boletim WRM 193, 2013. Disponível em: <https://www.wrm.org.uy/pt/artigos-do-boletim/brasil-a-monocultura-do-eucalipto-no-sudoeste-baiano-conflitos-e-enfrentamentos> Acesso em: 18 out.2022.

em Vitória da Conquista, onde “reuniu representantes dos municípios e comunidades afetadas pelos plantios de eucalipto no sul, extremo sul, sudoeste baiano e o norte mineiro” (ANDRADE, 2015, p. 77). Evento divulgado amplamente no Estado por meio da “logo” que faz alusão à presença das plantações de eucalipto na comunidade:

Figura 31: “Logotipo” utilizado no Seminário: “Não comemos papel, nem carvão”, Vitória da Conquista



Fonte: CEAS- 2012 *apud* Andrade (2015).

O enunciado¹⁸⁷ apresentado no logotipo foi construído com a imagem de uma fazenda de eucalipto ao fundo. Na parte central, destaca-se a superfície de um solo craquelado, para causar o efeito de uma eucaliptocultura não saudável. Logo à frente, o enunciado escrito “Não comemos papel, nem carvão” em caixa alta. A palavra “Não” aparece ao centro, ocupando a maior parte da apresentação da ilustração de um solo craquelado, com letras de forma preenchidas com imagens de hortaliças verdes. As demais palavras do enunciado se apresentam com a cor branca. Portanto, o enunciado traz o efeito de sentido no qual os meios de subsistências serão prejudicados, caso as fazendas de eucalipto continuem prejudicando o solo, negando a ideia de que extraem seus alimentos a partir da produção de papel e carvão advindos da produção oriunda da eucaliptocultura. A imagem também faz uma alusão à terra desertificada, o “deserto verde”, pois entre os inúmeros impactos ao meio ambiente, nota-se o desaparecimento da água nas localidades de plantio¹⁸⁸.

¹⁸⁷ Utilizamos o conceito de enunciado de Eni Orlandi (2013) na perspectiva da Análise do Discurso, que contribuiu, nesse sentido, para o entendimento e leitura das imagens lançadas neste contexto recheado de ideologias produzidas por meio da linguagem inserida na produção histórica e social envolvendo a Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio em contraponto às fazendas de eucalipto que as cercam.

¹⁸⁸ MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. FERNANDES, Leonardo. Eucalipto: o deserto verde que ameaça a vida dos povos tradicionais do campo, 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/02/21/eucalipto-o-deserto-verde-que-ameaca-a-vida-dos-povos-tradicionais-do-campo/>. Acesso em: 18 out. 2022.

Essa problemática tem sido questionada frequentemente e debatida entre os estudiosos, a respeito da silvicultura e os impactos ambientais causados pela presença da cultura de eucalipto. Como mostram os estudos de Lima (2010) acerca da degradação, empobrecimento e erosão do solo ao denotar seca. Esses efeitos alelopáticos¹⁸⁹ alteram a biodiversidade (fauna e flora), assim como a umidade do solo, nos aquíferos¹⁹⁰ e lençóis freáticos¹⁹¹. Essa tem sido uma das discussões que prevalece há mais de 16 anos na comunidade quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio, conforme o laudo antropológico emitido pela Fundação Cultural Palmares¹⁹².

Com a presença de pesquisadores e representantes do Ministério público na discussão sobre os conflitos socioambientais nesse evento, destacou-se “a ocupação ilegal de terras pelas empresas do setor em área quilombola do município de Vitória da Conquista” (ANDRADE, 2015, p. 79-80) e a “contaminação das águas e do uso indiscriminado de agrotóxicos”. Assim, a participação de representantes da comunidade nesse Seminário foi significativa, no sentido de encorajá-los a saírem em marcha pelo centro urbano da cidade de Vitória da Conquista, para denunciarem a monocultura de eucalipto e os seus impactos negativos no território.

O dever de memória se amplia quando o ato político presente na cidade responsabiliza a todos, principalmente por serem consumidores diretos de produtos da eucaliptocultura, e indiretos, por consumirem alimentos possivelmente infectados pelos agrotóxicos emanados no solo e escoados nas lavouras dos pequenos agricultores. Os quais, por sua vez, fornecem parte de suas produções aos comerciantes da própria cidade, como é mostrado na Marcha da primeira imagem da figura 32. Já na segunda, é possível ver pessoas do lado esquerdo segurando uma faixa com o enunciado: “É preciso ter certeza do que se põe na mesa”, conforme apresentadas abaixo:

¹⁸⁹ Segundo Molisch (1937), alelopatia é a capacidade de as plantas, superiores ou inferiores, produzirem substâncias químicas que, liberadas no ambiente de outras, influenciam de forma favorável ou desfavorável o seu desenvolvimento.

¹⁹⁰ Trata-se de uma formação geológica que contém água e permite que quantidades significativas dessa água se movimentem no seu interior em condições naturais. Formações permeáveis, tais como arenitos e areias exemplificam o conceito de aquíferos. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/aquifero.htm> Acesso em: 18 jul. 2021

¹⁹¹ Ainda são poucos os estudos sobre os ciclos hidrológicos do plantio de eucalipto no Brasil. Outros poucos estudos apontam que o plantio de eucalipto tem apresentado consumo de água semelhante ao da floresta nativa, sendo que este consumo se reduz nos períodos de secas.

¹⁹² De acordo com o processo de número 01420.001395/2006-83 da Fundação Cultural Palmares, a comunidade foi certificada no dia 28/07/2006, conforme publicação da portaria do DOU. Disponível em: <http://www.ipatrimonio.org/wp-content/uploads/2021/01/ipatrimonio-Quilombos-certificados-2020-Fonte-Fundacao-Palmares.pdf> Acesso em: 07 abr. 2022.

Figura 32: Marcha em denúncia da monocultura de eucalipto na Avenida Regis Pacheco e Praça 9 de Novembro, respectivamente - Centro da cidade de Vitória da Conquista



Fonte: CEAS – 2013 *apud* Andrade (2015).

Ao centro da segunda imagem, um retângulo demarcado com uma terra preta simbolizando a contaminação do solo da comunidade. Na parte interna da demarcação, duas pessoas encenando os “mortos” dentro das fazendas. Do lado de fora do retângulo, a representação de vários outros corpos acumulados entre si, mostrando numericamente ser a maioria do contingente prejudicado que se situa fora dos limites da fazenda. Sobre todos os corpos, os atores seguram alimentos, oriundos das lavouras contaminadas pelos produtos químicos. Em outras palavras, a intenção do protesto foi mostrar que tanto os moradores da comunidade, quanto os que residem na fazenda serão prejudicados, assim como as pessoas da zona urbana do município.

Os recursos naturais que eram facilmente encontrados nas proximidades, de onde atualmente estão as plantações de eucalipto, estão se findando. A exemplo da água da chuva que molha essas plantações e escoo pelo solo, que se contamina por venenos¹⁹³ que combatem o crescimento do mato até chegar à lagoa. A imagem a seguir mostra a divisão entre a fazenda de eucalipto na parte superior e as residências situadas próxima à lagoa na parte inferior.

¹⁹³ Utilizamos nossa posição política ao usarmos o termo “veneno” para nos referirmos aos produtos químicos escoados pela chuva ao prejudicar as lavouras e uma das principais fontes de água da comunidade. Assim, longe de apresentar neutralidade perante o contexto sócio político do país, também nos colocamos avessos ao projeto de Lei que tramitou no Senado em 2016 para “abolir” o termo “agrotóxico” com objetivo de substituir pela palavra “fitossanitário”. Disponível em: <https://www.oeco.org.br/noticias/projeto-de-lei-substitui-palavra-agrotoxico-por-fitossanitarios/>. Acesso em: 23 jul. 2021.

Figura 33: Comunidade quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio



Fonte: Redes sociais do Quilombo (2021).¹⁹⁴

Andrade (2015) ainda apontou o relato de um morador, em 2012, sobre os prejuízos que a fazenda de eucalipto causou à comunidade, em suas palavras:

[...] Até em cima da nascente de água doce já plantaram eucalipto. Já denunciamos, mas não resolveu. [...] O que a gente está passando de dificuldade, é o veneno que eles usam na plantação, eles tratam do mato jogando veneno, o que afeta os nossos pastos. Já denunciamos isso também, mas eles continuam fazendo às escondidas. (Relato de um morador da comunidade *apud* Andrade, 2015, p. 80).

Os riscos de contaminação da água fizeram parte dos estudos obtidos em uma investigação conjunta pela ONG Repórter Brasil, em parceria com a agência Pública e da organização suíça Public Eye – referente ao período entre 2014 e 2017. Concluíram que 271 cidades da Bahia têm água contaminada devido ao uso de agrotóxico em torno das barragens responsáveis pelo seu armazenamento e distribuição. Entre essas, Vitória da Conquista, através da Barragem de Água Fria II, localizada na cidade de Barra do Choça¹⁹⁵. Ao identificarem 11 agrotóxicos causadores de doenças crônicas (câncer) e outros 3 proibidos no Brasil, os estudos apontaram que:

¹⁹⁴ Disponível em:

<https://www.facebook.com/QUILOMBOLAGOADEMELOQUIADES/photos/a.563753960643201/1244178382600752> Acesso em: 17 jul. 2021.

¹⁹⁵ Barra do Choça é considerada uma das referências no Brasil pela cultura cafeeira. Assim, o entorno da Barragem de Água Fria II é composto por fazendas de café, as quais são citadas como responsáveis pela contaminação da água distribuída para Vitória da Conquista-BA e Belo Campo-BA, localizada nas proximidades do território da Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio.

[...] os venenos podem entrar no corpo por meio de contato com a pele, mucosas, respiração ou ingestão [...]. Os agroquímicos também podem desenvolver problemas crônicos, que aparecem após algum tempo, como distúrbios como irritabilidade, ansiedade, alterações do sono e da atenção, depressão; dor de cabeça, cansaço, alergias de pele e respiratórias, problemas neurológicos e até alguns tipos de câncer”.¹⁹⁶

Ao descobrirem que o solo e a água da lagoa apresentavam resíduos de contaminação, após a saúde das pessoas ter sido alterada no âmbito coletivo, as lideranças da associação de moradores buscaram elementos para identificar as causas e os efeitos. Assim, a partir de análises técnicas e científicas, identificaram a contaminação da água da lagoa, que levou à morte grande quantidade de peixes e inviabilizou o consumo da água da lagoa pelas pessoas e animais na comunidade. Atualmente, a memória dos efeitos dessa degradação ambiental é relatada pelos moradores.

O conceito de “áreas contaminadas” é recente no Brasil, quando se trata de políticas ambientais, já que se refere ao “local cujo solo sofreu dano ambiental significativo que o impede de assumir suas funções naturais ou legalmente garantidas” (CETESB/GTZ, 2001, p. 42). De acordo com os relatos dos entrevistados, desde quando as empresas de cultivo de eucalipto se instalaram na comunidade, eles perceberam mudanças no solo e na configuração da água do lago. Este, por sua vez, foi receptor por muito tempo de substâncias nocivas e residuais oriundas do uso e manejo de pesticidas pelos donos das fazendas, no intuito de diminuir a proliferação de mato entre as plantações de eucalipto. Assim, a água da chuva escorria os venenos pela parte mais alta da comunidade – local onde se situam as fazendas de eucalipto – até a lagoa, depois de ter percorrido por vários córregos que dão acesso às casas e plantações dos pequenos agricultores, aumentando as áreas contaminadas. Em conversa com seu Damião, ele nos falou sobre as ações práticas da comunidade contra esse crime ambiental durante esse episódio de envenenamento:

[...] A gente viu o veneno chegar nas nossas aguadas e vimos o gado morrer. Falamos na associação e Chico fez a denúncia quando ele era presidente e Berg era secretário. Aí, a gente chamou advogados e nós foi até a cidade. Não me lembro se foi Ministério Público. Nós queria descobrir quem era o dono da fazenda pra fazer pagar tudo. Todo prejuízo. Mataram nossa aguada e nosso

¹⁹⁶ Disponível em: <https://www.correio24horas.com.br/noticia/nid/271-cidades-da-bahia-tem-agua-contaminada-por-agrotoxicos-veja-lista/> Acesso em: 23 jul. 2021.

gado. Depois ia matar nós de fome e envenenados. A gente foi atrás dos direitos.¹⁹⁷

Ele recordou, nesse trecho, o momento em que as lideranças da Associação de Moradores Lagoa de Melquíades e Amâncio interpelaram uma ação judicial contra a empresa “G5 Agropecuária” protocolada junto ao Ministério Público Federal. Essa ação foi citada nos estudos de Andrade (2015), o qual descreve que a ação prática ocorreu em 2013, com a abertura de um inquérito civil público, com assessoria do CEAS, para apurar as denúncias de:

A agressão ao Meio Ambiente e às normas de saúde pública está manifesta na própria localização dos maciços de eucaliptos, que segue uma perspectiva de cerco às residências e as fontes de abastecimento de água dos moradores das comunidades mencionadas. Como se pode observar nas imagens anexas, suas plantações de eucaliptos são contíguas aos quintais e pomares de produção de alimentos das moradias, bem como das fontes de água dessas famílias. Nesse cerco criminoso, os responsáveis pelos eucaliptais não observam quaisquer regras para evitar o carreamento dos resíduos químicos para os reservatórios de água. Como essas comunidades estão situadas na parte mais baixa da região, e relevo local se assemelha ao de uma “bacia”, os reservatórios hídricos recebem os resíduos tóxicos dos herbicidas (Glifosato) e formicidas (sulforamida), amplamente utilizados nessas plantações. [...] Nas comunidades citadas, as regras ambientais e de saúde pública não estão sendo observadas pela G5 Agropecuária, o que vêm colocando em risco a saúde de centenas de famílias, e provocando a degradação dos solos e áreas de cultivo desses agricultores, numa clara agressão ao princípio constitucional que assegura o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto no artigo 225, caput, do Texto Maior, que preceitua: “Art. 225: Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. (CEAS, 2013 *apud* ANDRADE, 2015, p. 80).

Todavia, mesmo tendo conhecimento dos prejuízos causados à comunidade, os responsáveis pela contaminação do solo mudaram as técnicas de controle de crescimento do mato, colocando o gado para pastagem. Em contrapartida, os conflitos em decorrência desse processo judicial aumentaram, devido à falta de reparação pelos danos proporcionados ao meio ambiente e à comunidade, culpabilizando as pessoas de serem as próprias responsáveis pela degradação percebida por elas na comunidade. Dessa maneira, as tentativas de reparações se apresentam como caráter jurídico, em consenso com os trâmites legais, em contraposição às perdas referentes à violação dos direitos humanos. Sobre essa questão, Saillant completa ao dizer que,

¹⁹⁷ Entrevista de Damião Arifa dos Santos concedida à Jonatan dos Santos Silva na Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 03 out. 2020. 120 min.

[...] quando se trata de uma injustiça histórica relacionada a grupos tais como os Afrodescendentes e os Indígenas, são exatamente os direitos coletivos que estão em pauta. Os pedidos de reparação não concernem aos indivíduos, mas exatamente às coletividades. A reparação de injustiças históricas que envolvem regimes muito dificilmente pode se tornar uma ação de poucos indivíduos. (SAILLANT *apud* MATTOS, 2016).

O desrespeito para com a comunidade teve relação com a falta de procedimentos seguros, durante os procedimentos realizados pelos fazendeiros, disseminando insegurança quanto aos riscos à saúde da comunidade e do ecossistema. Os relatos ainda apontaram problemas de pele relacionados ao contato direto das pessoas com as “aguadas” de Lagoa de Melquíades e Amâncio. Principalmente entre crianças e trabalhadores que dependem da irrigação para manter suas pequenas lavouras; assim como no lençol freático, atingindo as fontes de água potável através do processo de infiltração do solo. Como mostram os estudos de Finamore (2010), ao citar as pesquisas de Sánchez sobre a “desengenharia ambiental” para falar sobre os efeitos da contaminação do solo, dizendo que

[...] pode ocorrer contaminação das águas subterrâneas ou mesmo das redes de abastecimento de água potável, pelo processo de infiltração do solo; a vegetação pode ser afetada, influenciando negativamente (ou mesmo cessando) o crescimento de plantas, além do consumo de alimentos contaminados (hortas irrigadas com águas contaminadas ou cultivadas em solo contaminado e animais contaminados); etc. (Sánchez, 2001). Com efeito, destaca-se que as consequências advindas da contaminação dos solos manifestam-se, na maioria das vezes, a longo prazo, o que acarreta na elevada exposição – tanto temporal como espacial – de pessoas às substâncias tóxicas presentes no solo, aumentando a incidência de doenças diversas, como câncer, por exemplo. (FINAMORE, 2010, p. 122).

Nesse sentido, a lagoa se tornou um “passivo ambiental”¹⁹⁸ por ter sido contaminada e ter acarretado custos apenas para as pessoas que dependem direta ou indiretamente da água em suas necessidades básicas. Desse modo, as situações de conflitos se intensificam nesses casos, quando esses problemas ambientais não são reconhecidos pelos responsáveis nas suas instâncias legais para reparar, por meio de indenizações ou acordos, os danos causados ao ambiente e à comunidade.

¹⁹⁸ De acordo com Barbieri (2004, p. 214-215), o conceito de “passivos ambientais” é entendido como “obrigações perante terceiros decorrentes de ações e problemas ambientais ocorridos no passado e reconhecidos como tal segundo algum critério”. Já Mousinho (2003, p. 359), entende este conceito como sendo um “conjunto de obrigações contraídas de forma voluntária ou involuntária, que exigem a adoção de ações de controle, preservação e recuperação ambiental”.

Os efeitos causados pelas buscas de justiça, frente aos prejuízos causados ao meio ambiente, são situações que mostraram que a cidade pouco fez questão de ter tido conhecimento sobre as gestões ambientais, para assumir a responsabilidade de proteger os territórios quilombolas e garantir os devidos reparos e restituições aos danos e injustiças oriundos desse embate.

Esse conflito tornou-se um marco na comunidade, devido ao Sr. Chico ter saído em defesa dos direitos dos moradores, em relação aos riscos e aos impactos ambientais. Principalmente quando a comunidade percebeu que estava sendo prejudicada, devido ao meio ambiente ter sofrido danos irreparáveis, desde quando os fazendeiros se estabeleceram enquanto proprietários. Evidentemente, a contaminação do solo e da água tem diminuído a qualidade de vida das pessoas e configurado um problema econômico, que ocasionou a relocação em direção a outras localidades do território, ou até mesmo à cidade, que nem sempre oferecerá melhores condições de sobrevivência.

Como nos relatou o Sr. Damião “a chegada desse povo aí, desses eucaliptos aí, Chico entrou no meio disso aí, queriam matar ele. Chico é meu irmão, por causa dos quilombo aí, foi mostrado às munição lá, o fazendeiro aí, ele não entra na fazenda não, falou pro meu irmão”.¹⁹⁹ Desde então, o Sr. Chico, de acordo com o Sr. Damião, passou a ser ameaçado de morte e nada foi feito em favor da preservação dos recursos naturais e dos seres vivos existentes no território. Além disso, os proprietários não são vistos e nem reconhecidos em suas próprias fazendas, uma vez que as empresas apenas administram os lucros com o eucalipto.

Esse fato tornou-se relevante devido ter-nos conduzido a pensar que os donos das fazendas não teriam preocupação em cuidar, preservar e reparar qualquer dano advindo dos lucros resultantes das suas propriedades. Ao encabeçar as ações práticas impetradas no Ministério Público Federal, a associação de moradores, por meio dos relatos do Sr. Damião, se orgulha pela mobilização realizada pelos moradores. Para ele, as ações foram importantes porque eles conseguiram mostrar, em suas palavras, que o eucalipto

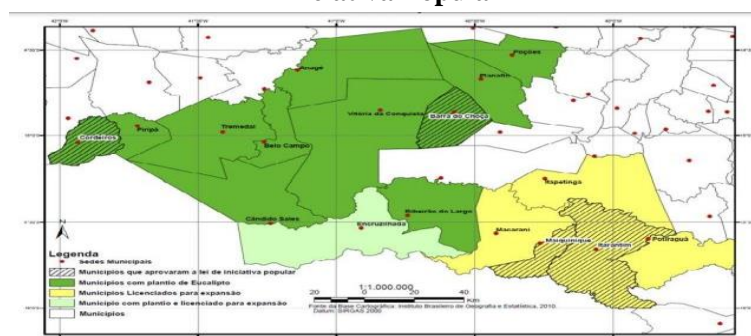
[...] prejudicou o solo e a água. Até hoje, eles jura que os peixe não morreram na água contaminada, porque nunca deu uma chuveirada, desceu da serra. Aí, a água ficou dessa fundura assim (mostra a altura abaixo do Joelho). E aí, virou aquela espuma dentro da água. Só via peixe morrido, nem cachorro deu “venção”. Nem cachorro, nem urubu. Prejudicou todo mundo. Cada traíra boazinha: desse tamanho (gesto indicando tamanho do peixe), morreu foi. Virou aquele lençol de peixe morto. E como é que esses peixes morria? Cercava a água e pegava o peixe vivo [...].

¹⁹⁹ Entrevista de Damião Arifa dos Santos concedida à Jonatan dos Santos Silva na Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 03 out. 2020. 120 min.

- Entrevistador: E o povo da fazenda tomava alguma providência?
- Sr. Damião: Que providência, que nada. Não podia porque o fazendeiro dono da terra falava que, o dono da terra que pertence a água ai, e também não teve mais a vazão de água, agora não entra mais água pra cá, da água que vem lá de cima.
- Entrevistador: Onde os donos da fazenda moram?
- Sr. Damião: Acho que não mora ai não. Diz que não sabe nem... os trabalhador lá diz que conhece, mas tem aqui não. Aqui só tem esses eucalipto, começando daqui vai rodando esse mundão. Vai até Cercadinho. Fica pertinho de Candido Sales-BA.²⁰⁰

O relato do Sr. Damião falou sobre o afastamento das empresas no entorno das suas fazendas de eucalipto, assim como a falta de diálogo com a comunidade. Já que os moradores desconhecem a possibilidade de entrar em contato com os representantes. Dessa forma, as políticas corretivas não são aplicadas na comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio. Uma vez que medidas protetivas às comunidades tradicionais devem ser planejadas e sistematizadas pelo poder público inerente à cidade que elas pertencem. Essas iniciativas já foram tomadas por algumas cidades, situadas na região sudoeste, ao implementarem Leis de Iniciativa Popular. Conforme o mapa mostrado a seguir na figura 34, apontando essas cidades e mostrando a expansão do plantio de eucalipto pelos municípios, abrangendo a região da Comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio.

Figura 34: Localização de plantios de eucalipto na região sudoeste e municípios com Leis de Iniciativa Popular



Fonte: Andrade (2015, p. 82).

As ações interventivas devem ser contínuas, quando ocorrem conflitos ambientais relacionados às ameaças dos fazendeiros contra a garantia de permanência das pessoas em seus territórios. Evitando a emergência de “passivos ambientais”, quando se tem fazendas de eucalipto interferindo na qualidade de vida em determinado grupo social. Sánchez (2001)

²⁰⁰ Entrevista de Damião Arifa dos Santos concedida à Jonatan dos Santos Silva na Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 03 out. 2020. 120 min.

aponta os Instrumentos Aplicados no Gerenciamento de Áreas Contaminadas, no intuito de contribuir com as gestões ambientais para auxiliar nas tomadas de decisões em favor de proteger os grupos atingidos. Conforme o quadro mostrado abaixo, que se refere aos instrumentos aplicáveis perante esses conflitos:

Quadro 1: Instrumentos Aplicados no Gerenciamento de Áreas contaminadas

Instrumentos Corretivos	Instrumentos Preventivos
<ul style="list-style-type: none"> - Inventário e cadastro de sítios contaminados; - Responsabilização jurídica dos agentes causadores da contaminação; - Auditoria e avaliação de sítios; - Padrões de qualidade do solo; - Regulação e controle do uso do solo; - Taxas, impostos e incentivos econômicos; - Apoio ao desenvolvimento tecnológico; - Auxílio à participação pública; - Avaliação de impacto ambiental; e - Avaliação de risco. 	<ul style="list-style-type: none"> - Diretrizes governamentais; - Garantias financeiras; - Normas técnicas; - Seguro ambiental; e - Contabilização ambiental.

Fonte: Sánchez (2001).

O Conselho Nacional do Meio Ambiente aprovou em 2009 a Resolução CONAMA 420, que “dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas”²⁰¹.

A temática sobre conflitos relacionados às áreas contaminadas também faz parte dos estudos de Little (2001) e interage diretamente com a realidade observada nas comunidades tradicionais. Principalmente quando ele afirma que são nesses contextos que ocorrem “disputas entre grupos sociais derivadas dos distintos tipos de relação que eles mantêm com seu meio natural” (p. 107). No entanto, as cidades ainda não reconhecem a falta de uma gestão efetiva voltada para a qualidade ambiental e da vida das pessoas oriundas das comunidades quilombolas e de grupos minoritários vulneráveis. Dificultando o processo de responsabilização do agente causador da contaminação por ter manipulado indevidamente as substâncias químicas em áreas próximas dessas localidades.

Apesar de tentarem reivindicar e de se mobilizar em prol de reparação e restituição dos danos causados pelos fazendeiros, as pessoas da comunidade foram suprimidas e silenciadas com as ameaças constantes dos responsáveis. Como foi percebido na fala de Seu Damião,

²⁰¹ Vide Resolução CONAMA No 420/2009. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=620>. Acesso em: 15 de jul. de 2021

anteriormente, ao se referir ao tom ameaçador do fazendeiro ao presidente da associação dos moradores, seu Chico. Entretanto, ao invés dos fazendeiros tentarem uma possível conciliação para compreenderem acerca dos prejuízos e de criar um ambiente propício à negociação, preferem abstrair essa possibilidade de diálogo. Como mostra os estudos de Finamore (2007) sobre Gestão de áreas contaminadas e conflitos ambientais.

Dessa maneira, a empresa só interrompeu o uso e descarte de agrotóxicos apenas quando houve denúncias ao IBAMA de Vitória da Conquista. Acompanhada por pressão da opinião das pessoas da comunidade, onde a empresa foi investigada para averiguação da veracidade das ocorrências, mesmo diante do fato de a empresa ter negado a ação e a responsabilidade pelo problema causado a todos e ao meio ambiente. Como resultado, sem comunicar publicamente sobre as mudanças de comportamento, após os conflitos, a empresa substituiu as substâncias tóxicas por pastagem para alimentação de gados de corte, associado à Integração Lavoura-Pecuária-Floresta (ILPF)²⁰².

Seguindo essa tentativa de conhecer mais sobre o território vigente, em outro momento da nossa visita, tivemos a companhia do Prof. Dr. Anderson Ferreira Machado²⁰³. Biólogo e pesquisador em etnobotânica, ele trouxe contribuições significativas ao quilombo de Lagoa de Melquíades e Amâncio no âmbito das produções e cultivo de sementes tradicionais. Nessa relação de preservação e cuidado com o meio ambiente, os diálogos que envolveram a troca de experiências entre nós, pesquisadores, e o Sr. Damião foram significativas para a compreensão desse conflito.

Estávamos acompanhados com o Etnobotânico supracitado, fomos encaminhados até o local onde o Sr. Damião estava cultivando sua roça de milho, verduras e legumes, situada às margens da Lagoa que intitulou o nome da comunidade Lagoa de Melquíades e Amâncio. Ao encontrarmos com seu Damião, ele nos relatou suas frustrações em relação aos “parasitas” que afetam sua lavoura. Ele apontou com o dedo indicador para um grupo de periquitos

²⁰² A integração lavoura-pecuária-floresta (ILPF) “é uma estratégia de produção que vem crescendo no Brasil nos últimos anos. Trata-se da utilização de diferentes sistemas produtivos, agrícolas, pecuários e florestais dentro de uma mesma área. Pode ser feita em cultivo consorciado, em sucessão ou em rotação, de forma que haja benefício mútuo para todas as atividades. Esta forma de sistema integrado busca otimizar o uso da terra, elevando os patamares de produtividade em uma mesma área, usando melhor os insumos, diversificando a produção e gerando mais renda e emprego. Tudo isso, de maneira ambientalmente correta, com baixa emissão de gases causadores de efeito estufa ou mesmo com mitigação desses gases”. Disponível em: <https://www.embrapa.br/tema-integracao-lavoura-pecuaria-floresta-ilpf>. Acesso em jan. 2023.

²⁰³ Doutor em Botânica pela Universidade Estadual de Feira de Santana (PPGBot-UEFS). Realizou estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Biociências | IMS-CAT UFBA. Mestre em Biologia Vegetal pelo Museu Nacional-UFRJ. Bacharel em Ciências Biológicas (Biologia Vegetal) e Licenciado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Técnico em Análises Clínicas pela EPSJV-Fiocruz. Disponível em: <http://lattes.cnpq.br/0102289953376975>. Acesso em: 25 de out. de 2021.

sobrevoando as redondezas. Segundo ele, as aves estavam esperando que as pessoas se ausentassem para se alimentarem da produção oriunda da roça. Tratava-se de aves maritacas, vistas por ele como “pragas” que causavam danos à sua produção. Ele ainda atirou algumas pedras em direção aos animais e disse que a caça seria a estratégia mais imediata para resolver o problema da apropriação da sua lavoura como fonte de alimento para essas espécies de animais. Foi quando o botânico percebeu, em meio às nossas observações, que ali se tratava de questões ambientais específicas do processo de migração de aves, possivelmente, advindas do desmatamento oriundo da presença dos eucaliptos.

Os prejuízos causados pelos ataques de aves maritacas tornaram-se uma problemática analisada nos estudos de Michelle Barbosa Mateus (2013), quando analisou a relação existente entre a fauna silvestre e os produtores rurais no cultivo do milho. Como resultado, ela nos mostra que, nesses casos, as aves são prejudiciais e causadoras de conflitos entre o homem e a fauna silvestre por se adaptarem a viver, conforme os alimentos disponibilizados nas plantações dos pequenos produtores rurais. Esse caso pode ter similaridade com a lavoura de seu Damião, quando buscamos entender o que está acontecendo na comunidade.

Em vista disso, o pesquisador convidado se mostrou intrigado com a relação conflituosa e tentou buscar soluções para amenizar os problemas do Sr. Damião. Ele entrou em contato com outros profissionais da área para averiguar estudos e pesquisas que pudessem contribuir com práticas advindas de experiências sistematizadas, no campo acadêmico, nesse âmbito. Assim, percebemos que havia uma grande possibilidade de as aves terem migrado para a lavoura de seu Damião por consequência da desapropriação do *habitat* natural delas. O que poderia ter ocorrido a partir do desmatamento de uma região para a constituição de outras vegetações, especificamente as fazendas de eucalipto.

Foi esse ponto que intrigou os pesquisadores da etnobotânica por um lado e, por outro, nos chamou a atenção para os conflitos que já se instalaram na comunidade desde quando as disputas de terra começaram a ser travadas no território. Dessa maneira, essa relação dialógica proporcionou a abertura do tema que envolveu esses conflitos, já que a desapropriação do *habitat* dos periquitos teria sido decorrente do desmatamento ocorrido na comunidade para a efetivação da eucaliptocultura.

Nesse sentido, o relato/protesto de seu Damião pode servir de base para a constituição daquilo que Ricouer (2007) estabelece como dever de memória. Uma vez que jurisprudências possibilitam que novos estudos combatam o esquecimento e cobrem, a partir da memória, o débito com a verdade dos fatos. Assim, a presença das aves na lavoura de seu Damião pode ser tema a ser desenvolvido futuramente, pois os fatos apresentados podem contribuir no processo

de se fazer justiça aos antepassados e às famílias atuais que sobrevivem da comercialização dos produtos extraídos das suas lavouras, advindos da agricultura familiar.

Analisar as memórias-ações galgadas nos conflitos ambientais contribuiu para uma relação dialógica entre a história oral e memória, enquanto categorização da relação público-privado percebida no âmbito das subjetividades decorrente desses conflitos. Embora os relatos do Sr. Damião sobre os prejuízos nas suas lavouras causados pelas aves maritacas, esse tema não estava incluído nas pautas de reivindicações discutidas anteriormente durante as reuniões da Associação dos Moradores. Dessa maneira, acreditamos que, por motivo desse episódio ter ocorrido de forma particular e especificamente nas plantações do Sr. Damião, ele não se preocupou em coletivizar o problema e nem teve acesso às informações que pudessem tratar de uma questão de interesse social. Já que esses ataques aconteceram em localidades desconhecidas por eles, como no caso da Zona da Mata de Minas Gerais (MATEUS, 2013).

Esse episódio, trazido individualmente, a partir do local de trabalho do Sr. Damião, mostrou o quanto a historicidade da sua vida redimensionou e movimentou temáticas relacionadas aos conflitos já ocorridos na comunidade, em relação aos malefícios causados pelas fazendas de eucalipto. Assim como a constituição da memória coletiva relacionada ao espaço territorial enquanto quilombola.

Nessa perspectiva de considerar as historicidades antagônicas, Portelli (2016) considera que são pontos os quais não podem ser negligenciados pela historiografia. Já que “a história oral nos oferece acesso à historicidade das vidas privadas e [...] nos força a redefinir nossas noções preconcebidas sobre a geografia do espaço público e do espaço privado, e do relacionamento entre eles” (PORTELLI, 2016, p. 17).

A degradação ambiental, acompanhada de injustiça social preenchem os requisitos percebidos nas lutas por justiça ambiental²⁰⁴ que, segundo Acsehrad, Herculano e Pádua (2004, p. 9), é “o conjunto de princípios que asseguram que nenhum grupo de pessoas, sejam grupos étnicos, raciais ou de classe, suporte uma parcela desproporcional de degradação do espaço coletivo”. Logo, o dever de justiça, na comunidade quilombola, emergiu quando as pessoas perceberam os danos ambientais surgidos em seu grupo social, a partir da manutenção dos privilégios de grupos favorecidos em detrimento do segmento étnico constantemente discriminado e mantido à beira do esquecimento social em Vitória da Conquista.

²⁰⁴ É importante destacar que a luta por justiça ambiental se inicia na década de 1960 nos EUA, onde houve articulação com outras lutas sociais, territoriais, ambientais e de direitos civis (ACSELRAD, 2004), principalmente em relação aos conflitos de caráter ambiental nas imediações das comunidades afro-americanas do sudeste dos EUA (BULLARD, 2004).

Ao perceber que a falta de reconhecimento dos danos e prejuízos, por parte dos fazendeiros, foi reforçada pela ideia de que eles estavam em conflito com uma “comunidade quilombola”, surgem algumas questões passíveis de reflexão: será que essa desatenção, em relação a essas comunidades teria ocorrido, caso esses conflitos tivessem acontecido em um território economicamente favorecido? Em quais localidades esses danos são espontaneamente reparados, sem que o dever de justiça fosse acionado pelos maiores prejudicados? Em quanto tempo e quais os recursos teriam sido disponibilizados para a reparação ambiental e social, se o grupo de pessoas atingidas tivesse sido representado pela classe hegemonicamente favorecida?

Essas questões nos ajudaram a compreender como o racismo funciona nas comunidades economicamente desfavorecidas, quando a justiça social se torna um mecanismo que proporciona desigualdades. Principalmente quando os grupos desfavorecidos não têm condições de terem acesso a serviços advocatícios, para contribuir na luta em favor de promover a equidade. Quando percebemos que o racismo estrutural vai para além dos limites sociais ao atingir fatores ambientais.

A luta de combate ao racismo aborda essa temática tão urgente em uma sociedade que racializa os impactos ambientais e os povos não brancos. Em que os piores impactos ambientais são vinculados às diferenciações impostas pelo crivo racial. De acordo com Santos (2021), isso se reverbera principalmente com a intervenção de empreendimentos econômicos, ao depositarem seus resíduos nas populações desprovidas de condições de infraestrutura, trazendo consequências no processo de territorialização das populações negras em espaços urbanos através de segregação socioespacial ou espaços não urbanos.

Os impactos que o racismo traz em relação à terra e ao território quilombola e indígenas estão vinculados ao processo colonial. A comunidade ficou exposta aos resíduos tóxicos por muitos anos, até que a equipe enviada pela Fundação Palmares, para averiguar a questão do reconhecimento, questionou os líderes sobre os danos que a empresa responsável pela fazenda de eucalipto poderia ocasionar à comunidade e ao meio ambiente. Para isso, apontaram o consumo de água subterrânea e da própria lagoa, como comportamento que oferecia riscos às residências do entorno da comunidade. Apesar dessas evidências importantes, as pessoas carecem de diagnósticos que quantifiquem e qualifiquem os efeitos causados na saúde e qualidade de vida das pessoas e no próprio espaço ambiental. O quilombo ainda se encontra em situação de rebaixamento em seu estatuto ontológico dos habitantes por se encontrarem em uma “zona de sacrifício” promovida pela “necropolítica ambiental”, que

[...] impõe às comunidades quilombolas um lugar intermediário entre a condição de sujeitos e objetos, privando-os não apenas de seus direitos constitucionais ou territoriais, mas os obrigando a conviver de uma maneira perversamente *sui generis* com a experiência inexorável da morte. (ZAGATTO; SOUZA, 2020, p. 264).

Este conceito é discutido por estes autores a partir do conceito de necropolítica cunhado por Achile Mbembe (2018) ao sistematizar algumas críticas a respeito das reflexões de Michael Foucault (2007). Zagatto e Souza para analisam criticamente a necropolítica ambiental em comunidades quilombolas para apontarem conflitos e crimes socioambientais como produtores de “um grave estado de sofrimento social e psicológico, desencadeado por um sistemático adoecimento dos corpos e por uma ameaça permanente de morte” nas comunidades de Ilha de Maré, a qual sofreu os impactos ecológicos e socioeconômicos causados pelos danos ambientais.

Haja vista que o caso de contaminação do solo foi percebido só depois que os técnicos e antropólogos da Fundação Palmares incentivaram os moradores a refletirem sobre as ações coletivas promovidas pela associação de moradores. No intuito de: compreender as denúncias, causas dos conflitos, suas ancestralidades e como a comunidade se organizava para o autorreconhecimento quilombola e enfrentarem, juntos, as posições antagônicas da classe dominante e hegemônica, conforme os ensinamentos de Finamore (2010), o qual expõe a importância de

[...] incorporar saberes e percepções locais e promover um diálogo entre estes e os tradicionais especialistas técnicos pode não ser uma tarefa simples – e realmente não é –, mas torna-se necessária frente aos desafios que a problemática ambiental nos impõe. Além do mais, uma gestão ambiental verdadeiramente democrática e participativa constitui-se em pré-requisito para a promoção da sustentabilidade. Para tanto, reconhecer a dimensão do conflito presente em problemas de caráter ambiental torna-se imprescindível para o encaminhamento de soluções. (FINAMORE, 2010, p. 133).

Portanto, as memórias-ações em Lagoa de Melquíades e Amâncio atravessam a corporificação de uma gestão ambiental responsável, em que o poder público se comprometa com a garantia dos direitos quilombolas da comunidade. Pois o encaminhamento para a solução desses problemas se dá nas intervenções da gestão municipal frente às políticas públicas que garantam a promoção de autonomia e sustentabilidade. Tendo nos produtos da agricultura familiar formas de ações práticas a serem reconhecidas e valorizadas no núcleo do município de Vitória da Conquista.

5.2 Memória-ação na Comunidade Ribeirão dos Paneleiros

O processo de identificação das memórias-ações, alargadas pela atuação prática das comunidades tradicionais em Vitória da Conquista, se dá a partir da subalternização desses grupos sociais, cujas resistências se pautam em matrizes culturais, forma de relação com a natureza, em que a coletivização do uso comum da terra é impedida pelos ditos proprietários. Essa problemática também dificultou o modo de vida das pessoas que vivem no Ribeirão dos Paneleiros. Pois vale destacar que, há algumas décadas, não presenciavam a divisão do território com arames e cercas. Isso dificultou o acesso dos moradores aos recursos naturais que eles tinham acesso anteriormente, para garantir a sobrevivência e a existência do grupo. O cercamento os impediu de transitar por áreas privatizadas, devido à comercialização de terras em volta da comunidade, desencadeando constantes ameaças aos que ousaram transgredir os limites impostos pelas divisões percebidas no território.

Em contrapartida, seus moradores aguardam o resultado da ação coletiva que resultou na abertura do Inquérito Civil Público (ICP). Autuado no dia 01 de dezembro de 2009, na Procuradoria da República do Município de Vitória da Conquista, para averiguação do processo de regularização fundiária da comunidade e “apurar denúncias de que os vizinhos [...] estariam desrespeitando os direitos individuais indisponíveis e coletivos dos quilombolas”. Conforme o documento a seguir:

Figura 35: Termo de Autuação da Coordenadoria Jurídica da Procuradoria da República da Bahia

Ministério Público Federal
Procuradoria da República na Bahia

TERMO DE AUTUAÇÃO

Certifico e dou fé que, em 01 de dezembro de 2009, na Coordenadoria Jurídica da Procuradoria da República na Bahia, os documentos adiante, em 01 volume(s) com ___ folhas e ___ apenso(s), foram autuados e, em seguida, distribuídos ao PRM/VC - 1º Ofício Cível, titularizado pelo Exmo(a). Sr.(a) Procurador(a) da República Dr. Mário Alves Medeiros, na seguinte conformidade:

1.14.007.000137/2009-08
Autuação: 01/12/2009
Repte:
Repdo:
Intdo: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL - MPF
Município: PRM/VITÓRIA DA CONQUISTA
Tema:
Grupo: PRM-VC CÍVEL
Assunto: Visa acompanhar a regularização fundiária do QUILOMBO DE RIBEIRÃO DO PANELEIRO, BATALHA E LAGOA DO ARROZ, localizado no distrito de José Gonçalves, Município de Vitória da Conquista, bem como apurar denúncias de que os vizinhos daquela comunidade tradicional estariam desrespeitando os direitos individuais indisponíveis e coletivos dos quilombolas.

Para constar, lavro e assino o presente.

LAURA GONÇALVES PINHEIRO
Matricula

Fonte: Acervo pessoal de Juliana Oliveira.

Essas ações tornaram-se temas de discussões de audiências públicas e pautas de reuniões entre políticos e representantes quilombolas. Mais interessante ainda são os relatos de Dona Maria Elza, que, segundo ela, “os fazendeiros foram comprando. As fazendas foram trocadas a troco de cesta básica, de rádio, naquela época. E acabou que hoje nós ficamos em um círculo que nós não tem quase por onde passar”.²⁰⁵

Problemáticas como essas já haviam sido encontradas em ações práticas de denúncias feitas por ela no Centro de Atendimento a Vítimas de Crimes (CEAV), desde setembro de 2009. Quando solicitou providências que até hoje não foram tomadas, com base nas denúncias feitas anteriormente na PMVC. As denúncias pautaram sobre a extensão de tubulações de água até o território e as ameaças de morte advindas dos fazendeiros, devido ao fato de os moradores atravessarem as fronteiras cravadas por meio de cercas de arame para impedir o trânsito de pessoas da localidade. Era o único caminho possível de se transitar até a chegada das pessoas ao local onde extraem o barro para garantir a subsistência econômica do grupo.

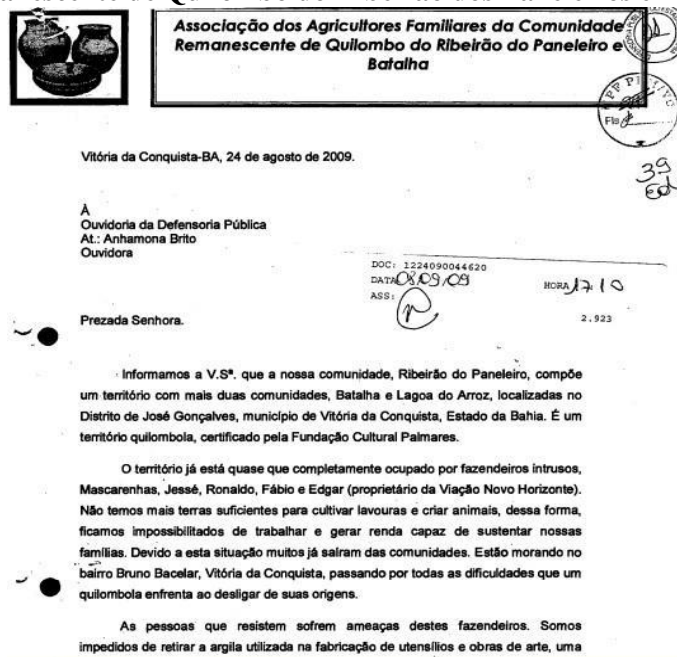
²⁰⁵ Entrevista coletiva de Maria Elza de Oliveira Gonçalves concedida ao canal “PROLER/UESB de Vitória da Conquista-BA” durante a XIX Semana Nacional dos Museus com o museu literário. 21 mai. 2021.

Uma das ameaças registradas pela Sr. Maria Elza no CEAV descreve a fala de um dos fazendeiros proferida diretamente à denunciante: “Aqui eu mato ou morro ou vou preso, mas toda vez que passar água no meu terreno eu corto e puxo para mim”.²⁰⁶ Posteriormente, ela fez outra denúncia na Ouvidoria da Defensoria Pública através da “Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade Remanescente de Quilombo do Ribeirão do Paneleiro e Batalha” anexando aos relatos dos conflitos,

[...] o território já está quase que completamente ocupado por fazendeiros intrusos, Mascarenhas, Jessé, Ronaldo, Fábio e Edgar (proprietário da Viação Novo Horizonte). Não temos mais terras suficientes para cultivar lavouras e criar animais. Dessa forma, ficamos impossibilitados de trabalhar e gerar renda capaz de sustentar nossas famílias. Devido a esta situação muitos já saíram das comunidades. Estão morando no bairro Bruno Bacelar, Vitória da Conquista, passando por todas as dificuldades que um quilombola enfrenta ao desligar de suas origens. As pessoas que resistem sofrem ameaças destes fazendeiros. Somos impedidos de retirar a argila utilizada na fabricação de utensílios e obras de arte, uma atividade secular do nosso povo; não podemos tirar lenha e agora não temos mais o direito à água. Temos acesso à água via sistema simplificado construído pela Prefeitura. O encanamento foi feito dentro das fazendas. Há dois anos, os fazendeiros interceptaram o curso da água para abastecimento de suas sedes, criação de animais e lavouras, sendo assim, não chega às nossas casas. Depois de muitas reclamações, a Prefeitura nos informou que a encanação e o registro seriam retirados das fazendas e colocados nas estradas. De fato, ocorreu! A Secretaria de Agricultura nos informou que não tinha recursos suficientes para cobrir os custos, nos passando alguns metros de cano. A comunidade teve que arcar de acordo com suas possibilidades com estes custos. Um dos fazendeiros, acreditando ser "desaforo" da comunidade ter retirado a encanação e registro de dentro das fazendas, quebrou o cano para continuar interceptando a água. Quando não temos acesso a este meio, utilizamos a água de uma barragem da própria comunidade. É uma água sem condições de uso, mas é a única que temos, veja nas fotos anexas. Ocorre que neste período o Edgar (proprietário da Viação Novo Horizonte) construiu uma pocilga ao lado da fonte da água, local onde foi feito o sistema simplificado. Os dejetos desta pocilga entram na encanação que vem para nossas casas. A água que já era escassa agora está poluída com dejetos de porcos. Na semana passada, numa tentativa de negociação com fazendeiros, pois, a comunidade já estava sem água, fomos ameaçados e por orientação do Conselho das Associações Quilombolas do Território de Vitória da Conquista, registramos uma denúncia no CEAV — Centro de Atendimento a Vítimas de Crimes, dia 13 de julho de 2009 [...]. (Documento encaminhado à Ouvidoria da Defensoria Pública).

²⁰⁶ Ibidem.

Figura 36: Trecho do documento que denuncia os conflitos da comunidade na Ouvidoria da Defensoria Pública através da Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade Remanescente de Quilombo do Ribeirão dos Paneiros e Batalha



Fonte: Arquivo pessoal de Juliana Oliveira

O resultado desse encurralamento feito pelos fazendeiros locais é a saída das pessoas de seu local, em direção às péssimas condições de vida oferecidas pela cidade. Em consequência disso, a falta de assistência e atendimento dos direitos têm comprometido o processo de preservação da identidade coletiva e da memória do grupo, ao passo que os indivíduos vão sendo forçados a buscar sobrevivência por meio do êxodo.

Portanto, por mais que os moradores consigam conquistar a universalização do acesso ao fornecimento de água, a comunidade ainda é tolhida desse direito, quando se têm os piores serviços de oferta de água. Além disso, a água não possui qualidade, pois chega comprometida nas residências, desde a sua textura, cheiro e cor. A qualidade da água que chega na comunidade é o resultado de ações legitimadas pelo poder público, que vão dizimando a possibilidade de permanência dos quilombolas em seus territórios. Dessa maneira, processos de invisibilização semelhantes aparecem nos estudos do Prof. Dr. Renato Emerson dos Santos (2021)²⁰⁷. O qual trata do conceito de Racismo Ambiental e Racismo Institucional, promulgados na fala de Ronaldo dos Santos, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas (CONAQ).

²⁰⁷ Graduado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994), mestre em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1999) e doutor em Geografia pela Universidade Federal Fluminense (2006). Foi palestrante no evento intitulado “Racismo ambiental” realizado pelo Canal “Liga Preta” pelo Youtube, em que debateu em parceria com o NAPP de Igualdade Racial da Fundação Perseu Abramo, no dia 13 de outubro de 2021, às 19 horas.

Em vista disso, o racismo estrutural e ambiental operou em meio a esses conflitos de ordem estrutural e fez intensificar a desigualdade étnico-racial e a investida colonizadora. Aumentando, atualmente, o estado de vulnerabilidade e subalternização dos quilombolas e povos originários diante dos seus modos de vida vinculados às suas relações com o meio ambiente, conectadas com a preservação das tradições e aos ensinamentos deixados pelos seus ancestrais quilombolas.

Essa relação com a natureza faz parte da memória ancestral que impulsiona as ações dos povos tradicionais, que dependem de ações práticas de comunalidade para se manterem resistentes. Esse modelo predatório de economia, portanto, se apresenta para a cidade, a partir de um método de gestão que se predomina enquanto dominante nos territórios e das terras quilombolas. Sobretudo dominante do ponto de vista das relações sociais que se estabelecem nesses espaços.

Apesar dos conflitos, que marcam o processo de demarcação das terras do Ribeirão dos Paneleiros, guardarem especificidades, quando comparados ao processo vivenciado em Lagoa de Melquíades e Amâncio, eles convergem na perspectiva de estarem envolvidos em contextos de complexidades que legislativamente as excluem e as desfavorecem por serem constituídas por povos étnicos de origem pobre, negra ou indígena. A demarcação de terras do Ribeirão dos Paneleiros é uma das memórias-ações pauta de luta na memória dos moradores. Ao mesmo tempo que desperta o interesse de pessoas alheias à comunidade pelo fato dessa especificidade causar relações conflituosas.

Para que os povos tradicionais continuem lutando pelas suas existências e por garantias de sobrevivência perante as restrições impostas pela hegemonia no núcleo urbano, eles se organizam frente às gestões de políticas públicas voltadas para promover o reconhecimento e aumentar a visibilidade das lutas dos grupos frente às constantes tentativas de apagamento. Em contrapartida, o poder público se manifestou por meio da Fundação Palmares, a qual investigou o processo histórico dos territórios em estudo, através de técnicos da área de pesquisas em Ciências humanas (Antropólogos, Sociólogos, Geógrafos, Historiadores). Para encaminharem o relatório institucional, confirmarem a legitimidade da origem quilombola e emitirem uma certidão para o território conhecido como Ribeirão dos Paneleiros.

Ao lamentar sobre a etapa final de titulação, Gilvandro Oliveira nos relatou que os líderes têm documentos que comprovam e conduzem a comunidade a ser vista oficialmente nessa etapa, reconhecida tanto como comunidade tradicional indígena quanto quilombola, oficializando seu processo de hibridação. Essa presença de diversas etnias reportou situações de embates com os fazendeiros alocados com interesses econômicos escusos na mesma região.

Apesar de ainda não ter ocorrido a demarcação das terras do território, ele nos relatou que as ações práticas de mobilizações coletivas fizeram com que o território fosse reconhecido enquanto comunidade quilombola, mediante o Processo nº 01420.001670/2006-69, recebendo o Certificado através da Portaria nº 15/2006, de 28 de julho de 2006.

Atualmente, Juliana Oliveira e Dona Maria Elza relataram que a ida do INCRA à localidade para tratar dos estudos antropológicos e demarcação não surtiu muitos efeitos práticos. Pois até o momento, o processo judicial movido pelos líderes da comunidade se encontra paralisado. Ainda de acordo com Juliana Oliveira²⁰⁸, o Conselho Quilombola de Vitória da Conquista fez uma “representação no Ministério Público”, o qual acionou o INCRA para prestar esclarecimentos com relação à demora do processo. Em suas palavras:

O INCRA devolveu o ofício alegando que ainda estavam em fase de organização, devido não ter mão de obra o suficiente para finalizar os processos solicitados pelas Comunidades Quilombolas dentro do período hábil. Em seguida, o Ministério Público enviou novamente outro ofício solicitando novas justificativas, porém a resposta foi a mesma que a primeira, ocorrendo assim, a judicialização tais demandas e se colocou a espera do INCRA para promover a desapropriação das terras que foram demarcadas.²⁰⁹

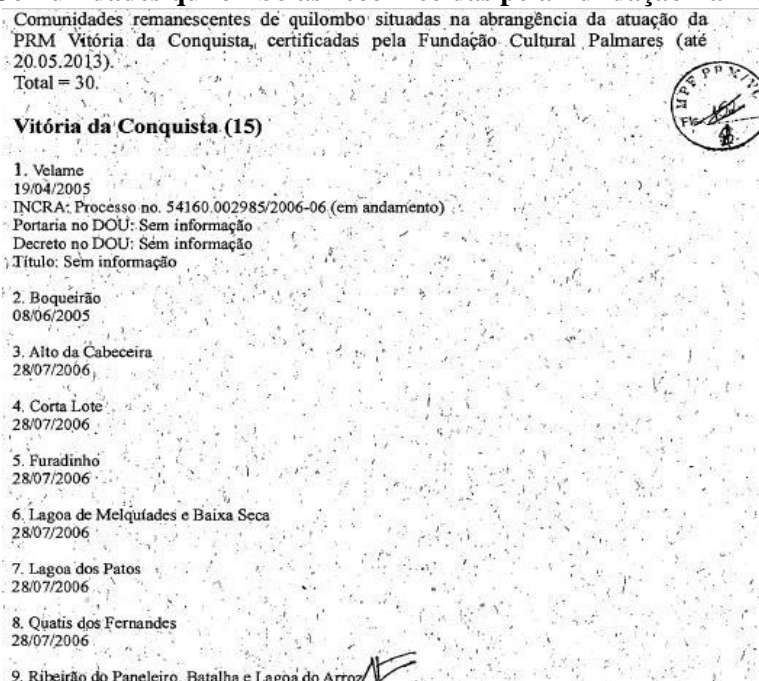
Ao analisarmos a tramitação do processo judicial, percebe-se que depois do INCRA ter perdido na primeira instância, ele recorreu da decisão da justiça, a qual determinou a finalização dos estudos e do processo. Por enquanto, o processo continua parado e conclusivo para julgamento. As memórias-ações da comunidade Ribeirão dos Paneleiros são compartilhadas com outros quilombolas. Todavia, em contato com outras lideranças quilombolas, percebemos que nem todas as outras comunidades deram entrada no processo judicial para que o INCRA iniciasse as etapas de demarcação e titulação dos seus territórios de identidade. Nem todas elas dispõem de associações de moradores que atuem de forma concisa aos encaminhamentos legais para estarem aptas ao reconhecimento quilombola.

Essa certificação tem por objetivo a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da área territorial do quilombo. Esse caminho se encerra com a Emissão do Título de Propriedade Coletiva para a comunidade. De acordo com a figura abaixo, as duas comunidades, as quais estamos tratando neste estudo, foram reconhecidas pela Fundação Palmares até o ano de 2013. Porém, ambas atualmente aguardam a emissão do Título de Propriedade Coletiva, assim como mais de 90% dos quilombos que foram certificadas em 2003.

²⁰⁸Entrevista coletiva de Juliana Oliveira concedida ao canal “PROLER/UESB de Vitória da Conquista-BA” durante a XIX Semana Nacional dos Museus com o museu literário. 21 mai. 2021..

²⁰⁹ Ibidem.

Figura 37: Comunidades quilombolas reconhecidas pela Fundação Palmares até 2013



Fonte: PRM - Vitória da Conquista. Arquivo pessoal de Juliana Oliveira.

Os critérios de certificação de um quilombo percorrem várias etapas. Entre elas, o processo de autorreconhecimento na memória identitária do grupo, sendo “um processo que objetiva resgatar parte da história da resistência negra diante da discriminação, da opressão e do escravismo sofridos pela ancestralidade negra em terras brasileiras” (MELO, 2011, p. 19). A certificação vai garantir que esses quilombos protejam suas histórias vinculadas ao processo de luta pela liberdade, assim como possíveis intervenções do poder público contrárias ao modo de vida do grupo, evitando conflitos e tensões geradas nos embates.

Em sua entrevista, Juliana Oliveira também comenta os registros sobre o Ribeirão dos Paneleiros, os quais integraram sua pesquisa monográfica como objeto de estudo. Questionada em uma entrevista, concedida ao Canal “Teia dos Povos”²¹⁰, sobre a organização política, processo de reivindicação e luta de seu povo, ela contou que, embora os moradores tivessem enfrentado dificuldades no processo de reconhecimento coletivo perante o Estado,

[...] está se organizando, mobilizando a comunidade, inclusive pra pleitear através do Ministério Público, que é o caminho. Tendo em vista que a constituição nos dá o direito de nos reconhecer enquanto indígena e o estado

²¹⁰ O Canal “Teia dos Povos” é um “Projeto de comunicação da Teia dos Povos para amplificador a voz de mestres e mestras, da militância dois povos em luta. O objetivo é produzir transmissões de análise da sociedade e interpretação do programa TERRA E TERRITÓRIO por quem está na lida, na luta”. Disponível em: <https://www.youtube.com/@DIALOGOSCOMOSPOVOS/about> Acesso em jan. 2023.

com a responsabilidade de criar políticas públicas pra poder reconhecer nossos direitos [...]. Nós também já nos reconhecemos como indígenas, mas a gente não tem esse reconhecimento do Estado, então a partir daí a gente tem que acionar o Ministério Público e com esse contexto todo da pandemia, todos os órgãos estão paralisados, a gente também acaba ficando um pouco, não tem o que fazer agora nesse momento, porque a gente precisa que os órgãos voltem a funcionar pra gente promover a exceção.²¹¹

O relato da entrevistada mostrou o quanto o Estado tem sido omissos em sua atuação de fazer cumprir a lei. Uma busca agravada pelas consequências deixadas pela pandemia da Covid-19. Ao expor as fragilidades de seu povo, ela também fala sobre a importância do reconhecimento indígena na região de Vitória da Conquista, afirmando que

[...] não tem nenhuma. A minha pesquisa, de monografia foi exatamente nessa questão. Eu usei muito a pesquisa de Renata no campo da história, e eu falava mais no campo do direito, então, eu pesquisei muito sobre os dados públicos da FUNAI e da PALMARES. A PALMARES tem 30 e alguma coisa, enquanto quilombola, e indígena não tem nenhuma, por que, como eu já disse, a história fala que os indígenas de Vitória da Conquista sucumbiram no “Banquete da morte”, então acaba por aí.²¹²

Nesse outro trecho, Juliana Oliveira reforçou o que já foi discutido aqui: o fato de que a memória oficial, empregada no “Banquete da morte”, atua contra o direito dos moradores em serem reconhecidos como indígenas. Essa ideia reproduz a história oficial, registrada na literatura de memorialistas, os quais afirmam que houve uma “guerra” durante o processo de “desbravamento” das terras da região de Vitória da Conquista, no intuito de torná-la tão civilizada quanto outras regiões ocupadas pelos colonizadores. Dessa maneira, a literatura local contribui para que essas memórias advindas de outros povos permanecessem estrategicamente apagadas, dificultando a luta por seus direitos. Pois, comparados aos índices gerais no Brasil, apenas 7% dos quilombos no território nacional conquistaram suas titulações.

O referido quilombo protocolou, por meio do Ministério Público Federal, um processo na Justiça Federal no ano de 2013, tendo como objeto a “Demarcação – Terras indígenas – Domínio público – administrativo”. Esse documento contém o apelo ao Juiz da Vara Federal da Vara da subseção judiciária de Vitória da Conquista propondo uma Ação Civil pública em face do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), para concluir os trabalhos de:

²¹¹ Entrevista de Juliana Oliveira concedida ao canal “Teia dos povos”. Vídeo (1:33:19). Um planalto da conquista preto e indígena. Publicado pelo canal “Teia dos povos”.

²¹² Ibidem.

identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes quilombolas das comunidades de Ribeirão do Paneleiro, Batalha e Lagoa do Arroz, localizada no Distrito de José Gonçalves, no Município de Vitória da Conquista/BA. (MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2013, p. 3)²¹³.

Figura 38: Apelação Cível anexada ao Processo Judicial eletrônico – Pje ao INCRA

MPF
Ministério Público Federal

EXCELENTÍSSIMO SENHOR JUIZ FEDERAL DA VARA DA SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE VITÓRIA DA CONQUISTA/BA

Ref.: Inquérito Civil Público nº 1.14.007.000137/2009-08

O MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, por meio do Procurador da República signatário, com fulcro no art. 127, caput e art. 129, inc. III, ambos da Constituição Republicana, c/c o art. 6º, inc. VII, alíneas "c" e "d", da Lei Complementar nº 75/93, e na Lei nº 7.347/85, vem propor **AÇÃO CIVIL PÚBLICA** em face do INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal, localizada na Av. Ulisses Guimarães, nº 640, Centro Administrativo da Bahia, CEP 41.213-000, Salvador/BA, em razão dos fatos a seguir aduzidos:

I - DO OBJETO DA AÇÃO

Por meio da presente ação, busca o Ministério Público Federal a condenação do demandado à obrigação de fazer, consistente na implementação e conclusão dos trabalhos a serem desenvolvidos para a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes quilombolas das comunidades de Ribeirão do Paneleiro, Batalha e Lagoa do Arroz, localizada no Distrito de José Gonçalves, no Município de Vitória da Conquista/BA.

II - DA LEGITIMIDADE ATIVA

O Ministério Público é órgão constitucionalmente legitimado para, dentre outras funções, promover a ação civil pública na defesa de interesses difusos e coletivos (art.129, III, CF/88). A mesma atribuição é reafirmada no art. 1º, IV, da Lei nº 7.347/85, que rege o procedimento dessa espécie de ação coletiva.

Procuradoria da República em Vitória da Conquista/BA
Rua São Freixo de Aguiar, nº 367, Cardeal - Tel.: 77.3281-7100 - CEP-45.028-095

Fonte: Tribunal Regional Federal da 1ª Região PJe (2009)²¹⁴.

No período da abertura desse inquérito, em 20 de novembro de 2009, o conjunto envolvendo as três comunidades era composto por 83 famílias, desde a sua certificação em 11 de junho de 2006 pela Fundação Palmares. Em 2008, o INCRA ainda não tinha emitido nenhum procedimento em relação à demarcação das terras na comunidade, gerando “conflitos agrários com confrontantes, notadamente diante da exploração e desmatamento promovido nas áreas vizinhas, no desempenho de atividades agrícolas” (MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, 2013, p. 5).

Com isso, após 13 anos, a comunidade Ribeirão dos Paneleiros continua resistindo ao fato de permanecer desatendida, conforme seus direitos referentes à propriedade de terras. Contraditório ao que está previsto no Art. 68 do ADCT e no Decreto Legislativo nº 143/2002, da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho, que dispõe, dentre outros aspectos, sobre a importância dos territórios para a preservação da cultura e modos de organização dos “povos indígenas e tribais”. Em seu art. 14 é possível conferir que

²¹³ Sobre a legitimidade do MPF, “O Ministério Público é órgão constitucionalmente legitimado para, dentre outras funções, promover a ação civil pública na defesa de interesses difusos e coletivos (art.129, III, CF/88). A mesma atribuição é reafirmada no art. 1º, IV, da Lei nº 7.347/85, que rege o procedimento dessa espécie de ação coletiva”.

²¹⁴ Disponível em: Processo Judicial Eletrônico número 0005528-66.2013.4.01.3307. Acesso em 09 de outubro de 2021.

1. Dever-se-á reconhecer aos povos interessados os direitos de propriedade e posse sobre as terras que tradicionalmente ocupam. Além disso, nos casos apropriados, deverão ser adotadas medidas para salvaguardar o direito dos povos interessados de utilizar terras que não esteiam exclusivamente ocupadas por eles, mas às quais, tradicionalmente, tenham tido acesso para suas atividades tradicionais e de subsistência. Nesse particular, deverá ser dada especial atenção à situação dos povos nômades e dos agricultores itinerantes.
2. Os governos deverão adotar as medidas que sejam necessárias para determinar as terras que os povos interessados ocupam tradicionalmente e garantir a proteção efetiva dos seus direitos de propriedade e posse.
3. Deverão ser instituídos procedimentos adequados no âmbito do sistema jurídico nacional para solucionar as reivindicações de terras formuladas pelos povos interessados.

O que dizer então das experiências contidas no relato de Dona Maria Elza sobre a reafirmação da necessidade de constituição da identidade do grupo, por meio da arte e das consequências oriundas da falta de reconhecimento? Isso afetaria as demais pessoas que integram a comunidade? Apesar de todos saberem fazer panela, ela faz um apelo às autoridades locais e nos chama a atenção sobre os conflitos de terras e de se manterem resistentes ao trazer memórias que se articulam em ações efetivas e práticas:

[...] no momento só tem eu e outra pessoa que faz, porque é muito difícil. A gente não tem o barro, a gente não tem a lenha porque a gente mora cercado de fazendeiro. Então assim, as pessoas do poder que estiver nos ouvindo agora, eu peço assim, que nos ajuda, a nós sobreviver. Não deixar essa raiz morrer, porque a plantinha está lá só com a raizinha. Nós não podemos deixar ela morrer. Nós precisamos adubar para que ela cresça.²¹⁵

A violação dos direitos segue no contexto conflituoso de comercialização de terras. Enquanto uma comunidade recorre à formação identitária para que as pessoas se conscientizem da importância da memória coletiva para se manterem coesas em relação a seu passado, o outro grupo luta contra as ações incisivas de especulação imobiliária e até latifúndio. De acordo com a CONAQ (2018, p. 80), esses tipos de conflitos violam os direitos da comunidade e causam disputas fundiárias, socioeconômicas, ambientais, políticas, que “envolvem o risco de perda do território quilombola por intervenção de terceiros, em razão de interesses imobiliários [...]”, em favor dos projetos dos proprietários de terras e latifundiários.

Esses conflitos, ignorados pela cidade, têm impedido as comunidades de defenderem o território e seus modos de vida, teoricamente assegurados pela Constituição de 1988. Pois isso se tornou algo recorrente e vem comprometendo as existências das pessoas. Conforme

²¹⁵ Entrevista coletiva de Maria Elza de Oliveira Gonçalves concedida ao canal “PROLER/UESB de Vitória da Conquista-BA” durante a XIX Semana Nacional dos Museus com o museu literário. 21 mai. 2021.

Gilvandro Oliveira, a produção agrícola, a fauna e a flora, típicas do *habitat* natural da região, prejudicam diretamente no projeto de proteção e preservação, os quais foram mantidos historicamente, como afirma o entrevistado:

Eles pegaram as terras que tinham frutas que precisavam ser catalogadas, animais que precisavam ser pesquisados, frutas essas que já foram extintas. Eles com perversidade, arrancaram, porque era um alimento local, frutas nativas. Acabou! Outra estratégia que eles fizeram também além de desmatar para fazer pasto, eles fizeram loteamento. E com isso, grupos de pessoas da cidade estão indo pra lá, estão acabando as terras que deveriam ser demarcadas [...]. Porque os fazendeiros sabem. Como eles não percebem que haverá uma ameaça futura de ter um reconhecimento de que aquelas terras não vão ser tomadas? Então alguma coisa tem que ser feita. Uma das coisas é vender terras para grupos de pessoas que desejam montar seus sítios.²¹⁶

Essas formas de opressão contribuem diretamente ao processo de mercadorização das terras encontradas no município de Vitória da Conquista. As memórias de denúncias em prol da sobrevivência dos quilombos demonstram o protagonismo das atuais lideranças ainda incompreendidas pela sociedade, inclusive, pela sede do município a que pertencem. Assim, partimos do pressuposto de que isso é um ponto chave de compreensão da aplicabilidade da Lei de terras e o processo de exclusão das comunidades quilombolas dos projetos de cidade. Os quais não se comprometem com grupos sociais que mantêm a terra, mas, sim, com a especulação imobiliária. Conforme as falas do Gilvandro, quando apontou as ações negativas do projeto de cidade pautado na especulação e lucros ante as propriedades privadas.

O debate sobre propriedade privada e Lei de Terras gerou conflitos herdados ainda na Inglaterra, a partir da mudança agrária, que fez difundir o capitalismo em sua versão mais perversa na história das desigualdades materiais de todo o mundo. Os estudos de Moura (2019) nos ajudam a compreender a realidade agrária brasileira, desde a formação do Brasil e a invasão europeia. Pois ficou sabido que esse favorecimento ocorreu desde o fatiamento do território de pindorama, a partir da distribuição das capitanias hereditárias até a promulgação da Lei de Terras em 1850. Assim, a história do Brasil foi constituída por latifúndio, desde a invasão europeia, na formação das sesmarias, o processo de doação de terras e os conflitos agrários. Os quais se atualizam na questão agrária brasileira através da destruição dos biomas da floresta amazônica, do cerrado, da mata atlântica, por interesse do agronegócio e da mineração.

²¹⁶ Entrevista de Gilvandro Gonçalves de Oliveira concedida a Jonatan dos Santos Silva e Felipe Eduardo Ferreira Marta durante a disciplina “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 13 nov. 2019.

A comercialização de terras no Ribeirão dos Paneleiros tem intensificado os conflitos com os fazendeiros. A construção de sítios é apontada como a principal causa que movimentou a comunidade a agir coletivamente. Estas ações envolveram denúncias contra a secretária Geane Oliveira, da gestão municipal do ex-prefeito Hérzem Gusmão. Essas denúncias apontaram a concessão irregular de lotes no “Projeto casulo”²¹⁷, referente à reforma agrária discutida no ano 2000. As famílias de lavradores assentadas na região de Pedra Branca, próxima ao Ribeirão dos Paneleiros, fizeram denúncias sobre a negação do poder público aos lotes específicos que deveriam assentá-los. Assim, esses lotes foram desviados de finalidade e transformados em terras para especulação imobiliária, causando prejuízos aos lavradores.

Sobre outras denúncias, as mídias sociais registraram temas como desvio de verbas e utilização de máquinas agrícolas federais. Como mostram as reportagens divulgadas na mídia no período em que ocorreram esses fatos²¹⁸. A reportagem referida acima ainda registrou o depoimento de um morador. Ele se pronunciou anonimamente, resguardando-se de realizar denúncias sobre “essa invasão e assédio às famílias. Para entregar os lotes, estas famílias está sofrendo ameaça de morte. Tem gente sendo seguida por pessoas estranhas, em carros e com medo de ter a casa incendiada ou ser morto diante das ameaças em grupo de *whatsapp*”.²¹⁹

Assim, a matéria mostrada pelas redes sociais e mídia local ainda apresentou que houve caracterização de “crime federal”. Por ter-se tratado de área sob a tutela financeira do INCRA, levando em consideração que tiveram a intenção de transformar a área em loteamento urbano ao burlar o projeto inicial voltado para o assentamento de 40 famílias. Além disso, as denúncias também apontaram crime de peculato²²⁰, pelo fato de as denúncias terem envolvido a secretária, afirmando que essa servidora teria beneficiado pessoas do seu grau de parentesco no processo de especulação imobiliária.

²¹⁷ “O Projeto Casulo, que era pra ser um projeto exitoso de reforma agrária, beneficiando 40 famílias de lavradores de Vitória da Conquista, se transformou em objeto de especulação imobiliária, atraindo pessoas abastadas, a exemplo de empresários agrícolas e engenheiros agrônomos”. Disponível em: <https://sudoestedigital.com.br/projeto-casulo-herzem-blinda-geanne-e/> Acesso em jan. 2023.

²¹⁸ A reportagem ainda mostra o depoimento de um morador que se pronunciou contra o processo de apropriação de terras da comunidade. A repercussão das denúncias gerou a suspensão do processo de regularização deste projeto, onde a procuradoria geral do município propôs regularizar após uma série de pesquisas sobre o processo de descaracterização. <https://www.blogdoanderson.com/2020/02/13/executivo-conquistense-apos-denuncias-herzem-manda-suspender-regularizacao-do-projeto-casulo/> Acesso em jan. 2023.

²¹⁹ <http://www.tvsudoestedigital.com.br/2020/02/denuncia-secretaria-do-governo-herzem.html> Acesso em jan. 2023.

²²⁰ Peculato: 312 - Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 12 (doze) anos, e multa. Fonte: <https://alvesaraujoadv.jusbrasil.com.br/artigos/401723044/o-que-e-peculato>

Em consequência disso, a comunidade tem resistido à possibilidade de deixarem de existir com suas características tradicionais perante Vitória da Conquista. De acordo com Gilvandro Oliveira, a comunidade é lembrada apenas nos registros historiográficos, nos registros de memória instituídos pelos pesquisadores, pois muitos integrantes saíram com as suas famílias para residirem na cidade em busca de melhores condições de sobrevivência. Entretanto, apesar da invisibilização do grupo, ele relata que a comunidade está se mobilizando para tentar resistir e manter as cem (100) pessoas reunidas na localidade:

As pessoas estão saindo da comunidade para morar na cidade e em outras regiões, inclusive eu estou em contrato com a prefeitura e em breve pretendo sair, porque aqui não tem condição de sobreviver aqui não. Se todo mundo for embora da comunidade, acabou. E vai acabar. Já está na reta final. A única coisa que a gente tá tentando fazer é pegar esta associação, transformá-la, abrir um poço, fazer um sistema de irrigação, com criadores de peixes para tentar atrair a comunidade e as pessoas de volta. Aí, a gente já está com meio caminho andado com isso aí. As declarações anuais não foram feitas, aí acumulou os valores. E a gente tá fazendo apelo ao pessoal para formar um grupo e pagar os valores. Que todo mundo chama e dar uma contribuição, uma importância. Para tentarmos montar alguma coisa, para salvar alguma coisa. A gente tem em média 26 famílias, chega quase 100 pessoas. Única coisa que estou fazendo é algo que vai dar um retorno concreto.²²¹

Essa tentativa de permanência nas terras é um fator importante. Principalmente quando Juliana Oliveira demonstrou a necessidade de resistir, em consonância com as memórias de frustrações²²² trazidas por Gilvandro Oliveira, em relação aos movimentos sociais, que conferem a história de sujeitos que participam de acontecimentos voltados para a luta dos povos tradicionais da cidade. As baixas perspectivas apresentadas, em relação à sobrevivência como grupo, mostram-se nas críticas à aproximação dos movimentos quilombolas às instituições do âmbito estadual. Tendo em vista que, na perspectiva desses grupos, essa aproximação causou o enfraquecimento na luta dos grupos quilombolas. Ao levarem informações para o conhecimento do governo do estado inerentes à forma organizacional e funcional dos trabalhos exercidos por eles. Gilvandro exemplificou essa aproximação citando a atuação inerte da coordenação de igualdade racial em Vitória da Conquista, que ora se coloca disponível para atender às demandas quilombolas, ora se silencia diante dos conflitos. Consequentemente, as estratégias

²²¹ Entrevista de Gilvandro Gonçalves de Oliveira concedida a Jonatan dos Santos Silva e Felipe Eduardo Ferreira Marta durante a disciplina “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 13 nov. 2019.

²²² De acordo com Ferreira e Amado (2006), a história oral contribui para que o depoente reduza os sentimentos e comportamentos incognoscível e incomunicável sobre os fatos importantes na medida em que as fontes vão dando acesso ao esclarecimento dos sentimentos e comportamentos.

de sobrevivência da comunidade vão sendo neutralizadas a partir do poder público incisivo, causando o silenciamento das memórias reivindicativas guardadas no interior do grupo.²²³

Essa situação de tensão reaparece quando Gilvandro Oliveira foi questionado sobre a presença dos mais antigos da comunidade. A preservação da memória coletiva, por meio da preservação da memória identitária, também foi representada, em seu relato, através dos seus familiares (tio, avós e outros) por fazerem ligação entre o passado e o presente. Entretanto, ele lamentou o fato de ter tido a necessidade de passar a maior parte do tempo na cidade, levando em consideração que os recursos naturais do território são explorados por pessoas de fora da comunidade, como nos relatou Gilvandro Oliveira:

Os antigos que a gente ainda tem, acredito que só o meu tio “Vadim” (Osvaldo da Costa), que tem uma descendência indígena também. A minha Vó que está caminhando para quase 100 anos e a minha outra Vó que está caminhando para quase os 90 anos. Estas pessoas já estão comprometidas, logo elas já não vão mais existir. Uma não está raciocinando bem, a outra tem leve lembrança de alguma coisa, é difícil tirar dela alguma informação oral. E essa minha geração e a dos meus tios foram gerações que não tiveram informações deles. Então a gente vive mais o banzo. Essa formação minha me trouxe mais para cidade do que para a comunidade. A tendência dessa minha geração é vir para a cidade mesmo. A gente tá percebendo que nem a caça, nem a pesca, nada disso está influenciando mais, apesar de que nem tem opção na comunidade. Quando se tem um peixe numa represa ali, vai um grupo. E esse grupo vizinho vai pra lá, explora, passa rede. Se tem fruta, tira. Não deixa nada para a comunidade, então esta é a situação.²²⁴

Isso que Gilvandro Oliveira disse se aproxima daquilo que Dona Maria Elza vivenciou em relação à sua sobrevivência para produzir as panelas de barro. Ao terem compartilhado a convivência com 85 famílias, produzindo utensílios de cerâmica e transportando-os, através do uso de animais, até a cidade de Vitória da Conquista para revendê-los e garantir a sobrevivência da comunidade. O barro e a cerâmica também garantiram, em outrora, a produção de tecnologias vinculadas à melhoria da qualidade de vida dos moradores. Os quais improvisaram sistemas de saneamento básico durante esse recorte temporal descrito no relato de Dona Maria Elza que:

[...] naquele tempo não tinha esgoto. O esgoto era feito do cano de barro, que a gente fez muito para entregar. O fogão, por exemplo, era feito com

²²³ Fentress e Chris (1992) colaboraram no sentido de se pensar a memória no âmbito social, já que os relatos de memória contidos nos grupos quilombolas. Estas memórias estão relacionadas às experiências e as recordações partilhadas. Seus estudos debatem o tema da memória a partir da preservação das tradições orais e a existência do grupo, assim como a dinâmica da transmissão.

²²⁴ Entrevista de Gilvandro Gonçalves de Oliveira concedida a Jonatan dos Santos Silva e Felipe Eduardo Ferreira Marta durante a disciplina “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 13 nov. 2019.

(inaudível) de barro. A gente fez muito com esse (inaudível) de barro. A telha, por exemplo, era feita com barro. A laje a gente fazia a telha também. Agora a gente não faz mais porque foi acabando.²²⁵

O modo de vida e as ações práticas, pautados na produção artística, vistos na manipulação da cerâmica, garantiram, por muito tempo, a atividade econômica das famílias da comunidade. Garantir a continuidade das tradições envolvidas no processo identitário, infelizmente, não está sendo prioridade entre os mais jovens da comunidade. Apesar da neta de Dona Maria Elza ter aprendido as técnicas de fazer as panelas de cerâmica, as demais crianças não são incentivadas a assumir o ofício dos mais antigos, devido às poucas expectativas de permanência na comunidade e de levarem em consideração a falta de políticas públicas voltadas para a preservação identitária. Em suas palavras, a entrevistada reafirma essas dificuldades, ao negar o processo de continuidade desse tipo de trabalho às novas gerações, alegando que

[...] não tem ninguém de jovem aqui que está fazendo. Só quem ainda faz uma panelinha aqui é minha netinha que tem 10 anos. Mas os jovens nenhum. Ela gosta muito de me ajudar. Então a minha netinha faz uma panelinha, mas os jovens nenhum dessa juventude de agora sabem fazer, porque foi ficando difícil, foi mudando para a cidade, e aí hoje ninguém faz. Só tem duas pessoas na comunidade que dão a raiz, mas todo mundo sabe fazer, então não faz por causa das condições que é crítico na comunidade.²²⁶

Sobre essa questão ela ainda completa falando acerca da importância de a tradição ser mantida e transmitida às novas gerações com o incentivo de políticas públicas que promovam a continuidade, dizendo que foi criada pela mãe,

[...] fazendo panela de barro. Casamos todo mundo fazendo panela de barro [...] e eu não quero que essa raiz se acabe. Eu quero assim, que quando eu parar de fazer, que esteja alguém da família que se interessa, mas para que esse alguém se interessa tem que ter ajuda. Ajuda de quem? Das pessoas mais grandes, do prefeito, do governo para nos ajudar, porque se não tiver ajuda vai acabar, e mais tarde vai fazer quando mais tarde vai acabar e não vai ter mais essa raiz, porque não é fácil. Mas se a gente tiver um apoio, uma ajuda, aí a gente consegue chegar lá, porque eu com a idade que eu tô, não vou fazer por muito tempo. Então precisa que alguém esteja no meu lugar para estiver fazendo, um passando para o outro.²²⁷

²²⁵ Entrevista coletiva de Maria Elza de Oliveira Gonçalves concedida ao canal “PROLER/UESB de Vitória da Conquista-BA” durante a XIX Semana Nacional dos Museus com o museu literário. 21 mai. 2021.

²²⁶ *Ibidem*.

²²⁷ Entrevista coletiva de Maria Elza de Oliveira Gonçalves concedida ao canal “PROLER/UESB de Vitória da Conquista-BA” durante a XIX Semana Nacional dos Museus com o museu literário. 21 mai. 2021.

Atualmente, os moradores anseiam pelo tombamento desses lugares de memória enquanto patrimônio histórico pertencente à cidade. Porém, as novas gerações, por sofrerem constantemente a pressão do modo de vida burguês, não estão motivadas a aprenderem e registrarem as memórias deixadas, sendo que elas expressarão outra visão de mundo distante do que poderia ser vivido por elas. Isso se mostra na necessidade deles de buscarem os direitos historicamente negados pela cidade. Restando, dessa forma, o descompromisso e a despreocupação em registrar os fatos do passado. As referências das fontes históricas na comunidade vão se atualizando e se perdendo, junto às memórias dos espaços tidos como subversivos à memória oficial. Daí a importância de as comunidades registrarem o problema educativo/cultural/político, no sentido de se motivarem e aprenderem sobre suas ancestralidades, em que a escola exerce o papel primordial na formação de novos agentes culturais para atuarem na preservação dessa memória coletiva.

Os relatos advindos dos quilombos em estudo nos permitiram analisar os diversos significados que envolvem a luta dos quilombolas de Vitória da Conquista contra o processo de invisibilização. Entretanto, é preciso levar em consideração que essas “versões do passado” apresentam limites, por considerarmos que o momento em que vivem, atualmente, interfere diretamente nos fatos narrados, que por via, vão se tornar documentos do presente, como afirma Portelli (1997).

Ao analisarmos as possibilidades de a tradição deixar de existir, questionamos novamente o Gilvandro Oliveira sobre a importância de se disseminar o processo de formação e preservação da identidade quilombola na comunidade, assim como ocorreu na Lagoa de Melquíades e Amâncio através dos relatos do Sr. Damião. O entrevistado nos relatou memórias da captura dos povos indígenas, que, por sua vez, seus ancestrais os ensinaram que isso foi possível, a partir da atuação dos povos afro-diaspóricos escravizados sob os mandos do “colonizador”. Além disso, relatou que aqueles que recusaram o ato opressor se juntavam ao grupo quilombola, criando “elos” e fazendo emergir “hábitos, costumes e forças espirituais” como modo de vida em meio aos conflitos identitários, segundo ele:

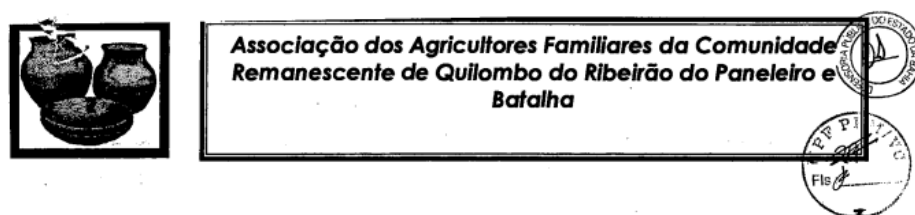
[...] com essa formação de elos, temos aí os cultos aos orixás. A gente tem o culto a mãe terra, o sol, a lua e suas fases, e a manipulação das ervas. O índio com a água e o ciclo da lua, e os africanos com toda sua estrutura. São formas de cultivar a natureza de forma diferente. Então tentaram se encaixar. E hoje a gente percebe que tem muitos conflitos, mas montaram-se um elo. Foi uma formação da parte da comunidade.²²⁸

²²⁸ Entrevista de Gilvandro Gonçalves de Oliveira concedida a Jonatan dos Santos Silva e Felipe Eduardo Ferreira Marta durante a disciplina “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 13 nov. 2019.

Tal como ocorreu nas famílias afro-indígenas do Ribeirão dos Paneleiros, após essa resposta, despertamos o interesse em saber sobre como essas tradições estão sendo transmitidas para as novas gerações dessas comunidades. Ambas demonstraram expectativas para a construção de projetos a serem efetivados, após o processo de regularização e legalização da associação dos moradores, que devem renovar a diretoria junto aos órgãos judiciários a cada quatro anos, gerando custos consideráveis que nenhuma delas ainda está isenta de custear.

Para não deixarem de participar de editais públicos, eles abriram possibilidades para que outras instituições legalizadas fizessem parcerias até conseguirem se regulamentar. Esses projetos colocados em prática tiveram o objetivo de contribuir e ampliar a divulgação desses espaços pouco visíveis na cidade. Assim como desenvolver o protagonismo da comunidade, a partir de oficinas de “contação” de histórias, artesanatos, esculturas, pinturas, o canto em roda, o culto aos caboclos e à natureza. Essas peculiaridades contribuem para contrastar as memórias sociais que colocam as comunidades como lugares invisíveis e, às vezes, inexistentes. O *slogan* da comunidade mostrada na figura abaixo reafirma as tentativas legais de torná-la legítima frente às tentativas de diálogo com a cidade:

Figura 39: Slogan da “Associação dos Agricultores Familiares da Comunidade Remanescente de Quilombo do Ribeirão do Paneleiro e Batalha”



Fonte: Arquivo pessoal de Juliana Oliveira.

As pessoas se colocam avessas perante a necessidade de serem escutadas, além da cidade ser refratária às produções culturais oriundas das comunidades tradicionais. Entretanto, o descrédito da comunidade perante a cidade lhe fez reportar frustrações. Sobretudo ao ter participado de movimentos sociais e percebido a falta de autonomia quando essas instituições estão vinculadas às “políticas partidárias”, como Gilvandro Oliveira afirmou:

[...] participei de movimentos sociais. Uma vez que os Movimentos Sociais entra para o lado do governo e não tem autonomia, compromete todo um ciclo. A gente vê isso mais para o lado partidário. Isso afetou muito, ao invés de estar formando lideranças para ajudar essas comunidades. Porque se esses

grupos que se tornou governo, porque cada um quer seu cargo, quer se destacar, quer seu salário, e tá usando ali e se prostituindo com a causa. Não tem um compromisso com aquilo ali, aí choca. Grupos pequenos ficam órfão, como tá acontecendo agora. Enfraquece o movimento, que tinha que ser um movimento não partidário, para que não venha afetar as etapas dessa comunidade e as pessoas sempre, faça chuva ou faça sol essa cultura viva. É isso que estou tentando, essa geração minha já está indo embora, que a gente não sabe quanto tempo a gente tem. A gente sabe que o período de vida é [...]. A gente pode tá aqui hoje e amanhã não existir mais. Então fazer algo mais depressa para deixar pra eles.²²⁹

Abranger estudos a esses grupos significou reunir as memórias vividas por memórias de cada ancestral de representatividade desses povos em torno dos conflitos vividos por eles, a partir de suas presenças na cidade, que pouco foram vistas e reconhecidas pela sociedade. A abordagem discutida acerca das memórias invisibilizadas, vistas como fio condutor deste trabalho, trouxe relevância social e científica para compreendermos como as “Batalhas velhas” implicam as “Batalhas novas”. Tanto em relação ao território novo, quanto às novas batalhas, entendidas como desafios cotidianos, que os descendentes enfrentam no processo de retomada por espaços de visibilidade das memórias vistas como subalternas. Saberes que são representados pelas tradições afro-indígenas, encontrados e percebidos nos relatos de vida das pessoas ao desejarem registrar suas memórias avessas à memória oficial da cidade, como afirma Dona Maria Elza:

[...] em minha comunidade todos sabem fazer panela, mas no momento só tem eu e outra pessoa que faz, porque é muito difícil, a gente não tem o barro, a gente não tem a lenha porque a gente mora cercado de fazendeiro, então assim, as pessoas do poder que estiver nos ouvindo agora, eu peço assim, que nos ajuda, a nós sobreviver, não deixar essa raiz morrer, porque a plantinha está lá só com a raizinha, nós não podemos deixar ela morrer, nós precisamos adubar para que ela cresça. [...] Então, quando a gente se une, separado é fácil de quebrar, mas quando fecha ninguém quebra, então vamos se unir e vamos à luta.²³⁰

Contrários à ideia de finalização de um debate tão necessário, frente a uma cidade que impõe constantemente em seu núcleo urbano os preceitos de modernização, fecharemos o ciclo desta pesquisa, ouvindo o eco da entonação do apelo de Dona Maria Elza, na citação acima. Ela nos remeteu ao processo de continuidade e de convite à cidade ao olhar para os povos tradicionais quilombolas como lugares de lutas por direitos. As experiências destes conflitos se

²²⁹ Entrevista de Gilvandro Gonçalves de Oliveira concedida a Jonatan dos Santos Silva e Felipe Eduardo Ferreira Marta durante a disciplina “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 13 nov. 2019.

²³⁰ Entrevista coletiva de Maria Elza de Oliveira Gonçalves concedida ao canal “PROLER/UESB de Vitória da Conquista-BA” durante a XIX Semana Nacional dos Museus com o museu literário. 21 mai. 2021.

apresentam através de como ela concentra suas forças para bater de frente com o poder público, no intuito de validar as leis que reconhecem os povos originários como sujeitos de direito, os quais é negado, apagado e silenciado.

Os sujeitos que constituem essas memórias foram representados pela liderança, pautando-se na preservação de suas identidades, negadas pela memória oficial, contidas nos variados lugares de memória. Legitimados durante as constantes tensões geradas a partir das tentativas de silenciamento impostas pela memória hegemônica, na qual a comunidade tradicional “batalha” permanentemente, para não continuar submissa a uma sociedade hierárquica e preconceituosa. Uma comunidade subversiva às histórias locais arrendadas nos projetos históricos hegemônicos em constantes atualizações. Contrária ao processo de colonização, que abriga memórias dos atuais conflitos frente às resistências da comunidade à condição de ser inexistente na história oficial.

É preciso mostrar o que a história dos povos indígenas representou e ainda representa na memória oficial, assim como acabar com os campos de reminiscências em que reporte à vitória do vitorioso na história de Vitória da Conquista. Dessa forma, foi percebida uma intenção da cidade em não se mexer com essas memórias. Quando a memória social não circunscreve uma “Suíça baiana” como espaço de luta e massacre é melhor apagar e demolir os não lugares de memória, para não se falar sobre determinados acontecimentos, como mostram as palavras de Juliana Oliveira:

Não se pode mais admitir que continuamos com essa versão estúpida de que Vitória da Conquista é uma suíça baiana. Vitória da Conquista é uma cidade que dizimou os indígenas perversamente e que hoje continua com o processo de silenciamento desses povos negando a eles o direito de se reafirmar enquanto tal.²³¹

As políticas de manutenção de memória devem existir na atualidade. São marcas fundamentais para fazer o passado continuar existindo no presente e garantem o papel primordial da manutenção de uma memória coletiva, para que os povos originários não sejam esquecidos na memória social sobre a cidade.

As discussões sobre esse assunto tão caro aos povos negros e indígenas são tratadas pelas memórias de lutas que não cessaram. Pode-se dizer que elas têm em comum a luta, a resistência, diante das estratégias diversas empregadas pelos senhorios, coronéis e fazendeiros,

²³¹ Entrevista coletiva de Juliana Oliveira concedida ao canal “PROLER/UESB de Vitória da Conquista-BA” durante a XIX Semana Nacional dos Museus com o museu literário. 21 mai. 2021.

por um lado. Por outro, estão empresas que descobrem novas fontes de exploração econômica e avançam os territórios adentro. A luta pela terra de cada um dos territórios aqui tratados apresenta especificidades nas estratégias e táticas. Porém, a luta é a mesma: manutenção da terra, preservação dos modos de vida (cultura); em suma, o direito de existir.

Nesse cenário, o reconhecimento identitário, fundado em uma memória silenciada, porque contra-hegemônica, apresenta-se como um importante aliado. É justamente na identidade grupal que residem os fundamentos para a sustentação dos processos legais que irão garantir, frente à sociedade, a continuidade dessas comunidades. Portanto, negar as tradições, desqualificar o testemunho oral, invalidar a memória, dificultar o acesso a direitos públicos básicos (habitação, transporte, saúde, educação, saneamento básico etc.) não demonstra apenas desinteresse e ignorância por aquilo que está distante do cotidiano do núcleo central de Vitória da Conquista; demonstra, acima de tudo, um método. Alguém, certamente, tem muito a ganhar com isso. Desnecessário é, pois, inferir que não são as comunidades quilombolas.

5.3 É preciso que haja ações coletivas...

As iniciativas de ações coletivas mostradas neste estudo são fundamentais para que as comunidades transformem as revoltas em ações práticas. Entre elas: as mobilizações das associações dos moradores de ambas as comunidades, os debates promovidos pelo Canal “Teia dos Povos”, as ações judiciais impetradas pelos líderes das comunidades junto ao Conselho quilombola, as audiências públicas e protestos pelas ruas do centro do núcleo urbano (“nós não comemos carvão”), as exposições das obras artísticas do artista plástico Gilvandro Oliveira, a comercialização dos utensílios de barro de Dona Maria Elza, assim como os alimentos providos da agricultura familiar de seu Damião, as cobranças jurídicas da advogada Juliana Oliveira, o legado de seu Joaquim como marco da busca da ancestralidade quilombola refletida nas ações práticas do líder Tiago Silva.

Apesar de não serem totalmente organizadas e não terem uma ação deliberada e concreta em comunhão entre poder público e Conselho quilombola, é perceptível que, localmente, existe o interesse dos fazendeiros em contribuir para que as comunidades deixem de existir. Entretanto, para que elas façam surtir efeito prático, é preciso que tais revoltas se transformem em resistências para além da tomada de decisão individual em cada uma dessas comunidades. As comunidades se organizam coletivamente quando contrapõem a forma em que o núcleo do município apresenta suas existências de forma estereotipada e caricaturada, como vimos no exemplo dos desfiles de 7 de setembro. A luta passa a ser coletiva, na medida em que todas elas

sofrem o processo de retirada das condições de subsistência através das disputas de terras e com a necessidade de titulá-las.

Uma ação recente que foi observada em Vitória da Conquista, justamente em ocasião do dia 20 de novembro, dia da consciência negra, discutiu, em audiência pública, as violações de direitos nas 32 comunidades quilombolas do município. Em especial, a situação do abastecimento de água e saneamento básico, além de saúde, educação e mobilidade. O evento foi promovido pela Defensoria Pública do Estado da Bahia (DPE/BA), através de sua 2ª Regional Administrativa e sua Ouvidoria Cidadã, em parceria com a Defensoria Pública da União (DPU). Nele, as comunidades foram ouvidas e levaram subsídios para que a instituição promotora fizesse um relatório técnico sobre as suas necessidades, apresentassem ao poder público e solucionassem seus problemas²³².

Durante a realização do evento, foi percebido que existem uma série de ações inseridas no projeto de constituição de cidade que desconhecem a existência das comunidades. Isso ficou evidente no discurso feito pelo representante da EMBASA, quando foi questionado sobre a demora de instalarem o acesso à água para várias famílias que residem nas comunidades há anos, ao expô-las às condições difíceis de sobrevivência. Elas mostraram, nesse ato público, que não basta chorar cada uma em seus redutos.

As defensorias públicas foram acionadas, a partir da organização das comunidades, e mostraram que o poder público não se interessa em conferir a situação em que elas vivem. Por isso, a organização em torno de uma ação concreta garante direitos e expõe suas realidades concretas. Principalmente ao tratarem de 32 comunidades quilombolas do território de Vitória da Conquista. Caso não haja essa organização, o poder público continuará garantindo o método de não possibilitar acesso aos direitos. Para além da audiência pública, os quilombolas poderiam se organizar no sentido de irem até as instituições públicas (prefeitura, câmara dos vereadores) e colocarem suas pautas, no intuito de não restringirem apenas em debates e revoltas externadas nesses encontros.

²³² Disponível em: <https://www.defensoria.ba.def.br/noticias/vitoria-da-conquista-audiencia-publica-exposicoes-de-direitos-nas-32-comunidades-quilombolas-do-municipio/> acesso em 08 de janeiro de 2023.

6 CONCLUSÃO

Este trabalho tratou de analisar os processos de resistências de duas comunidades quilombolas em Vitória da Conquista, sendo uma o Ribeirão dos Paneleiros e a outra, a Lagoa de Melquíades e Amâncio perante os enquadramentos de memória geridos em seu núcleo urbano. A trajetória percorrida contribuiu com que chegássemos até aqui com dados significativos, ampliados toda vez que a escuta nos mobilizou a querer saber mais sobre as memórias ativadas a partir de cada pergunta realizada aos nossos entrevistados. Foram suas respostas que trouxeram condições de continuarmos produzindo futuras publicações a respeito das memórias de resistência sobre esse município.

Também discutimos sobre o enquadramento da memória de uma cidade, que se apresenta de uma forma, para distanciar dos seus processos específicos de silenciamento, apagamento e invisibilização dos povos que não estão alocados no grande centro. Um lugar lido como urbanizado pela ideologia eurocêntrica, ao sustentar a memória nacional na constituição dos lugares que nos remetem às vitórias e às conquistas de uma parcela da sua população. Dessa forma, ficou percebido que esta forma do núcleo urbano de Vitória da Conquista se apresentar enquanto hegemônica, mesmo distante dos privilégios advindos das proximidades com a capital baiana, carrega a memória de silenciamento, através das pessoas que lutam para obterem espaço e conquistarem os seus direitos, negados constantemente na sede do município.

Com o enquadramento oficial da memória o núcleo do município se isenta de discutir e promover políticas públicas que atendam às necessidades básicas dos povos tradicionais. Por isso, este estudo é pertinente por considerar que os povos quilombolas não fazem parte do processo civilizatório frente aos seus direitos perpetrados na Constituição Federal.

Caracterizar o município de Vitória da Conquista nos ajudou a compreender como a memória social foi construída, em seu ideário cultural, econômico, religioso, educacional, político, ao ponto de a cidade agenciar a presença dos povos negros e afro-indígenas à medida que estes não participam diretamente da memória que se constitui atualmente na cidade. Isso nos fez imaginá-la como núcleo urbano potencialmente associado a padrões e estereótipos vinculados ao processo de modernização que ocorreu nas grandes capitais do país, apagando a possibilidade de existência dos quilombos em seu entorno.

Em virtude disso, as memórias a que tivemos acesso também mostram a realidade de dois quilombos que lutam e resistem, constantemente, contra o processo de invisibilização, ao mostrarem que os impactos da extensão deste projeto se encontram em curso. A memória gerida pela sede do município, portanto, se atrela à necessidade de sobrevivência, ao manterem seus

modos de vida a despeito de tudo que a cidade oferece, ao potencializar a inexistência dos conflitos e continuar negando e/ou desconhecendo os povos quilombolas como parte da totalidade. As comunidades atualmente vivem em situação limite, fazendo com que elas retornem os olhos para a sua ancestralidade, ao sofrerem constantes ameaças, dificuldades de acesso aos direitos plenos, colocados pela estrutura social de Vitória da Conquista, seja no âmbito da educação, saúde, transporte, saneamento, entre outras. Portanto, recorrer a ancestralidade tem sido uma das estratégias coletivas de se colocarem perante os impasses frente ao núcleo urbano, ao transitarem na fronteira do auto reconhecimento e do resgate da memória quilombola e afro-indígena

A memória como chave de interpretação desta pesquisa abriu caminhos de compreendermos as disputas contemporâneas a partir da ativação de memórias que remetem ao passado e legitima o presente. Conseguimos analisar o fato delas possuírem conexões por resistirem às formas de opressões ditadas pelas classes sociais que se apropria dos privilégios usufruídos a partir do núcleo urbano. Esta centralização da dita “suíça baiana” desfavorece os territórios quilombolas e os grupos étnicos, nos quais não pertencem à sede deste município. Isso nos provocou uma reflexão sobre a maneira que Vitória da Conquista se apresenta para mundo. Ficou evidente a legitimidade de determinados enquadramentos de memória de um lado, e do outro, memórias de resistências que sobrevivem às tentativas de invisibilização e silenciamento, via disputas de espaços e negação dos direitos conquistados historicamente pela população quilombola.

Vitória da Conquista ainda se apresenta como uma cidade que ao final do século XX e início do XXI quis se mostrar enviesada com tons europeus, que em sua gênese tem muito mais potencial para referendar suas ancestralidades africanas do que europeia, traduzida na insígnia “suíça baiana”. A exemplo disso, é a forma na qual o epistemicídio descreve as várias tentativas dos povos negros da cidade em reescrever a história dos ancestrais, por meio das painéis, esculturas, e tantas outras formas de materialização das suas memórias percebidas no interior das comunidades tradicionais quilombolas.

Os conhecimentos sobre a história oficial e aqueles produzidos pelos memorialistas merecem mais aprofundamentos, uma vez que eles se apresentam nesta pesquisa por meio do recorte temporal do tempo presente. É deste lugar que o núcleo do município se apresenta enquanto progressista com o tom de “modernidade”, se mantendo excludente e conferindo invisibilidade aos grupos que se mantêm em suas margens ou fora do contexto urbanizado e civilizatório.

Ao analisarmos as narrativas contidas nas entrevistas, verificamos a emergência de uma "memória-denúncia", um grito de socorro de sujeitos que cotidianamente vivem as tensões de uma cidade que repele suas tradições, seu direito à terra, seus modos de vida e sobrevivência. Percebemos que nada disso ocorre ao acaso, trata-se antes de tudo da soma de pequenos confrontos, que segundo Foucault (1981), são ações micropolíticas que operam em seu conjunto como um método de controle social e sufocamento do dissonante. A materialização destas ações assumiu e assume roupagens distintas ao longo da história de Vitória da Conquista, como por exemplo, na gestão da memória do chamado "banquete da morte"; na execução da lei de terras; na conveniente morosidade do reconhecimento jurídico e consequente titulação do território onde estão instaladas as comunidades; na ausência de serviços públicos básicos (transporte, escola, saúde e habitação), algo que age no sentido de tornar inviável a vida das novas gerações no território; no descaso do poder público frente ao cometimento de crimes ambientais; e na facilitação, via desembaraço cartorial, da especulação imobiliária no entorno das comunidades.

O método no qual o núcleo urbano opera, nesse sentido, se materializa no resultado prático deste conjunto de ações que ele impõe aos quilombos, qual seja, a sua extinção, gradual, porém, contínua. Assim, as subjetividades percebidas nos relatos das pessoas, sobre a relação delas com a cidade, nos trouxeram a dinâmica de funcionamento da estrutura educacional própria de suas tradições, dos meios de subsistência vistos nas formas de exploração humana e dos recursos naturais do território, os quais não são discutidos pelo poder público.

Deste modo, as lembranças vão se organizando no sentido de manter a vontade de denunciar aqueles que herdaram os privilégios das apropriações de terras e se beneficiaram tanto da omissão do poder público perante às ameaças dos fazendeiros, além de não fazer esquecer das injustiças favorecidas pelo silenciamento, frente às afrontas sofridas pelos moradores. Apesar da luta para garantir a proteção das terras, a entrevista cedida por Juliana Oliveira mostrou os principais enfrentamentos da comunidade no atual contexto afetado pela pandemia, que foi a garantia da sobrevivência frente à calamidade social causada pela invisibilização dos povos tradicionais perante a promoção de políticas públicas.

As atividades desenvolvidas por esses povos devem ser valorizadas constantemente por meio de iniciativas do poder público que venham garantir respeitar a continuidade das tradições, a permanência e sobrevivência das pessoas nesses espaços históricos que compõem a dinâmica de constituição da memória coletiva e social em Vitória da Conquista. Estas iniciativas se apresentam como primeiras possibilidades de reparação histórica perante a negação feita pela classe dominante à existência atual dos quilombos e dos povos originários.

Outra articulação importante é vista como chave que nos proporcionou compreender a relação de distanciamento entre núcleo do município e as suas comunidades quilombolas: as produções artísticas locais, manifestadas através do artesanato, da religiosidade e das manifestações culturais. Estas produções culturais potencializam as estratégias previstas no cotidiano, e conseqüentemente, deslegitima a força de movimentação das políticas partidárias. Dessa forma, quando os produtores dessa cultura não conseguem acesso à sede do município, por meio do reconhecimento do poder público, as estratégias cotidianas sobressaem frente às dificuldades enfrentadas diariamente pelas pessoas, as quais lutam por seu protagonismo na configuração da história da cidade.

Assim, temos que valorizar os nossos ilustres artísticas, que poderão contribuir para que a história tome novos caminhos ou novos rumos a serem seguidos. O massacre dos povos indígenas no território que atualmente se configura a cidade de Vitória da Conquista não deve ser esquecido do ponto de vista da constituição da memória sobre o solo em que a sociedade conquistense pisa. A dinamicidade da categoria memória nos permite pensar neste solo não como espaços cemiteriais demolidos, os quais atualizam a “suíça baiana” mediante a ideia de ser civilizada e desenvolvida, mas de solo fértil, onde nele foram plantadas sementes prestes a serem desenvolvidas, floridas e frutificada. Isso é reforçado através do dever de memória, posto nos discursos dos descendentes dos povos originários e o compromisso deles com o passado e com os antepassados, que fertilizaram essa terra através dos seus corpos massacrados.

As conquistas de direitos pelos povos quilombolas e afro-indígenas causam “pesadelos” na sociedade hegemônica. As ações de memória dos povos em questão apontam para a necessidade de reestruturação dos dispositivos organizacionais da “Casa Grande”, em que as pessoas passam a ter oportunidade de acesso em políticas públicas. Entretanto, pelas inúmeras dificuldades de acesso e permanência institucional, a exemplo das escolas e universidades, instituições de operação do Direito. As histórias dos povos africanos serviram para adormecer, despertar a Casa Grande e materializar o mito de que o povo negro não constituiu suas bases civilizatórias desde África, onde os sonhos lhes foram retirados e em troca, impuseram a incumbência de adentrar aos lares dos “senhores” para despertá-los para o século seguinte.

As antigas gerações dependem diretamente da preservação dos elementos constitucionais da memória da comunidade que envolve a cultura e as tradições mantidas ao longo do tempo. Porém, os mais velhos relatam que essa resistência e preservação da memória coletiva está se dilacerando, na medida em que a “supermodernidade”, conceito discutido por Augé (2005), se apresenta para as gerações atuais como redentora e oferece propostas para que elas possam desejar os padrões de vida estabelecidos na sede do município, já que este espaço

específico mobiliza a produção de “não lugares”. Com isso, perde-se a “força vital” e a continuidade do processo de transmissão das tradições feito pelas famílias. Muitos, na atualidade, se submeteram ao subemprego nas grandes cidades, principalmente na região sul, realidade um tanto comum entre os moradores de áreas rurais quando não conseguem êxito em Vitória da Conquista.

A busca pela ancestralidade reforça os mitos de fundação das comunidades, as quais sustentam a ideia de resistência que propomos neste estudo como árvore ancestral, assim como os “baobás”²³³ em território africano, ao trazermos as metáforas incidida na “Jurema preta”. Quando fomos permitidos pela ancestralidade dos grupos a estarmos sob à sombra desta árvore, percebemos que a força que nutre suas resistências se ancora na memória do grupo, ao formar um único “sombreiro” visto nos relatos individuais e coletivos. Os mitos de fundação também inspiraram e continuam inspirando os entrevistados no processo de afirmação enquanto quilombola, a partir da formação identitária.

Assim como a maior parte dos relatos dos entrevistados, as histórias de vida demonstraram dificuldades e luta pela sobrevivência, sejam elas vistas no acesso à educação, na especulação imobiliária, fazendo com que todas estas comunidades estejam cercadas com poucas possibilidades de desenvolvimento. Além disso, a cidade estabeleceu uma espécie de ciclo vicioso, já que estas comunidades não têm alternativas, a não ser a de serem absorvidas por estes projetos que absorvem suas estruturas. Ambos os territórios trouxeram histórias de expropriação de terras, tendo os fazendeiros os principais protagonistas na exploração da força de trabalho, além de envolver ameaças de mortes, a plantação de eucalipto marca a memória coletiva da existência de conflitos entre proprietários de terras e indivíduos da comunidade.

Além disso, estas memórias compartilham lembranças de disputas e tensões que perduram até hoje. Assim, as memórias que tivemos acesso nesta pesquisa colocam em contradição este processo excludente. As pessoas ajudaram a trazer para o debate algumas questões sobre a cidade, já que não estão aparentemente perceptíveis por estarem situadas distantes do cenário patrimonial que carrega os símbolos de modernidade pautados em modelos desenvolvimentistas.

²³³ O Baobá, é uma a árvore ancestral das culturas africanas tradicionais. Possuem troncos enormes e aparentam terem vivido durante os tempos imemoriais. Ela se vincula à mitologia yorubana, ao conectar o mundo sobrenatural e o mundo material. De acordo Francisco Carlos de Lucena (2009), as árvores “(...) estão associadas a *ìgbá ì wà ñû* – o tempo quando a existência sobreveio – e numerosos mitos começam pela fórmula ‘numa época em que o homem adorava árvores’...”.

A maneira na qual entramos nas casas dos entrevistados não reflete o estado de renovação em que saímos ao término deste ciclo de pesquisa, já que aprendemos mais do que quando nos dispomos a estabelecer uma relação mútua de troca de experiências. Este momento de aprendizado também foi possível porque a movimentação dos familiares naqueles espaços, os sons, as intervenções, fizeram somar como estudiosos e indivíduos em nossas individualidades. A escuta foi o que tínhamos para oferecer enquanto possibilidade de reflexão do passado e reparação futura através da sistematização desta pesquisa, que será mais um documento a ser registrado na história. A entrevista do Sr. Joaquim fez com que a gente analisasse o seu modo de vida quando nos deslocamos para a casa de D. Maria, mãe de Tiago Silva. Foi lá que refletimos sobre os silenciamentos dos trabalhadores e as condições de exploração daqueles que estavam submissos ao poder e legado endogâmico das famílias dos fazendeiros.

Este estudo também possibilitou reflexões sobre como pensar o corpo entremeado entre as narrativas que abordam a perspectiva do trabalho e Lazer como área de conhecimento. Estas temáticas futuramente podem trazer contribuições significativas para as etapas de formação acadêmica de novos sujeitos interessados em conectar estes possíveis elos nesta área de interlocução com o corpo, já que este recebe todos os açoitamentos dessa representação simbólica.

Em vista disso, as temáticas sobre o silenciamento “atravessaram” na pesquisa, que posteriormente confirmamos em outras entrevistas e pesquisas. Ficou subentendido que as pessoas não tinham falado sobre isso anteriormente; os próprios familiares não apontaram estes caminhos possíveis de serem ditos. Era algo naturalizado entre eles, como se tivesse parte das trajetórias de sobrevivência deles. Como se o direito à vida fosse privilégio apenas dos que detinham do poder de mandar e desmandar no território a partir da posse e aquisição de bens.

A conversa entre pesquisador e entrevistados só foi possível porque houve o reconhecimento. Tanto por parte do Sr. Damião, visto como detentor do saber, que aprendeu na “oitiva”, quanto de nós, pesquisadores, lidos como autoridades pelas pessoas. Porém, nos colocamos à disposição de aprender sobre seus territórios e aprender com eles, sobre as relações coletivas ocorridas nas diversas formas de expressão das resistências. Isso também aumentou a confiança e estreitou os laços entre a comunidade para conosco. O lugar da escuta e o diálogo está na centralidade do processo dinâmico, que é o lugar indissociável do ensinar e aprender. Pois os relatos só foram possíveis quando o diálogo não promoveu a investigação a partir de perguntas formais e previamente sistematizadas. Perceberam que aprendemos juntos, experiências distintas.

Assim como os antigos, as pessoas que participaram indiretamente das entrevistas contribuíram precisamente no complemento das falas, como também na constituição das narrativas e no diálogo do passado e do seu presente. Eles ajudaram a reconstituir e disseminar saberes, para que estas memórias pudessem ser transformadas em documentos futuros e as novas gerações terem acesso a materialidade de fatos inacessíveis por eles.

Os quilombolas se mantêm avessos à estrutura social constituída a partir de um cenário de exploração capitalista, que passa por cima daqueles que não tem acesso ao núcleo urbano para gera lucros e riquezas, principalmente a partir da força de trabalho. É um modelo de gentrificação, exploração do trabalho levado às últimas consequências, apesar de serem quilombolas.

A metodologia da História oral serviu de instrumento para revelar os conhecimentos das pessoas, a partir da coleta de entrevistas sobre trajetórias de vida, revelando experiências históricas que, apesar de não terem sido registradas nas fontes escritas tradicionais, permitiram que as narrativas se tornassem os principais meios de apelo das comunidades por melhores condições estruturais, perante as constantes tentativas de apagamento e silenciamento.

As relações estreitas entre fazendeiros e quilombolas se mostrou visível a partir das barreiras estabelecidas nas disputas pelo território, conduzindo-os em largo passo para o colapso ambiental, assim como o comprometimento da existência destas comunidades frente à esse processo de resistência às políticas de morte. Haja vista que, desde quando o caso de contaminação do solo foi denunciado pelos moradores aos órgãos públicos e judiciais, bem como, nos espaços de discussão de movimentos sociais, a comunidade viveu as tensões frente às ameaças dos proprietários da eucaliptocultura.

A invasão dos proprietários das fazendas de eucalipto, não intimidou a comunidade, diante das manobras opressoras de tentar silenciá-la e desqualificá-la frente ao dever de justiça. Por fim, a água envenenada dos córregos rumo à lagoa, colocaram as pessoas “à sombra da Jurema preta”, ao ponto de manifestarem publicamente sobre os conflitos que ameaçam a memória das suas ancestralidades, como foi percebido nos crimes ambientais. Entretanto, tal contaminação apenas contribuiu para que a árvore ancestral florescesse e expandisse galhos mais frondosos, proporcionando uma maior área encoberta pela proteção e resistência, percebida na sombra da “Jurema” quando buscam por justiça.

Portanto, é o mesmo que retroceder à Casa Grande e ensinar os racistas contemporâneos, a criação de dispositivos punitivos e torturadores, contra nós mesmos. É educar a Casa Grande de fachada, que já tem em seus cômodos, armadilhas camufladas para quando ousarmos bater

em suas portas, seremos induzidos a rememoração de um passado onde deixamos de sonhar nossas vidas a partir do que tínhamos em África.

Os resultados apresentados mostraram que os diálogos estabelecidos na relação entre memória, história e história oral abrem caminhos de possibilidade de reflexão sobre a memória coletiva, constituída no grupo e compartilhada na própria comunidade. As memórias foram transcritas por meio dos relatos sobre a busca e concretização de uma narrativa, que reivindicou as lutas pela garantia de sobrevivência em todos os âmbitos: educacional, vista no poder incisivo da escola; territorial, percebida na exploração humana e dos recursos naturais; histórico/cultural, inerentes às resistências e formação identitária; e geracional, abrangendo a necessidade de continuidade das tradições.

Assim, as comunidades permanecem buscando estratégias para codificarem suas próprias experiências, adquiridas entre elas mesmas. Embora encontrem dificuldades no processo de sistematização e interpretação das suas vivências práticas, os relatos apontaram saberes teorizados coletivamente a partir dos interesses da população negra “aquilombada” em Vitória da Conquista, para garantir a continuidade da memória coletiva enquanto dever de lutar pela reparação histórica. Esta tem sido uma das principais bandeiras de luta nas comunidades tradicionais, pertencentes ao município, em que as novas gerações se deparam, no pensamento de Abdias do Nascimento, com a responsabilidade de edificar a ciência histórico-humanista, para vivenciarem o sentido e significado do termo quilombismo, que de certo modo, aparece atualizado na afirmação de Bruner (2014, p. 103) quando diz que “o sistema ‘separado, mas igual’ de ontem torna-se o relato da opressão de hoje”.

As estratégias dos quilombolas vão formulando lutas contra as opressões que elas sofrem cotidianamente. Eles gestam a memória denúncia como forma de luta contra o poder formal perante o afronto e confronto. Para acionar espaços, eles precisam de estratégias de criatividade, ao recorrerem às suas memórias de ancestralidade, para lutarem contra as opressões e não se deixar levar por aquilo que o sistema dita o que eles devem ser. Dessa forma, ocupar espaços neste núcleo central do município demanda a emergência de conflitos e tensões previstas nas ações contra acomodação do poder público em relação as obrigações políticas frente às comunidades quilombolas, sendo que as pessoas se colocam perante a necessidade de serem escutadas em uma cidade que é refratária às suas produções.

Contudo, as memórias analisadas nas duas comunidades colocaram em xeque o projeto de modernidade que Vitória da Conquista quer mostrar para o mundo. A terceira maior cidade do Estado se mostra com viés europeu, ignorando sua herança histórica e originária dos povos afro-indígenas. Ignora também o fato de que foi edificada em seus primeiros anos, a partir da

mão de obra dos povos africanos e escravizados. Dessa maneira, as duas comunidades representaram neste estudo, estes dois pólos importantes, na constituição do município de Vitória da Conquista, que sistematicamente legitima ações e projetos de constituição de modernidade e ignora as suas origens.

Dessa forma, as memórias relatadas nas entrevistas mostraram o quão difícil é ocupar espaços territorializados pela ideia de configuração de cidade, já que este estudo mostrou que isso demanda a emergência de conflitos, tensões e reacomodação do poder público em relação às obrigações políticas para com os quilombolas. Isso reforça a ideia de que o “Banquete da morte” ainda está em curso, mesmo operando com estratégias de ações que divergem do que a história oficial registrou enquanto hegemônica.

A sede do município se apresenta menos violenta, no entanto, continua prejudicial no que diz respeito à supressão dos povos tradicionais, tratados neste estudo. Os resultados da ação de ignorá-los frente às memórias de contravenções vistas até aqui, foram os mesmos de outrora: silenciamento, invisibilização, apagamento das tradições, das culturas, do modo de vida, dos direitos, da legitimidade de ocupação de seus territórios.

A Jurema Preta, como símbolo da resistência neste estudo, nos ensina que não existe a paz trazida na simbologia ocidentalocêntrica do pombo branco, para representar a quietude, a mansidão e o marco final de situações de conflitos. Se levarmos em consideração que as árvores aportam as moradas dos pássaros, e que são estes lugares as primeiras referências de onde alçam os primeiros voos, não se pode negar que nem os pombos vivem em paz, pois além de buscarem sobrevivência, aprendem com as Juremas o significado da resistência. Assim também pensa o escritor pernambucano Marcelino Freire, em seu texto “Da paz”, ao enunciar

[...] Eu não sou da paz. Não sou mesmo não. Não sou. Paz é coisa de rico. Não visto camiseta nenhuma, não senhor. Não solto pomba nenhuma, não senhor. A paz é muito organizada. Muito certinha, tadinha. A paz tem hora marcada. A paz está proibida. A paz só aparece nessas horas. Em que a guerra é transferida. Viu? Agora é que a cidade se organiza. Para salvar a pele de quem? A minha é que não é [...].²³⁴

A própria formação dos quilombos, portanto é resistência. A existência dos quilombos no território de Vitória da Conquista corresponde ao projeto de escravização, silenciamento e apagamento da cultura dos povos negros e povos originários. O sistema de organização percebido em cada um deles ressoa o grito de liberdade, na luta em favor do direito de existirem.

²³⁴ De Marcelino Juvêncio Freire. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/da-paz-de-marcelinofreire-por-naruna-costa/>. Acesso, 12, jun. 2022.

Entretanto, uma das estratégias utilizadas pelos quilombolas foi a de retornar à Jurema Preta (ancestralidade) para recordar os seus direitos à terra e transmitir seus saberes, assim como ocorre nas tradições orais advindas dos povos africanos.

Estar à sombra da Jurema Preta abarca é unir forças para movimentar circularmente em torno do tronco desta árvore, assim como os tradicionalistas africanos executavam os giros epistêmicos no sentido anti-horário em torno do “*xirê*”, sempre quando precisavam recordar aquilo que esqueceram. Essa epistemologia ancestral nos convida à fincarmos nossas raízes no passado para expandirmos nossos galhos pela horizontalidade do presente, florescermos e frutificarmos memórias, semeadas novamente por vários campos: desde as tentativas de invisibilização até ao direito a (re)existir.

Esta árvore sagrada, portanto, resinifica a ideia de encontro dos povos africanos e dos povos originários no território de Vitória da Conquista-BA. Em torno dela, se irmanaram nessa luta coletiva. É a mãe do renascimento, símbolo da resistência aos enfrentamentos que os quilombos ainda vivem perante a forma que a sede do município gere suas memórias em torno das suas existências. Por isso, a Jurema Preta emerge dos lugares mais remotos para germinar as forças necessárias para transmitir os saberes ancestrais a estes povos. Portanto, para continuarem existindo, uma das alternativas que os quilombolas encontram é de buscarem proteção ancestral **À Sombra Da Jurema Preta** e continuarem se enraizando!

REFERÊNCIAS

- ABIB, P. R. J. **Capoeira Angola: cultura popular e o jogo dos saberes na roda**. Orientadora: Neusa Maria Mendes de Gusmão. 2004. 172 f. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas-SP, 2004.
- ABIB, P. R. J.; SILVA, L. G. R. Culturas populares na universidade: uma proposta de educação decolonial. **História Oral**, v. 23, n. 1, p. 139-160, 2020.
- ABREU, M. Slave Mothers and Freed Childrens: emancipation and female space in debates on the free womb law, 1871. **Journal of Latin American Studies**, 28, 1996.
- ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. A justiça ambiental e a dinâmica das lutas socioambientais no Brasil – uma introdução. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ADICHIE, C. N. O perigo de uma história única. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ADORNO, T. W. **Educação e emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- AGENDA 21. **A Conquista do Futuro: cenários para o desenvolvimento sustentável**. GUIMARÃES, M. R. (Org.). Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista, Vitória da Conquista 2004.
- AGUIAR, I. P. de. **As religiões afro-brasileiras em Vitória da Conquista: caminhos da diversidade**. Orientadora: Josildeth Gomes Consorte. 1999. 230 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.
- ALBUQUERQUE, W. R. de; FRAGA FILHO, W. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALMAS, R. S.; LONGUINHOS, M. A. A. Setor de serviços e dinâmica econômica no município de Vitória da Conquista. In. **Anais...X Semana de Geografia da UESB**, 2011. Vitória da Conquista-BA. (*On line*). Vitória da Conquista, UESB, 2011. Disponível: <http://www.uesb.br/eventos/ebg/anais/2v.pdf>. Acesso em: 31 out. 2021.
- ALMEIDA, K. L. N. Alforrias nas minas do Rio de Contas setecentista. In SAMPAIO, G. dos R.; CASTILO, L. E.; ALBUQUERQUE, W. (Org.) **Barganhas e querelas da escravidão: tráfico, alforria e liberdade (séculos XVIII e XIX)**. Salvador: EDUFBA, 2014.
- ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2019.
- ALVES, G. J. Um olhar sobre áreas pobres em Vitória da Conquista -BA: pensando o processo de favelização. Simpósio Cidades Médias e Pequenas da Bahia, 2014. Disponível em: <http://anais.uesb.br/index.php/ascmpa/article/viewFile/3657/3342> Acesso em: 18 out. 2022.
- AMORIM, C. D.; MEIRA, C. S.; WINTER, E. Indicadores de input do município de Vitória da Conquista-Bahia. **Revista GEINTEC**. Vol. 4/n.2/ p. 975-991. São Cristóvão/SE – 2014.

ANDRADE, M. L. de. **A Monocultura do Eucalipto: Conflitos Socioambientais, Resistências e Enfrentamentos na Região do Sudoeste Baiano**. Orientadora: Gilca Garcia de Oliveira. 2015. 139f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, do Instituto de Geociências, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, 2015.

ANTONIO FILHO, F. D. Sobre a palavra “Sertão”: Origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). **Ciência Geográfica** - Bauru - XV - Vol. XV - (1): Janeiro/Dezembro – 2011. Disponível em: https://www.agbbauru.org.br/publicacoes/revista/anoXV_1/AGB_dez2011_artigos_versao_internet/AGB_dez2011_11.pdf. Acesso em: 18 out. 2022.

ARAGÃO, H. T. *et al.* Impactos da Covid-19 à luz dos marcadores sociais de diferença: raça, gênero e classe social. **SAÚDE DEBATE** | Rio de Janeiro, v. 46, n. Especial 1, p. 338-347, Mar 2022.

ARRUTI, J. M. **Mocambo: antropologia e história no processo de formação quilombola**. Bauru, SP: Edusc, 2006.

ASSUNÇÃO, M. R. **A guerra dos bem-te-vis: a Balaiada na memória oral**. São Luís: SIOGE, 1988.

AUGÉ, M. **Não Lugares: Introdução a uma antropologia da supermodernidade**. 9. ed. Campinas: Papirus, 2012.

BANDEIRA, M. L. Terras Negras: Invisibilidade Expropriadora. In: **Textos e Debates**, Ano I, nº 2, p. 7-24, 1991.

BARBIERI, J. C. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2004.

BARROSO, G. **Terra de Sol (Natureza e costumes do Norte)**. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá Editor, 1912.

BENBASSA, E. **Dictionnaire des racismes, de l'exclusion et des discriminations**. Paris: Larousse, 2010.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília, DF, novembro de 2003.

BRASIL, **Decreto-Lei No 2.848, de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União. Brasília, DF: Presidência da República, 1940.

BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Parecer Deprot/IPHAN nº 47 de 1998** [Proposta de definição de sítios e documentos detentores de reminiscências históricas de antigos quilombos].

BOSI, A. **Dialética da Colonização**. 4ª ed. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

BRUNNER, J. **Fabricando histórias: Direito, Literatura, Vida.** Tradução: Fernando Cássio. São Paulo: Letra e Voz, 2014.

BULLARD, R. Enfrentando o racismo ambiental no século XXI. In: ACSELRAD, H.; HERCULANO, S.; PÁDUA, J. A. **Justiça Ambiental e Cidadania.** Rio de Janeiro: Relume Dumará. 2004.

BUNGART NETO, P. De Taunay a Nava: grandes memorialistas da literatura brasileira. In: **Anais... Encontro Diálogos Entre Letras**, 1, 2011, Dourados, MS. p. 44-55. Dourados: UFGD, 2011. Disponível em: <https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbmxaWFsb2dvc2VudHJlbGV0cmFzfGd4OjcwNTUzM2Q1MTkxYzIzMDU> Acesso em: 31 out. 2021.

BURKE, P. **A escrita da história: novas perspectivas.** São Paulo: Unesp, 1992.

CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade.** São Paulo: EDUSP, 2008.

CARNEIRO, A.S. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser.** Orientadora: Roseli Fischmann. 2005. 339f. Tese (Doutorado em educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005).

CARVALHO, C.; RODRIGUES, R. **O direito à cidade.** Editora Lumen Juris: Rio de Janeiro, 2016.

CEAS. **Relatório do Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional.** 2012.

CEAS. **Relatório do Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional.** 2013.

CEAS. **Relatório do Projeto de Segurança Alimentar e Nutricional.** 2014.

CETESB/GTZ. **Manual de Gerenciamento de Áreas Contaminadas.** 2. ed. São Paulo: CETESB, 2001. Disponível em: <http://www.cetesb.sp.gov.br>. Acesso em: 15 de jul. de 2021.

CICALO, A. Uma voz para o passado: A construção de patrimônio da escravidão na região portuária do Rio de Janeiro. In: MATTOS, Hebe. (Org.). **História Oral e comunidade: reparações e culturas negras.** São Paulo: Letra e Voz, 2016.

CONCEIÇÃO, S. da. **Estratégias de permanência e desenvolvimento social na Comunidade Rural Quilombola de Velame.** Orientadora: Valter Roberto Silvério. 2016. 229f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de São Carlos. São Carlos: UFSCar, 2016.

CONAQ – Coordenação Nacional Das Comunidades Negras Rurais Quilombolas; Terra De Direitos. (Org.). **Racismo e violência contra quilombos no Brasil.** Curitiba: Terra de Direitos, 2018.

CONRAD, R. **Os últimos anos da escravidão no Brasil: 1850-1888.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

COSTA, C. R. da. **O Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied e sua Viagem ao Brasil (1815-1817)**. Orientadora: Maria Helena Pereira Toledo Machado. 2008. 132f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Departamento de História. Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade de São Paulo, 2008.

CRUIKSHANK, J. Tradição oral e história oral: revendo algumas questões. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. M. (Coord.) **Usos & abusos da história oral**. Rio de Janeiro: EdFGV, 1996.

CRUZ, C. A. C. **Mobilidade espacial da população para Vitória da Conquista, políticas públicas e dinâmica econômica na cidade e região no período de 1970 a 2015**.

Orientadora: Barbara-Christine Nentwig Silva. 2015.278f. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal da Bahia. Instituto de Geociências, Salvador, 2015.

DANTAS, L. E. Criminalização da pobreza em Vitória da Conquista: O que a mídia retrata e o que realmente acontece nos bairros Periféricos Conquistenses. **Anais...XIV Congressos de Ciências da Comunicação na Região Nordeste**. Recife, PE, 2012. Disponível: <http://www.intercom.org.br/papers/regionais/nordeste2012/resumos/R32-1112-1.pdf>. Acesso em: 05 out. 2021.

DELGADO, L.A.N. História oral e narrativa: tempo, memória e identidades. **História Oral**, v. 6, p. 9-25, 2003.

DEUS, J. B. de. As cidades médias na nova configuração territorial brasileira. **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia, v. 24, n. 1-2, p. 81-91. Jan./Jun. 2004. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/4135>. Acesso em: 05 out. de 2021.

DOMINGUES, P. J. **A insurgência de ébano**: a história da frente negra brasileira (1931-1937). 2005. Orientadora: Leila Maria Gonçalves Leite Hernandez. 2005. 341f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador**. v. 1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

ELIADE, M. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1972.

ELTIS, D. **Economic growth and the ending of the transatlantic slave trade**. New York: Oxford University, 1987.

EVARISTO, C. **Becos da memória**. Belo Horizonte: Mazza, 2006.

FANON, F. **Pele negra, máscaras brancas**. Trad.: Renato da Silveira. Salvador: Edufba, 2008.

FENTRESS, J.; CHRIS, W. **Memória Social**: novas perspectivas sobre o passado. Trad. Telma Costa. Lisboa: Teorema, 1992.

FERRAZ, A. E. Q. **O urbano em construção**: Vitória da Conquista, um retrato de duas décadas. Vitória da Conquista: UESB, 2001.

FERREIRA, M. de M.; AMADO, J. **Usos e Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

FERREIRA, G. de L. N. **Cinzentos: memória de uma comunidade negra remanescente de quilombo**. Orientadora: Teresinha Bernardo. 1999.195f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

FERREIRA, M. L. M.; SERRES, J. C. P. “Museus e narrativas do sofrimento”. In: BAUER, L. B.; BORGES, V. T. **História oral e patrimônio cultural: potencialidades e transformações**. São Paulo, Letra e Voz, p. 91-112, 2018.

FERREIRA, I. W. A Região do Valongo: Memória de Quem? **Revista Historiador**, n. 9, 2017.

FINAMORE, R. **Gestão de áreas contaminadas e conflitos ambientais: O caso da Cidade dos Meninos**. Orientadora: Alessandra Magrini. 2007. 110f. Dissertação (Mestrado Ciências em Planejamento Energético). Universidade Federal do Rio de Janeiro. COPPE/UFRJ, Rio de Janeiro, 2007.

FINAMORE, R. Contaminação do solo e conflitos: o caso da empresa centes. **RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental** Set. – Dez., v.4, n.3, p. 119-135, 2010. Disponível em: <https://rgsa.emnuvens.com.br/rgsa/article/view/332/118>. Acesso em: 10 out. 2022.

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1981.

FRANCO, M. da C. V. **De campo santo à necrópole monumentalizada: o processo de criação e transformação do Cemitério Público de Campos dos Goytacazes no século XIX**. Orientadora: Claudia Rodrigues. 2019. 322f. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em História, 2019.

FRANCO, M. C. V. A Morte conta a vida: os cemitérios como lugar de memória na antiga Macaé, entre 1855 e 1910. In: XIII Encontro de História ANPUH-RJ, 2008, Seropédica/RJ. **Caderno de Resumos e Programação**. Rio de Janeiro: Armazém das Letras, v. 1. p. 241-241, 2008.

GERMANO, J. M.; COUTO, T. A. **Pandemia de Covid-19 no Brasil: Análises sob a necropolítica e racismo estrutural**. SANARE (Sobral, Online). 2022 Jan-Jun;21(1):84-93.

GÓES, J. R. de; FLORENTINO, M. Crianças escravas, crianças dos escravos. p. 96-105. In: DEL PRIORE. Mary (org.). **História das crianças no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2010.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, F. dos S. **Mocambos e Quilombos: uma história do campesinato negro no Brasil**. São Paulo: Claro Enigma, 2015.

GONÇALVES, B. F. F.; MACEDO, D. R. Situação do trabalho análogo à escravidão: análise estatística espacial quanto à vulnerabilidade socioeconômica e à presença de territórios quilombolas em Minas Gerais (2003-2013). **Revista GEOgrafias**, v. 27, n. 1, p. 111-126, 2019.

GONZALEZ, L. **Festas populares no Brasil**. Rio de Janeiro: Index, 1987

GROSGOUEL, R. A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. **Revista Sociedade e Estado**, v. 31, n. 31, jan./abr., 2016.

HALL, S. **Da Diáspora: identidade e mediações culturais**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

HALBWACHS, M. **Los marcos sociales de la memoria**. España: Editorial Anthropos, Chile: Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Concepción, Venezuela: Facultad de Ciencias Económicas y Sociales de la Universidad Central, 2004.

HAMPATÉ BÂ, A. A tradição viva. In: KI-ZERBO (Editor). **História geral da África, I: Metodologia e pré-história da África**. Brasília: UNESCO, 2010.

IANNI, O. **A era do globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

IBGE, IBDEGEE. **Características Etnico-raciais da População: Classificação e identidades**. Estudos e Pesquisas. Informações Demográficas e Socioeconômicas. Rio de Janeiro: IBGE, p. 208, 2013.

IPHAN - **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Cais do Valongo** – Rio de Janeiro (RJ), 2022. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1605/>. Acesso em: 01 out. 2022.

IVO, I. P. **O anjo da Morte contra o santo lenho: poder, vingança e cotidiano no sertão da Bahia**. Vitória da Conquista: EdUESB, 2004.

IVO, I. P. **Homens de caminho: trânsitos culturais, comércio e cores nos sertões da América Portuguesa. Século XVIII**. Vitória da Conquista: EdUESB, 2012.

IVO, I. P.; LEMKE, M.; MORAES, C. de C. P. **Trabalhar é preciso, viver não é preciso: Povos e lugares no mundo ibero-americano Séculos XVI-XX**. São Paulo: Alameda Casa, 2020.

JARDIM, I. F. *et al.* Turismo e Publicidade: Considerações acerca do Cristo de Mário Cravo em Vitória da Conquista – BA. **Revista Diálogos Interdisciplinares**. v. 5 n. 2. 2016. Disponível em: <https://revistas.brazcubas.br/index.php/dialogos/article/download/155/231/>. Acesso em: 28 out. 2021.

KASPRESKI, R. dos S. **"A gente só olha o presente... Nunca se olha o passado": as comunidades quilombolas pelo discurso do outro**. Orientadora: Márcia Andréa dos Santos. 2020. 183f. Dissertação (Mestrado em Letras. Programa de Pós-graduação em Letras), Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2020.

KI-ZERBO, J. **Introdução Geral. História Geral da África I: metodologia e pré-história da África.** Brasília: Unesco, 2010.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo.** 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 46 p.

KREUTZ, L. Identidade étnica e processo escolar. **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, p. 79- 96, julho. Fundação Carlos Chagas: Autores Associados, São Paulo, 1999.

LEAL, V. N. **Coronelismo, Enxada e Voto, o município e o regime representativo no Brasil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

LEITE, I. B. O projeto político quilombola: desafios, conquistas e impasses atuais. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 16, n. 3, p. 965-977, Dec. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2008000300015/9189>. Acesso em: 07 set. 2021.

LE GOFF, J. (Trad. Bernardo Leitão). **História e memória.** Campinas: UNICAMP. 1990.

LOPES, T. M. **Memória e juventude:** a construção social das festas conquistenses e o mercado de consumo. Orientador: Maria Salete de Souza Nery. 2021. 91f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2021.

LÉVI-STRAUSS, C. **Mito e significado.** Trad. Antonio Marques Bessa. Lisboa: 70, 1978.

LIMA, V. I. de C.; NASCIMENTO, W. S. Nações, fronteiras e relações étnicas na comunidade indígena-quilombola do Baixão. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, Vol. 54, N. 1, p. 21-36, jan/abr 2018.

LIMA, W. P. **Diálogo Florestal – A Silvicultura e a água:** Ciência, Dogmas, Desafios. Rio de Janeiro: Instituto BioAtlântica, 2010.

LINS, P. B. **Memória e dever de memória nas relações entre masculinidades negras e violência.** Orientadora: Edvania Gomes da Silva. 2020. 153f. Dissertação (Mestrado Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudeste da Bahia. PPGMLS, Vitória da Conquista, Bahia, 2020.

LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e Ação Política. In: Bursztyn, M. **A Difícil Sustentabilidade:** Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Garamond. 2001.

LUCENA, F. C. de. Uma etnografia dos significados da Louvação a Baobá: Sentidos da África no Brasil. **Revista África e Africanidades** – Ano 2 - n. 5 - Maio. 2009.

MAGALHÃES, M. das G. S. D. **Amazônia, o extrativismo vegetal no sul de Roraima:** 1943-1988. Boa Vista: Editora da UFRR, 2008.

MACHADO, V. **Pele da cor da noite.** Salvador: EDUFBA, 2013.

MARES, R. M. A periferia pobre e a produção do espaço urbano: o caso de Vitória da Conquista/BA. In: **Anais...II Simpósio de Estudos Urbanos: a dinâmica das cidades e a produção do espaço**, agosto de 2013. Disponível em: http://www.fecilcam.br/anais/ii_seurb/documentos/mares-rizia-mendes.pdf. Acesso em: 03 out. 2021.

MARTINS, J. de S. **O Cativo da Terra**. 7. ed. São Paulo: Hucitec, 1998.

MARTINS, W. R.; DIAS, R. B. **Coronelismo: contaminação crônica da política brasileira**. 2017 p. 1-28 Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2287-8.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2021

MATEUS, M. B. **Relação entre fauna silvestre e produtores rurais: estudos de casos em milho (*Zea mays L.*) e goiaba (*Psidium guajava L.*) na Zona da Mata de Minas Gerais**. Orientador: Rômulo Ribon. 2013. 82f. Dissertação (Mestrado em Biologia Animal. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2013).

MATTOS, H. (Org.). **História Oral e comunidade: reparações e culturas negras**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

MATTOS, H. **Das Cores do silêncio. Os significados da liberdade no Sudeste escravista (Brasil, século XIX)**. São Paulo: EdUnicamp, 2013.

MBEMBE, A. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução Renata Santini. São Paulo: N-1, 2018.

MBEMBE, A. **Crítica da Razão Negra**. Lisboa: Antígona, 2014.

MEDEIROS, R. H. A. **História local e Memória: Limites e Validade**. 1. ed. Campinas: Librum, 2013.

MEIHY, J. C. S. B. **Manual de história oral**. São Paulo: Loyola, 2002.

MELO, A. L. A. et al. **“Palmas” para o quilombo: processos de territorialidade e etnicidade negra**. Santa Maria: EdUFSM, 2011.

MELO, J. I. dos S. **Vida aos Mortos: Inventário dos Cemitérios Vida Nova, São Jorge do Anzol, Alvorada, Nova Esperança e Muratú Aruá Em Roraima**. **Anais... Encontro Nacional de História Oral: Narrativas, Ética e Democracia**. Universidade Federal do Pará – Belém. 2020. Disponível em: <https://www.encontro2020.historiaoral.org.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUIFVSVZPIjtzOjQ6IjQ0OTAiO30iO3M6MT0iaCI7czoMjoiNzk4MGYzYzc3YmZhOWE3ZTA0MDM4Y2FjYzVkM2ZINDQiO30%3D>. Acesso em: 17 out. 2021.

MILANO, G. B. **Territórios, Cultura e Propriedade Privada: Direitos territoriais quilombolas no Brasil**. Orientador: José Antônio Peres Gediél. 2011.182f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

MINAYO, M. C. de S. (Org.). **Pesquisa Social**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MIRANDA, E. O. **Corpo-território & educação decolonial: proposições afro-brasileiras na invenção da docência**. Salvador: EDUFBA, 2020. Disponível em: <http://proex.uefs.br/arquivos/File/EBOOKcorpoterritorioeducacaodecolonialrepositorio.pdf>. Acesso em: 7 de set. 2022.

MIRANDA, R. N. Breve histórico da questão das terras devolutas no Brasil e dos instrumentos legais de posse sobre esses bens. **Revista do CAAP** | Belo Horizonte. n. 2 | V. XVII | p. 153 a p. 176 | 2011. Disponível em: <https://revistadoacaap.direito.ufmg.br/index.php/revista/article/viewFile/295/284>. Acesso em: 14 jul. 2021.

MOLISCH, H. **Der Einfluss einer Pflanze auf die andere Allelopathie**. Jena, Fischer, 1937.

MOREIRA, A. J. **O que é discriminação?** 2. ed. reimpressa editada. Belo Horizonte: Letramento, 2017.

MOREIRA, R. P. de J. **A memória da escravidão e a construção da identidade dos grupos que compõem a Comunidade Quilombola de Helvécia (2000-2018)**. Orientador: Felipe Eduardo Ferreira Marta. 2019. 120f. Dissertação (Mestrado Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade, Vitória da Conquista, 2019.

MOURA, V. dos S. **As Raízes Históricas do Instituto da Propriedade Privada da Terra no Brasil como alicerces da Injustiça Social: uma análise sincrônica e diacrônica das suas bases legislativas desde a implementação do modelo sesmarial até a sua mercantilização com a Lei de Terras de 1850**. Orientadora: Liane Francisca Hüning Pazinato. 2019.158f. Dissertação (Mestrado em Direito e Justiça Social). Universidade Federal do Rio Grande-FURG. Programa de Pós-Graduação em Direito, Rio Grande, 2019.

MORENO, J. N. *Desaparecidos*, peregrinos y cementerios: espacios y prácticas de la memoria en Colombia. Antipod. **Rev. Antropol.Arqueol.** no.37 Bogotá Oct./Dec. 2019

MOUSINHO, P. Glossário. In: TRIGUEIRO, A. **Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas áreas de conhecimento**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

MURPHY, J. F. **Concepts of Leisure: Philosophical Implications**. Englewood Cliffs, N.J.: Prentice-Hall, 1974.

NASCIMENTO, W. S. Do. **Construindo o negro: lugares, civilidades e festas em Vitória da Conquista/BA (1870-1930)**. Orientadora: Josildeth Gomes Consorte. 2008.177f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo PUC-SP. São Paulo, 2008.

NASCIMENTO, W. S. Africanos e Negros na Região Sudoeste da Bahia: Histórias, Culturas e Influências. In: SANTANA, M.; ARGOLO, A.; DIAS, E.; NASCIMENTO, W. S. (Org.). **Odeere: formação docente, linguagens visuais e legado africano no sudoeste baiano**. EdUESB, 2014.

NASCIMENTO, A. do. **O Quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, D. M. C. **Expansão do Eucalipto em Belmonte e Canavieiras na Bahia**, Brasil. 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Procesosambientales/Usoderecursos/52.pdf> Acesso em: 18 out. 2022.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Projeto História. **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP**, n. 10. São Paulo, dez.-1993.

NORO, N. S.; GONÇALVES, M. A. G. Uma história de amor pela terra: o fenômeno literário de torto arado – entrevista com Itamar Vieira Junior. **Via Atlântica**, São Paulo, n. 41, pp. 530-559, jun. 2022.

NOVAES, J. R. **Faces do Coronelismo Baiano**: o confronto sertanejo. Orientador: Ruy Hermann Araújo Medeiros 2006. Monografia (Especialização em Educação, Cultura e Memória). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista, BA, 2006.

NOVAIS, I. A. F. Mulher, família e negócio: o papel da mulher no sertão da ressaca. **Anais...** ANPUH XXIV Simpósio Nacional de História, 2008. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548210414_a175a7aee5151ce9714e36c6b4d9d30b.pdf Acesso em: 03 out. 2021.

NUNES, B. Narrativa histórica e narrativa ficcional. In: RIEDL, D. C. (Org.). **Narrativa**: ficção e história. Rio de Janeiro: Imago, 1988.

O'DWYER, E. C. Os quilombos e a prática profissional dos antropólogos. In: O'DWYER, E. C. (Org.). **Quilombos**: identidade étnica e territorialidade. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

OIT. Organização Internacional do trabalho. **As boas práticas da inspeção do trabalho no Brasil**: a erradicação do trabalho análogo ao de escravo. Brasília. OIT, 2010.

OLIVEIRA, R. F. de. **Índios paneleiros do planalto da conquista**: do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais. Orientadora: Maria Hilda Baqueiro Paraíso. 2012. 221f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2012.

OLIVEIRA, R. F. de. **Índios Paneleiros do Planalto da Conquista**: Do massacre e o (quase) extermínio aos dias atuais. Salvador: Sagga, 2020.

OLIVEIRA, J. P. Carta à Senadora Benedita da Silva. Data 22/05/95. In: **Boletim Informativo NUER** / Núcleo de Estudos Sobre Identidade e Relações Interétnicas / Fundação Cultural Palmares — v. 1. n. 1. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1997.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 11. ed. Campinas: Pontes, 2013.

PACHÁ, P.; KRAUSE, T. Derrubando estátuas, fazendo história. **Época**. 2020. Disponível em: <https://epoca.globo.com/cultura/artigo-derrubando-estatuas-fazendo-historia-24487372>. Acesso em: 02 jul. 2020.

PASSOS, F. J. **Beco de (Vó) Dola**: territorialidade e ancestralidade negra em Vitória da Conquista. Orientadora: Josildeth Gomes Consorte. 2012. 295f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC, São Paulo, 2012.

PEDREIRA, P. T. **Os Quilombos Brasileiros**. Prefeitura Municipal de Salvador. Departamento de Cultura da SEMEC. Salvador, 1972.

PEREIRA, C. C. M.; FARIAS, M. G. G. Análise de mitos africanos em uma comunidade quilombola: comunicação, informação e religiosidade. **Comun. & Inf., Goiânia**, GO, v. 19, n. 2, p. 53-70, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ci/article/view/36800/22242>. Acesso em: 04 out. 2022.

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na história oral. **Projeto História**. São Paulo, n. 15, p. 13-49, abr./1997.

PORTELLI, A. A filosofia e os fatos: narração interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo**. Rio de Janeiro, v 1, n.2, p. 59-72, 1997.

PORTELLI, A. História oral como gênero. Projeto História: **Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados do Departamento de História da PUC-SP**, n 22 (História e oralidade), São Paulo: EDUC, 2001.

PORTELLI, A. **História oral como a arte da escuta**. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

PRINS, G. História oral. In: BURKE, P. (Org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: UNESP, 1992.

QUADROS, E. M. **Memória, reconhecimento de si e alteridade no pensamento de Paul Ricoeur**. Orientadora: Maria da Conceição Fonseca-Silva. 2016. 173f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, 2016.

RIBEIRO, D. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995

RIBEIRO, D. **Lugar de fala. Feminismos Plurais**. Coord. Djamilia Ribeiro. São Paulo: Pólen, 2019.

RICOEUR, P. **A memória, a história, o esquecimento**. Trad. Alain François *et al.* Campinas, SP: Unicamp, 2007.

ROCHA, T. M. R. da. **Memória, Trabalho e Envelhecimento de Mulheres Negras Idosas em uma Comunidade Remanescente de Quilombo São Joaquim de Paulo em Vitória da Conquista – Bahia**. Orientadora: Luciana Araújo dos Reis. 2015.116f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, 2015.

RODRIGUES, G.; DODEBEI, V. Os monumentos urbanos e a construção da memória na cidade de Vitória da Conquista. **Politeia: Politeia-História e Sociedade**, v. 13 n. 2, p. 255-280, 2013. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/download/3718/3068/6130> Acesso em: 18 de outubro de 2022.

ROUSSO, H. **Le syndrome de Vichy**: de 1944 à nos jours. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

RUBIO, K. Memorial. **São Paulo**: Escola de Educação Física e Esporte. 2019.

SAAD, L. F. **Eu e a supremacia branca: Como reconhecer seu privilégio, combater o racismo e mudar o mundo**. Rio de Janeiro: Rocco, 2020.

SÁNCHEZ, L. E. **Desengenharia: O Passivo Ambiental na Desativação de Empreendimentos Industriais**. São Paulo: EdUSP, 2001.

SANTOS, R. S. dos. **A construção de Cidades no Brasil**: Capital, poder público, população e a produção do espaço urbano em Vitória da Conquista (1940 - 2010). Orientador: Jaume Font Garolera. 2013. 363f. Tese. (Doutorado em Geografia, Planificaci3n Territorial y Gestión Ambiental). Faculdade de Geografia e Historia da Universidade de Barcelona, Barcelona, 2013.

SANTOS, A. J.; ALMEIDA, J.R.M. Vitória da Conquista em contraste: a avenida da integraç3o e a luta de classes. In. **Anais... XX Ciclo de estudos Hist3ricos**, 2009, Ilhéus, UESV, 2009. Disponível: www.uesc.br/eventos/cicloshistoricos/anais/alexandre_de_jesus_santos.pdf . Acesso: 31 out. 2021.

SANTOS, R. E. dos. 1 vídeo (62:02). **Racismo Ambiental**. Publicado pelo canal Partido dos Trabalhadores - LigaPreta, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/hashtag/ligapreta> Acesso em: 13 out. 2021.

SANTOS, A. F. dos. **Eu, negros**: Discriminaç3o Racial no Brasil. 3. Ed. São Paulo: Loyola, 1988.

SANTOS, B. **Pela Mão de Alice**: o social e o político na pós modernidade. Lisboa: Afrontamentos, 1994.

SANTOS, J. D. F. dos. **Violência no sertão da ressaca à negaç3o dos direitos da populaç3o infante-juvenil em Vitória da Conquista, Bahia (1997-2005)**. Orientadora: Ana Amélia da Silva. 2007. 262 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

SANTOS FILHO, E. F. dos; ALVES, J. B. A tradiç3o oral para povos africanos e afrobrasileiros: relevância da palavra. **Revista da ABPN**. Especial - Caderno Temático: Saberes Tradicionais v. 9, p. 50-76. Dezembro de 2017.

SEI – Superintendência de Estudos Econ3micos e Sociais da Bahia. **Análise da Situaç3o Econ3mica dos Distritos Industriais**. Publicaç3es SEI, 2017. Disponível em: https://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/situacao_economica/analise_situacao_economica.pdf. Acesso em: 01 out. 2022.

SILVA, A. B. da. **O Carnaval? “Ave Maria, era mil maravilha!”: trânsitos políticos e culturais das associações negras e mestiças de Vitória da Conquista.** Orientador: Edson Silva de Farias. 2022. 314f. Tese (Doutorado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2022.

SILVA, J. dos S. **Capoeira não pede bênção a coronel: os mestres e a memória da disseminação da Capoeira em Vitória da Conquista - BA (1950-2000).** Orientador: Felipe Eduardo Ferreira Marta. 2018. 248f. Dissertação (Mestrado em Memória: Linguagem e Sociedade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, BA, 2018.

SILVA, A. B. da. **Os Agentes de Pastoral Negros (APNs) de Vitória da Conquista-Bahia (1986-2010).** Orientadora: Avanete Pereira Sousa. 2015. 179f. Dissertação (Mestrado em Letras). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Programa de Pós-graduação em Letras: Cultura, Educação e Linguagens, Vitória da Conquista, 2015.

SILVA, D. S. da. **Constituição democrática e diferença étnica no Brasil contemporâneo: um exercício constitucional-concretista face o problema do acesso à terra das comunidades negras remanescentes dos quilombos.** Orientador: Clemerson Merlin Clève 1996. 218f. Dissertação (Mestrado em Direito). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 1996.

SILVA, R. D. O. Negrinhas e negrinhos: visões sobre a criança escrava nas narrativas de viajantes – Brasil, século XIX. **Revista de História**, 5, 1-2, p. 107-134, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/rhufba/article/view/28220/16743> Acesso em: 02 jul. 2021.

SILVA, G. M. da. **Educação como processo de luta política: a experiência de “educação diferenciada” do território quilombola de Conceição das Crioulas.** Orientadora: Denise Maria Botelho. 2012. 22f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação). Faculdade de Educação. Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA, M. Ad. da. **O Movimento dos Guarani e Kaiowá de reocupação e recuperação de seus territórios em Mato Grosso do Sul e a participação do CIMI (Conselho Indigenista Missionário) 1978-2001.** Orientador: Cláudio Alves de Vasconcelos. 2005. 215f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Dourados. CDPO, 2005.

SOTO, W. H G. A cidade, o subúrbio e a periferia. **Estud.soc.agric**, Rio de Janeiro, vol. 16, no. 1, p. 109-131, 2008. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/298>. Acesso em: 18 out. 2022.

SOUTO, R. L. S.; PESSOTI, G. C. **Análise atual do distrito industrial dos imborés e sua relevância para a dinâmica econômica de vitória da conquista**, 2015. Disponível em: http://www2.uesb.br/eventos/semana_economia/2015/arquivos/11.pdf. Acesso em: 01 out. 2022.

SOUSA, C. S. O. de. **Grilhões em Pés Alados: A repressão aos ciganos nos centros urbanos mineiros sob uma perspectiva higienista.** 2012. Disponível em: http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/CiencSociais_SousaCSO_1.pdf. Acesso em: mar 2022.

SOUSA SANTOS, B. **Na oficina do sociólogo artesão: aulas 2011-2018.** São Paulo: Cortez, 2018.

SOUSA SANTOS, B. **O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul.** Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2019.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se: Panorama Histórico, Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro.** Orientador: José Jorge de Carvalho. 2008. 204f. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Universidade de Brasília, Instituto de Ciências Sociais. Departamento de Antropologia, Brasília, 2008.

SOUZA JR., Z. S. de. **Coronéis e Compadres Família, poder e lealdade no sertão.** Orientadora: Teresinha Bernardo. 2014. 204f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo-SP, 2014.

SOUZA, M. A. S. de. **A Conquista do Sertão da Ressaca: povoamento e posse da terra no interior da Bahia.** Vitória da Conquista: EdUESB, 2001. p. 19.

SOUZA, B. de J. **Uma polis sertaneja, fora do eixo e fora do centro: imprensa e memória nas disputas políticas em Vitória da Conquista (1962-1992).** Orientadora: Lina Maria Brandão de Aras. 2010. 288f. Tese (Doutorado em História Social). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SOUZA, B. de J. **Mandonismo e poder local no sertão da ressaca. Dossiê Temático: História Social, História Local/Regional.** Pol. Hist. Soc., Vitória da Conquista, v. 20, n. 2, p. 74-94, 2021. <https://periodicos2.uesb.br/index.php/politeia/article/download/10187/6606/26552>. Acesso em: 18 out. 2022.

SOUZA, B. J. **Arreios, currais e porteiras: uma leitura da vida política em Conquista na Primeira República.** Orientador: Paulo Edgar Almeida Resende 1999. 177 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 1999.

SPIVAK, G. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: EdUFMG, 2010.

TANAJURA, M. **História de Conquista: Crônica de uma Cidade.** Vitória da Conquista - BA, 1992.

TEIXEIRA, J. P. M. **Mapa da violência em Vitória da Conquista,** 2018. Orientador: Luciano Oliveira de Souza Tourinho. 2018. Monografia (Bacharelado em Direito). Departamento de Ciências Sociais Aplicadas. Colegiado do Curso de Direito. Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-BA, 2018.

TINHORÃO, J. R. **História social da música popular brasileira.** São Paulo: 34, 1998.

TURATTI, M. C. M. **Relatório Técnico-Científico Sobre os Remanescentes da Comunidade de Quilombo de Capivari.** Capivari SP: [s.n], 2003.

VALENCIA VILLA. C. E.; FLORENTINO, M. **As crianças na dinâmica do tráfico interno de escravos a partir da cidade do Rio de Janeiro (1809-1834).** *Afro-Ásia*, n. 61, pp. 7-36, 2020.

Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/36846/23311>. Acesso em: 21 jun. 2021.

VALENCIA VILLA, C.; FLORENTINO, M. Abolicionismo inglês e Tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. **História** (São Paulo), vol. 35, pp. 1-20. Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 2016.

VANSINA, J. A tradição oral e sua metodologia. In KI-ZERBO, J (Org.). **História Geral da África: Metodologia e pré-história da África**. Tomo I, São Paulo, UNESCO, 1982.

VIANA, A. L. **Revista Histórica de Vitória da Conquista**. Vitória da Conquista: Do autor, 1985.

VIANA, J. M. Geotecnologias Aplicadas em Territórios em Disputa: O Caso da Comunidade Quilombola de Lagoa de Melquíades e Amâncio - Vitória da Conquista – Ba. **Anais [...]. II Simpósio Baiano de Geografia Agrária**, p. 1-12. 2017. Disponível em: https://2sbga2017.ufba.br/sites/2sbga2017.ufba.br/files/eixo2_joetan_edvaldo_debora.pdf

VIEIRA JUNIOR, I. **Torto arado**. São Paulo: Todavia, 2019

VIGARELLO, G. “O Trabalho dos corpos e do espaço”. In: **Projeto História**. São Paulo: PUC/SP, n. 13, jun. 1996.

VYGOTSKY, L. S. **Thought and language**. Cambridge, MA: MIT, 1962

ZAGATTO, B. P.; SOUZA, L. E. V. de. A necropolítica ambiental nos Quilombos de Ilha de Maré, Bahia, Brasil. **Revista de Antropologia**. volume 12 (1). 253 – 276, 2020.

ZAMBONI, E. Representações e linguagens no ensino de história. **Ensino de História: Novos Problemas. Rev. Bras. Hist.** 18 (36).1999.

WIED, NEUWIED, V. **Príncipe Maximiliano**, Viagem ao Brasil. São Paulo: Edusp, 1989.

WILLIAM, R. **Apropriação cultural**. São Paulo/SP: Pólen, 2019. (Coleção Feminismos Plurais).

FONTES ORAIS:

GONÇALVES (FILHA), J. O. Entrevista coletiva concedida ao canal “PROLER/UESB de Vitória da Conquista-BA” durante a XIX Semana Nacional dos Museus com o museu literário. 21 mai. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CPJ-FKdH-RS/?utm_medium=copy_link

GONÇALVES (MÃE), M. E. de O. Entrevista coletiva concedida ao canal “PROLER/UESB de Vitória da Conquista-BA” durante a XIX Semana Nacional dos Museus com o museu literário. 21 mai. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CPJ-FKdH-RS/?utm_medium=copy_link

MEDEIROS, R. H. A. Entrevista concedida à Jonatan dos Santos Silva durante a aula da disciplina “Memória e Direito” “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 19 nov. 2019. 30 min.

MENDES, J. Entrevista concedida a Jonatan dos Santos Silva na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 04 out. 2020. 15 min.

OLIVEIRA, G. G. de. Entrevista concedida a Jonatan dos Santos Silva e Felipe Eduardo Ferreira Marta durante a disciplina “Memória, Oralidade e Cultura” no PPGMLS – UESB, 13 nov. 2019. 110 min.

OLIVEIRA, J. Vídeo (1:33:19). Um planalto da conquista preto e indígena. Publicado pelo canal “Teia dos povos”, 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vLfqq2IGkBg&t=9s>. Acesso em: 25 ago 2020.

OLIVEIRA, R. F. de. Entrevista coletiva concedida ao canal “PROLER/UESB de Vitória da Conquista-BA” durante a XIX Semana Nacional dos Museus com o museu literário. 21 mai. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CPJ-FKdH-S/?utm_medium=copy_link

SANTOS, D. A. dos. Entrevista concedida a Jonatan dos Santos Silva na Associação dos Moradores da Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 03 out. 2020. 120 min.

SILVA, J. J. Entrevista concedida a Jonatan dos Santos Silva na residência localizada na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 04 out. 2020. 75 min.

SILVA, T. F. da. Entrevista concedida a Jonatan dos Santos Silva na Comunidade Quilombola Lagoa de Melquíades e Amâncio. 24 nov. 2019. 90 min.

SILVA, T. F. da. Entrevista coletiva concedida ao canal “PROLER/UESB de Vitória da Conquista-BA” durante a XIX Semana Nacional dos Museus com o museu literário. 21 mai. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CPJ-FKdH-S/?utm_medium=copy_link